

INDICE

PREFÁCIO

INTRODUÇÃO

1. **A CIDADE DA MAIA E OS ARQUIPÉLAGOS DO VISÍVEL**
Pedro Gadanho

- 2 - **MAIA: CIDADE, TEMPO E HISTÓRIA**
José Augusto Maia Marques

3. **IDENTIDADES, IMAGINÁRIOS E MEMÓRIAS DA CIDADE DA MAIA**
Paula Guerra

4. **UMA CIDADE FRAGMENTADA**
Cecília Delgado

5. **ASPIRAÇÕES SENTIDAS E EXPECTATIVAS DE EVOLUÇÃO**
Flávio Nunes

6. **DA INSUFICIÊNCIA DAS NARRATIVAS**
Gabriela Vaz-Pinheiro

ANEXOS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONTRIBUIÇÕES

PREFÁCIO

De um modo que se acredita inovador, e especialmente no contexto português, o presente estudo concretiza uma tentativa de obter uma síntese pluridisciplinar sobre um tema que, muito embora cruze diversas áreas da análise e do planeamento urbano, raramente a estas é verdadeiramente central ou entendido como tal.

Esse tema é o da imagem da cidade, assumida nas vertentes da reprodução das suas dimensões física e simbólica, e obtida a partir das identificações e representações que uma população faz da cidade onde reside.

O tratamento aqui dado ao tema procura, por seu lado, explicitar e relacionar a representatividade das várias perspectivas críticas que sobre a cidade emergem, quando esta é objecto de estudo, por excelência, de áreas de conhecimento disciplinar tão diversas como o são a sociologia, a arquitectura, a geografia e o próprio urbanismo.

Neste sentido, o estudo agora apresentado traduz o espírito que presidiu à constituição do **CUC centro de cultura urbana contemporânea**, a associação cultural multidisciplinar que, a convite da Bienal da Maia 1999, tomou como desafio concretizar esta tarefa num intervalo de tempo que se afigurava como aparentemente impossível.

Ao director da Bienal da Maia 1999, António Cerveira Pinto, fica justamente o agradecimento pelo convite endereçado e, mais ainda, pelo dom de acreditar.

Por acreditar que era possível, mas por acreditar também que, com este estudo, se contribuiria para o enriquecimento de uma visão transversal da cultura urbana que é assumida, em comum, como essencial para o amadurecimento das nossas cidades.

Inovadores foram assim, também, os objectivos que conduziram a concretização deste estudo.

Os nossos agradecimentos são ainda extensivos à Presidência da Câmara Municipal da Maia e à Vereação do Pelouro da Cultura, pelos apoios concedidos durante a concretização do estudo; ao Director do Forum da Maia, José Augusto Maia Marques, pela sua preciosa colaboração e pela disponibilização do edifício e dos serviços do Forum da Maia; ao Pedro Ruíz, do Forum da Maia, pelo acompanhamento e apoios concedidos; à Catarina Mourão e à Gabriela Vaz-Pinheiro, pela disponibilidade e *insights* oferecidos; ao Carlos Fontes, pela paciência demonstrada; aos estudantes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto que levaram a cabo os questionários; e a todos os cidadãos que concederam o seu tempo para, muito civicamente, participarem na concretização dos questionários e entrevistas.

Pedro Gadanho,
Coordenador

INTRODUÇÃO

O presente volume constitui o resultado final de um inquérito pluridisciplinar realizado junto da população da cidade da Maia entre Dezembro de 1998 e Abril e1999, no sentido de proceder a uma “identificação” dessa cidade mediante a imagem que dela apresentavam os seus habitantes. Na sequência da condução de um questionário junto de uma amostra representativa da população maiata e da realização de entrevistas a um grupo mais restrito de habitantes, elaboraram-se as análises quantitativas e teóricas que agora se apresentam.

Com o ensaio do arquitecto Pedro Gadanho procurou elaborar-se uma formulação teórica que funcionasse como introdução ao estudo realizado e que, simultaneamente, oferecesse a construção de um olhar tanto sobre o material recolhido no decurso da realização do inquérito, como sobre as análises a partir dele elaboradas pelos vários elementos da equipa de trabalho. O objectivo foi assim o de constituir uma leitura interdisciplinar de síntese que permitisse também situar o papel da imagem e da identificação de uma cidade específica no contexto do pensamento contemporâneo sobre a cidade.

A convite da equipa que dirigiu o inquérito, o historiador José Augusto Maia Marques elaborou uma contextualização da cidade e do concelho da Maia que estabelece uma caracterização aprofundada de ambas do ponto de vista da história e da geografia humana. O seu ensaio culmina no entendimento de uma cidade que ainda não terá encontrado o seu perfil no seio de um concelho rico de tradições e história.

A socióloga Paula Guerra pretendeu, com a sua investigação, dar conta das principais dinâmicas verificáveis em termos de identidades, memórias e representações dos maiatos face à sua cidade. O seu estudo passou por um enquadramento analítico que pretende equacionar os principais vectores de discussão acerca da definição de um cidade, recolocando a cidade da Maia no centro deste debate ainda inacabado. do ponto de vista teórico e empírico. Seguidamente, e dando corpo aos autores das representações sociais, procedeu à identificação dos perfis sócio-demográficos dos actores sociais em análise, e por fim, deu-se conta das especificidades das representações dos maiatos concernentes às suas memórias e identidades urbanas e cidadinas.

Com o estudo realizado pela arquitecta Cecília Delgado pretendeu-se, ainda que de forma exploratória, identificar a imagem mental da cidade da Maia segundo quatro vertentes complementares de análise produzida a partir dos dados recolhidos: a imagem da cidade constituída por territórios sócio-espaciais determinados; a relação entre a identidade corporal e a identidade urbana; o nível de identificação entre a população e as referências patrimoniais da cidade; e por último os padrões estéticos de classificação arquitectónica e urbanística. A leitura assim obtida traduziu-se no retrato de uma realidade fragmentada por núcleos de apropriação territorial, ou seja, de uma imagem de cidade segmentada por freguesias, que de uma forma individualizada, desenvolvem uma ideia concordante de cidade tendo-se a si próprios como modelo, e onde apenas a Praça do Município resta como presença unificadora.

A abordagem das aspirações sentidas e das expectativas para a evolução futura da cidade da Maia, demonstradas pelos seus residentes, foi feita pelo geógrafo Flávio Nunes em torno de uma visão esclarecida dos diferentes interesses em presença e das perspectivas e lógicas de valorização respectivas. No seu artigo procurou-se sistematizar a informação necessária para se ter conhecimento de quais as referências que devem pautar o reposicionamento ou afinação da imagem da Maia. Do confronto entre os graus de satisfação/insatisfação actual dos maiatos com a sua cidade, extrapolou-se o esclarecimento das visões prospectivas que deverão comandar a evolução futura da imagem da cidade da Maia.

A artista Gabriela Vaz-Pinheiro apresenta-nos um texto introdutório ao projecto que realizou com a população e os resultados desse mesmo trabalho directamente produzido pelos intervenientes no processo. Com um projecto que, perto de uma investigação antropológica, questiona a representação da cidade enquanto apropriação directa do quotidiano urbano pelos residentes da Maia, propõe também uma reflexão sobre a fotografia enquanto objecto de uma autoria anónima que narra as histórias privadas de um espaço urbano colectivo.

Os gráficos e cartogramas foram elaborados pelo arquitecto Carlos Maia, que, para além de ter integrado a equipa que elaborou e levou a cabo o estudo, foi também, durante as fases de reconhecimento e de condução do inquérito e da pesquisa realizados in situ, um elo fundamental à cidade da Maia, donde é natural.

1. A CIDADE DA MAIA E OS ARQUIPÉLAGOS DO VÍSÍVEL

1. A Identificação de uma Cidade

“Uma cidade contém muitas cidades, cada uma com a sua verdade própria. As cidades não se mostram inteiras nem uniformes e é trabalhoso aceder ao que se esconde por detrás das aparências óbvias. A viagem pelos circuitos explícitos desliza facilmente por códigos simples: aqueles que dominam. Mas esses não são os únicos, nem serão os mesmos para sempre. Face à leitura estandardizada da cidade (o circuito, o guia oficial, o trajecto turístico), há outras formas mais trabalhosas, mas igualmente verdadeiras, de se acercar a ela. São as aproximações a partir da ausência, a queixa e o desejo de mudança, que procuram o sentido acima ou mais além dos aparentes significados neutrais das coisas.”¹

Maria-Angéles Dúran

Breve contextualização histórica e metropolitana.

A cidade da Maia nasceu, administrativamente, em 1986.

Esta decisão política, que resultou da agregação de três freguesias centrais do concelho da Maia, permeou um período histórico recente, ao longo do qual a Maia demonstrou uma capacidade de crescimento atestada por indicadores sócio-económicos que frequentemente ressurgem como um claro sinal de afirmação.²

Como outros concelhos situados nas periferias das duas principais cidades portuguesas, a Maia cresceu exponencialmente nos últimos trinta anos, usufruindo dos movimentos migratórios da população em direcção aos grandes centros urbanos e ao litoral do País.

Assim, se no século passado, a Maia passava ainda por ser um dos núcleos rurais que abasteciam a cidade do Porto, o seu mais recente período de crescimento esteve profundamente associado ao processo de suburbanização desse mesmo núcleo urbano, assistindo-se à consolidação da sua estrutura urbana sobre o adensamento dos usos do território, nomeadamente em torno de algumas vias de ligação de importância histórica para a região.

Não por acaso, o carácter de *encruzilhada* sobre o qual a Maia estratificou o seu crescimento passado e recente encontra-se exactamente subjacente ao artigo do historiador José Augusto Maia Marques que, no âmbito do presente estudo, nos oferece um retrato que delinea e caracteriza mais aprofundadamente a história do Concelho da Maia.

O carácter do concelho da Maia veio entretanto a sofrer inevitáveis e profundas alterações, não só porque se passou a assumir como área de crescimento habitacional de suporte ao referido núcleo

¹ DURÁN, Maria-Angéles, *La Ciudad Compartida*, Consejo Superior de los Colegios de Arquitectos de España, Madrid, 1998, p.54.

² O artigo de abertura de um livro promocional sobre o Concelho começa deste modo: “Ainda está na lembrança de muitos um Concelho que há 30 anos, estava, em todos os aspectos, na cauda dos Concelhos da A. M. do Porto. No conjunto dos municípios do nacionais seria o centésimo. Deixar essa posição para memória de alguns e ser hoje por exemplo o segundo Concelho a nível nacional em consumo de energia eléctrica, o vigésimo primeiro em população e o sétimo em volume orçamental, significa de facto mudança e novos rumos. (...) A Maia atingiu mesmo um lugar de liderança no montante de investimento *per capita* a nível nacional.” in GOMES, Paulino (coordenador geral), *Maia Terra do Lidador*, Anégia Editores, 2ª Edição, Paços de Ferreira, 1997.

urbano, mas também porque entretanto adoptou uma estratégia de dinamização industrial e empresarial que a re-situou no contexto metropolitano em que se insere.

Tal como refere José Augusto Maia Marques, essas vertentes de crescimento “não aniquilaram, apesar de tudo, os espaços rurais existentes,” mas viriam a assegurar, no mínimo, uma clivagem, porventura incontornável, entre populações originárias e as novas populações atraídas para o Concelho.³

É lógico salientar que uma das informações obtidas a partir do questionário alargado que esteve na base do presente estudo, foi a de que um terço da população residente na Cidade da Maia não é, de facto, natural do Concelho da Maia, não se revelando assim mais do que uma realidade estatística que é comum a outras cidades portuguesas de periferia.

Os diferentes valores em presença.

Presentes estão, assim, um carácter rural mais remoto e o carácter inerente às periferias urbanas típicas. Será com e contra este duplo carácter histórico, pensamos, que, para a maioria da população mais urbanizada do concelho da Maia, se virá a constituir a afirmação de uma nova identidade.

Tanto porque se descobre uma necessidade de afirmação de identidade urbana ‘moderna’ por rejeição da identidade rural, como porque se regista já uma compreensão das conotações negativas da monofuncionalidade urbana associada aos dormitórios suburbanos.

E, na verdade, foi essa mesma forma de afirmação que se assumiu já, no passado recente, em diversas estratégias institucionais conciliadoras.

Uma, foi exactamente concretizada através do reforço da componente industrial do concelho, objectivo esse que se pode dizer ter sido perseguido com sucesso, quer ao nível da dinâmica empresarial gerada, quer ao nível do impacto que essa acção teve sobre o imaginário que a população residente associa à Cidade da Maia.

Outra, por acções que, de um modo ou outro, passaram por uma adopção de instrumentos básicos, mas eficazes, de *marketing urbano* e que tiveram efeitos retumbantes na constituição recente do imaginário da cidade.

Referimo-nos, por exemplo, à invenção e divulgação do slogan “Sorria, está na Maia” e, particularmente, à criação do Jardim Zoológico da Maia, que -como é possível constatar em várias das análises permitidas pelo presente estudo- congrega com espantosa solidez e coesão uma presença simbólica constante no seio da cidade da Maia.

Estes factores, como outros, permitiram à população aumentar os graus de auto-estima que se permitem revelar pela sua cidade, relegando assim para valores mais negligenciáveis a presença em inquérito de expressões associativas e imagens como “cidade dormitório”, que facilmente poderiam imperar numa cidade que, como a Maia, nasce numa situação de dependência territorial periférica de um núcleo urbano mais importante.⁴

As contradições, porém, não deixam de penetrar facilmente a postura legível dos habitantes da Maia na relação mais quotidiana com a sua cidade: se as relações de vizinhança são debilitadas pela perda de noção de ‘bairro’, a identificação e o sentimento de pertença às figuras do concelho (ou eventualmente da freguesia, sempre mais do que da figura da cidade) são muito fortes.

O facto de uma dada imagem da cidade estar ainda pouco implementada, reconhece-se de imediato pelas ambiguidades e imprecisões que se registam nas respostas ao questionário efectuado perante o pedido de enumeração das freguesias que constituem a cidade.

São essas mesmas ambiguidade e imprecisões que se prolongam inevitavelmente em expressões como a produzida por um entrevistado que confessava: “*Ainda não consegui ver qual é a cidade; conheço a Maia-Centro, mas também conheço Moreira, Vermoim e Nogueira.*”

Mas, afinal, não é senão a clarificação dessa imagem, nas suas constâncias e contradições, que deverá emergir na consequência lógica do presente estudo.

³ Tal como é mencionado no artigo “Maia: Cidade, Tempo e História” de José Augusto Maia Marques, a população da Maia cresceu entre 1950 e 1991, dos 44.000 para mais de 100.000 habitantes.

⁴ Para uma análise detalhada das associações e imagens, que não caberia no âmbito introdutório do presente ensaio, remetemos para a análise realizada pela socióloga Paula Guerra no seu artigo “Identidades, Imaginários e Memórias da Cidade da Maia”.

Tudo o que até aqui foi dito não passa, obviamente, por sugerir que a Maia não tenha um 'passado multissecular'⁵ que não influencie decisivamente a formação da sua auto-imagem, mas sim que, justamente, a cidade da Maia enquanto entidade autónoma e recente se confronta, também, e em termos de afirmação identitária, com o próprio peso do concelho da Maia enquanto agregador do capital simbólico fundamental que, tipicamente, permite constituir uma identidade e uma imagem que sejam coesamente percebidas por uma população e pelo próprio exterior.

Importa assim salvaguardar que é o concelho, muitas vezes identificado com o epíteto significativo de "as Terras da Maia," ("*Sinto-me mais ligado à terra da Maia do que à cidade, porque a cidade é recente.*" afirmava um dos entrevistados) que, de facto, congrega ainda os elementos de coesão de uma identidade colectiva maiata. Neste sentido, pressentiu-se frequentemente como perigosa, durante a elaboração do estudo, a destrição radical entre um conceito e o outro, já que é esta destrição que acaba por fragmentar a percepção de uma imagem unitária.

Com as devidas salvaguardas, foi, de todos os modos, a cidade da Maia a que se decidiu constituir como objecto específico deste estudo, até porque é, justamente, na cidade da Maia que se adivinha uma centralidade onde se reforça já, neste preciso momento, a representatividade efectiva de um concelho perante a área metropolitana em que se insere, perante a região e o país a que pertence.

É também nesta figura de cidade que se pode rever, afinal, um efectivo instrumento político, económico e administrativo, que contribuirá tanto para a fixação e atracção de populações, como para o estabelecimento de relações e parcerias com outras entidades semelhantes a nível nacional ou internacional.

A cidade é, no fundo, a unidade estrutural e administrativa que, no presente contexto de competição urbana, oferece melhores e mais eficazes mecanismos de visibilidade.

Crise de identidade como metáfora.

Encontrando-se ainda a cidade da Maia em plena fase de afirmação, e sendo essa afirmação difícil e complexa, pode dizer-se então que, com a concretização do presente estudo sobre a definição da sua identidade, a cidade ousa confrontar-se com uma crise de crescimento que se diria típica de uma fase de adolescência.

E se sabemos, evidentemente, que o ritmo de crescimento histórico das cidades não se compadece com uma comparação grosseira aos ciclos de vida humana, torna-se irresistível a constituição de uma metáfora que, apesar de tudo, leva em linha de conta que, tanto quanto podemos afirmar, uma cidade nascida à menos de 13 anos, por via administrativa e a partir de um processo de recente suburbanização, se confronta não só com uma condição contemporânea em que a noção de velocidade histórica se assume como um vector de características radicalmente alteradas relativamente ao passado⁶, mas depara também com uma índole de problemas de crescimento e afirmação totalmente diversa daquela que caracteriza o desenvolvimento actual de uma cidade de raiz histórica.

Uma problematização que se pode colocar de imediato, é aquela que guia a análise de Paula Guerra na sua contribuição para este estudo: a da distinção da *cidade* do conceito mais alargado de *urbano*, "sobremaneira importante se considerarmos a juventude do atributo cidade neste território".

Se deslocarmos esse conceito do urbano para a esfera do suburbano e das suas particularidades, temos identificado o que nos parece ser o âmbito mais preciso de uma crise de identidade que se prende com a necessidade de romper com o contexto suburbano para gerar uma imagem de cidade autónoma, autosuficiente, e, logo, de contornos precisos no seio de uma dada metropolitanização.

Ainda num primeiro plano, devemos também considerar que a nossa metáfora de crise encontra igualmente reflexos directos numa dificuldade de identificação espacial que não será senão, também ela, consequência das características físicas e simbólicas presentes -ou ausentes- no tecido urbano disperso e descontínuo que habitualmente caracteriza as periferias.

⁵ O passado é, aliás, constantemente veiculado e reforçado no discurso oficial de representação da Maia, ou não fosse o próprio presidente do Município historiador de formação. É o Dr. José Vieira de Carvalho que afirma na apresentação do livro *Maia Terra do Lidador* que "A Maia de hoje é uma Terra orgulhosa do seu passado multissecular", in GOMES, Paulino, op.cit.

⁶ Vide Paul Virílio, particularmente; *Esthétique de la Disparition*, Éditions Balland, Paris, 1980 e, mais recentemente, *La Vitesse de Libération*, Éditions Galilée, Paris, 1995, e *Cybermonde: La Politique du Pire*, Éditions Textuel, Paris, 1996.

Assim, se “a identificação espacial é a medida em que o sujeito sente que a sua própria vida se associa ao lugar em que habita,”⁷.devemos exactamente tomar em consideração, como a socióloga Maria-Angéles Dúran sugere no seu livro *La Ciudad Compartida*, que “para além das identificações puramente administrativas (lugar de nascimento, de residência, de cidadania, de domicílio fiscal, etc.)” -que como iremos verificando são até essas objecto de algumas contradições- há outras formas mais complexas de identificação afectiva ou psicológica que podem coincidir ou contrapor-se às anteriores.”

Essas identificações afectivas ou psicológicas são, pensamos, interdependentes de uma imagem formada de cidade que pressuporá a clara possibilidade de legibilidade e apropriação dessa cidade enquanto todo coerente e coeso.

A importância da definição de uma imagem.

Questionar num contexto específico, como é inevitavelmente o da cidade da Maia, os processos de formação de uma imagem de cidade e entender a sua importância na construção de uma identidade que ultrapasse largamente os contornos de uma visibilidade aparente, assumiu-se, assim, e de um modo desejadamente pluridisciplinar, como o objectivo base deste estudo.

Como ponto de partida clássico, não poderíamos então deixar de nos remeter aquele que é não só seguramente o mais influente estudo realizado sobre esta temática, mas também aquele que historicamente a introduziu e lhe definiu os limites e abrangências.

Publicado no início dos anos 60, “A Imagem da Cidade” de Kevin Lynch, foi o livro que veio a impor a leitura e percepção da imagem das cidades como elemento-chave para a compreensão da sua estrutura e, logo, da sua identidade.

Defendendo Lynch que “a legibilidade é crucial na estrutura citadina”, analisar os mecanismos dessa legibilidade e tentar provar como a sua articulação poderia ser usada quando se reconstroem as cidades, foram os objectivos fundamentais do estudo clássico de Kevin Lynch.

Para compreender a necessidade de uma ‘legibilidade’, justificava Lynch, teríamos de todos os modos que “considerar a cidade não como algo em si mesmo, mas a cidade como objecto da percepção dos seus habitantes”.

Assim, como referiu Maria-Angéles Durán, “segundo o estudo clássico de Lynch, as cidades contribuem activamente para a criação da sua ‘imagem global, que é a representação generalizada do seu mundo físico exterior’.

Deste modo, “a imagem actua como marco de referência das crenças e do conhecimento, e proporciona a matéria prima para os símbolos e as recordações colectivas de comunicação do grupo.”

Indo mais longe, Dúran acrescenta que “as cidades, ou quem actua em nome delas, tratam de eleger e fixar a sua imagem mais conveniente, expurgando-a de conteúdos indesejáveis e potenciando os aspectos sobre os quais desejam enraizar-se ou chamar a atenção.”⁸

Daqui retiramos que um estudo como o presente deve assentar a sua potencial importância sobre uma perspectiva crítica que, por dolorosa que pontualmente possa ser, represente uma capacidade efectiva de desmontagem ou desconstrução dos mecanismos que permitem a formação multimodal da imagem.

Só assim, aliás, se adivinha como possível a reconstrução plena e eficaz de uma imagem em crise.

O facto de essa reconstrução poder ser politicamente ‘eficaz’ é obviamente, e do ponto de vista de quem produz um dado olhar analítico sobre a cidade, um pau de dois bicos: por um lado temos o fantasma de uma eficácia de natureza ‘autocrática’, potencialmente ampliada pela ocultação do processo de desmontagem que permite a reconstrução da imagem.

Pelo outro, no entanto, temos a desejável eficácia ‘democrática’ de lidar com a possibilidade de tornar essa reconstrução mais transparente e mais explícita, tanto face aos mecanismos expostos, como às representações e aspirações entretanto reveladas.

É essa *reconstrução da imagem* que é exactamente nuclear ao ensaio do geógrafo Flávio Nunes, desenvolvendo e expondo um corolário possível do presente estudo.

A reconstrução de uma imagem não é senão, de todos os modos, uma consequência de um primeiro acto necessário: a compreensão da cidade.

⁷ DURÁN, Maria-Angéles, op. cit., p.96.

⁸ Idem, op. cit., p.53

E a compreensão da cidade, como a coloca Bill Hillier, perante o tema definitivamente instalado da *sustentabilidade*, é uma questão em aberto onde se reconhecem ainda deficiências que, no passado, deram ocasionalmente origem a intervenções mais ou menos catastróficas ou simplesmente ineficazes. Para Hillier, encontramos numa “conjuntura onde questões fundamentais acerca do futuro das nossas cidades -devem os insediamentos ser densos ou esparsos, nucleados ou dispersos, monocêntricos ou policêntricos, ou uma mistura de todos estes tipos?- foram levantadas pela questão da sustentabilidade.”⁹

Implicitamente estamos também num momento, continua Hillier, onde se reconhece unanimemente que “para fazer as cidades sustentáveis devemos basear as nossas decisões acerca delas sobre uma compreensão mais segura delas do que aquela que temos agora.”

E compreender a cidade passou para nós por uma análise desmultiplicada de uma imagem colectiva reconhecível nas preferências e escolhas de uma população, mas também nas suas problematizações e contradições.

Nas suas múltiplas dimensões, esta imagem colectiva, que tem tanto de sociológico como de entendimento diversificado da dimensão física do urbano, oferece-nos uma base de trabalho para permitir desenvolver uma praxis de cidade que, implicitamente, pode e deve chegar a ser interdisciplinar.

Não nos aliamos senão ao reconhecimento que Hillier continua por fazer quando afirma que uma das razões para esta ignorância sobre a cidade reside na “compartimentalização que se desenvolveu ao longo do último quarto de século entre as disciplinas preocupadas com a cidade.”¹⁰

Logo nas primeiras décadas deste século Ortega y Gasset chamou a este fenómeno ainda então emergente ‘a barbárie do especialismo’.

Ainda que modestamente e de forma só proposta, desejaríamos assim sugerir que a, partir da renovação do entendimento e a da delimitação abrangente de conteúdos que a imagem da cidade podem chegar a auferir, poderemos assumir os mesmos como mecanismos que permitem descortinar dados pertinentes e operatórios para uma requalificação e reposicionamento da identidade de uma cidade.

Como já indiciado, os dados assim estabelecidos abrangeriam, pelo menos, duas vertentes claras que Paul Virílio descreve a dado momento dos seus escritos com particular acutilância e que nos permitiríamos apropriar como mote:

“Deux procédures s'affrontent ici: l'une bien matérielle constituée d'éléments physiques, de murs, de seuils et de niveaux tous précisément situés; l'autre immatérielle et dont les représentations, les images, les messages, ne possèdent aucune localisation, aucune stabilité, puisqu'ils sont les vecteurs d'une expression momentanée, instantanée, avec tout ce que cela suppose de manipulation du sens, d'interprétations erronées...”

L'une, la première, architectonique et urbanistique, qui organise et construit durablement l'espace géographique et politique, l'autre qui aménage et déménage inconsidérément l'espace-temps, le continuum des sociétés.”¹¹

Finalmente há que relevar que a compreensão da cidade e a sua legibilidade comportam ainda outros níveis de relacionamento que estão aquém de uma análise especializada dos espaços e tensões neles registados.

Falamos do modo como a cidade se *oferece*, em primeiro lugar, *ao seu utente*, nos aspectos da compreensão física que se traduzem pelas referências lynchianas à ‘orientação’¹², mas também como é

⁹ HILLIER, Bill, *Space is The Machine*, Cambridge University Press, Cambridge, p.149.

¹⁰ “One reason for this ignorance is the compartmentalisation that has developed over the past quarter century among the disciplines concerned with the city. There is now a deep split between those who are preoccupied with analysis and control of the the social and economic processes which animate the city, and who for the most part call themselves planners, and those concerned with with physical and spatial synthesis in the city, who call themselves urban designers. This split is now, in effect, a split between understanding and design, between thought and action.” HILLIER, Bill, *op.cit.*, p.149.

¹¹ VIRILIO, Paul, *L'Espace Critique*, Christian Bourgois Editeur, Paris, 1984, p.24.

¹² “No processo de orientação, o elo estratégico é a imagem do meio ambiente, a imagem mental generalizado do mundo exterior que o indivíduo retém. Esta imagem é o produto da percepção imediata e da memória da experiência passada e ela está habituada a interpretar informações e a comandar ac ees. A necessidade de conhecer e estruturar o nosso meio é tão importante e tão enraizada no passado que esta imagem tem uma grande relevância prática e emocional no indivíduo.” Assim, “um meio ambiente característico e legível não oferece apenas segurança mas também reforça a profundidade e a intensidade da experiência humana.” in LYNCH, Kevin, *The Image of the City*, Massachusetts Institute of Technology, Illinois, 1960 (Edições 70, 1982, p.14).

que ela *se oferece e se recusa oferecer* no domínio de uma compreensão sociológica e, quase diríamos, abusando de um termo situacionista, 'psico-geográfica.'

Se num primeiríssimo contacto se podem identificar zonas na cidade da Maia que oferecem maior ou menor grau de resistência à compreensão e orientação por parte de um visitante, pode-se colocar desde logo a hipótese de que a 'exclusão' do 'processo de orientação' cria obviamente rupturas na leitura da cidade como um todo coerente.

Os residentes de longa data podem inclusive ter adquirido capacidade de orientação à custa de pistas acumuladas ao longo de um extenso período de utilização e de sucessivos exercícios de memória, mas não pode deixar de se reconhecer, em geral, e em especial fora das áreas imediatamente centrais da Maia, que existem uma série de zonas cuja 'acessibilidade' permanece exclusivamente reservada a utentes muito localizados.

Apercebe-se facilmente o facto de que nem sequer o cidadão de outras áreas da mesma cidade se sente apto a 'orientar-se' nessas zonas opacas que lhe são menos quotidianas.

Entre as visibilidades encontradas e a visibilidade desejada.

Neste sentido, querer obter uma radiografia mental, complexa, da cidade da Maia é um projecto de certo modo ainda mais ambicioso do que o almejado pelos pintores medievais e renascentistas de que fala Michel de Certeau no seu volume clássico *The Practice of Everyday Life*.

Alimentado por esse intraduzível 'scopic drive'¹³ de que fala Certeau, tal projecto ambiciona porventura expor e articular múltiplas e sobrepostas *visibilidades e invisibilidades* que, descobertas no tecido físico e social da cidade, se constituem também numa forma de olhar a cidade que tende a revelar -e a desconstruir- o que até aqui permanecia invisível.

Este poderia ser considerado, no fundo, o enquadramento conceptual do presente ensaio.

Assim, às visibilidades efectivamente encontradas e à progressiva constatação de uma visibilidade desejada faríamos corresponder, no sentido sugerido por Certeau, o estabelecimento de uma *visão perspectiva* -traduzida num possível diagnóstico- e a proposta de uma *visão prospectiva* -assumida em alguns hipotéticos prognósticos.

Permitimo-nos assim seguir Michel de Certeau quando este nota que a combinação de uma *visão perspectiva* e de uma *visão prospectiva* inaugura, por volta do século XVI, "a transformação do facto urbano no conceito de uma cidade."¹⁴

No fundo, através desta ambivalência dada à definição de uma formulação teórica -a que se assume no presente ensaio e que se pretende não só *introduzir*, mas também *construir* uma síntese das análises que constituem o estudo,- responde-se a uma dupla questão da apreciação do *visível* na compreensão de uma cidade e particularmente desta cidade que retratamos: o facto de essa cidade se querer *reconhecer numa imagem endógena*, legível e identificável, mas também o desejo de mesma cidade se querer *projectar numa determinada visibilidade externa* ou, se assim quisermos, numa dada *imagem exógena*.

Como já havíamos implicado, a noção de visibilidade relaciona-se aqui com a análise das características fundamentais da percepção da cidade da Maia enquanto entidade tanto espacial como social.

Tanto, portanto, na perspectiva da percepção que o cidadão e utente comum fazem, conjuntamente com os 'protagonistas privilegiados,' da cidade física, como do ponto de vista da constante (re)construção dessa percepção, para dentro e para fora, pelos vários actores intervenientes no processo de crescimento e consolidação da cidade.

¹³ "The desire to see the city preceded the means of satisfying it. Medieval or Renaissance painters represented the city as seen in a perspective that no eye had yet enjoyed. (...) Have things changed since technical procedures have organized an 'all-seeing power'? The totalizing eye imagined by the painters of earlier times lives on in our achievements. The same scopic drive haunts users of architectural productions by materializing today the utopia that yesterday was only painted." in CERTEAU, Michel de, *The Practice of Everyday Life*, University of California Press, Berkeley, Los Angeles, London, 1984, p.92.

¹⁴ "Perspective vision and prospective vision constitute the twofold projection of an opaque past and an uncertain future onto a surface that can be dealt with. They inaugurate (in the sixteenth century?) the transformation of the urban fact into the concept of a city. Long before the concept itself gives rise to a particular figure of history, it assumes that this fact can be dealt with as a unity determined by an urbanistic ratio. Linking the city to the concept never makes them identical, but it plays on their progressive symbiosis: to palm a city is both to think the very plurality of the real and to make that way of thinking the plural effective; it is to know how to articulate it and be able to do it." in idem, op.cit., p.94

Estes são, como bem se entende, factores interdependentes de uma mesma realidade instável e complexa.

Como se pode compreender ao longo do estudo, a imagem externa e interna que é constituída de uma cidade é simbiótica. Uma imagem vive das projecções da outra¹⁵, reforçam-se ou enfraquecem-se mutuamente, e transmitem juntas esse sentido de auto-estima ou desalento que podem conduzir ou condicionar os destinos de uma cidade num contexto mais vasto.

É notório que em certo momento, e nomeadamente através das entrevistas realizadas no decorrer do inquérito, as pessoas inquiridas se confrontem àquilo que elas imaginam ser a opinião que o exterior tem da Maia, para poderem constituir a sua própria imagem, quer esta surja por desconfiança e oposição a essa mesma imagem externa, quer se sirvam dela para confirmar as suas próprias afirmações.

Neste sentido, a auto-estima está já relativamente bem alicerçada na imagem que os maiatos fazem da sua cidade, mas será necessário trabalhar nos aspectos debilitados dessa auto-estima, nas contradições detectadas e, fundamentalmente, no seu redimensionamento face a objectivos mais gerais de inserção num processo de metropolitanização mais vasto.

De facto, nada impede ainda que a apreciação globalmente positiva que os maiatos fazem da imagem da cidade da Maia não seja subtilmente minada por dados que surgem nos vários âmbitos de resposta ao inquérito levado a cabo.

As contradições que emergem ao longo das entrevistas realizadas, como de forma mais subtil na análise comparada de diferentes informações do questionário geral, podem ter origem numa dada *incerteza* quanto à imagem eminentemente positiva que os entrevistados em geral pretendem transmitir.

Por estas e por outras razões, as contradições acabam por ser, de facto, -como já havia sido sugerido e dir-se-ia quase inevitavelmente-, material abundante na percepção da imagem e da identidade da cidade da Maia.

Mas se as formas de cidadania são ainda difusas, o sentimento de 'orgulho' por pertencer, por exemplo, a um sector dinâmico e 'modernizador' de uma área metropolitana importante é suficientemente forte para ser destacado, reconduzindo-nos à compensação que uma visibilidade externa pode traduzir para as insuficiências da imagem endógena.

Como Maria-Angéles Dúran aponta, quando acontece reconhecer-se que algumas cidades "têm imagens confusas ou inconvenientes"¹⁶. logo se reconhece também uma "busca de uma imagem mais conforme com aquela que os seus governantes têm de si mesmos." É este fenómeno aliás, como reconhece ainda Dúran, "tem levado de modo periódico à remodelação das cidades, à busca (ou reconhecimento no já existente ou nova construção) de rasgos de identidade".¹⁷

Reforçar a ligação à área metropolitana, encrostando-se nela como uma peça lógica de articulação, revelar-se-á, por via de um qualquer 'rasgo de identidade,' como uma das formas de consolidar uma identidade urbana autónoma.

O que pressupõe perceber quais os pontos onde a Maia mostra já vantagem competitiva e reforçá-los numa lógica de imagem externa, que não pode ser senão complementada e adjuvada pelo reforço da imagem interna nessas áreas de actuação.

O discurso 'oficial', próximo do consenso político, quanto à imagem que a cidade *deve* projectar¹⁸, pode ler-se também como o reconhecimento da necessidade de afirmação de uma forte identidade face àquilo

¹⁵ Walter Benjamin, em *Das Passagen-Werk*, refere-se exactamente à forma como na consciência colectiva se misturam e entrecruzam as várias imagens em jogo na progressiva alteração dos meios de produção: "To the form of the new means of production which in the beginning is still dominated by the old one, there correspond in the collective consciousness images in which the new is intermingled with the old. These images are wish images, and in them the collective attempts to transcend as well as to illuminate the incompleteness of the social order of production. There also emerges in these wish images a positive striving to set themselves off from the outdated - that means, however, the most recent past". cit in BUCK-MORSS, Susan, *The Dialectics of Seeing*, MIT Press, Cambridge Massachusetts, 1991, p.114.

¹⁶ DURÁN, Maria-Angéles, op. cit., p.54.

¹⁷ Dúran acrescenta ainda, curiosamente, que para resolver este desejo, "a cidade faz-se panorama ou busca dentro de si o pitoresco que reconheceram primeiro, geralmente, os observadores forasteiros." in op. cit., p.54.

¹⁸ "Como máximo, a cidade, entre as muitas coisas a comunicar, comunica unicamente a sua superestrutura, e mais, oferece-a como estrutura. É evidente o uso reaccionário da imagem, do qual se aproveitam, no início do círculo vicioso, as possibilidades de encontro com um terreno psico-sociológico carregado de confusas exigências evasivas

que Carlos Fortuna denomina por concorrência intercidades¹⁹, aqui especificamente situada no contexto da Área Metropolitana do Porto.

O estigma da suburbanização e a afirmação de uma nova identidade.

Como registámos, a cidade da Maia nasce no culminar do processo de crescimento acelerado de um concelho confrontado com o fantasma da suburbanização.

Ora, como refere Paula Guerra no preâmbulo da sua análise, as periferias ou subúrbios “são espaços socio-físicos geralmente definidos pela negativa no sentido em que atestam um grande afastamento face a um centro e uma forte dependência e subalternidade face a esse mesmo. Nesta linha, o subúrbio ou a periferia são equivalentes a representações sociais estigmatizadas.”²⁰

“Equacionar”, como o seu artigo sugere, “esta realidade e perceber as suas implicações nas próprias representações simbólicas dos habitantes”, constitui-se exactamente como o ponto de partida que o presente ensaio assume para se permitir extrapolar uma hipótese central: a de que é exactamente no cerne desta equação -e sob o auspício da figura emergente da cidade- que devem ser consideradas as variáveis para a afirmação de uma nova identidade.

Tratar-se-á então de compreender como se poderá congrega na figura da cidade, ainda relativamente fresca e disponível para o investimento simbólico, a conjugação e articulação dos valores já adquiridos e presentes com os valores decorrentes da aspiração a uma identidade essencialmente metropolitana.

É nesse sentido, aliás, que se pode sugerir uma intensificação e polarização numa centralidade física e simbólica, numa ‘imagem viável’, que consiga substituir por novas mais-valias competitivas a ‘aura’ de um orgulho histórico quando este se fragmenta em torno de um excesso de figuras de ocupação do território que, por ausência de massa crítica e capacidade de acção -as freguesias- ou por eminência de uma dispersão e de uma descontinuidade que se reforça nos confrontos de populações enraizadas e desenraizadas -o concelho-, acabam por não poder oferecer *resistência* ao processo de suburbanização.

Mas, como descobre Kevin Lynch, “uma imagem viável requer em primeiro lugar a identificação de um objecto, o que implica a sua distinção de outras coisas, o seu reconhecimento como uma identidade separável.”²¹

Neste aspecto, é necessário colocar várias questões quanto à imagem registada da cidade da Maia: há de facto dificuldade em reconhecer a cidade como ‘entidade separável’ quer por precocidade da sua percepção, quer através da discriminação dos seus limites territoriais através da identificação das suas freguesias constituintes²², quer ainda pela ausência da necessária descolagem das imagens mais genericamente associadas à figura do concelho.

E se tradicionalmente, “o bairro tem mais identidade, vive-se mais e é um signo de identidade mais forte que o que oferece o conjunto da cidade.”²³ esta identificação é na Maia transferida para a unidade territorial da freguesia.

As mais ou menos sistemáticas diferenças de resultados verificadas nas análises das respostas ao questionário realizado entre a Freguesia de Gueifães e as de Vermoim e Maia confirmam este facto, mas seria necessário estender o inquérito às restantes freguesias para melhor caracterizar o fenómeno.

É assim verificável que o fenómeno de ‘bairrismo’ se expande simbólica e territorialmente à freguesia, de uma forma que dificilmente se assumiria relativamente à figura das ‘urbanizações’ que proliferam na Maia. Quase mais do que a própria cidade, cada freguesia dispõe, aparentemente, para a sua escala, de material simbólico e patrimonial suficiente para a afirmação de uma identidade própria.

aos vários níveis culturais. A imagem funciona a nível sociológico como escape das contradicções, das promessas não cumpridas.” in SICA, Paolo, in *La Imágen de la Ciudad*, Gustavo Gili, Barcelona, 1977, p.208.

¹⁹ FORTUNA, Carlos, in *Desterritorialização e imagem da cidade*, in *Cidade, Cultura e Globalização*, Celta, Oeiras, 1997.

²⁰ Vide texto no corrente volume.

²¹ Para Lynch, “uma imagem do meio ambiente pode ser analisada em três componentes: identidade, estrutura e significado.” in LYNCH, op. cit., p.18.

²² No seu ensaio, Cecília Delgado faz a análise da incidência do reconhecimento das freguesias na delimitação da cidade. Para essa análise remetemos o leitor.

²³ DURÁN, Maria-Angéles, op. cit., p.50.

Também não é difícil chegar à conclusão que, em termos de identificação, da Freguesia se ‘salta’ para o Concelho, como unidade afectiva preferencial -e aí pode ter um peso determinante a consciência histórica da importância do Concelho, por oposição à ausência de história ‘visível’ no Centro Urbano-, ou por ser a cidade ainda demasiado nova, ou por ser considerada uma imposição administrativa ou por a mesma ser ainda confusamente identificada nos seus limites e na sua definição.

Em compensação regista-se o reconhecimento da Maia como entidade com características próprias dentro da área metropolitana do Porto, em aspectos e qualidades que facilmente poderão vir a ser plenamente associados com a unidade territorial da cidade.

Neste âmbito, que é justamente destacado na análise prospectiva apresentada por Flávio Nunes, falamos então, de facto, como afirmava Lynch, de identidade não no sentido de igualdade com outra entidade, mas sim do destaque das particularidades e da individualidade reconhecível no objecto do nosso estudo.

Assim, deve reforçar-se ainda mais o sentido de relação com o contexto por via da condição expressa por Lynch segundo a qual “a imagem tem de incluir a relação estrutural ou espacial do objecto com o observador e com os outros objectos”.

Finalmente, e ainda no sentido de se permitir constituir uma ‘imagem viável’, “o objecto tem de ter para o observador um significado quer prático quer emocional”, querendo-se evocar com este significado uma relação diversa da relação espacial ou estrutural e que, portanto, abarca componentes sociais e simbólicas da imagem.

É por via destes dois últimos aspectos que desembocamos também nos aspectos de avaliação e apreciação inerentes ao valor da imagem enquanto mecanismo de reconhecimento e identificação com um dado objecto.

Sugere-se assim que é, portanto, em torno da figura de cidade que se deverão vir a concentrar os laços afectivos da população, sendo por isso de esperar que se definam estratégias que, mais que permitir a fragmentação dos mecanismos de identificação por um território de localizações dispersas, os defina em torno de uma centralidade simbólica.

O que, por entre estes aspectos, se poderá constatar é, afinal, o travar de uma batalha, neste mesmo momento em que falamos, para efectivar uma alteração de imagens associadas ao processo de suburbanização, já que este é, necessariamente, um estigma do qual as populações, tal como as instituições que dominam os destinos da cidade, se quererão libertar numa tentativa de ganhar autonomia de identidade face à atracção²⁴ do núcleo sede da metrópole.

Após a análise das visibilidades anteriormente referidas nos capítulos que se seguem, este tema, paradoxalmente associado ao processo de identificação com uma *metropolitanização do espírito e das atitudes em presença*, acabará por constituir exactamente o objecto das conclusões deste ensaio.

2. As visibilidades encontradas e o seu diagnóstico

***“A aceitação como natural ou inevitável das condições acessórias do presente, é o pior inimigo do desejo de mudança. Por isso é importante a educação do olhar, o cultivo da percepção. O olhar que vê, não é o olhar colonizado, obediente, mas o olhar autónomo.*”**

²⁴ Ainda assim, quando questionadas relativamente à oferta de habitação na área metropolitana do Porto as populações revelam que o seu modelo de comparação permanece na periferia e, de modo lógico, colocam a cidade de Gaia à frente do Porto, se bem que depois da própria Maia, onde tradicionalmente se assume a oferta de habitação qualificada ou acessível como um dos atractivos fundamentais.

Este facto não é, de todos os modos, dissociável de uma percepção típica de inacessibilidade do parque habitacional das grandes cidades por oposição às suas periferias e que, aliás, conduz e se traduz no efectivo despovoamento das primeiras em favor das segundas.

Vide também, a propósito da *atração do centro*, as considerações e referências sugeridas por Paula Guerra no seu artigo.

O que é capaz de passar sem submissão diante dos rasgos demasiado visíveis da memória imposta para se fazer mais profundo e preciso, mais subtil, sobre outros sinais.²⁵

Maria Angéles Dúran

A cidade-arquipélago.

Feito um retrato preliminar da cidade da Maia, feita igualmente uma apresentação dos principais pressupostos que nos guiam nesta formulação teórica, propomo-nos explicitar neste capítulo aquilo que denominámos por visibilidades e invisibilidades e com as quais deparámos no decorrer do presente estudo, quer através de um reconhecimento directo do território, quer através dos resultados que iam emergindo dos contactos e inquirições realizadas junto da população.

A percepção de ilhas de visibilidade evidente²⁶, que se destacam física e mentalmente dos tecidos legíveis da estrutura urbana, sem que um tecido urbano perfeitamente coeso as una entre si, permite-nos invocar uma noção de arquipélago para caracterizar provisoriamente a cidade da Maia.

Se assim recorremos a esta noção é porque estas ilhas físicas e mentais estão seguramente relacionadas entre si -por entre um mar de pequenas invisibilidades- sem no entanto apresentarem uma estrutura coesa e coerente.

No seio de um processo de crescimento imparável da urbe, a relação entre essas ilhas não é senão a que preside a uma simples justaposição histórica de núcleos físicos e identitários, inicialmente separados, sem que a continuidade entre eles fosse alguma vez pensada ou modelizada.²⁷

Nesse sentido, a realidade fisicamente identificável na cidade da Maia não reflecte mais do que as características típicas com que François Asher descreve o alargamento da 'mancha urbana' das metrópoles:

"No que toca às transformações físicas, a 'mancha urbana' das metrópoles alargou-se e os territórios metropolitanos estenderam-se progressivamente às periferias, diminuindo a densidade média das aglomerações. (...)A isto acrescenta-se a integração, no sistema de funcionamento quotidiano das metrópoles e cidades, de aglomerados e de aldeias periféricas, as vezes de novas urbanizações (habitação ou emprego) bastante afastadas, aumentando a descontinuidade dos espaços metropolitanos."²⁸

No metropolitano impera, assim, a ocupação extensiva, o descontínuo, contra o ordenamento intensivo, compacto da cidade tradicional.

Mas queremos ir mais longe e defender que o que denominaremos como *cidade-arquipélago* não se prende exclusivamente com a realidade física identificada na Maia mas revela e permite expôr também os sinais de visibilidades simbólicas que se podem assumir identicamente como ilhas mentais num possível mapa cognitivo e colectivo da cidade.

Com efeito, e na sequência do âmbito em que nos temos vindo a colocar, consideramos que a *cidade-arquipélago* é simultaneamente física e simbólica.

²⁵ DURÁN, Maria-Angéles, op. cit.

²⁶ Mesmo que esta 'ilha' seja só uma carapaça que resguarda também uma determinada invisibilidade, como acontece, excepcionalmente, com o Bairro do Sobreiro. Mas este caso, exactamente por ser excepcional e por estar no centro de uma possível alteração, acabará por ser plenamente retratado e analisado numa fase posterior deste ensaio.

²⁷ A este propósito, e adiantando desde já algumas considerações sobre modelos de cidade, convém referir que, obviamente, existem na história das grandes metrópoles numerosos casos em que este 'problema' foi 'temporariamente' resolvido, em finais do século passado, com modelos de intervenção precisos. Um dos mais notáveis, escusado será lembrá-lo, é o da cidade de Barcelona que com o plano de Cerdá e a conceito de 'ensanche' resolvia justamente a integração de núcleos dispersos na estrutura da grande metrópole. Restaria acrescentar que esta era uma *possibilidade* cujo tempo histórico já passou definitivamente.

²⁸ ASCHER, François, *Metapols, Acerca do Futuro das Cidades*, Celta, Oeiras, 1998, p.9.

É a cidade da dispersão territorial e dos enclaves físicos visíveis e invisíveis, mas é também a cidade da absorção de identidades pré-existentes e da construção cuidadosa dos símbolos da auto-estima que se propõem substituir a memória inexistente de uma cidade nova e o afogamento de um património simbólico disperso.

Quando falamos de *enclaves visíveis*²⁹, dotados das suas respectivas vertentes físicas e simbólicas, queremos-nos referir essencialmente à transferência de investimento colectivo que, na Maia como noutras cidades semelhantes, ocorreu entre a noção tradicional de bairro e a implantação sucessiva das 'novas urbanizações' em território de expansão da urbe.

Nesse sentido, demonstraremos que, para além de imporem uma territorialidade desconexa, estas 'urbanizações' assumem o carácter de ilhas que, literalmente, transmitem e sublinham a mensagem de uma autonomia que, logicamente, quer desembocar no enclave territorial máximo que é o 'condomínio fechado'.

Por outro lado pensamos que também os símbolos patrimoniais reconhecidos na cidade da Maia assumem um valor autónomo que, de novo, os faz assumir como focos de irradiação simbólica que se esgota no seu entorno.

Autónomas são assim as principais construções simbólicas da Maia, pensamos, porque estas são dotadas de uma concentração de alta visibilidade física e associativa, mas sem que essa lhes confira uma capacidade imediata de se relacionarem entre si para definir uma superestrutura de suporte à identidade.

É perante este cenário que pensamos reconhecer, de facto, uma dificuldade em estabelecer uma imagem coerente e globalizante da cidade, que não passa exclusivamente pela dificuldade de identificação dos seus limites- como referíamos na primeira parte, mas também pela dificuldade de estruturar claramente as suas principais representações físicas e a globalidade de um património histórico-simbólico colectivo.

As visibilidades simbólicas.

Existem símbolos fortemente reconhecidos pela população mas não uma simbologia coerente que defina, per se, a identidade da cidade perante os seus utentes e residentes.

Nesse sentido, podemos reiterar a noção da criação de ilhas mentais num arquipélago relacionado mas desestruturado.

Nem sequer referindo a natural diversidade dos modos de olhar a cidade, registados ao longo do nosso estudo,³⁰ dir-se ia que, mais que a fragmentação advinda desse factor, podemos registar estar num momento em que se podem alterar ainda os referenciais básicos presentes na valoração positiva da imagem da cidade.

Quando, na análise da arquitecta Cecília Delgado, se especificam as tendências verificadas na explicitação do impacto visual de dois elementos de valor e historicidade diversas por parte da população, poder-se-á adivinhar que se inicia uma transferência de valores entre diversos elementos urbanos presentes na cidade. Por exemplo, do Monumento à Comunidade Maiata para a Torre da Câmara Municipal.

Ambos os elementos afirmam, seguramente, uma mesma simbologia de ascensão, mas de modo totalmente diverso.

O Monumento à Comunidade Maiata constitui-se como grupo escultórico que usa a metaforização artística de valores espirituais de unidade e ascensão como mensagem a transmitir, de forma idealizada mas o mais directamente possível, à população.

Nesse sentido, o seu impacto revela um sucesso que é indissociável do valor que um determinado referente físico ganha como elemento marcante, "a partir do momento em que", como nota Kevin Lynch³¹, "uma história, um sinal ou um significado se ligam a um objecto". Assim para além do sentido de

²⁹ É Bill Hillier quem propõe e caracteriza a noção de enclave no sentido que aqui lhe queremos dar.

³⁰ E, nesse sentido, o estudo de Cecília Delgado explora justamente essa diversidade e a fragmentação que daí advém para a legibilidade da cidade da Maia.

³¹ LYNCH, op. cit., p.92.

unidade em torno da coesão e progressão da 'comunidade maiata' ser, de facto, transmitido de modo formalmente eficaz aos utentes da cidade, -mesmo que estes não tenham estado nunca em contacto com o significado atribuído pelo discurso artístico e/ou oficial a este monumento-, o seu nome oficial (mais do que os seu nome popular, as 'pirâmides') reforça claramente o seu significado.

Mais ainda do que este factores, que se revelam claramente insuficientes na apreciação, por exemplo, da Estátua do Lidador, monumento de um conteúdo histórico-simbólico supostamente referencial³², estaremos também perante uma caso em que, como refere Durán, a estatuária consegue assumir plenamente o seu potencial de "centrar um lugar ou uma referência, de ordenar um espaço ou uma memória."³³

De facto, no caso do Monumento à Comunidade Maiata pode inclusivamente reconhecer-se o que apelidariamos de *imanência simbólica dos elementos urbanos*.

Associado a factores incontornáveis de auto-estima e a uma qualificação um pouco mais cuidada dos espaços verdes, este monumento tem capacidade para criar 'lugar' num 'lugar' onde algumas das características físicas da envolvente não são de modo algum suficientes, plenamente legíveis ou apresentam mesmo um carácter contraditório.

Daí a necessidade de se contrapor a importância do *nome*³⁴ como gerador, entre outros factores³⁵, de uma imagem simbólica que completa e 'corrige' a imagem física.

Dir-se-ia que, por via deste factor, se afirma uma lei da continuidade, em que, como se de um contexto perceptual gestaltiano se tratasse, as deficiências ou ausências de definição de certos aspectos, sejam ultrapassados pelo peso focalizador de um elemento marcante. Dir-se-ia, assim, que o conteúdo psicológico e simbólico pode permitir uma rápida ultrapassagem das qualidades ou defeitos de uma dada 'imagem' do lugar.

Por via da irradiação da imanência simbólica do monumento, não das suas qualidades formais excepcionais, poder-se-ia assim afirmar que se *cega* no observador a capacidade de 'ver' o entorno.

Uma alta visibilidade simbólica focalizada num dado ponto tenderá, paradoxalmente, a tornar invisível o seu entorno.

Já a Torre da Câmara Municipal apela a referências de um carácter muito mais urbano, associando a imponência do edificado e de capacidade tecnológica à projecção territorial muito mais extensiva de uma ideia despiritualizada de 'progresso'.

Como é analisado no artigo de Cecília Delgado, a Torre da Câmara Municipal, sendo de muito recente construção, congrega já um conjunto de valorações positivas e um alto índice de reconhecibilidade que nos permite entendê-la como prenúncio de uma renovada estratégia de identificação.

Como componente dessa estratégia descobrimos o apelo de uma 'modernidade' a que, como bem se pode entender pelo exposto ao longo deste ensaio, uma parte substancial da população maiata mostra ser sensível.

A expressão desta tendência reencontra-se na própria inversão que, face a vários aspectos inquiridos, opõe, ao longo da escala de idades e instrução, as apreciações que os diversos estratos fazem do Monumento à Comunidade Maiata e da Torre da Câmara Municipal.³⁶ Especialmente no que ao impacto visual diz respeito nota

De qualquer modo, constatamos ainda que esta última referência devolve aos residentes uma receptividade externa que, a acreditar-se, como parece ser o caso, que a permanente reconstrução de

³² A este nível refira-se que, se o impacto visual desta estátua é considerado relativamente reduzido, já a sua indicação como referência turística é quase nula: a uma percentagem de 1.4% de indicações opõem-se os 43.0% correspondentes ao Jardim Zoológico da Maia e os 9.4% do próprio Monumento à Comunidade Maiata.

³³ DURÁN, Maria-Angéles, op. cit., p.82.

³⁴ In SICA, op. cit., p.203. Kevin Lynch também se refere a este facto: "Os nomes são importantes (...) na cristalização de identidades. Significados e associações, históricos, sociais ou funcionais, económicos ou individuais, constituem um verdadeiro domínio para além das qualidades físicas de que nos ocupamos. Reforçam grandemente as sugestões em direcção à identidade ou estrutura, como pode ser claro na própria forma física." LYNCH, op. cit., p.121.

³⁵ De facto, não devemos excluir da contextualização deste lugar o facto de este ser considerado, para todos os efeitos, a 'porta da Maia' e a sua importância ser reforçada, ou complementada, pelo facto de nesta 'encruzilhada' se encontrarem também as duas vias consideradas mais importantes pelos maiatos, a IC24 e, a alguma distância, a Av. Visconde Barreiros.

³⁶ Como se pode ler no artigo de Cecília Delgado, este fenómeno é especialmente destacado na questão do impacto visual e da utilização do elemento como referência visual. Neste aspecto, Cecília Delgado parafraseia Kevin Lynch para justamente destacar a relevância deste facto: "Um elemento marcante é mais forte quando é visível através de um longo período de tempo ou distância espacial, e mais útil se a direcção a partir de onde é visto seja identificável. Se esse elemento for uma constante na paisagem urbana, tornar-se-á um ponto de apoio à percepção da imagem urbana".

uma imagem endógena vive também da reintegração dos reflexos de uma imagem exógena, então contribui para uma reavaliação e reposicionamento da imagem que os maiatos perfazem da sua cidade num contexto mais alargado.

No próprio carácter de distanciação que a Torre impõe, podemos inclusive adivinhar que esta última se constitui afinal numa referência importante para o espírito de *metropolitanização* de que viremos a falar mais adiante.

Na sua diferente natureza, ambas as referências se constituem, de todos os modos, como dispositivos de uma estratégia de criação artificial de uma identidade, que, de certo modo, se propõe preencher os hiatos de referência que uma população mais ou menos recém-chegada demonstra perante o património simbólico pré-existente.³⁷

A criação de uma identidade simbólica artificial.

A Maia como cidade identificável quase unicamente através de dispositivos artificiais relativamente recentes, quer estes sejam politico-administrativos ou efectivamente construídos, confirma-se no facto de os seus maiores símbolos agregadores serem da ordem da imagem 'encomendada', ou seja, pertencerem ao domínio dos instrumentos expressamente criados para efeitos de reforço de identidade. Como afirma Cecília Delgado no decorrer da sua análise, "a formação de uma cidade implica a produção (caso não exista) de um léxico simbólico que caracterize e identifique a imagem da cidade e que constitua um campo de valores adoptado pela sua população".³⁸

Reforçando esse sentido, diremos mesmo que essa produção se destina, de facto, a construir uma memória que, como apontado por Maria-Angéles Dúran, se diferencie de 'uma caótica justaposição de fragmentos'.

Como diz Durán, o que diferencia a primeira dos segundos é o facto de '*a memória ter sentido*'. "A memória requer e impõe uma ordem, uma organização."³⁹ É por isso que "a memória, tanto a individual como a colectiva, necessita sujeitos e argumentos, etapas e desenlaces."

De facto, e continuando com o raciocínio de Dúran, também aqui poderemos reconhecer que "a memória (histórica) não é resultado de um processo linear. É um pacto não isento de rupturas e conflitos entre as forças sociais organizadas (...) que disputam o poder sobre a cidade, e portanto as suas representações e os seus mitos."⁴⁰

Como no caso da cidade de Prato no Sec. XII, narrado por Braudel e citado por Dúran, também à Maia, na posse de todas as condições para ser uma cidade de pleno direito -dispor dos elementos materiais e sociais para tal-, faltariam os elementos de identidade simbólica. E isto apesar da presença de uma afirmação histórica que já ressarçimos.

Assim, esses elementos de uma identidade simbólica foram construídos e continuam em processo de construção, já que, como identificava artista plástica Gabriela Vaz-Pinheiro enquanto trabalhava directamente com a população, podem até não ter ainda ganho uma assimilação tão plena por parte da população quanto o próprio inquérito realizado pareceria indicar.

Na sequência dos contactos informais estabelecidos no local, poder-se-ia ainda constatar acerca do Monumento à Comunidade Maiata que, embora consiga transmitir a sua mensagem e seja, assim, um dado adquirido de identificação simbólica, o mesmo poderá ser talvez, ainda, demasiado assumido como imagem exógena; como projecção que, de certo modo, e tal como para a realidade física e identitária da cidade permanece à porta, permanece também à superfície do sentimento da população.

De facto, e como referia Gabriela Vaz-Pinheiro, no seu entorno as pessoas escolhiam fotografar -o que obviamente equivale a *seleccionar*- outros elementos da paisagem urbana com os quais estabeleciam uma relação emocional mais directa, iludindo o que à primeira impressão poderia ser o atractivo gravitacional do referido conjunto escultórico.

³⁷ A este propósito consultem-se os dados expostos por Cecília Delgado no seu artigo. Este é, de qualquer modo um assunto a que voltaremos no capítulo final.

³⁸ Neste sentido, poder-se ia dizer que o presente estudo, mais do que constituir uma preocupação nóvel, acaba por assumir, curiosa e perversamente, o papel ambíguo de dupla asserção desse reforço simbólico: revela a disseminação bem sucedida dos seus mecanismos recentes e, de certo modo, abre caminho para renovar o seu fôlego.

³⁹ DURÁN, Maria-Angéles, op. cit., p.43

⁴⁰ Idem, ibidem, p.49

Este facto, como outros analisados, permite descobrir contradições na representação mental dos símbolos identitários, -nomeadamente na comparação do respectivo impacto visual- enquanto este permanece no campo da representação e identificação mental e verbal. ou quando, por outro lado, os indivíduos são directamente confrontados à realidade. De facto, à efectiva excepção do trabalho desenvolvido por Gabriela Vaz-Pinheiro, as pessoas não foram, no âmbito limitado do inquérito, directamente confrontadas com os locais ou monumentos referidos.

Memórias de uma construção simbólica 'refinadamente' artificial -como a é o Monumento à Comunidade Maiata- opõem-se necessariamente a outras memórias e nomeadamente a essas memórias 'cuidadosamente' elididas como as são o Bairro do Sobral e a realidade social que ele encerra num gueto multiplamente delimitado.

O conceito da *memória elidida* não entrosa senão com a ideia de *momentos urbanos cegos* que sobram entre essas ilhas construídas (as 'urbanizações') que, fora dos limites estritos do centro urbano, focalizam e concentram a atenção visual e mental dos observadores.

As ilhas de visibilidade urbana e as invisibilidades.

Como refere Maria-Angéles Dúran, "mais além da toponímia, que é nome do lugar, e lugar com nome, encontra-se a ectoponímia, o espaço vazio dos lugares sem nome e dos nomes sem lugar."⁴¹

Na Maia podemos falar destes *lugares sem nome nem referência* justamente no vazio deixado entre as *ilhas urbanizadas* de que falávamos no início deste capítulo.

Por oposição a essa imanência do nome de que falávamos quando nos referíamos à produção simbólica dos elementos urbanos reiteradores de uma dada identidade, também Michel de Certeau referiu como a ausência e a exterminação dos nomes, e especificamente dos nomes *entre* os nomes, faz da cidade uma 'ordem simbólica suspensa'⁴²

No limite deste contexto, a casa, ou talvez o 'condomínio fechado' passa a ser o último reduto nomeável, tudo o resto é destituído das memórias ou histórias que lhe aufeririam poder simbólico para a possibilidade de identificação.

Como reforçava Certeau, deste modo, "não há nada. Nada de especial, nada que seja marcado, aberto por uma memória ou uma história, assinado por algo ou por alguém."

E assim se cria, afinal, uma predisponibilidade para a possibilidade do invisível.

Aquilo que não se retém por via de uma qualquer mecanismo que assegure a retenção da atenção, do empenho e do investimento, -por via de uma imaginabilidade, como o poria Lynch,- não é 'visto,' e contribui assim para uma fragmentação da imagem global da cidade.

Se isto se relaciona com a *gravitação simbólica* de certos objectos urbanos anteriormente referidos, mais culmina ainda na constatação de, como diz Certeau, se ver anulada a 'cidade habitável'.

O que aqui designamos por ilhas visíveis, as chamadas 'urbanizações', não são então senão, e apesar do nome, "exercícios nas técnicas espaciais do desurbanismo," como lhes chama Bill Hillier no seu livro *Space is the Machine*.

Para Hillier, o conceito de desurbanismo não representa senão o reverso das técnicas espaciais urbanas por ele identificadas para qualificar a definição da 'boa' forma urbana.

Por via do 'desurbanismo' passamos a ter quebra de relações entre edifícios e o espaço público, quebra de relações entre escalas de movimento, e quebra do interface entre habitantes e forasteiros.

Pelo contrário, "historicamente, as cidades exploraram os fluxos urbanos de modo construtivo para criar zonas de encontro, densas mas variáveis, que permitissem aquilo que as torna úteis: funcionarem como mecanismos de gerar contactos."⁴³

Neste sentido, no seio da teoria que Hillier designa por 'economia do movimento urbana,' surge a noção de efeito multiplicador do espaço que, exactamente, se perde quando pelo exercício do desurbanismo se criam 'enclaves' urbanos que não reúnem condições mínimas para que o espaço urbano aproveite os efeitos colaterais do movimento.

⁴¹ DURÁN, Maria-Angéles, op. cit., p.62.

⁴² CERTEAU, Michel de, op.cit.

⁴³ HILLIER, Bill, op.cit., p.175.

"The urban movement economy, arising from the multiplier effect of space, depends on certain conditions: a certain size, a certain density, a certain distribution of land uses, a specific type of grid that maintains the interface between global and local, and so on. Once this is spelled out, it is easy to see how thoroughly some of our recent efforts have disrupted it, so much so that we must think of many developments of recent years as exercise in the spatial techniques of disurbanism."

O movimento, o fluxo de pessoas e bens pelo tecido urbano, é também referido por outros autores como determinante para a compreensão da forma urbana e das relações que aí ocorrem, entre os extremos dessa unidade reduzida da casa e o ambiente urbano mais geral.

"Num universo onde as deslocações se multiplicam e se prolongam, mas sem deixar lugar a muitas paragens intermédias, os cidadãos encaram cada vez mais a habitação como ponto fixo. A sua habitação e não o seu bairro... porque as transformações metapolitanas corroem as sociabilidades baseadas na proximidade física, esbatem a vizinhança e reduzem as realidades de 'bairro' por meio de diferentes processos."⁴⁴

E se Asher refere também que "desde o início do século, com o consumo massificado dos automóveis individuais, (...) tem proliferado as primeiras interrogações sobre o futuro das metrópoles...⁴⁵", o uso do automóvel, surge, de facto, ainda que indirectamente, como motivo de alteração das relações sociais e urbanas pela própria mobilidade que produz.

Como apontado por Cecília Delgado no seu estudo, também na cidade da Maia se verifica que quase todos, senão todos os circuitos são feitos de automóvel, assim se estabelecendo não só uma percepção diversa do ambiente urbano, mas também 'efeitos de túnel'⁴⁶ entre local de habitação, de trabalho, de estudo ou de guarda das crianças, com consequências tanto em termos do referido esbatimento de relações de vizinhança, como da delimitação tradicional dos sinais identificadores do bairro.

Assim, ao longo das entrevistas realizadas, foi-se tornando notório que se, de facto, as relações de vizinhança são, para os maiatos, esbatidas, elas chegam a surgir mesmo como factor negativo quando se lhes pede a apreciação do tipo de habitação onde desejariam viver.

Se por um lado as relações com o espaço físico do bairro são eventuais e desligadas das práticas quotidianas (compras, trabalho, lazer) e as redes de amizade se estabelecem prioritariamente dentro da família ou a partir do local de trabalho/estudo -e não por proximidade física-, por outro, o facto de um edifício aparentar a possibilidade de que existam 'muitos vizinhos' era para os entrevistados inteiramente desqualificadora.

Identicamente, um local que em termos físicos poderia estar mais próximo da acepção tradicional de 'bairro' perde inteiramente esse carácter se se analisarem os seus aspectos de uso e vivência.

Durante o dia a Cidade Jardim é, assim, um deserto, por falta de equipamentos e funções que congreguem a população residente nos seus entornos.

O conceito de 'bairro', com todas as suas conotações dentro da unidade da cidade chamada tradicional, é progressivamente substituído pelo conceito de 'urbanização' que, na sua própria genealogia, e como já começáramos a sugerir, indicia uma noção de pequena urbe autónoma, o que funcionalmente não é verdade, mas socialmente poderá acabar por ser.

⁴⁴ ASCHER, op. cit., p.97.

⁴⁵ ASCHER, op. cit., p.12.

⁴⁶ Na nossa acepção o '*efeito túnel*', a desatenção que uma pessoa mostra perante a envolvente urbana enquanto circula num meio de transporte mecânico, é exactamente o que causa mais explicitamente o que consideramos ser um espantoso fenómeno em presença: os maiatos, como provavelmente outras populações expostas a situações semelhantes, *não vêem* a desordem urbana que os rodeia quando circulam entre as *ilhas* que constituem a sua origem e o seu destino principais. Hillier situa o fenómeno que apelida de sistema puro de origem-destino no contexto da perda de energia e efeitos colaterais do movimento urbano causada pela passagem de um sistema urbano denso para um que é disperso e fragmentado: "If we move from an urban system that is dense and nucleated to one that is dispersed and fragmentary, it is obvious that the length of journeys will, other things being equal, increase. It is less obvious, but equally true, that the by-product effect will also be diminished. As dispersion increases, it becomes less and less likely that connected locations will benefit from the by-product of movement. In effect, as dispersion increases, the movement system becomes more like a pure origin-destination system. Instead of one journey accomplishing a number of purposes, more journeys, each one accomplishing fewer purposes, must be made to attain the same goals. These are the basic reasons why people travel farther in the country, and why most of this extra travel is in private cars." In HILLIER, op. cit, p. 178. O que resta aqui perguntar é, então, se a percepção da cidade a partir do automóvel não dilui certos problemas, mormente de caracterização de espaço público, que acabam por ser só evocados por estratos da população (jovens em idade escolar, terceira idade) que efectivamente ainda se deslocam a pé.

As urbanizações alimentam-se de uma simbologia de identidade própria que, em termos de uma leitura semiológica mais ou menos evidente, as tende a reproduzir como unidades urbanas autónomas. E assim se reproduzem ilhas mentais que perturbam a leitura de unidade da cidade. A frase citada pela socióloga Paula Guerra para referir a diversidade sociológica do meio urbano, “Uma cidade são muitas cidades,” pode-se aqui revestir de um carácter perverso já que conduz à atomização da leitura urbana e à progressiva desidentificação com a entidade mais abrangente que é a cidade.

Assim se constata que, muito embora a cidade da Maia tenha nascido num período e num contexto onde se encontra já ultrapassado o ciclo histórico dos grandes processos de crescimento urbano, não é menos verdade que ainda se rege excessivamente pela ‘produção massificada dos grandes conjuntos habitacionais’ com a agravante de estes serem planeados, pelos próprios promotores privados, ao sabor das necessidades e interesses particulares.

E se a proliferação de ‘urbanizações’ poderá ser uma forma fácil e imediatista de satisfazer as necessidades mais básicas da urbe a nível de algumas procuras prementes, pode também constituir, no médio e longo prazo, uma visão castradora no sentido da evolução e reposicionamento desejáveis da imagem que a população maiata faz da sua cidade.

E se um crescimento sedimentado das urbes permite que o uso das terras e a densidade urbana siga o movimento natural verificado ao longo da malha urbana e do eixo temporal⁴⁷, é importante perguntar se não é justamente a imposição de usos da terra que se antecipam à própria ocupação e fluxos humanos o que acaba por causar uma cidade do *mal-estar*, os *cul-de-sac*, as *ilhas urbanas* em que normalmente se traduzem as ‘urbanizações’ ou ‘loteamentos’ de crescimento rápido.

De facto, defendemos que a (ausência de) estratégia relativamente a este fenómeno impede a progressão natural de mecanismos de identidade e consolidação de imagem que, nesta fase como num futuro próximo, e na medida em que esta imagem é constantemente reapropriada para permitir ou não uma fidelização de populações existentes e potenciais, se assumem como fundamentais para o posicionamento da cidade da Maia perante si própria e perante o exterior.

Como estratégia de ‘cidade’ e identidade surge, por oposição, a hipótese de uma política de maior controle sobre a irrupção das ilhas de focalização de visibilidade que as ‘urbanizações’ como ‘enclaves’ assumem.⁴⁸

A ‘urbanização’ é, de todos os modos, o modelo que impera por ser, na interpretação dos promotores imobiliários, aquele que supostamente agrada à população.

Mas mais que agradar, este modelo pode antes ser, por via do que chamaremos *apropriação da apropriação*, uma condicionante imposta à qual as pessoas se têm que adaptar por falta de opções.

Por via dessa interpretação assistiu-se, assim, à imposição, sem qualquer tipo de controle real, de uma nova tipologia de ilhas urbanas no interior de uma cidade cada vez mais descontínua.

A apropriação da apropriação e o domínio do dominado.

Colocada a hipótese de que estamos perante um cenário em que aquele que consome e apropria a cidade -o cidadão anónimo, o *dominado*,- normalmente assumido numa posição de sujeição aos modelos dominantes, consegue *aparentemente* impor a permanência de um referencial cultural na construção da cidade, diríamos que os habitantes da cidade da Maia parecem sentir-se, de facto, *representados*.⁴⁹

Por isso falamos de um *domínio do dominado*, mas também de uma *apropriação da apropriação* no sentido em que o *poder dominante* adopta uma estratégia de reposição fiel e inquestionada daquilo que ele mesmo considera ser uma aceção generalizada do *interesse geral*.

Estamos em crer que, assim e até aqui, existe na cidade da Maia uma ‘gestão corrente’ dos interesses, de algum modo *inexpressivos ou inexprimidos*, da maioria clara da população permitindo-se, deste modo, *a contrario*, que se instale um grau de pertença elevado.

⁴⁷ Ainda Hillier: “All the primary elements of urban form, that is the structure of the urban grid, the distribution of land uses and the assignment of development densities are bound together in the historical city by the principle that relates the structure of the urban grid to the by-product of movement.” in HILLIER, Bill, op.cit., p.178.

⁴⁸ O espírito inerente à formalização destas ‘urbanizações’ deve aliás ser oposto à noção tradicional de bairro, entendido mais como unidade de vizinhança do que como formalização específica e ideológica de um zonamento autónomo no seio da cidade.

⁴⁹ Também, porque, apesar de tudo, as suas necessidades *básicas* se vêm largamente satisfeitas, à excepção de algumas áreas neste estudo claramente identificadas, como a é a da saúde.

E dizemos *a contrario* porque aqui se invertem as premissas do que François Ascher, de certo modo, colocou como um axioma: “A crise de definição do interesse geral, que perturba profundamente a nação e a cidadania, explica, (...)em grande medida, as dificuldades de existência de um sentimento de ‘pertença’ a uma colectividade local, comunal, departamental, regional, e mais ainda de se apoiar nesse sentimento com a finalidade de legitimar acções territorializadas de interesse colectivo.”⁵⁰

Neste sentido pode até dizer-se que, na situação da Maia, a legitimidade para as ‘acções territorializadas’ se encontra largamente instalada dentro do especial regime de *laissez-faire* que até aqui se verificou.

No contexto de sociedades impositivas, de modelo ocidental centro-europeu, podemos reconhecer poder-se falar de reacções subversivas à dominação expressas pelas formas de uso quotidiano⁵¹.

Mas num caso como o de muitas cidades mediterrânicas e, essencialmente, nos seus subúrbios, onde aparentemente não existe um planeamento fortemente regulador ou um ‘modelo’ claramente imposto, poderemos falar do mesmo processo?

A apropriação da cidade feita por parte da população da Maia é talvez ainda ‘satisfeita’ e ‘bairrista’ porque o *laissez-faire* da ‘produção’ contém o germe de uma interessante interacção: assume plenamente uma submissão à ditadura branda de um quotidiano inquestionado e inquestionante, através da pretensa interpretação das mais básicas ‘aspirações’ imaginadas da população.⁵²

O inquérito realizado pode até comprovar que as aspirações reais se revêem nessas ‘aspirações imaginadas’ mas, se assim é, é porque estamos perante um ciclo vicioso e autofágico em que uma ideologia (a da produção) se alimenta de um imaginário (o da apropriação) e esse imaginário se transforma, ele próprio e por via do ciclo, em ideologia assumida.

Assim, e no caso específico da Maia, descobrem-se, apesar de tudo, mais pretensões relativas à instituição parcial de um ‘modelo’ -através de novas transformações, idealizadas ou em curso, para o centro da cidade,- do que propriamente os seus reflexos na verdadeira, intensa, ‘produção’ da extensão global da cidade.

E pode até supor-se que a partir do momento em que, quase necessariamente, se pretendam impor medidas reguladoras pode variar fortemente o espectro das apreciações da população relativamente àquilo que a cidade lhes oferece.

Neste aspecto, não serão de somenos os aspectos, normalmente inapreciados mas abordados neste estudo, da *estética da cidade* e do modo como a população vive formatos cuja desinstalação se afigura no mínimo complexa⁵³.

De todos os modos, e como se indicou a dado momento, a descrição até aqui feita pode, ainda assim, corresponder mais a uma aparência do que a uma realidade concreta.

Como é normalmente considerado, e como Maria-Angéles Dúran refere, “os grupos dominados tem de aceitar o lugar que outros lhes outorgam, quer isso lhes agrade ou não, e usá-lo como se fosse seu”⁵⁴.

Assim, continua, “os edifícios e casas são também retóricos: apresentam mundos dentro de mundos, procuram instruir e persuadir, servem de catarse à emoção. Em definitivo, as obras construídas são políticas, inclusive as mais modestas e quotidianas.”

O elogio da desordem e o confronto dos modelos culturais na cidade

Com tudo o que foi dito, pode-se afirmar que, até aqui, houve no processo de constituição das componentes morfológicas e simbólicas da imagem da cidade da Maia uma grande identificação entre ‘produtores’ e ‘consumidores’.

⁵⁰ ASCHER, op. cit., p.111.

⁵¹ CERTEAU, Michel de, op.cit.

⁵² É de notar que na propagação e manutenção do ‘hábito’ na imagem da arquitectura e da cidade não é assim tão ‘marginal’ a influência do cidadão comum. Dialogando com o construtor e o empreendedor imobiliário (que não são senão mais dois ‘cidadãos comuns’) no mesmo escalão cultural, o cidadão comum não só ‘permite’ que a manipulação aberta se instale, como coadjuva também a que se instaure a manutenção de valores conservadores, quase pré-modernos, nomeadamente através de referências formais que são tipicamente próximas em termos afectivos e geográficos.

⁵³ Maria Angéles Durán, citando Sennet pergunta-se justamente: Como escapar à determinação das formas? Como re-construir identidades colectivas novas, levantando-as sobre a base de uma ausência compacta e espessa? As pedras e o cimento impõem à carne o peso ideológico da sua linguagem sólida, da sua resistência à vontade de mudança”. in, DURÁN, Maria-Angéles, op. cit., p.43.

⁵⁴ DURÁN, Maria-Angéles, op. cit., p.177.

Ainda assim, o modelo assumido como correspondente às aspirações do *dominado* só aparentemente parecem, de facto, corresponder à representação dos seus desejos. Como analisa Cecília Delgado, quando questionadas as populações sobre os modelos de habitação de sua preferência -mas também quando interrogadas sobre o lugar de preferência para habitar, - as respostas apontam, de facto mais para o aspecto das aspirações, do que para a condição real⁵⁵.

Assim a identificação do bairro da Cidade-Jardim pela generalidade da população corresponde também à escolha de um modelo arquitectónico, o da moradia isolada, e à ideia de segurança que no contexto da cidade só é superada pela Praça do Município.

Só uma excepção se revela claramente apontando para uma mudança de sensibilidades, aqui como noutras áreas, entre a população mais jovem que, de facto, rejeita essa escolha em favor das urbanizações dos Altos, dos Maninhos e do Novo Rumo ou mesmo da Praça do Município. Dir-se-ia que, mais que a susceptibilidade aos modelos tradicionais do habitar que os seus pais ainda denotam, a população adulta mais jovem mostra receptividade a novos modelos e, nomeadamente, ao marketing agressivo⁵⁶ e à aura de estatuto social que impõe esses modelos perante a cidade.⁵⁷

Se de qualquer modo é verdade que, à primeira vista, a imposição de uma *ordem* não parece possível se não houver um acto deliberado de planeamento por parte do poder político, advogamos que esse poder tem vindo a ser antes exercido, de facto, pelos actores económicos que intervêm na cidade, de uma forma que representa muitas vezes uma subtil subversão de qualquer aspiração de mudança em função de factores economicistas que tendem a reforçar o *status quo*.

Esta, aliás, não é senão uma realidade típica dos empreendimentos imobiliários e do sector da construção em qualquer cidade portuguesa.⁵⁸

Se, de qualquer modo, durante muito tempo não pareceu haver a ambição de impor um 'modelo' exterior que implicasse qualquer contrariedade ao ciclo equilibrado e estagnado de produção-apropriação, havê-la-á agora para impor esse modelo ao centro da cidade, em nome de uma desejável requalificação urbana, mas também, convenhamos, de um *marketing urbano* seguramente mais dedicado a construir uma imagem externa da cidade do que a reconstruir uma coerência interna em torno de uma imagem de cidade taticamente reforçada.

Neste sentido, é notório, de facto, que só o centro pareça receber uma extremada atenção. Continuar-se-ão assim a iludir questões estruturais gerais para se reforçarem alguns focos simbólicos de grande efeito?⁵⁹

Será assim com o orgulho suscitado por um centro ordenador e regulador que se tenderão a constituir como irrelevantes os problemas de imagem mais periféricos?

No dilema implícito permanecerá irresolvida a tensão entre a desordem e a ordem de que fala Maria-Angéles Dúran:

⁵⁵ "Na realidade, a casa unifamiliar funciona socialmente como uma metonímia. Menos de um terço dos que realmente tem possibilidade de aceder à casa unifamiliar independente manifestam desejo disso, e esta proporção é quase idêntica entre os pobres, que não têm nenhuma possibilidade de aceder a ela. Os profissionais liberais, os que detêm estudos universitários ou pertencem à classe social média alta e alta, expressam proporcionalmente menos preferência pelos modelos unifamiliares que o resto dos grupos sociais, porque para eles não congrega elementos de 'sonho' e 'êxito' senão uma alternativa real na sua decisão de alojamento. Mas, para o resto, o 'chale', a 'moradia', a 'vivenda' atraem mais pelo que prometem associativamente que pelo que por si mesmos oferecem", DURÁN, Maria-Angéles, op. cit., p.214.

⁵⁶ "A publicidade é uma boa síntese, ao mesmo tempo que uma pedagoga incansável das novas aspirações e desejos." in DURÁN, Maria-Angéles, op. cit., p.212.

⁵⁷ Afinal esses mesmos jovens são o estrato de população que, simultaneamente com aqueles que detêm formação a nível superior, demonstram mais apetência por habitar na cidade do Porto por comparação a qualquer outro concelho da sua Área Metropolitana, com as implicações que essa indicação poderá ter relativamente à adesão a uma morfologia tradicional de cidade.

Entretanto, a rejeição pura e simples de vias notáveis da cidade como local escolhido para viver, denota talvez, mais que a rejeição de modelos tradicionais de rua plurifuncional, os indícios de um reconhecimento de ausência de qualificação urbana dessas mesmas vias..

⁵⁸ Onde se registam alterações de atitude, com o recurso aos representantes mais mediáticos da cultura disciplinar arquitectónica, essas alterações são também cuidadosamente medidas em termos dos proventos económicos que daí podem advir. Mas, com toda a esperança, essas pequenas alterações poderão também abrir a porta para uma renovação do entendimento, até aqui limitado, do potencial qualificador dessa área de actuação sobre a cidade.

⁵⁹ Isto foi o que aconteceu, com evidente eficácia, com o Monumento à Comunidade Maiata e com a criação do Jardim Zoológico.

“A tensão entre ordem e desordem é tão antiga quanto as próprias cidades. (...) A ordem não é só o desenvolvimento de um princípio gerador sobre si próprio, mas também se estende ao seu entorno: só num vazio absoluto (de espaços infinitos, de culturas e circunstâncias únicas) poderia imaginar-se uma ‘ordem para si próprio’ que não fosse também uma imposição sobre outros. Ao contrário dos meros povoamentos, as cidades expressam espacial e arquitectonicamente uma ordem social interna. (...) Não obstante, e precisamente porque a cidade é uma ordem, a desordem faz-se mais nítida e viva nela. Não só a desordem arquitectónica e urbanística, mas também a desordem humana, a marginalidade social da contra-ordem.”⁶⁰

É também esta tensão os ‘urbanistas’ de algum modo sempre tentaram resolver sob o auspício dos fantasmas e das ‘perspectivas inquietantes de uma não-cidade’.⁶¹ Para tal, e como apontava Certeau, sempre ofereceram o modelo do ‘espaço geométrico’ que carrega o ‘*significado correcto e normativo*’ ao qua se comparam, tal como na gramática e na linguística, as derivações ‘figurativas’.⁶² “The geometrical space of urbanists and architects seems to have the ‘proper meaning’ constructed by grammarians and linguists in order to to have a normal and normative level to which they can compare the drifting of ‘figurative’ language.

O *elogio da desordem* seria uma contraposição possível a este modo de entendimento, assumindo e lidando abertamente com as lógicas espontâneas de crescimento da cidade.

No entanto, a imposição de uma ordem reguladora torna-se, necessariamente, uma ambição natural a partir de um certo estádio cultural e político da cidade.

É por esta razão que se chama a atenção para o facto de só agora se iniciar a ‘colonização’ de um saber disciplinar que pressupõe, também ele, a mudança e o progresso como inerentes ao processo de evolução do conhecimento.

Ainda só agora estará para estalar, através de polémicas, reacções e subversões pelo uso, o potencial confronto entre os utentes da cidade e a imposição de uma linguagem que traduz um possível ‘modelo dominador’.

E se isto se pode traduzir em alguma ‘descompensação’, não deve esse confronto ser encarado como redutor, mas sim como dinamizador. Se de facto descompensação há, ela deve ser corrigida no seio das estratégias de descentralização do investimento de capital simbólico e económico que referimos, e não por via de uma recaída relativamente aos atractivos imobilizadores da demagogia.

Se atendermos aos resultados das entrevistas realizadas junto da população, e à análise subsequente que Cecília Delgado faz desses resultados no seu ensaio, seria de esperar que se dessem confrontos violentos entre os modelos culturais predominantes e aqueles que entretanto se procuram promover.

Mas, apesar de tudo, dois factores podem vir em ajuda da implementação de novos modelos culturais de cidade.

Primeiro, o factor do hábito e da habituação, que porventura de forma mais rápida do que se pode imaginar induzem alterações profundas de gosto. Associadas a esse factor estão, sem dúvida, as questões de moda e as questões de desejo de ascensão social por via do acesso aos seus símbolos visíveis.

O segundo factor reside, exactamente, na consciencialização da luta contra a suburbanização como aspiração desejável. À medida que aumentam os graus de urbanização e metropolitanização, e enquanto estes se assumem como traduções de um espírito e de um imaginário colectivo, aumentarão também os graus de exigência da população e os modos de relacionamento com os modelos culturais em vigência ou em implementação.

Esta tendência pode ser reconhecida através de indicadores como as diferenças de opinião explicitadas pelos diferentes estratos da população relativamente a questões mais directamente associadas à vivência urbana.

⁶⁰ DURÁN, Maria-Angéles, op. cit., p.19.

⁶¹ “É a isto que os urbanistas procuram opôr-se, consagrando os seus esforços na tentativa de recriar a antiga urbanidade, fazendo e refazendo a a cidade como outrora. Agitando estas perspectivas inquietantes de uma não-cidade em proliferação e sem coesão social -como uma gangrena que ataca zonas extensas em volta das grandes cidades abafadas pelo seu próprio crescimento e que deixa o resto do território abandonado-, os políticos tomam-se então os apóstolos de um ordenamento do território que teria como princípio o ‘equilíbrio’, e por prioridade o rural e o urbano profundos.” ASCHER, op. cit., p.2.

⁶² CERTEAU, Michel de, op.cit., p.100.

É particularmente clara em respostas dadas, nomeadamente pelos grupos dos mais jovens, mais instruídos e de maior mobilidade, que, não por acaso, são também aqueles que mais rapidamente se assumem como *opinion makers* e difusores das mensagens sociais e simbólicas com conteúdos susceptíveis de traduzir alterações de padrões de vida.

3. A visibilidade desejada e os seus prognósticos

“Uma cidade altamente imaginável (aparente, legível ou visível), pareceria muito bem formada, distinta, notável; como que convidaria os olhos e os ouvidos a uma maior atenção e participação. O domínio estético de tal ambiente não só se simplificaria como também aumentaria e se tornaria mais profundo. Uma tal cidade poderia ser compreendida para além do tempo como um modelo de grande continuidade, com numerosas partes distintas interligadas claramente. O observador perceptivo e familiar poderia recolher novos impactes estéticos sem aniquilar a sua imagem base.”⁶³

Kevin Lynch

A gestão da imagem no seio de um modelo estratégico de planeamento.

Quando em abertura citamos o comentário de Kevin Lynch reconhecemos estar no território da utopia, mas, apesar de tudo, da utopia desejável que pretenderia avançar para um reconhecimento efectivo: o do papel possível da gestão da imagem urbana no estabelecer de uma visibilidade eficaz para uma cidade como a Maia, quer essa visibilidade se remetesse à consolidação de uma auto-imagem quer se assumisse como projecção de uma nova identidade.

A partir da base analítica desenvolvida em *A Imagem da Cidade*, Kevin Lynch veio a desenvolver a ideia de “um plano visual da cidade à escala urbana, cujo objectivo seria reforçar a imagem pública.”

Assim, e na concepção de Lynch, esse plano poderia “aconselhar a localização ou preservação de elementos marcantes, o desenvolvimento de uma hierarquia visual de ruas, o estabelecimento de unidades temáticas para bairros, a criação ou clarificação de pontos fulcrais.

Sobretudo, trataria das inter-relações de elementos com a sua percepção em movimento e com a concepção da cidade como uma forma visual total.”

Não é obviamente objectivo deste ensaio avançar para o campo de tais sugestões.

No entanto, não podemos deixar de reforçar no contexto específico da cidade da Maia quais poderiam ser algumas das orientações estratégicas que, face aos elementos recolhidos e à percepção identificada, -quer pela população, quer pelos próprios técnicos envolvidos no estudo- de facto, poderão ser isoladas como base para a definição de um instrumento de planeamento que, no fundo, traduza um avanço crítico, devidamente contextualizado, sobre as ideias apontadas nos anos 60 pelo importante urbanista americano.

Nesse sentido, pretende-se também reforçar a impressão que os modelos recentes de ‘planeamento estratégico,’ directamente importados das ciências da gestão, podem ganhar uma componente sensível e uma mais valia importante se mais directamente fundados na *compreensão complexa* da cidade e da sua imagem.

⁶³ LYNCH, op. cit., p.20.

A questão é, aí, como transformar o modelo empresarial que está por detrás da noção de planeamento estratégico⁶⁴, desse retendo uma capacidade de tomada de decisões muito mais célere -possivelmente não democrática-, num modelo de gestão flexível⁶⁵ do desenvolvimento urbano.

Se de facto hoje a cidade é, também ela, concebida como uma “realidade flexível que se pode adaptar e modificar ao longo do tempo” então também o urbanismo deve ser, como indica François Ascher, “ágil e realizar-se mais a partir de projectos urbanos do que de planos directores.” Sendo evidente que “é preciso promover nas cidades a miscigenação funcional e a polivalência, o planeamento urbano deve ser mais pragmático e mais elástico (e) o desenvolvimento local deve apoiar-se de forma decisiva num ‘marketing urbano’.”⁶⁶

Wayne Attoé e Tonn Logan apontam ainda que as *mudanças* na natureza da cidade terão de ser “o produto de um planeamento estratégico cuidadosamente”, mas também “de um compromisso perante a qualidade do desenho urbano.”⁶⁷

De novo recorrendo a Hillier, notaríamos que se deveria assim prognosticar uma atitude de intervenção que assimilasse os instrumentos de planeamento de maior escala a um desenho urbano que extravasasse os limites primários da sua intervenção e se permitisse oferecer pistas precisas para a requalificação mais geral do tecido urbano envolvente.

Poder-se-ia então reconhecer um processo centrífugo de simbiose entre a intervenção urbana e a requalificação da imagem urbana, que, no fundo, permitisse estabelecer como claro princípio de actuação a simultaneidade e a equiparação do controlo e investimento simbólico no centro ao investimento económico estratégico localizado nas periferias.

E isto sempre no contexto da priorização, em torno de uma imagem renovada de cidade, da dissipação dos valores negativos do processo de suburbanização e da transferência os valores positivos que hoje são ainda maioritariamente investidos na imagem mais lata e difusa do concelho.

As prioridades em jogo

Dentro do espírito de uma *visão prospectiva* em que assumimos colocar-nos, considerar algumas das prioridades reconhecíveis nas representações e aspirações da população da cidade da Maia, passará, assim, necessariamente por identificar também algumas das componentes estratégicas que poderão conduzir o tratamento dessas mesmas prioridades no contexto da imagem da cidade da Maia.

Num primeiro aspecto, reconhecemos a necessidade de focalizar o investimento simbólico numa centralidade agregadora de identidades, mas não sem reconhecer que uma delicada gestão de equilíbrios deve ser demonstrada perante a oposição centro-periferia, mesmo dentro de uma cidade de relativamente reduzidas dimensões como o é a Maia.

Seguidamente abordamos a necessidade de criar um usufruto pleno da cidade nas suas múltiplas dimensões e extensões reconhecendo com alguns autores⁶⁸, e um pouco em contracorrente de certas teses instaladas, que o *retorno à densidade* pode efectivamente plurifuncionalidade

⁶⁴ Vide, a este propósito, GUÉLL, J.M. Fernandez, *Planificación estratégica de ciudades*, Gustavo Gili, Barcelona, 1997

⁶⁵ ASCHER, op. cit., p.64. “A flexibilidade é claramente uma das palavras-chave do período contemporâneo. Trata-se de poder adaptar a produção o mais rapidamente possível às mudanças quantitativas e qualitativas (a ‘reactividade’). Existem vários tipos de flexibilidade (...). Na ideologia contemporânea a flexibilidade parece, de certa forma, ocupar o lugar que a standardização ocupou no período fordista.”

⁶⁶ ASCHER, op. cit., p.75.

⁶⁷ ATTOÉ, Wayne e LOGAN, Tonn, *American Urban Architecture: Catalysts in the Design of Cities*, U. of California Press, Berkeley, 1989, p.48. Para estes autores entre os princípios do ‘bom urbanismo’, conta-se o de que, explicitamente, os cidadãos deveriam ter um papel a desenrolar na formação dos contextos urbanos. Neste sentido, a recolha e a análise dos seus perceptos é um primeiro passo para o processo de participação.

⁶⁸ E nomeadamente com Bill Hillier quando questiona valores e argumentos ‘até aqui tomados como garantidos’ e opõe que “a redução de densidades sempre que possível, a quebra da continuidade urbana em enclaves urbanos especializados e bem definidos, a redução de escala espacial a separação e restrição de diferentes formas de movimento” são de facto, e antes de mais, “fundamentalmente inimigos ao funcionamento natural da cidade e à sua economia de fluxos.” HILLIER, Bill, op.cit.

Nesse sentido, justamente no contexto das *(in)visibilidades encontradas* na cidade da Maia, exprimimos concordância com Bill Hillier quando este afirma que “não é a densidade que mina a sensação de bem-estar e segurança nos espaços urbanos,” mas sim, exactamente, o seu oposto: a dispersão.

Em seguida, reconhecemos que opções implícitas como a de, de um modo “contido” e “canalizado”, “transformar de forma positiva elementos de valor existentes” -sem a necessidade de os “obliterar ou desvalorizar,-” são claramente atraentes, quer do ponto de vista do tratamento dos territórios intersticiais que interrompem os contínuos urbanos, quer do maior aproveitamento simbólico de patrimónios físicos e mentais identificados.

A utilização do chamado *efeito de catálise urbana*, tal como descrito por Wayne Attoé e Tonn Logan⁶⁹, é reconhecível, no contexto da imagem diagnosticada na cidade da Maia, como um instrumento teórico altamente sugestivo.

Como referiremos, esse efeito reconhece exactamente que a componente estratégica do projecto urbano é essencial. Assim, Attoé e Logan acentuam que “a mudança ocorre não a partir da simples intervenção, mas através de um cuidadoso cálculo e por modo a influenciar a forma urbana futura, passo a passo.”

Por último, e face à fragmentação do percepto mental da cidade tal como ela nos parece ser induzida *pelas invisibilidades urbanas* de que falávamos anteriormente, reconhecemos numa atitude concertada perante o espaço público geral da cidade, e nomeadamente aquele que *não* se cristaliza na ideia dos ‘parques’ e dos grandes equipamentos, uma resposta a uma das prioridades mais claramente sentidas pela população como urgentes.

Os últimos, *investimentos* a considerar, - e senão, de facto, os primeiros- deveriam assim, após a supressão de necessidades tão básicas como as indiciadas na área da saúde e da mobilidade urbana, incidir muito particularmente no tratamento do espaço público para, justamente, poder permitir a articulação e a colmatação do tecido urbano onde ele é, actualmente, desconsiderado e prima por induzir, de facto, o que se poderia apelidar como *invisibilidade forçada*.

Finalmente, gostaríamos de sublinhar que todas as componentes estratégicas enumeradas não são por nós entendidas senão como vindo de encontro a objectivos tradicionalmente considerados essenciais na constituição da cidade e da sua identidade -“um domínio público pleno de significado, organização eficiente e coerente, e gratificação experiencial e pessoal,”⁷⁰- mas para os quais não são indicados habitualmente os meios:

Os investimentos: entre o centro e a periferia.

Se em torno da figura de cidade se deverão vir a concentrar os laços afectivos da população, será de esperar que se definam estratégias que, mais que deixar ocorrer a fragmentação dos mecanismos de identificação por um território de localizações dispersas, os defina em torno de uma *centralidade simbólica*.

E *simbólica*, note-se, mais que física, porque se neste momento se investe já profundamente no centro urbano da cidade da Maia, esse investimento físico não deixa de ter alguns efeitos perversos. Mormente, porque as populações residentes fora da delimitação precisa dessa centralidade acusam o toque do ‘centralismo’ e facilmente reconhecem as assimetrias do investimento (“*Tudo está circunscrito ao centro,*” exprimia um dos entrevistados), entrando assim em colisão com a constituição de uma imagem coesa da cidade.

Revelar-se-á, assim, fundamental estabelecer uma concertação estratégica de pólos de desenvolvimento urbano que garantam um equilíbrio entre os diversos *investimentos em causa*.

Investimentos simbólicos, de facto, necessários no centro urbano por modo a reforçar a tendência que este pólo já demonstra para ser um dos poucos aglutinadores privilegiados do reconhecimento por parte das várias sensibilidades em presença⁷¹.

⁶⁹ Idem, op. cit.

⁷⁰ ATTOÉ e LOGAN, op.cit.

⁷¹ Vide análise produzida por Cecília Delgado.

O reforço é, de facto, ainda necessário já que a valoração ambígua da Praça do Município representa apesar de tudo uma das contradições patentes na apreciação que a população fez de seis imagens da sua cidade.

Como indicado por Cecília Delgado, a imagem da Praça do Município apresentada encontrou-se estatisticamente posicionada em 2º lugar, quer se estivessem a ponderar os aspectos negativos e positivos da cidade.⁷²

Este fenómeno é estritamente complementar, afinal, às contradições aparentes que existem entre a apreciação simultânea do centro da Maia como de 'crescimento descontrolado' e de lugar com os indivíduos mais se 'identificam'.

Mas também investimentos *económicos e físicos*, esses sim mais equilibradamente distribuídos pelo território e inclusive por áreas que, presentemente, são autênticos enclaves 'cegos' por entre esses momentos de uma certa visibilidade que são as sucessivas 'urbanizações', que são também essas, e como vimos, menos explicitamente controladas pelos órgãos gestores da cidade do que pelos protagonistas e actores económicos que vão assegurando o espírito empreendedor presente no aglomerado urbano.

Importa aprofundar as implicações da primeira acção no que previsivelmente poderá trazer de positivo à cidade, quer consideremos o ponto de vista da atracção cultural -e da desejável alteração de hábitos no sentido da *metropolitanização*,- quer o ponto de vista da atracção de investimentos e população .

Se considerarmos o aspecto do *marketing urbano*, a clarificação e o reforço do centro urbano podem, no mínimo, contribuir para uma consolidação da imagem exógena e com isso acarretar os benefícios de uma maior projecção e mediatização, seguramente importantes no contexto regional e nacional semi-competitivo das pequenas e médias cidades. Mas também no contexto mais específico de inserção num movimento maior que pode ser constituído em torno de uma área metropolitana que almeja competir com as suas semelhantes no espaço europeu.

Resta porém saber se o reforço do centro é suficiente relativamente à satisfação das necessidades e aspirações mais evidenciadas pela população...

Como sugerido, alguns indivíduos expressaram mesmo o seu desalento por não haver mais acções a serem implementadas fora do centro e pode-se prever que um excessivo desequilíbrio de desenvolvimento entre centro e áreas a ele exteriores possa ser mais prejudicial que positivo em relação à imagem global da cidade.

Na verdade, um centro excessivamente tratado, do qual se sai para penetrar uma malha urbana desorganizada e mal tratada pode introduzir uma imagem perdurável e negativa de superficialidade e desajuste relativamente ao 'interesse real' das populações. Mesmo no interesse das acessibilidades, para quem possa a vir a usar equipamentos e oferta urbana que estejam para além do universo dos utentes locais -e se posicionem ao nível da AMP, por exemplo- será importante uma estratégia de clarificação territorial da coroa envolvente ao centro que não passa só pelo tratamento físico e infra-estrutural -fundamental aliás,- mas também pelo estudo mais criterioso de implantação -disseminada mas visível e 'em rede'- de equipamentos urbanos, construídos e não construídos, de novas funções, tudo ao longo de eixos estruturantes claros e acessíveis.

Esses eixos já estão, obviamente, presentes na estrutura básica da cidade.

Mas, na maior parte dos casos perceptíveis, denotam uma imagem não uniformemente caracterizada, dando lugar a hiatos, a sobras, a confusão visual com áreas directamente relacionadas.

Assim, estes mesmos eixos não obtêm de facto nenhum tipo de relevância nas respostas dos inquiridos, nem como vias importantes da cidade, nem como locais de vivência ou identificação.⁷³

⁷² A este resultado devem ser feitos duas ressalvas: uma a de se considerar a subjectivação que indivíduos diversificados podem efectuar sobre a selecção dos elementos visíveis de uma dada fotografia para a partir desses estabelecer um juízo de valor. A outra, a leitura associativa que um mesmo indivíduo pode estabelecer, num momento ou noutro, para um mesmo material visual e para o lugar por ele referenciado. Assim, há a registar que, ao momento da realização do inquérito, existiam obras em curso na Praça do Município, podendo a percepção destas ter influenciado negativamente os resultados.

⁷³ Vide estudo de Cecília Delgado a este respeito. É de notar, desde logo, que o papel de via mais importante é, aliás, usurpado por um tipo de via, periférica e de serviço de ligação ao exterior, que nunca numa cidade tradicional teria capacidade de se sobrepôr às grandes vias históricas do centro urbano. Neste caso, a Via Norte, que é considerada a via mais importante da cidade por uma significativa percentagem de 48.4% de inquiridos -contra os 14.8% outorgados à avenida que cruza o centro da cidade e se assume como o seu principal eixo distribuidor de carácter urbano,- passa, obviamente, por estar

Este facto indicia, de facto, uma necessidade premente em concertar uma estratégia que permita auferir a estas vias uma equiparação simbólica à funcionalidade já em presença.

Um outro 'problema', que delinea uma ponte difícil entre uma centralidade simbólica e o carácter desqualificante e desqualificado dos espaços periféricos, e um 'problema' claramente identificado e identificável, reside na presença de um *enclave* que dá pelo nome de Bairro do Sobreiro.

O Bairro do Sobreiro constitui um caso excepcional na construção de um mapa mental da Cidade da Maia.

Constituindo-se como uma das ilhas urbanas que temos vindo a referir, assume uma dimensão própria porque se associa também a uma leitura de exclusão e de fechamento numa invisibilidade deliberada.

Numa leitura sociológica relativamente ousada pode-se até afirmar que, na constituição da imagem da cidade, o Bairro do Sobreiro assume-se como uma válvula de escape para os problemas urbanos existentes.

Como notado por Paula Guerra na sua análise deste caso, pressente-se que a população 'descarrega' a existência de problemas sociais e urbanos nesta localização -que, de facto não conhece e não domina-, assim desviando ou minimizando a sua atenção relativamente a outros possíveis problemas.

Mesmo a nível de impacto visual, e como se pode verificar pela análise exposta no artigo de Cecília Delgado, regista-se e confirma-se, de facto, pouca preponderância, mesmo que esta fosse dimensionada pela negativa, da sua presença perante a população. Este Bairro constitui-se, assim, numa ilha extrema que, invisível, resguarda uma invisibilidade maior.

A sua proximidade ao centro urbano faz dele um enclave paradoxal⁷⁴, uma espécie de erro histórico cuja correcção ou erradicação (como recentemente se parece discretamente propor) deveria tomar em atenção alguns cuidados precisos em três âmbitos diversos de questões.

O primeiro, a de tomar em linha de conta o papel referido e até agora desenrolado pelo Bairro do Sobreiro na constituição da imagem da cidade: um impacto negativo seguramente, mas também uma válvula de segurança de tensões sociais e de exigências de maior controle sobre a natureza e a qualidade do meio urbano.

O segundo, o de exemplificar este Bairro um tipo de inserção urbana que, pelo seu desenho, propicia a exclusão física, a ausência de ligações claras à restante malha urbana, a invisibilidade. O tipo de análises morfológicas do meio urbano desenvolvido por Bill Hillier ajuda a clarificar este aspecto e a indiciar as suas possíveis alternativas. Como referia este autor certas espacialidades 'podem criar lacunas sérias nos fluxos naturais'⁷⁵ "Spatial designs (can) create serious lacunas in natural movement, which then attract anti-social uses and behaviours."

O terceiro, o de avaliar os perigos e contornos da chamada 'gentrificação' urbana em que uma dada desintegração urbana e social pode muito bem vir a ser substituída por outra⁷⁶. Deste modo, de facto, -ou seja, se de facto não existir uma atitude de desenho extremamente atenta- pode um tipo de exclusão vir substituir outra, quer do ponto de vista do uso social, quer do ambiente urbano.

Todos estes âmbitos se reencontram no facto de que, se o impacto negativo do Bairro do Sobreiro se prende mormente com o tipo de modelo arquitectónico, urbano e social usado neste tipo de Bairro em correspondência a um determinado momento histórico, os modelos a utilizar deverão procurar equilibrar as questões em presença não só de forma localizada, mas considerando também a extensão da malha urbana circundante e a própria cidade.

sobrecarregada por uma variedade de associações simbólicas que lhe permitem destacar-se do conjunto das restantes vias. Na verdade a Via Norte não funciona só como principal eixo de ligação ao núcleo metropolitano, mas também como porta da cidade, coroada, na zona de atravessamento do centro urbano da Maia pelo que é praticamente o único espaço público verde tratado da cidade, pelo menos entre aqueles que conseguem congrega alguma unanimidade de valoração.

⁷⁴ É Bill Hillier que apresenta a definição de enclaves no sentido que aqui lhes queremos dar: "Enclaves are, almost by definition, destinations which are not available for natural movement. They form discontinuities in the urban grid. Because this is so they are in many ways comparable in their effects to the physical dispersion, and similarly disruptive of the movement economy. Any tendency in the urban structure towards 'precinctisation' must also be a tendency to a lessening of the useful by-product, and therefore of the multiplier effect on which the urban vibrancy depends." in HILLIER, Bill, op.cit., p.

⁷⁵ HILLIER, Bill, op.cit., p.178

⁷⁶ Gentrificação, do inglês *gentrification*, tem por vezes sido traduzida para português por 'nobilitação' já que é esse, de facto, o seu significado em termos urbanos. Por entre bibliografia diversa, gostaríamos de destacar a narração de vários casos interessantes, essencialmente em Los Angeles, por Edward Soja no seu livro *Postmodern Geographies: The Reassertion of Space in Critical Social Theory*, Verso, London, New York, 1989.

De novo recorrendo a Hillier, dever-se-ia assim prognosticar uma atitude de intervenção que assimilasse os instrumentos de planeamento de maior escala a um desenho urbano que extravasasse os limites primários da sua intervenção e se permitisse oferecer pistas precisas para a requalificação mais geral do tecido urbano envolvente.

O retorno da densidade.

Muitos teóricos tem recentemente apelado ao retorno da densidade urbana, em contracorrente com uma crítica mais ou menos generalizada aos modelos de alta densidade anteriormente muito comum.

O que estes estudiosos concluem, e que parece sugestivamente adequado ao caso presente, é que a supressão de hiatos, vazios e interrupções urbanas existentes pode, como já indiciado, provocar *efeitos positivos* que largamente compensem os *efeitos negativos* que também podem ser acarretados pela densidade da construção urbana.

Assim, aumento de tráfego, poluição, excesso de densidade construtiva, para além de serem passíveis de ser entendidos como problemas a corrigir com medidas autónomas e complementares, podem-se revelar largamente equilibrados por um recrudescimento dos fenómenos de identidade e apreciação qualitativa do ambiente e meio urbano subjacentes ao incremento dos usos diferenciados e ao aumento da unidade e coesão física do construído.

A estratégia adivinhada implica a densificação pontual desse tecido urbano intersticial que identificámos no capítulo anterior, mesmo se a ideia de densidade urbana parece repelir, numa primeira análise, a população maiata.

Esse facto, esperamos demonstrá-lo, pode ser contornado, a priori, pela forma como é desenhado o espaço urbano na sua relação com o construído, nomeadamente pelo recurso reinventivo a imagens tradicionais de cidade e a tipologias e morfologias a esta associadas.

Mas, ainda com mais premência, há que considerar que os *efeitos colaterais* de uma densificação *controlada e pontual* poderão permitir uma redinamização do carácter da cidade -e, logo, da qualidade de vida nela presente,- quer por via de uma maior plurifuncionalidade, quer por via do estabelecimento de redes de vivência menos descontínuas do que aquelas verificáveis através das referidas *ilhas de urbanização*, onde não só as redes de vizinhança são potencialmente mais deficientes, mas também as relações entre as partes da cidade deixam de existir.

De um lado, o da *plurifuncionalidade*, caminhar-se-ia para a satisfação de necessidades reveladas pelos inquiridos⁷⁷, nomeadamente, e por exemplo, a nível da ausência de um tecido comercial diversificado e especializado.

Do outro, o das *redes de vivência contínuas*, caminhar-se-ia para permitir a emergência de *novos modos de uso* da cidade e, desde logo, para a alteração da percepção da sua imagem.

Neste sentido o simples privilégio do usufruto peatonal de zonas mais extensas da cidade implicaria de imediato uma apreciação mais atenta da realidade urbana.

De facto, e como já vimos, é a própria dispersão urbana que incrementa o uso do automóvel como único meio possível de utilizar a cidade de forma útil, com as consequências de percepção e apreciação que daí advêm.

O pleno usufruto urbano não é de modo algum possível perante um tecido urbano descontínuo e que não oferece funções atractivas ao longo do seu desenvolvimento.⁷⁸

A concentração e o direccionamento do crescimento da cidade *para dentro* pode, para além do mais, permitir guardar bolsas de espaço disponível que, dentro dos limites da cidade, permitam vir a constituir espaços públicos condignos segundo a imagem referencial que, como revelado em algumas entrevistas e como referido por Flávio Nunes, parte da população mostra por exemplo ter no Parque da Cidade do Porto.

Não é senão de registar que se tem verificado, mesmo no âmbito de outras cidades da área metropolitana do Porto, acções de intervenção e requalificação de espaços centrais extremamente

⁷⁷ Remetemos à análise apresentada por Flávio Nunes no seio deste estudo.

⁷⁸ Isto já para não mencionar factos mais prosaicos, mas presentes e referidos com premência pelos entrevistados, como a construção de passeios condignos ao longo das vias!

urbanizados, em que a qualidade de tratamento do espaço leva a que, facilmente, a população ponha de lado objecções relativamente à densidade per se.⁷⁹

No fundo, a reconsideração do elemento de certo modo *tradicional* que é a *densidade* como factor de identidade urbana e como mecanismo útil à consolidação da sua imagem, passa por reconhecer uma crítica à *crítica da densidade* que vive -ou sofre- ainda do que Bill Hillier chama o 'paradigma urbano do século dezanove' e as suas 'reliquias'.

Para Hillier, as atitudes herdadas por via desse 'paradigma' -mais que pressupor uma verdadeira compreensão da cidade- ameaçam antes o seu 'funcionamento natural e a sua sustentabilidade:'

"Many aspects of the nineteenth century urban paradigm (começando pelo repúdio da densidade e sendo os seus extremos as propostas de dispersão e ruralização da cidade) have not yet been dismantled, and are still to be found enshrined in such everyday policies towards density, in novel ways of breaking up urban continuity into well defined and specialised enclaves, in continuing to reduce spatial scale, and in separating and restricting different forms of movement. These relics of an outdated paradigm do not derive from an understanding of cities. On the contrary, they threaten the natural functioning and sustainability of the city".⁸⁰

O uso dos catalisadores urbanos.

Como indicado anteriormente, outra atitude prioritária face à evolução potencial da cidade passaria por acções que desencadeiem, a partir de situações localizadas, outras reacções que acabam por alterar a fisionomia não só de um dado tecido urbano envolvente, mas também, de modo implícito, a sua capacidade de gerar uma maior associação simbólica e identitária entre as suas partes e outras partes da cidade.

A este tipo de acções chamam alguns especialistas *catalisadores urbanos*⁸¹.

De facto a partir de uma estratégia flexível e de reduzido impacto directo, mesmo a nível financeiro, desencadeiam-se uma série de reacções que contribuem, no final do processo, para a revitalização ou dinamização, não só dos aspectos físicos de um dado sector urbano, mas também das suas vivências e funcionalidades.

Nesse sentido, Wayne Attoé e Tonn Logan sugerem mesmo que estas acções se substituam a uma 'imagem ideal da cidade' no que esta pode ter de imobilizador, assim implicando que as 'visões' a gerir para a cidade deveriam ser 'modestas e progressivas' e, ainda assim, de impacto considerável:

"We suggest that urban design for center cities, instead of being conceived as the process of implementing one or another ideal image of the city, using various available tools, is more appropriately thought of as a process of arranging catalytic reactions. There should be no ultimate vision for the urban center, either functionalist, humanist, systemic or formalist. (...) Rather there should be a sequence of limited, achievable visions, each with the power to kindle and condition other achievable visions. This would be urban catalysis. Visions for the new urban center should be modest and incremental, but their impact should be substantial, in contrast to the large visions that have been the rule, with their minimal or catastrophic impact."⁸²

O facto de os ingredientes do processo catalítico deverem ser "considerados, compreendidos e aceites" num dado contexto urbano pressupõe, em primeiro lugar, que qualquer procedimento ou acção deva ser justamente confrontado à imagem formada e à imagem desejada da cidade tal como expressa pela própria população residente.

⁷⁹ Refiro-me, por exemplo, às acções recentes de qualificação urbana levadas a cabo nas áreas centrais da cidade da Póvoa de Varzim, com um contributo significativo, e imediato, para o incremento da auto-estima das populações residentes.

⁸⁰ HILLIER, Bill, op.cit., p.181.

⁸¹ "An urban catalyst has a greater purpose than to solve a functional problem, or create an investment, or provide an amenity. A catalyst is an urban element that is shaped by the city (its 'laboratory' setting) and then, in turn shapes its context. Its purpose is the incremental, continuous regeneration of the urban fabric. The important point is that the catalyst is not a single end product but an element that impels and guides subsequent development." ATTOÉ e LOGAN, op.cit., p.45.

⁸² ATTOÉ e LOGAN, op.cit., p.45.

O que assim se obtém, embora de forma indirecta, é uma participação do colectivo no processo da decisão.

De facto, e como se pensa que o presente estudo pode demonstrar dentro do âmbito das suas limitações, consideramos que mesmo uma interpretação aproximada das representações de um *inconsciente colectivo* ofereceria, indicadores fundamentais para esse mesmo processo de decisão.

O papel agregador do espaço público.

Perante o retrato que no capítulo anterior estabelecemos pareceu-nos deixar desde logo claro que o espaço público representava na Maia um dos 'problemas urbanos' que, se bem que encerrado no panorama das invisibilidades que descortinámos, se confirmava também largamente reconhecido pela população inquirida.

Estratégias concertadas de desenho urbano com algum carácter unificador seriam assim uma das medidas que assumiríamos como mais prementes para ajudar a criar uma nova identidade para um tecido urbano que se revela desconexo e disperso.

Cabe desde logo referir que, justamente, o conceito de espaço público é para nós considerado abrangente e assim deve ser considerado para poder obter maiores níveis de eficácia na consolidação de uma legibilidade e de uma imaginabilidade urbanas.

Espaço público é, assim, também a rua, a avenida, a alameda, a praça urbana, e não só o parque ou o jardim.

De facto, e dentro desta asserção imediata, a vertente de responsabilização do município não tem sequer que passar necessariamente pela constituição *ex novo*, por exemplo, de grandes equipamentos verdes, mas sim, antes, e mesmo dentro da lógica dos catalisadores urbanos atrás descritos, pela disseminação do verde pela cidade de modo formalmente identificável e dando lugar estratégico à ocupação de vazios urbanos existentes. De modo pontual e adaptado às circunstâncias, bem como à disponibilização faseada de fundos e a uma distribuição lógica no espectro temporal.

Deste modo, também, é a cidade como um todo, e não como fragmentos justapostos, que passa a ser reapropriada como espaço de lazer e fruição pela população.

Fazer com que as pessoas redescubram os espaços de circulação, de lazer ou quotidianos, pela cidade concorrerá, no fundo, para garantir a prossecução de variados objectivos: criação de laços de identidade com a cidade por via da sua qualificação intrínseca; construção de uma imagem unificadora e minimamente harmoniosa; favorecimento de novos modos de reconhecimento e apropriação; e, por último, mas com consequências várias, a própria redução de uso do automóvel privado.

Esta redução contribuiria, de facto, para o início de resolução de problemas que são neste momento frequentemente citados pela população como sejam o congestionamento, poluição no centro urbano, a confusão e o ruído.

Porém, através do privilégio dos usos peatonais, contribuiria também para a promoção de uma percepção do contexto físico e vivência, que hoje é negada por muitos factores, mas que, mais atenta e relaxada, se revela associável a uma ideia de qualidade de vida mais estável.

E como escrevia Michel de Certeau, "the act of walking is to the urban system what the speech is to language."⁸³

O 'andar a pé' é, assim, uma forma de apropriação, mais que uma simples passagem, e é essa apropriação que redimensiona o impacto da cidade sobre a própria identidade do cidadão. Como conclui Certeau "os movimentos pedestres formam um desses 'sistemas reais cuja existência, de facto, concretiza a cidade'. Eles não são localizados, antes espacializam."⁸⁴

Identificado, por exemplo, o facto de a população inquirida revelar pouca apreciação pelas vias urbanas da cidade Maia⁸⁵, temos que estas representam um elemento fundamental de requalificação. Como revelava Kevin Lynch, "as ruas, rede de linhas habituais ou potenciais de deslocação através do

⁸³ CERTEAU, Michel de, op.cit., p.97.

⁸⁴ Idem, ibidem, 97.

⁸⁵ Esta questão é abordada nas análises de Paula Guerra e de Cecília Delgado, para as quais remetemos.

complexo urbano, constituem os meios mais significativos através dos quais o todo pode ser organizado.”

⁸⁶ Assim, continua Lynch, “as vias chave deveriam ter uma qualidade particular capaz de as demarcar dos canais circundantes: a concentração de qualquer hábito ou actividade ao longo das suas margens, uma qualidade espacial característica, uma textura especial do pavimento ou das fachadas, um conjunto único de cheiros ou sons, um pormenor típico ou um modo próprio da distribuição das plantas.(...) Estes aspectos deveriam aplicar-se de tal modo que dessem continuidade a uma via.”

De certo modo, não se procuraria senão repor uma tradição perdida para as cidades portuguesas de crescimento recente. A tradição, referida por Maria-Angéles Durán, do “rico jogo das relações interpessoais, o poder unificador da rua e da praça, a vizinhança real ainda que não formalmente regulada, que é o principal valor urbano...”⁸⁷

4. Identidade e cultura urbana entre suburbanização e metropolitanização

“Assim definida, a urbanidade é simultaneamente um estado de espírito e um modo de vida, um código de conduta e um quadro arquitectónico e urbano. É uma urbanidade que possibilita o anonimato e que, no entanto, está na origem de uma sociabilidade alargada e renovada, eventualmente descontínua ou episódica, cidadina que alimenta e necessita de uma plasticidade da cidade e da sua adaptabilidade a modos de vida múltiplos.”⁸⁸

François Ascher

Afirmção da identidade por via da cultura.

A ideia de uma cultura urbana e urbanidade apuradas, decorrentes dum processo de metropolitanização que se opõe a uma progressão simples da suburbanização, não se entende senão como subjacente, como quadro abstracto necessário à implementação das estratégias referidas no capítulo anterior.

Poderíamos mesmo afirmar sem correr grandes riscos que o sucesso destas duas componentes na formação da cidade -e da sua imagem,- é mutuamente interdependente.

Cecília Delgado, ao interrogar-se, justamente, quanto ao futuro que poderá coroar os temas por si retratados, mas também ao reiterar a importância da imagem na gestão dos destinos da cidade, refere como estudos clássicos sobre a imagem da cidade permitiram concluir “que a mobilidade física e social dos habitantes, determinada, em parte, pelos seus rendimentos, é um dos factores que mais influencia o conhecimento e a compreensão da cidade”.

Assim, a imagem da cidade gerada, é muito mais extensiva e complexa para determinados grupos que se revelam exactamente aqueles cujo grau de exigência e urbanidade será justamente maior.

São os grupos que porventura, e na perspectiva da progressiva estabilidade sócio-económica das sociedades urbanas ocidentais, mais facilmente se reconhecem e reconhecerão no processo que temos vindo a apelidar de metropolitanização.

De facto, e se nos referirmos a um quadro simmeliano⁸⁹, sociológico de apreciação dos fenómenos associados à metropolitanização, mais do que à sua localização num contexto específico (nomeadamente, o da Área Metropolitana do Porto), deparamos com a presença e o significado de se estender social e fisicamente um quadro alargado e qualificado de *cultura urbana* que se aproxima da noção de *urbanidade* citada por François Ascher.

A oposição que Paula Guerra começa por estabelecer no seu artigo entre um *conceito descritivo* e um *conceito interpretativo* de cidade é, também ela, útil para permitir clarificar a dicotomia presente na cidade entre o tecido construído e o tecido social.

⁸⁶ LYNCH, op. cit., p.108.

⁸⁷ DURÁN, Maria-Angéles, op. cit., p.23.

⁸⁸ ASCHER, op. cit., p.99.

⁸⁹ Também Paula Guerra refere os escritos de George Simmel onde este autor salienta que “a base psicológica sobre a qual se constrói a individualidade metropolitana é a intensificação da vida emocional decorrente da mudança brusca e continuada de estímulos internos e externos.”

Também aí se aponta para uma dicotomia de realidades indissociáveis e interdependentes em que às diferentes características do espaço construído e da ocupação do território se contrapõe “uma grande imbricação entre a apropriação do espaço e a emergência de uma dinâmica colectiva”. Neste sentido, a cidade revela-se “privilegiadamente o lugar onde os vários grupos, embora permanecendo distintos uns dos outros, encontram entre si possibilidades múltiplas de coexistência e de trocas mediante a partilha de um mesmo território, o que não só facilita os contactos programados, mas principalmente multiplica as hipóteses de encontros aleatórios e favorece o jogo das estimulações recíprocas.”

E estes *contactos, trocas e estimulações recíprocas* não passam senão pelas práticas e pelos confrontos das identidades culturais. A plena urbanidade pertence, assim, ao domínio da expressão da cultura e de uma forma que, como em certo momento sugere François Ascher, permite ultrapassar progressivamente os estereótipos segundo os quais se verifica ser no “domínio das ‘práticas culturais’ que a ideia de fechamento doméstico é mais difundida,” sendo que “o aumento do tempo passado em frente à televisão e a crise dos cinemas parecem ser disso testemunha.”⁹⁰

Se, assim, esta tese permanece defensável junto dos grupos menos qualificados, já nos grupos sociais mais qualificados (quadros superiores, liberais, mas também habitantes das grandes cidades) têm-se vindo a verificar uma progressão positiva na frequência de eventos culturais.

Mais uma vez isto pressupõe que, no caso português e com a elevação das qualificações das populações mais jovens, também estes índices de participação, bem como as respectivas expectativas, possam vir a aumentar.

Assim, e na Maia, por oposição a um conjunto vasto da população que vê satisfeitas as suas (baixas) necessidades a nível cultural, pode-se verificar que isso acontece menos com os jovens.

E se, de facto, o ‘fechamento doméstico’ por via do consumo semanal de televisão é ainda, em Portugal, dos maiores, senão o maior, da Europa, também se pode esperar que o progressivo abaixamento da qualidade média dos standards da oferta televisiva e o crescimento inverso das qualificações da população -mas também do próprio ambiente urbano entendido na desmultiplicação das suas ofertas- tendam a gerar novos públicos para as ‘práticas culturais’.

Associam-se a estas, como também é referido por Ascher, as práticas desportivas e, enfim, a área genérica do lazer.

O lazer é, aliás, um factor a considerar com cada vez mais acuidade.

Não fora já o reconhecimento do crescimento exponencial das indústrias do lazer nos últimos anos, é notório que a ocupação dos tempos livres criados pelas reduções e flexibilizações de horários e vida de trabalho, pelo aumento do desemprego e dos regimes de subemprego, pelo próprio crescimento da expectativa de vida, se transforma numa preocupação política de primeira grandeza. Esta preocupação torna-se mais premente ao nível do planeamento do ambiente urbano para o próximo século e isto porque contribui também para a atracção e fixação de populações, -quer de modo mais prolongado, quer temporária ou sazonalmente -por via das diversas formas de turismo.

E se uma solução óbvia recai na já referida proliferação dos centros comerciais como espaços de lazer, importa constatar que não são já poucas as cidades portuguesas que investem noutras facetas desta área do lazer -traduzindo-o em qualificação do espaço público-, mesmo que em alguns casos os investimentos se devam directamente à importância de factores turísticos como sejam os derivados da proximidade costeira ou da atracção histórica.

Também neste campo, os produtos culturais são cada vez mais assumidos como elementos de uma cultura urbana que, seja por via dos formatos do turismo cultural, seja pelo consumo quotidiano se transmite e assume como fixadora de populações/públicos

A própria estratégia que esteve por detrás da reconceptualização da Bienal da Maia no sentido de a projectar mais eficazmente a um nível nacional vai na direcção justa e adoptou mecanismos que se adivinham certos.

Resta agora saber como é que essa mensagem é eficazmente difundida perante uma população que mostrou índices de participação na vida cultural e cívica relativamente baixos⁹¹.

⁹⁰ ASCHER, op. cit., p.91.

⁹¹ A própria Bienal da Maia, tendo tido já edições em 1995 e 1997, teve provavelmente uma recepção mais notória no exterior do que os índices de participação mostram quanto à própria população residente.

Esta fraca participação revela-se, aliás, mais premente se se reconhece que é talvez na sociedade portuguesa em geral, e não neste contexto particular, que estão instalados os sinais de uma debilitação dessa componente da vida urbana por via de condições históricas particulares, e nomeadamente pelo descrédito da eficácia de qualquer intervenção cívica e democrática sob um regime fascista de 40 anos.⁹² Ressalvas feitas, este factor não deixa de andar próximo, de qualquer modo, do que em George Simmel se lê como uma 'mentalidade específica' associada à metrópole, caracterizada simultaneamente por indiferença e tolerância, por uma postura de reserva e distanciamento que faz do habitante um 'estrangeiro', blasé no seu próprio meio.⁹³

Neste mesmo sentido, contudo, não é de somenos reafirmar o papel de estímulo que os media e o marketing urbano podem desenvolver na rerepresentação dos formatos, na veiculação de conteúdos e no direcionamento de públicos, relativamente à divulgação dos produtos culturais e patrimoniais.

Porque não restarão dúvidas que os 'produtos culturais' referidos são, de facto, tanto quanto *cultura* corresponde a *identidade*, instrumentos fundamentais no reforço da identidade e na fixação dos públicos diversificados que, efectivamente, podem representar a consolidação do tecido social em torno da ideia de cidade.

Os 'consumos' da cidade e o aumento da exigência

A questão da 'produção' e do 'consumo', como abordada por Michel de Certeau em *The Practice of Everyday Life*, não podia deixar de estar subentendida no presente estudo tanto quanto pudemos esclarecer que, através do *retrato de uma imagem* procuramos justamente relevar sobre a forma de *produção* aquilo que habitualmente só seria reconhecido como *consumo* não participativo.

De facto, se pensarmos na recepção do espaço urbano, tal como de outros produtos culturais, estamos habituados a considerar que o espectador⁹⁴ é um protagonista passivo do acto de comunicação e transferência que ocorre.

Ora, Michel de Certeau chama exactamente a atenção para o facto de o *consumo*, per se, se assumir num 'fazer' que não é senão, também, uma outra forma de *produção*, muito embora de um carácter muito mais *invisível*:

"The 'making' in question is a production, a poiësis, - but a hidden one, because it is scattered over areas defined and occupied by systems of 'production' (...urban development, commerce, etc), and because the steadily increasing expansion of these systems no longer leaves 'consumers' any place in which they can indicate what they make or do with the products of these system. To a rationalized, expansionist and at the same time centralized, clamorous, and spectacular production corresponds *another* production called 'consumption'. The latter is devious, it is dispersed, but it insinuates itself everywhere, silently and almost invisibly, because it does not manifest itself through its own products, but rather through its ways of using the products imposed by a dominant economic order."⁹⁵

As questões envolvidas nesta 'recepção,' que se traduz também no 'consumo' do fenómeno urbano, são afinal incontornáveis se nos dedicamos à problemática da formação e *do uso* de uma identidade no contexto da cidade.

Nesse sentido concordamos com Certeau quando este afirma, que o 'fazer' ou 'uso' associado ao acto do consumo, e nomeadamente do *consumo da cidade* num contexto competitivo em que esta se vende cada vez mais como um produto de desejada visibilidade, é também uma poiësis -uma criação, uma invenção, uma geração-, naquilo, afinal, que revela de imaginário e aspiração de um colectivo.

⁹² Intriga-nos, aliás, que este aspecto subtilmente caracterizador da sociedade contemporânea portuguesa permaneça permanece largamente inexplorado em termos de estudos sociológicos - demonstrando talvez a existência de um tabu e de um trauma profundo que pode delimitar uma clivagem entre gerações e seus modos de actuação perante o social.

⁹³ ASCHER, op. cit., p.78.

⁹⁴ "(The) image of the 'public' is not usually made explicit. It is nonetheless implicit in the 'producers'"claim to inform the population, that is, to 'give form' to social practices." CERTEAU, Michel de, op.cit., p.166

⁹⁵ Idem, op.cit., p.xii.

Torna-se necessário fazer a interpretação dessa *poiësis* -mesmo se ela está escondida ou é *invisível*, como aponta Certeau- dum modo que reposicione o próprio cidadão no campo de determinações que alteram a evolução da cidade.

Deste modo, restará perguntar como devolver este saber a esse mesmo colectivo e restará procurar saber como introduzir o germe de uma dada consciencialização que associamos a um maior sentido de urbanidade e um maior grau de exigência daquele que 'consome' a cidade.

Foi nesse sentido, porventura, que seguiu o trabalho da artista que integrou a equipa do estudo quando, próximo de uma sensibilidade situacionista, procurou instigar a população a produzir directamente as imagens da cidade nas quais se revia. Nesse mesmo sentido pode também recordar-se a satisfação expressa por um dos entrevistados quando reconhecia que as perguntas feitas o tinham feito *pensar* sobre a cidade.

Como aponta Certeau, "a força da diferença", ou seja, a raiz da identidade daquele que usa a cidade, "reside em procedimentos do 'consumo'.⁹⁶

Se a 'produção' pressupõe sempre um 'consumo' mais ou menos activo, no caso da própria cidade, e tal como foi notado por Walter Benjamin no seu ensaio clássico *A Obra de Arte na Era da sua Reprodutibilidade Mecânica*, este representa, na maior parte das vezes -e apesar de tudo-, o equivalente de uma 'recepção distraída,' que Benjamin justamente colocou ao mesmo nível do 'consumo' de outras formas de cultura popular, como por exemplo o cinema, então ainda emergente e entendido na sua faceta de espectáculo de massas.

Ora, a partir do momento em que se colocou a hipótese de um entendimento da cidade como uma forma mediada de espectáculo, sempre surgiram vozes pessimistas que condenaram e estigmatizaram este aspecto do seu 'consumo'.

Em *Explorations in Communication*, Marshall MacLuan exclamava em 1960, não longe de algumas realidades futuras particularmente explícitas, que "a cidade já não existe mais do que como fantasma cultural para turistas."⁹⁷

Paolo Sica avaliando certos 'fantasmas' da cidade contemporânea no seu livro *L'Immagine della Città da Sparta a Las Vegas*, escreve do seguinte modo "A presença crítica e consciente do indivíduo no centro do espaço é inútil ou impossível. A participação realiza-se através da mediação. A cidade como caos feliz. O reino do homem unidimensional (onde o indivíduo é uno com a sua alienação). Pop-art e indústria do espaço. Não há lugar para a reflexão, nem tão pouco para a heresia, sobra unicamente a percepção levada aos seus estratos mais superficiais."⁹⁸

No entanto, o que é notável na análise que Benjamin faz de todo este tema, e que gostaríamos de extrapolar plenamente para a apreciação da 'imagem' da cidade de um modo geral, é o conduzir-nos ao reconhecimento de que as formas de cultura citadas, enquanto permitem uma recepção 'distraída' encontram também a forma de gerar uma atitude crítica que, no público, consegue ser resolvida, com vantagem sobre as formas de alta cultura, depreende-se, sem a necessidade de exercer a capacidade da 'atenção.'

Que o cinema, como refere Benjamin, consiga suscitar uma 'atitude crítica' sem o envolvimento da 'atenção' e durante o próprio acto da 'diversão' acaba por permitir que este encarne uma forma de a arte cumprir a sua função se e quando 'mobiliza as massas'.

Neste sentido, e porque, como nota Benjamin, 'também quem se distrai pode criar *hábitos*' fica aberto o caminho para a reflexão sobre a capacidade da cidade poder mobilizar, tanto nos hábitos culturais que induz como até no próprio reconhecimento da *dimensão do lazer*⁹⁹ no contexto contemporâneo, novos graus de exigência e uma nova urbanidade nos seus 'públicos.'

⁹⁶ The strength of (the user's) difference lay in procedures of 'consumption'. To a lesser degree, a similar ambiguity creeps into our societies through the use made by the 'common people' of the culture disseminated and imposed by the 'elites' producing the language."in CERTEAU, Michel de, op.cit., p.xiii.

⁹⁷ Citado in SICA, op. cit., p.206. Se esta afirmação é óbvia para qualificar fenómenos recentes no marketing e trabalho de 'imagem' de médias e grandes metrópoles, será interessante verificar, mais a mais acrescida da visão crítica que Ascher tem a este respeito, até que ponto esta afirmação fará sentido para cidades de pequena dimensão e com um carácter periférico como a Maia.

⁹⁸ SICA, op. cit., p.207.

⁹⁹ Refira-se, de passagem, que esta insistência na *dimensão do lazer* não é destituída de inocência: tal como revelaram os resultados do inquérito e das entrevistas, o lazer é a categoria em que os jovens da cidade da Maia se

E se, como refere ainda Benjamin, “a arquitectura sempre foi o protótipo de uma obra de arte cuja recepção foi distraída e colectiva,” nem por isso essa recepção deixou de ‘em determinadas circunstâncias’ ter um valor ‘canónico.’

Deste modo:

“As tarefas que são apresentadas ao aparelho de percepção humana, em épocas de mudança histórica, não podem ser resolvidas por meios apenas visuais, ou seja, da contemplação. Elas só são dominadas gradualmente, pelo hábito, após a aproximação da recepção [pelo uso].

Também quem se distrai pode criar hábitos. Mais: poder dominar certas tarefas na distração, só prova que a sua resolução se tornou um hábito. Através da distração que a arte oferece, podemos verificar de modo indirecto em que medida se terão tornado resolúveis novas tarefas da apercepção. Aliás, como para cada indivíduo existe a tentação de se furtar a tais tarefas, a arte conseguirá resolver as de maior peso e importância se conseguir mobilizar as massas.”¹⁰⁰

Se, à medida que os graus de exigência das populações vai aumentando (e se deseja que aumentem) -e Durán nota estatisticamente que estes graus de exigência vão aumentando na razão directa do grau de urbanização presente- também a leitura do contexto urbano se torna mais exigente, aquilo que actualmente são áreas de visibilidade inconscientemente *escamoteadas por uma recepção distraída* podem-se tornar rapidamente em situações de visibilização chocante e inaceitável.

A percepção dos ‘problemas urbanos’ não é senão, aliás, outro dos fenómenos que vai emergindo à medida que a urbanidade e os graus de exigência crescem.

E de facto, como nota Maria-Angéles Dúran, os habitantes das grandes cidades são mais críticos... “A sua configuração psicológica resulta influenciada pela dimensão de abertura gerada pela cidade, no sentido em que a variedade faz mais visível a possibilidade de mudança em qualquer âmbito da vida.”¹⁰¹

No presente caso, esta realidade poderá não ser tão legível na generalidade da população, ainda demasiado enraizada em valores tradicionais -ou deslocada de meios semelhantes-, mas esta leitura poderá influir, isso sim, quer nos segmentos mais jovens -mais urbanizados-, quer, por exemplo, nos segmentos que trabalham ou estudam fora da Maia e cuja percepção da realidade é portanto ligeiramente mais alargada.

Assim, e no sentido do crescimento dos graus de exigência da população urbanizada e do surgimento de grupos que ganham coragem e capacidade de expressão dos seus interesses, Dúran deixa mesmo o registo de que, “como rasgo característico deste fim de século (e de milénio), a preocupação pela mudança dos modos de vida nas cidades internacionalizou-se e ganhou impulso em organizações não governamentais.”¹⁰²

O aumento do grau de exigência da população, traduzido de uma maior consciência urbana, e o modo como este se traduz em empenho, participação cívica e defesa do aumento de qualidade de vida, pode e deve assim revelar-se um poderoso aliado de um poder político que efectivamente almeje reposicionar em alta a cidade cujos destinos conduz.

Porque, de modo geral, é a evolução destes parâmetros, diríamos de *cidadania*, que permite que a sociedade civil se expresse e facilite ao poder gestor a identificação de problemas e estratégias de requalificação.

Mesmo que estas estratégias se traduzam num sentido simbólico: também os símbolos e os ícones precisam de reinvenção para acompanhar a *metropolitização do espírito* da população.

Assim, e por forma a maximizar o papel da *consciência histórica* com o sentido que lhe foi dado por Walter Benjamin, o ciclo de produção-apropriação deve ser simbiótico, mas por forma a servir a noção de *mudança* e não a sua supressão.

revelam mais insatisfeitos, tendo para a satisfação das suas necessidades de recorrer ao núcleo central da área metropolitana. Como refere Flávio Nunes estes resultados não são de desconsiderar, antes se revelando como uma das áreas em que os indivíduos mais expressavam espontaneamente o desagrado perante a situação vivida.

¹⁰⁰ BENJAMIN, Walter, in *A Obra de Arte na Era da sua Reprodutibilidade Mecânica*, reproduzido em *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política*, Relógio d’Água Editores, Lisboa, 1992, pag. 110.

¹⁰¹ DURÁN, Maria-Angéles, op. cit., p.96.

¹⁰² Idem, op. cit., p.224.

A identidade e as representações do passado.

Será assim por via de Walter Benjamin que poderemos abordar mais uma questão que se revela fundamental no quadro deste estudo, mais a mais quando, perante o cenário desenhado, recordamos, como logo de início havíamos feito que a cidade da Maia se procura rever permanentemente no superavit de um ‘passado multissecular’.

Assim, se estamos em crer que a ‘*consciência histórica*’ é, de facto, um dos instrumentos fundamentais para o reforço e a coesão de uma identidade, perguntamo-nos naturalmente se a sua utilização como ferramenta conceptual na construção de uma identidade tem sido gerida por forma a congregar nas novas populações da cidade da Maia uma verdadeira vontade de se reconhecer uma dada memória colectiva.

De facto, em função da leitura dos dados que recolhemos e como já fomos indiciando, pensamos que tem sido mais eficaz a criação do que denominámos por uma ‘identidade artificial’ do que propriamente o recurso a um ‘património simbólico pré-existente.’

E concluímos que este facto deriva de uma percepção da história que não se permite reconhecer inteiramente a leitura que Susan Buck Morss, no seu livro *The Dialectics of Seeing* faz do pensamento de Walter Benjamin a este respeito:

“Benjamin (...) completely strips history of its legitimating, ideological function. But if history is abandoned as a conceptual structure that deceptively transfigures the present, its cultural contents are redeemed as the source of critical knowledge that alone can place the present into question. Benjamin makes us aware that the transmission of culture (high and low) which is central to this rescue operation, is a political act of the highest import- not because culture itself has the power to change the given, but because historical memory affects decisively the collective, political will for change. Indeed it is its only political nourishment.”¹⁰³

Se pensarmos nos problemas de representação associados às preexistências patrimoniais e simbólicas da Cidade da Maia - elas são longamente analisadas no artigo de Cecília Delgado- começamos a verificar que realmente a memória histórica e colectiva da sua população residente apresenta não só deficiências notáveis mas também uma ausência de reconhecimento do efectivo valor que alguns elementos já assumiram na cidade.

Só para referir um exemplo, podemos registar que a Ponte da Barca, quando identificada pela população -e essa é uma referência amplamente reconhecida- corresponde genericamente a um lugar “caótico, sujo e degradado”.

É preciso escavar no passado -e chegar aos níveis da população mais informada e enraizada, para se vir a descobrir que esta ponte não teve só uma importância histórica fundadora mas esteve também associada, no princípio deste século, a um dos locais de recreio mais reputados da área metropolitana do Porto.

Falamos da utilização do Rio Leça como local privilegiado de passeio e lazer, característica essa irremediavelmente perdida (?) no contexto da perda de qualidade ambiental deste referente geográfico e mesmo da alteração da forma como o lazer e o ócio passaram a ser considerados no contexto de uma suburbanização das mentalidades.¹⁰⁴

Confrontados deste modo a memórias que, como esta, foram excluídas do processo histórico, mais pelas circunstâncias do ‘progresso’ do que por uma vontade explícita, vem-nos à recordação o que Maria-Angéles Durán escreveu em *La Ciudad Compartida*:

¹⁰³ In BUCK-MORSS, Susan, op. cit., p. xi. O texto de Das Passagen Werk é, note-se, justamente um retrato de imagem de cidade através da sua produção cultural.

¹⁰⁴ Com isto queremos referir que, mesmo considerando um contexto mais lato, a valoração crescente dos centros comerciais como ‘sítios’ privilegiados de lazer e ócio (até mais do que de simples troca comercial) resulta da importação de um modelo que tem origem na suburbanização das grandes áreas de retalho no contexto das metrópoles americanas e, mais tarde, das cidades europeias. Neste sentido o Maia Shopping é mais um dos centros comerciais que por esse país fora importa tanto os factores de localização -ele é exterior, inclusivamente, aos limites da própria cidade da Maia,- como a tipologia típica dos grandes shopping malls periféricos da cidade americana -a entrada principal, por exemplo, dá directamente para o parque de estacionamento que é, de facto, o elemento funcional centralizador destes espaços.

Significativamente, e até porque este é, de facto, exterior à cidade da Maia, o Maia Shopping é considerado por cerca de 5% da população Maiata como uma das referências da cidade a indicar a um turista. Em alguns estratos, no entanto, essa percentagem chega a subir para mais de 10%. Vide, a esse respeito, a análise de Cecília Delgado.

“Recordar é construir e como assinalou Max Weber, nada nos livra da necessidade de eleger: eleger entre as múltiplas épocas, entre os sujeitos desiguais e contrapostos. (...) Há memórias triunfantes, privilegiadas, que se instalam insolentemente sobre a memória alheia. Mas também há memórias repelidas, humilhadas, escondidas. A memória varia de época para época e de grupo para grupo. É selectiva e excludora. Por vezes, mas só por vezes, alcança a categoria de explícita como resultado de uma negociação em que os ‘recordadores’ com maior capacidade de domínio a impõem sobre os outros. Como contraponto a esta memória postíça, obedecida mas não sentida, surgem as memórias secretas ou invisíveis, e as memórias sonhadas. Contra ventos e marés, contra a comemoração do edital e da pedra, do aço e do vidro, as memórias frágeis protegem-se do assédio externo envolvendo-se em si próprias e protegendo-se do embate do confronto directo contra memórias mais poderosas.”¹⁰⁵

Como constatado por Cecília Delgado a partir do tratamento das entrevistas realizadas, “todas as referências históricas indicadas no roteiro da Maia estão ausentes dos mapas mentais da população Maiata”.¹⁰⁶

Estamos portanto colocados perante o dissídio do discurso oficial, que desejando impor uma certa identidade referenciada a elementos seleccionados e considerados historicamente representativos, se verifica efectivamente ausente na percepção real que os maiatos fazem do património histórico da sua cidade.

Abordada aliás a questão de qual seria para os maiatos o ‘centro histórico’ da sua cidade, a ambiguidade imediatamente se estabelece entre aqueles que se dispersam por respostas variadas e pouco ligadas a uma percepção correcta da evolução histórica do concelho, e aqueles que não conseguem recuar mais do que a identificação do actual centro urbano, que, recorde-se, só é assumido na sua actual localização a partir de 1902.¹⁰⁷ Ironicamente, pode-se aliás perguntar se esta resposta mais do que um ‘reco’ não constituirá antes um ‘avanço.’

De facto, e como vimos, a *cidade*, tem uma história de *anos* e este é sem dúvida não só o seu único centro histórico *possível*, mas também aquele que efectivamente congrega as condições únicas de identificação para se assumir como centro histórico-simbólico *definitivo*.¹⁰⁸

O processo de metropolitanização e a consolidação da imagem

Na sequência do que foi dito não nos resta senão retornar ao quadro em que nos parece se podem sintetizar os vários temas explorados ao longo desta formulação teórica.

Tratando-se então de comprovar que se poderiam congrega na figura jovem da cidade da Maia a conjugação e a articulação de valores adquiridos e de valores decorrentes da aspiração a uma identidade essencialmente metropolitana; tratando-se de constatar que essa articulação viveria da batalha travada entre o estigma da suburbanização e a afirmação de uma dada visibilidade externa num contexto mais vasto, não nos resta senão explicitar como entendemos que o processo de *metropolitanização* serve a consolidação de uma imagem e uma identidade urbanas renovadas.

Neste sentido, tivemos sempre presentes algumas afirmações de François Asher que este reproduz no seu livro *Metapolis: Acerca do Futuro das Cidades* e que referem que “as metrópoles não são apenas territórios, são também modos de vida e modos de produção (e que) a complexidade destes novos

¹⁰⁵ DURÁN, Maria-Angéles, op. cit., p.51.

¹⁰⁶ É de registar que a própria tentativa de descobrir *na cidade* as mencionadas referências é uma tarefa hercúlea, mesmo para uma turista empenhada como o foi a dado momento Cecília Delgado.

¹⁰⁷ Vide José Augusto Maia Marques e a caracterização que faz desse ‘centro histórico’ no presente estudo.

¹⁰⁸ Entre outros aspectos, e como já anteriormente havíamos mencionado, o actual centro urbano é, de facto e independentemente de todas as contradicções registadas, o lugar que na cidade da Maia congrega um maior grau de identificação por parte do total da população: 37% contra um valor próximo de 34.9% para a freguesia Gueifães (o que constituiria um paradoxo não fosse este valor revelar-se senão como um índice do alto grau de identificação que a população desta freguesia sente pelo seu local de residência - esse percentil acaba por corresponder praticamente à totalidade(!) da população inquirida em Gueifães...).

espaços urbanos torna por isso difíceis tanto a sua definição geográfica e estatística, como a sua representação.¹⁰⁹

O que não quererá dizer, como Ascher também nota que, se “os sentimentos e atitudes dos habitantes das grandes cidades perante a região são muito variáveis, (...) esta funciona cada vez mais como um território de identificação cultural.¹¹⁰”

Para nós, é este aspecto que funciona exactamente como a perspectiva que corola o que anteriormente afirmávamos.

A identificação cultural reflexa, entre cidade constituinte e a sua metrópole; a desfragmentação das representações e aspirações em torno de elementos simbólicos fortes projectáveis para o duplo exterior - o da cidade e o da metrópole em que esta se insere; permitem-nos inclusive sugerir um duplo território de identificação.

É um *duplo território de identificação*, necessariamente simbiótico, não reflecte senão uma outra constatação de Ascher quando este nota que “a eventual perda de população do centro das cidades, erradamente interpretada como sintoma de declínio das grandes urbes, não é em nada contrária à metropolização, exprimindo sobretudo a recomposição funcional e social dos espaços metropolitanos.”¹¹¹

Porém não nos parece que a importância dada por Ascher aos mecanismos próprios do que preferimos chamar *metropolização*¹¹², por oposição aos das suas cidades constituintes, tenha para já capacidade de afirmação no contexto identitário que podemos reconhecer na cidade da Maia.

Não só não existe aparentemente uma correspondência directa nas políticas urbanas adoptadas na Maia relativamente a uma possível a uma *encrostação* na lógica da sua área metropolitana, a não ser em algumas áreas perfeitamente delimitadas e reconhecidas pelos inquiridos como o foram e o são a dinâmica empresarial e industrial; como nem tão pouco nas aspirações da população se reconhece um desejo evidente de assumir a identidade de região como de efectiva pertença.

É aliás revelador o constatar a este respeito que, quando inquirida sobre os acontecimentos que influíram decisivamente na evolução recente da Maia, a população residente da Maia destacava claramente a eleição de Vieira de Carvalho como o acontecimento mais determinante (e por uma margem confortável de 41.6%), simultaneamente relegava para valores negligenciáveis o facto de este ser assumir também a Presidência da Área Metropolitana do Porto¹¹³

Perante estes dados não se pode senão concluir que os maiatos não acreditam ainda nas vantagens que na e da área metropolitana lhes podem advir.

Reconstruir a sua identidade perante a metrópole, porém, não se afirma fácil já que, como refere Kevin Lynch, “o crescente tamanho da nossa área metropolitana e a velocidade a que a atravessamos criam muitos problemas novos à nossa percepção.” Ora sendo hoje a região da metrópole “a unidade funcional do nosso meio ambiente”, continua Lynch, “é desejável que esta unidade funcional seja identificada e estruturada pelos que a habitam.”¹¹⁴

Reforçar a ligação à área metropolitana, encrostando-se nela como uma peça lógica de articulação, pressuporia, a partir daqui, perceber quais os pontos onde a Maia mostra já vantagem competitiva e reforçá-los numa lógica de imagem externa.

Tal imagem externa, porém, não pode senão ser reforçada se não for reforçada pela coesão da imagem interna nessas mesmas áreas, inclusive como forma, explicitada por Flávio Nunes no seu estudo, de captar e fidelizar os próprios recursos humanos.¹¹⁵

¹⁰⁹ ASCHER, op. cit., p.16.

¹¹⁰ ASCHER, op. cit., p.114.

¹¹¹ ASCHER, op. cit., p.6.

¹¹² Relativamente a Ascher preferimos usar propositadamente o termo de *metropolização* pelo que este radica no conceito de *metropolitano -o espírito, a característica, o adjectivante-*, mais que no de *metrópole- o substantivo e o substantivante*.

¹¹³ Assim, este facto assumia em termos percentuais um valor de 1.6% colocando-se atrás de todos os outros factos indicados: a ‘construção da zona industrial’ com 12.8%, a ‘política urbanística dos últimos anos’ com 12.4%, a ‘abertura do Maia Shopping’ com 7.4%, a ‘construção do Estádio de Futebol’ com 7.2%, a ‘abertura do Fórum da Maia’ com 4.6% e ainda, mesmo, a ‘realização do Open de Tenis’ com 2.2%.

¹¹⁴ LYNCH, op. cit., p.125.

¹¹⁵ Mas pressuporia também, e como é óbvio, detectar as próprias áreas debilitadas da área metropolitana para se posicionar sobre elas. A Bienal da Maia constitui, como já indicámos nesse sentido, uma aposta recente de visibilidade que procura esse âmbito do interesse comum em valorizar aspectos em falta na própria Área

Como se pôde compreender ao longo do estudo, ademais, a imagem externa e interna que as pessoas fazem de uma cidade é simbiótica, uma imagem vive das projecções da outra, reforçam-se ou enfraquecem-se mutuamente, e transmitem juntas esse sentido de auto-estima ou desalento que podem conduzir ou condicionar os destinos de uma cidade num contexto mais vasto.

Neste sentido, a auto-estima revela-se já relativamente bem alicerçada na imagem que os maiatos fazem globalmente da sua cidade, mas será necessário trabalhar nos aspectos debilitados dessa autoestima, nas contradições detectadas e, fundamentalmente, no seu redimensionamento face a objectivos mais gerais de inserção num processo de metropolitanização mais vasto.

Para Ascher a riqueza do que ele denomina por '*espaços metropolitanos*' "dependerá, em larga medida, das suas qualidades sensitivas, da sua capacidade de produzir eventos e da sua acessibilidade física."¹¹⁶

E assim, prossegue, "os arquitectos e urbanistas, para prepararem este futuro hipersensível, deverão ter cada vez mais em conta o conjunto das dimensões sensoriais e vivenciais dos espaços que conceberão."

Se na história recente o Jardim Zoológico da Maia confirma, incluso na sua popularidade e capacidade de gerar uma simbólica própria, o encontro de um programa que joga claramente nos pressupostos atrás enunciados - ser o local exclusivo numa dada área de influência e o privilégio de uma experiência sensível directa rara,- teriam, agora e no futuro, de ser encontrados novos programas ou equipamentos que fossem de encontro a uma consolidação de uma imagem de cidade mais atraente e que dentro de um espírito aproximado, que saiba, por exemplo, corresponder à atitude crítica discernível nos escalões etários mais jovens.¹¹⁷

A diferenciação a todos os níveis de resposta das populações mais jovens sugerem aliás uma aposta clara nas aspirações desse mesmo escalão, mais a mais se tomadas como indicadores privilegiados de tendências futuras.

Mas os problemas a contornar para a delineação de tal aposta são de índole variada: na sua caracterização mais geral trata-se de um estrato da população que por via da sua despolitização crescente vê decrescer o apreço por valores clássicos de urbanidade bem como pelos símbolos mais facilmente assimiláveis pela população restante.

Apresenta graus de desinteresse e desenraizamento ligeiramente superiores à média, mas, em aparente contradição, deixa ler uma atitude atenta e crítica que, para além do mero negativismo, se pode entender como consequência de um maior grau de instrução e informação¹¹⁸. Apresenta preocupações próprias não satisfeitas pela cidade, não hesitando em expressar bastante claramente este facto.

Identificados porém grupos de interesse colectivo como o referido, e que, como Flávio Nunes refere no seu estudo, são passíveis de ser assumidos como determinantes, não se pode esquecer ou menosprezar o chamado contrato social e, com ele, o facto, referido por Paula Guerra, "de muitas populações necessitarem de pontos de referência evidentes, situação geralmente mais proeminente em grupos sociais desfavorecidos que assentam a sua segurança ontológica e entendimento teórico nas relações de conhecimento pessoal e nas relações de vizinhança."

Mesmo aqui, pensamos, o reforço da imagem passa, sem dúvida, por alguns dos prognósticos anteriormente descritos aliados a um desejo claro de consciencialização da população nesse contexto de *metropolitanização do espírito* que temos vindo a referir.

Metropolitana. Aliás como também refere Ascher face à evolução dos meios audiovisuais, mais e mais se procuram as emoções em directos, desde o turismo e o desporto à produção de eventos. Assim, "a qualidade e a riqueza de um território dependem do que ele dispõe em exclusivo e que não é nem telecomunicável nem transportável". In ASCHER, op. cit., p.48.

¹¹⁶ ASCHER, op. cit., p.48.

¹¹⁷ Vide a análise de Flávio Nunes neste volume.

¹¹⁸ Acresce que, como aponta Paula Guerra na caracterização sociográfica da população da cidade da Maia, se reflecte também aqui uma correlação inversa entre as idades dos intervenientes e os graus de instrução, correlação essa decorrente da democratização do ensino em Portugal e favorável aos estratos mais jovens da população. Os jovens tendem ainda, indiciando uma tendência para a progressão e actualização da escala social portuguesa face ao contexto europeu, a "autoposicionar-se numa posição socialmente mais prestigiada." Como indica Paula Guerra, "estes valores assumem muita importância porque podem demonstrar que os grupos juvenis têm uma dose maior de auto-estima e de auto-valorização social, podendo por isso surgirem como actores fulcrais de um processo de mobilidade social ascendente, movendo e concretizando aspirações e realizações."

Espera-se aliás que o projecto *maia identificação de uma cidade* venha a ser, já por si, um interessante instrumento de consciencialização urbana para todos os protagonistas da cidade da Maia.

Assim, não temos dúvidas que mesmo o questionário desenvolvido junto de 500 habitantes da cidade da Maia terá já sido, no contexto dos cerca de cerca de 25.000 habitantes presentes, uma discreta forma de *difusão de expectativas* que, algum dia, se poderão revelar inesperadamente frutuosas na activação de graus de participação mais elevados e, assim, na constituição de uma imagem da cidade mais informada e empenhada.

5. Epílogo

“Many, often remarkable, works have sought to study the representations of a society, on the one hand, and its modes of behavior, on the other. Building on our knowledge of these social phenomena, it seems both possible and necessary to determine the use to which they are put by groups or individuals. For example, the analysis of the images broadcast by television (representation) and of the time spent watching television (behavior), should be complemented by a study of what the cultural consumer ‘makes’ or ‘does’ during this time and with these images. The same goes for the use of urban space, the products purchased in the supermarket, the stories and legends distributed by the newspapers, and so on...”¹¹⁹

Michel de Certeau

Duas perspectivas para um estudo evolutivo.

Parece-nos importante referir que a pesquisa sugerida por Michel de Certeau sobre o que o indivíduo ‘faz’ ou ‘concretiza’ a cada momento de uma imagem que lhe é dada a construir, teria sido um âmbito desejável para o aprofundamento do presente estudo.

Mas esse âmbito implicaria não só um trabalho paciente, quase antropológico, que não cabia nos limites temporais disponíveis para a concretização da pesquisa, como também uma adopção de uma metodologia que, nos limites sempre difíceis e delicados da interdisciplinaridade, ainda está provavelmente por inventar e testar.

Dentro da metodologia utilizada só por vezes -nos momentos do *acidente que foge a qualquer sistematização*, tanto como no seio dessa *perspectiva artística que se assumiu justamente nas proximidades de uma investigação antropológica*, - se pressentiram emergir os fantasmas desejantes de tal pesquisa.

Neste aspecto, foi de algum modo pena que as entrevistas não fossem mais construídas para que dessem lugar à memória e ao seu extravasamento nos interstícios do discurso, para que assim pudessem surgir as *histórias comparadas*. Só em alguns casos, e mormente no caso de entrevistados dos grupos etários mais avançados, foi incontornável deparar com esse precioso material.

Parafraseando uma autora que com a sua noção de *cidade compartilhada* nos guiou em muitos aspectos da formulação de uma síntese, reconhecemos com Maria-Angéles Dúran que se “a cidade privilegia algumas interpretações, alguns episódios da sua vida”, também “esquece outros”.

Perante uma ideia de cultura urbana enriquecida e enriquecedora, importa assim, cada vez mais, reconsiderar que “para lá da sua própria memória colectiva e pública, a cidade é o cenário de múltiplas

¹¹⁹CERTEAU, Michel de, op.cit., p.xii.

memórias privadas que sobre ela discorrem. São as memórias *na* cidade, enlaçadas e fundidas na história *da* cidade que mais importa ao sujeito que recorda.”¹²⁰

Uma segunda perspectiva, que se nos depara já como essencial -e que o correr do tempo poderá mesmo vir a exigir concretizar-se-, parte do entendimento que o presente estudo só tem um valor operativo -que extravasa os objectivos mais óbvios e típicos- se de facto conseguir vir a propor, de um modo evolutivo, uma outra *história comparada*.

Como explicitado ao longo deste ensaio formulador de *teorias comparadas à realidade*, a produção artificial de uma identidade urbana na cidade da Maia, fundamentou-se, até aqui, aparentemente a *contrario* de uma leitura Certaniana, mais sobre uma manutenção política hábil do *domínio do dominado*, do que propriamente sobre a aplicação, mais ou menos metódica, de um *modelo de cidade*. Em última instância não nos restam dúvidas que, num futuro relativamente próximo, urdirá confrontar, logo, esse passado recente da cidade da Maia com a passagem, *ainda sob o auspício do marketing urbano*, para o recurso a modelos de saberes disciplinares específicos que -resta saber sob que formas de conflito e conciliação- se imporão ou não ao sucesso visível da *estratégia de uma certa desordem* que até aqui ocorreu.

Se, de resto, e paralelamente, se comprovar a capacidade de permitir emergir um *espírito metropolitano* que resolva as contradições e a aura estigmatizante dos fantasmas da suburbanização, logo urdirá também, não o duvidamos, o estabelecimento de um quadro comparativo da evolução e consolidação de uma imagem de cidade para o domínio de uma coesão plena.

¹²⁰ DURÁN, Maria-Angéles, op. cit.

2. MAIA: CIDADE, TEMPO E HISTÓRIA

«Identificar a história da humanidade com a história da cidade seria obviamente um exagero [...] mas não há dúvida que nos últimos 5 000 anos a cidade está no centro da história,. Como espaço privilegiado onde se encontram manifestações do progresso material e espiritual das sociedades mais evoluídas. As actividades políticas, sociais, económicas, culturais e espirituais, no mais amplo sentido da palavra, estão intrinsecamente ligadas à cidade».

António Augusto Tavares, 1993.

A História

Tempos Remotos

A Maia é, todos o sabemos, uma terra milenar. Uma terra onde se fundem o passado, o presente e o futuro.

Disse Horácio Marçal na sua monografia sobre Vilar do Pinheiro que os primeiros povos a calcar o solo fecundo da Terra da Maia foram os romanos. Este pressuposto foi seguido na maior parte dos trabalhos monográficos sobre esta e outras regiões. Felizmente que hoje esta tendência está a ser sistematicamente abandonada pois de facto não há nada de mais errado do que pensar que tudo começou com os romanos.

Em Modivas, nas margens do Rio Onda, que na zona da sua foz é chamado também Rio Labruge, foram descobertos, nos meados deste século, quando se abriam galgueiras para plantar vinha, vários objectos de pedra talhada datáveis do **Paleolítico**. Quer isto dizer, portanto, que a Terra da Maia é habitada desde os tempos mais remotos.

É no entanto do fim do **Neolítico** que data a maior parte dos monumentos pré-históricos espalhados pela Terra da Maia. Trata-se das mamoas, montículos de terra em forma de calote esférica, que tapavam umas construções funerárias em grandes blocos de pedra vulgarmente designadas por Antas. E são muitos os seus vestígios na área que estamos a abordar: as mamoas de Guilhabreu e Vilar, de grandes dimensões; a Mamoia Pedrosa (entre Quintã e Fajozes), servindo de referência em muita documentação medieval; a Antela de Lavra, cujas pedras estarão ainda, servindo de passadiço, próximas do seu primitivo local; a Mamoela de Nogueira; a mamoia do Leandro, em São Pedro Fins, com evidente importância arqueológica; A Anta, em Gemunde, vestígio toponímico que atesta a existência de um daqueles monumentos funerários; a Necrópole de Canidelo, explorada pelo Abade Sousa Maia, e que forneceu um curioso conjunto de objectos tais como facas em sílex, machados de pedra polida, mós manuais e cerâmica.

Como se vê era a Terra da Maia povoada, e bem povoada, durante a Pré-História. E digo povoada pois, muito embora tratando-se, como já referi, de monumentos funerários, é óbvio que os mortos, antes de o ser, estavam vivos. E se aqui eram enterrados era porque aqui viviam. O que, aliás, não era nada de espantar. A proximidade do mar, pródigo em peixe e em moluscos; a planície costeira, fértil; os vales interiores fornecendo os alimentos que nuns casos recolhidos e noutros cultivados, constituíam uma das bases da alimentação; os pequenos bosques de meia encosta e os soutos, onde seria fácil caçar.

Antes da chegada dos romanos, isto é, naquilo que se designa por **Proto-História**, e que compreende as Idades do Bronze e do Ferro, o homem deixou entre nós bem presentes muitos e importantes vestígios

arqueológicos.

Convém não esquecer porém que o trabalho agrícola intenso, por um lado, e a crescente urbanização, por outro, têm vindo a destruir, desde o início deste século, muitos destes elos do passado. Só muito recentemente parece assistir-se a uma consciencialização deste problema e a um refrear destes prejuízos.

Da Idade do Bronze há, na Terra da Maia vários vestígios importantes. Destaco dois: o Esconderijo de Fundidor/Mercador de Abelheira, São Martinho de Bougado, constituído por 36 machados de bronze, peças de grande significado comercial e cultural na época; a Pedra de Ardegães, de Águas Santas, e hoje depositada no edifício da Faculdade de Ciências do Porto, importante bloco rochoso, gravado com motivos geométricos, constituindo um dos mais importantes testemunhos da Arte Rupestre do Noroeste Peninsular.

Passemos à Idade do Ferro e destaquemos aqui alguns monumentos da Cultura Castreja, em que a Maia é tão fértil: o Castro de Guifões e a Cividade de Bagunte foram objecto de explorações arqueológicas que atestaram a sua grande importância; o Castro do Boi em Vilarinho, é abundantemente citado na documentação medieval como ponto de referência; o Castro de Alvarelos ainda em fase de estudo será, no seu género, um dos mais significativos monumentos arqueológicos do Norte de Portugal. Também na Maia de hoje alguns vestígios toponímicos parecem demonstrar a existência destes povoados fortificados da Idade do Ferro. É o caso, por exemplo, de Cidadelha em Avioso, de Pedras Rubras em Moreira ou do Monte do Faro em Gemunde. Já mais palpáveis são os vestígios nos castros de Barca, na freguesia do mesmo nome, e de Santo Ovídio em Santa Maria de Avioso. O Castelo da Maia, cabeça da Terra homónima, ficaria no Alto da Maia, em Águas Santas.

Todos estes locais seriam, portanto, povoados fortificados, dotados de casas construídas em pedra, cobertas de fibras vegetais, habitadas por povos praticando uma economia essencialmente pastoril, à qual se associava a caça e a pesca, a recolção de frutos e uma agricultura de subsistência. Aqueles povos, constituídos por inúmeras tribos, agrupavam-se sob a designação genérica de Calaios ou Galaicos.

No que toca à **Romanização**, vejamos alguns dos mais importantes vestígios aparecidos na terra da Maia.

Em termos de estrutura urbana, refira-se: no lugar do Paiço, em Guilhabreu, Vila do Conde, restos de um edifício que seria uma *villa* agrária. Teria havido um monumento funerário colectivo dotado de nichos - *columbrarium*. Aí foi também encontrado um conjunto de moedas do século IV; no Fontão de Antela, em Lavra, Matosinhos, mosaicos do século III, fragmentos de colunas e de esculturas, cerâmica de construção e doméstica atestam também a provável existência de uma *villa* piscatória; em S. Pedro Fins, notícias do aparecimento de cerâmica doméstica e de construção indiciam, do mesmo modo, a presença de uma estrutura de habitação do tipo já referido.

Significativos também como estrutura urbana são os castros romanizados. Destes, destaque absoluto para o castro de Alvarelos. Importante complexo arqueológico, articulando-se com os achados de sobre Sá e da Quinta do Paiço, este seria um dos mais notáveis povoados fortificados castrejos da faixa litoral. Aqui se achou uma inscrição que identifica este local como a civitas dos Madequisenses, de onde derivará com toda a probabilidade o nome Maia. Cerâmica, restos de construção, armas, utensílios, moedas, esculturas, um vastíssimo e riquíssimo espólio aqui foi encontrado.

Importantes foram também os castros romanizados de Guifões, de Retorta e do Castelo. Tê-lo-ia sido também o Castelo da Maia, em Águas Santas. Este cabeço merece um estudo e uma atenção mais aprofundadas e eventualmente uma intervenção arqueológica.

Mas nem só das cidades dos vivos se compunham os vestígios Romanos. Não menos importantes são as cidades dos mortos - as necrópoles. E como elas abundavam na terra da Maia. Sinal de grande densidade populacional, como é óbvio.

De entre a mais de uma dúzia de necrópole destaquem-se: em Vila Boa de Guilhabreu uma necrópole num importante contexto arqueológico; em Vila Nova da Telha, a necrópole das Bicas, com material cerâmico curioso; em Gueifães, a necrópole da Quelha Funda, igualmente rica em objectos cerâmicos; em Santa Maria de Avioso a necrópole de Forca, que poderia estar relacionada com o Castro do Monte de Santo Ovídio.

Muitas, e importantes, foram também as inscrições aqui deixadas pelos romanos ou pelos indígenas romanizados. Especial menção para :a já referida em relação ao castro de Alvarelos o que explica a etimologia do nome Maia; a do lugar da Igreja, S. Pedro de Avioso e que seria dedicada a uma divindade indígena — *valanis* — por um tal Caio Sempronio Flávio: a da Quinta do Alão, S. Mamede de Infesta, dedicada ao deus Júpiter, um dos mais importantes nos cultos do Noroeste; a inscrição gravada numa

pátera (antigo prato idêntico a alguns actualmente usados como fruteiras) descoberta na Quinta do Paiço em Alvarelos, que seria eventualmente dedicada ao deus guerreiro Marte.

Outro grupo de importantes vestígios são os que respeitam à viação romana. Estão entre estes os miliários, cilindros em granito que marcavam a distância, em milhas, e por isso a designação de miliário, entre as principais etapas do caminho. Vários destes vestígios foram encontrados nas Terras da Maia. Na Trofa, um miliário de Marco Aurélio, outro de Tácito, outro de Licínio outro ainda de Constante, assinalavam a milha XXI a contar de Bracara Augusta a actual de Braga, na Peça Má (Alvarelos) um miliário de Constâncio, na Quinta do Paiço, ainda em Alvarelos, um miliário de Adriano; na Carriça, S. Cristóvão do Muro, um miliário onde não consta o nome de imperador mas que assinada claramente a milha XXIII a partir de Braga; em Santa Maria de Avioso um miliário talvez de Adriano; também de Adriano um outro miliário em S. Mamede de Infesta. Como se vê, um rico conjunto de testemunhos que conjugados com as pontes que embora sendo medievais, estarão a substituir outras mais antigas, permite-nos traçar um bom panorama da viação romana.

A principal estrada que, naqueles tempos, sulcava a região, era a via que de Bracara (hoje Braga) passava o Douro em Cale (Gaia) e se dirigia a Olissipo (Lisboa). Atravessando do Douro, a via passava a poente da igreja de Paranhos e seguia para a traseira da igreja de S. Mamede de Infesta. Aí apareceu, como referimos, um miliário dedicado ao imperador Adriano. A referência a este imperador é uma constante de todo este troço de estrada. Da Igreja de S. Mamede de Infesta, a via seguia até à ponte da Pedra. Esta, sendo embora medieval, apresenta fundamentos romanos, mormente pedras com aparelho almofadado. Em seguida, pela extrema das freguesias de Leça do Balio e Gueifães, dirigia-se ao Picoto, na Maia, indo depois até à Pinta. Daqui cortava à esquerda da actual estrada Porto-Braga por Mandim, indo a S. Pedro de Avioso e, pela extrema de Guilhabreu até Alvarelos, onde apareceu um miliário de Adriano. Depois ia à Peça-Má, com um miliário de Contâncio. Atravessaria o Ave na área na ponte da Lagoncinha, ou, o que um parece mais provável, um pouco a jusante desta, no lugar do vau em Santiago de Bougado. Dos dados referidos, depreende-se que esta via teria sido mandada construída ou muito reformada por Adriano.

Mas outras vias existiriam certamente nesta região. A ponte romana de S. Martinho do campo “exige” uma estrada. Esta viria a Alfena, Valongo por Nogueira da Maia e Milheirós, entroncando na via de Braga ao Porto. A existência de uma ponte romana sobre o Leça, a Ponte da Azenha, conjugada com a referência documental a uma «Karraria antiqua» atesta-nos outra via romana que iria de Cedofeita ao Monte dos Burgos, Padrão da Légua, Ponte da Azenha, Moreira, Vilar do Pinheiro, Vairão e Macieira.

Enfim, uma certa profusão de vias romanas atesta bem a sua importância naquela época. Aqui existiam zonas de evidente peso económico e administrativo. Aqui se fazia então a passagem entre o litoral e o interior, o norte e o sul. Por aqui se estendia o fértil território dos madequisences. Afinal, as raízes da Maia. E repare-se que os traçados das vias romanas são quase paralelos às estradas actuais.

Com o desagregar do Império surgem os denominados **Bárbaros**. Em termos objectivos sabemos pouco da sua passagem entre nós. No entanto deixaram as suas marcas. Poucas, mais deixaram. Não há, ou melhor, quase não há testemunhos arqueológicos. Capitéis em Moreira e em Águas Santas é tudo o que temos na terra da Maia. Ficou-nos, isso sim, uma toponímia bastante rica em muitos aspectos mas, sobretudo na antroponímia, isto é, nas designações oriundas dos nomes de pessoas.

É o caso, por exemplo, de Gueifães. Chamar-se-ia *Villa Gayfanes*. Ou Ardegães. Seria *Villa Ardaganes*, que deveria aquela designação ao nome do seu senhor, que, no caso, se chamava *Ardagam*. Ou Meilão, do germânico *Manila*. Ou Gemunde, de *Villa Gemundi*, cujo senhor se chamaria *Gemundus*. Ou Mandim, de *Villa Mandini*, chamando-se o seu senhor *Mandinus*. Ou ainda *Vermoim*, que seria a *villa* de algum visigodo chamado *Vermudo*.

Outros vestígios toponímicos se verificam também. É o caso do rio Almorode que, muito embora graças ao prefixo *al* o pudesse à primeira vista fazer pensar, não deriva do árabe mas sim do nome germânico Ermerode nome que, aliás aparece em vários documentos medievais. Sangemil, não tem nada a ver com o nome de nenhum Santo. Vem do nome pessoal *Songemir*. Crestins, não terá talvez a ver com a raiz castro-crasto, mas sim com um qualquer *Christinus* que aqui possuiria uma propriedade.

Na Idade Média

A Maia estendia-se, nos meados do século XIII, desde a cidade do Porto, outrora limitada a breve espaço, até à margem esquerda do rio Ave.

Era sem dúvida uma área de grande significado político, social e militar no Portugal proto-histórico e romano que, invadida por Suevos e Visigodos, não deixou de ter grande importância durante a Idade Média.

A Terra da Maia foi berço dos Mendes da Maia, poderosos caudilhos regionais que, conjuntamente com o primeiro Rei, devem muito justamente ser considerados como os fundadores da nacionalidade portuguesa.

Os Mendes da Maia constituíam uma família radicada na Região desde a segunda metade do século X. Mendo Soares e Paio Soares foram dois dos filhos de Soeiro Mendes o Bom, foram personagens importantes na corte de D. Henrique. Paio Soares foi governador de Montemor e da Maia e alferes de D. Teresa, o que constituía o mais importante cargo militar do Condado. Soeiro Mendes, Gonçalo Mendes e Paio Mendes serão três dos filhos de Mendo Soares cuja acção, mormente no que respeita ao segundo e terceiro, foi decisiva no processo autonómico de Portugal.

A família Mendes da Maia era, pelos meados do primeiro quartel do séc. XII, o verdadeiro expoente da aristocracia portugalense.

É muito provável que alguns anos após a morte do Conde Henrique, o infante Afonso se mantivesse no convívio e na familiaridade dos Mendes da Maia. A partir de 1118 Paio era arcebispo da Sé primacial bracarense, primeira figura da Igreja portugalense e um dos principais descontentes com o rumo político pró-castela que a governação de Dona Teresa tomava. É então que em 24 de Junho as forças leais a Dona Teresa se encontram com as forças do Infante e do Arcebispo em S. Mamede. As forças do Infante, comandadas por Gonçalo Mendes, saem vencedoras da refrega. Assim bem se pode dizer que Paio fora o estratega do “golpe de Estado” e Gonçalo fora o seu principal operacional.

É, assim, mais do que evidente a estreita ligação entre a Maia e o nascimento de Portugal. Uma família, sucedendo-se de pai a filho, territorializada, ganhou importância crescente, a nível de toda a região portugalense, e mesmo do Ocidente da Ibéria.

A sua influência perdurou ao longo dos séculos, só se esbatendo nos meados do século XV, quando, em Alfaroqueira, ela se perfilou ao lado do Infante D. Pedro, ganhando desse modo a antipatia de D Afonso V.

Os tempos modernos

Em 15 de Dezembro de 1519, D. Manuel concedeu foral ao Concelho da Maia. Por essa altura o concelho abarcava toda a orla marítima entre o Porto e o Ave, estendida desde o mar até uma linha de pequenas alturas, ainda assim destacadas das terras chãs afins, desfiada desde Rio Tinto, pelos limites orientais de Alfena, de Covelas e dos Bougados.

Em finais do século XVIII registam-se várias tentativas e movimentos para construir uma “casa de audiências” uma vez que a administração da Justiça e as demais funções municipais se desenrolavam em um telheiro, junto de uma estalagem, no lugar do Castelo em Avioso. A construção dos Paços do Concelho, edifício ainda hoje bem conservado e em fase de adaptação a Museu, revelar-se-ia impotente para, algum tempo depois, como se verá, impedir a mudança da sede do concelho.

Na primavera de 1809, a Maia foi atravessada pelo exército napoleónico do Marechal Soult, que, durante a chamada “2ª invasão francesa”, se dirigia de Braga para o Porto. A esta passagem teria correspondido, entre outros infaustos “acontecimentos”, o saque da Igreja de Milheirós.

Em 1832, D. Pedro, Imperador do Brasil e Regente de Portugal, desembarcava na Maia, nos areais de Pampelido, marchando de seguida sobre Pedras Rubras, onde estabelece acampamento. A Maia era, assim, em todo o espaço metropolitano português, a terra onde, pela primeira vez, se hasteava a bandeira liberal. Durante o conturbado período que decorreu de 1832 a 1834 a Maia foi um dos palcos mais salientes da guerra fratricida que opunha absolutistas e liberais. Os avanços e recuos das tropas, os quartéis-generais, os aquartelamentos avançados, tudo isso perpassou pela Maia ao longo desses anos. Durante o Cerco do Porto, a região da Maia aboletou até uma boa parte do exército miguelista, num número estimado em mais de 60.000 homens.

Em 1836, implementava-se a reforma administrativa planeada por Mouzinho da Silveira. E por força desta acção, concebida à maneira dos figurinos da França napoleónica, e ainda em função dos apetites de vários caudilhos das terras adjacentes, a Maia viu-se retalhada, e vários pedaços seus foram engrossar concelhos vizinhos.

Em 1902 a sede do concelho haveria de ser transferida do lugar do Castelo da Maia para o lugar do Picoto na freguesia de Barreiros, entretanto elevada à categoria de Vila. Aqui se fazia o cruzamento entre

duas importantes vias - a Porto-Braga, no sentido Sul Norte e a recém aberta Moreira-Ermesinde, no sentido Poente-Nascente - que, em parte, explicarão esta opção. A vila da Maia mantém-se completamente adormecida, a todos os níveis, até ao início da década de 70, isto sem embargo de por aqui terem passado prestigiados Presidentes de Câmara, como é o caso, por exemplo, do Dr. Carlos Pires Felgueiras. Só que a «hora» da Maia não havia ainda chegado.

Foi sem dúvida a escolha do Prof. Dr. José Vieira de Carvalho para governar os destinos da Maia que fez com que a Vila e o Concelho passassem de um lugar bem na cauda do «ranking» dos municípios nacionais nos fins dos anos 60, para o lugar cimeiro que hoje ocupa entre todos os municípios . Foi pioneira na construção das suas próprias estruturas culturais, no programa de educação física para o ensino básico, na construção dos ecocentros e ecopontos, na recolha selectiva de lixos, na educação ambiental. Muitos destes problemas haviam começado já a ser encarados há quase vinte anos.

A Terra e a Gente

O retalhar do Concelho

A Terra da Maia tem, territorialmente, um sentido em nada condicente com o do actual Concelho da Maia.

A Maia dos princípios do século era ainda um extenso território que se alongava, no sentido meridional, desde as margens do Douro, a Sul, até ao curso do Ave, a Norte. No sentido transversal ia da costa a uma pequena linha de elevações de Bougado a Rio Tinto.

Significa isto que à Terra da Maia pertencia a totalidade do concelho de Matosinhos, todo o concelho de Vila do Conde a sul do Ave, uma parte de Santo Tirso, de Valongo e de Gondomar e até uma freguesia do Porto.

Esta era a área da Terra da Maia medieval - 67 freguesias. Já haviam sido 85.

As reformas introduzidas por Mouzinho da Silveira começam a beliscar seriamente a unidade territorial da Maia.

Em 1835 o concelho compunha-se de 52 freguesias. Na segunda metade do século desmembrou-se completamente. Freguesias que lhe pertenciam engrossaram concelhos vizinhos, alguns dos quais inteiramente formados à custa da Maia. Eis a relação das freguesias que nos “fugiram” e dos concelhos onde foram incorporadas:

Porto – Paranhos.; *Valongo* – Alfena, Ermesinde e Valongo; *Matosinhos* – Guifões, Lavra, Labruge (depois para Vila do Conde), Perafita e Santa Cruz do Bispo; *Santo Tirso* – Covelas, Guidões, Muro, Santa Cristina do Couto, S. Mamede de Coronado, S. Martinho de Bougado, S. Romão de Coronado e S. Tiago de Bougado; *Vila do Conde* – Alvarelos, Árvore, Aveleda Canidelo, Fajozes, Fornelo, Gião, Guilhabreu, Labruge, Macieira, Malta, Mindelo, Modivas, Mosteiró, Retorta, Tougues, Vairão, Vila Chã, Vilar e Vilar do Pinheiro.

Ficou o concelho da Maia reduzido a 16 freguesias: Águas Santas, Avioso (Santa Maria), Avioso (S. Pedro) Barca, Folgosa, Gemunde, Gondim, Gueifães, Maia, Milheirós, Moreira, Nogueira, São Pedro Fins, Silva Escura, Vermoim e Vila Nova da Telha. Só em Outubro de 1985 se autonomizou, de Águas Santas, a freguesia de Pedrouços, ficando então a Maia com a configuração geoadministrativa que hoje tem.

Situação actual

O concelho da Maia, situa-se na zona central do distrito do Porto, plenamente inserido na sua Área Metropolitana, e ocupa uma posição charneira entre o litoral e os concelhos do interior – Gondomar, que lhe faz fronteira pelo Sudeste, Valongo, pelo Este e Santo Tirso, pelo Nordeste. O território maiato é limitado, ainda, por Vila do Conde, a Noroeste, pelo mar, a Oeste, por Matosinhos, a Sudoeste e ainda por uma pequena porção da cidade do Porto, a Sul.

A sede de concelho está situada na cidade da Maia, que se compõe das freguesias da Maia, de Gueifães e de Vermoim; foi elevada a esta categoria em 23 de Agosto de 1986. Foram na altura elevadas à categoria de vilas a freguesia de Águas Santas e o Castelo da Maia (esta composta por porções territoriais das freguesias de Barca, Gemunde, Gondim, Santa Maria e São Pedro de Avioso). O concelho conheceu, nestes últimos tempos, um acréscimo populacional bem significativo, tendo passado de quase 44.000 habitantes em 1950 para bem mais de 100.000 em 1991

A criação da cidade da Maia correspondeu ao reconhecimento da intensa polarização regional exercida por este dinâmico centro urbano. As três freguesias que a compõe contam, na actualidade, cerca de 30.000 habitantes.

Nas décadas mais recentes o concelho foi palco de profundas transformações no tocante à implantação

de novas unidades de índole produtiva ou administrativa, quer a infra-estruturas de transportes. As zonas industriais Maia I e Maia II receberam as suas primeiras unidades industriais a partir de 1977. A primeira delas, ocupando terrenos nas freguesias de Moreira e Barca, é mesmo a maior e mais bem estruturada do país.

Em termos de acessibilidades a Maia é sulcada por duas auto-estradas (A3 e A4) por uma via rápida (IC 24) por duas rodovias (Via Norte e Via Rápida) e por várias estradas nacionais, para além da rede viária municipal.

O concelho é atravessado por quatro linhas férreas – a do Minho, a de Guimarães, a da Póvoa e a de Cintura. O Aeroporto Internacional Francisco Sá Carneiro em Pedras Rubras (Moreira) e o Aeródromo Municipal de Vilar de Luz (Folgosa) são duas outras importantes infra-estruturas que, no seu conjunto, fizeram com que desde 1950 se instalassem aqui importantes complexos fabris.

Foi, sem dúvida, esta atracção pela indústria, com todas as consequências que a sua instalação motiva, que deu à Maia as possibilidades financeiras para o desenvolvimento que conheceu a partir de finais da década de setenta.

As gentes

A “sangria” territorial a que fizemos alusão descaracterizou completamente a velha Terra da Maia no que toca ao seu território.

Mas não no que respeita às características do homem e da vida quotidiana. Toda a área entre o Sul do Ave e o Norte do Douro, dona de um passado histórico muito rico é, ainda hoje, uma região eminentemente agrícola-piscatória, com um viver, um sentir, um construir e um laborar extremamente semelhantes, guardando, ciosamente, a herança da Terra da Maia.

A população do Concelho, segundo os dados disponíveis, reparte-se, pelos três sectores de actividade económica, em cerca de 2% para o sector primário, 55% para o secundário e 43% para o terciário.

Numa análise menos profunda, poderíamos imaginar, segundo aqueles números, um concelho profundamente desruralizado.

Ora a realidade é bem diferente. Desde logo porque mais de 2500 hectares, correspondendo a cerca de 31% do território maiata, são ocupados por explorações agrícolas, ao qual haverá que acrescentar alguns (infelizmente poucos) hectares de solo florestado.

Depois, porque há uma característica bem peculiar, patente em toda a Terra da Maia, e não apenas no actual concelho, de encarar a modernidade.

A População da Maia tem de ser encarada sob dois prismas fundamentais - a população «verdadeiramente maiata» e a população «residente na Maia».

É que uma significativa percentagem dos habitantes quer da cidade quer das freguesias mais populosas, é constituída por pessoas que escolheram a Maia como local de habitação, ou por questões relacionadas com a oferta, em quantidade e em qualidade, ou com a profusão de habitação cooperativa, ou pela «aura» que a Maia possui em termos de qualidade de vida. São maiatos por aqui residirem, essencialmente que aqui dormem, mas não «vivem» (n)ª Maia. O quotidiano das Maia, os seus problemas, os seus sucessos, nada lhe dizem. Trabalham no Porto, compram no Porto, divertem-se no Porto. Isto é, vivem no Porto, dormindo na Maia. Esta percentagem significativa de maiatos «não maiatos» são portadores de uma cultura híbrida, filtrada pelo viver da «grande cidade», urbana portanto, mas com aspectos que a ligam às mais diversas origens de cada um deles.

A população «verdadeiramente maiata», isto é, aquela que vive na Maia, mesmo que aqui não exerça a sua actividade laboral, é uma população em que a ruralidade ocupa um lugar especial na sua formação e projecção cultural. É ou a população que vive da agricultura, directa ou indirectamente, ou a população cujos pais vivem (ou viveram) do trabalho da terra e que, por conseguinte, tem, da ruralidade, uma memória construtora e construtiva.

Se quisermos, e caricaturando, os primeiros vêem a ruralidade como uma «parolice», os segundos como um «elemento de memória».

Não admira portanto que o quotidiano da Maia que, como vimos, é essencialmente protagonizado pelos «verdadeiros maiatos», já que os outros apenas cá pernoitam, seja, por isso mesmo, ainda profundamente marcado pela ruralidade.

É assim que se explicam vários fenómenos sociais extremamente curiosos, como por exemplo uma perduração, «oficosa», do sistema de morgadio, uma sobrevalorização da «casa» e da «terra», quer no seu aspecto material quer no simbólico, uma rede de curiosas estratégias familiares de reprodução

social, um sentimento de bairrismo e de entreajuda, frequentemente incompatível com os novos limites administrativos.

Estes aspectos, fundamentais quando se encara a questão numa perspectiva globalizante, explicarão, em grande parte, a caracterização de alguns aglomerados populacionais e a descaracterização de outros.

Significa isto que as transformações (urbanização e industrialização) que o concelho conheceu, não aniquilaram, apesar de tudo, os espaços rurais existentes, aproveitando até as estruturas produtivas e reprodutivas da mão de obra existente.

O desenvolvimento urbanístico e industrial não causou, nem um palpável êxodo dos campos, nem um apagar das formas tradicionais de agricultura e de vivência rural.

A Cidade

As centralidades

O concelho da Maia era, em termos urbanos, até fins de oitocentos, um concelho acéfalo. Mau grado ter instalada a administração concelhia no Castelo da Maia, a sede de concelho não era nenhum aglomerado digno desse nome, sendo apenas constituído pela «casa da câmara» e uma escassa meia dúzia de edifícios particulares, sem qualquer articulação. Entretanto, o concelho em si espartilhava-se atraído por várias centralidades.

Uma das mais antigas era constituída pelo polo de Águas Santas, nascido sob a influência do seu multissecular Mosteiro e do «Castelo», uma mais que provável fortificação roqueira onde teria estado a cabeça da Terra da Maia, e onde existe o único lugar que, no concelho, se denominava Maia. Este polo, dada a sua vizinhança e relações de proximidade com o Porto, cedo conheceu grande desenvolvimento, criando-se em toda esta área um forte sentido de comunidade.

Outra era a que se desenvolveu à sombra do Mosteiro de Moreira. Aparece-nos já referenciada na documentação medieval, cresce com o crescimento da influência daquele estabelecimento religioso, um dos mais importantes de todo o Norte a avaliar pela documentação deixada, desenvolve-se ainda mais com a construção de importantes vias de comunicação, quer estradas quer linhas de caminho de ferro. Consolida-se à volta de alguns dos seus símbolos, com especial destaque para o acampamento das tropas liberais que haviam desembarcado em Pampelido. Mais recentemente, a construção, em Pedras Rubras, do designado Aeroporto do Porto, contribui para a materialização deste polo de centralidade da Terra da Maia.

Outro ainda era constituído pela colina que, a poente da freguesia de S. Miguel de Barreiros, era encimada pela igreja de invocação de S. Miguel, mas habitualmente conhecida como do Bom Despacho. Aqui se prestava culto a Nossa Senhora do Bom Despacho, o que explica aquela designação. Era um templo de peregrinação, cuja esfera de acção ultrapassava a própria Terra da Maia, sendo muitos os romeiros que aqui se dirigiam de todo o norte do Ave, do interior e mesmo do sul. Era, na Terra da Maia, uma espécie de padroeira das causas difíceis, sendo-lhe prestado culto em áreas tão dispares como por exemplo a gravidez e o parto ou a fertilidade das terras e as colheitas.

Outro era, finalmente, o da própria sede de concelho, não pela sua importância em termos urbanos, nula como já vimos, mas pelo que representava em termos da administração do poder como em relação à movimentação dos cidadãos. Acresce ainda a realização, bem ao lado dos Paços do Concelho, de uma conhecida e frequentada feira.

A génese

A sede de concelho da Maia, materializada pelo edifício dos Paços do Concelho, esteve até 1902, como já foi dito, no Castelo da Maia.

Só por decreto de Hintze Ribeiro de 28 de Junho de 1902 se aprovou a transferência para o lugar do Picoto da freguesia de Barreiros, hoje da Maia. Isto após um processo muito atribulado, e que deixaria marcas até hoje.

Só volvidos cinco meses, em 11 de Dezembro, a freguesia de S. Miguel de Barreiros foi elevada a Vila. E só em 11 de Julho de 1903, sábado da secular romaria de Nossa Senhora do Bom Despacho, o novo edifício dos Paços do Concelho foi solenemente inaugurado, materializando, assim, finalmente, a

mudança da sede de concelho.

Pode assim dizer-se, com bastante rigor, que a Vila da Maia, hoje Cidade da Maia, cresceu do zero.

O lugar do Picoto era um diminuto aglomerado de casas, meia dúzia se tanto, criado sobretudo pelo cruzamento de duas vias importantes, a estrada nacional 14, Porto-Braga, que decalcava a antiga via romana, e a estrada nacional 107 que, de Pedras Rubras, pelas Guardadeiras, rumava ao Picoto e daqui a Nogueira, Águas Santas e Ermesinde.

A construção dos Paços do Concelho veio fazer aumentar o movimento de e para o local, mas sem que isso se traduzisse ao menos a curto prazo, num significativo aumento do número de edificações.

É assim que num conjunto de plantas de finais dos anos 40 existentes na Câmara Municipal, podemos verificar que a então Vila da Maia não possuía, em rigor, grande malha urbana, como se observa na figura seguinte.

O espaço urbano da Maia era, ao tempo, «puxado» apenas por duas forças - o edifício da Câmara Municipal, a nascente, e a Igreja de S. Miguel, a Poente.

Tudo o resto eram terras de potencial agrícola, muitas ainda com essa mesma vocação, outras em fase de lenta transição.

Da análise da carta apresentada podemos verificar que existe uma concentração organizada de construções ao longo da estrada Nacional 14, correspondendo a uma tradição vinda da época romana, e que as restantes edificações não possuem uma estrutura urbana, sendo antes eminentemente rurais. Assim, nada o espartilhava, nada o condicionava, nada o predestinava, a não ser a vontade e o saber dos homens.

Hoje

A Maia mais não era, assim, do que um cruzamento de estradas, tal como aconteceria já provavelmente desde a Idade Média, se não mesmo desde a época romana.

Não havia aqui nenhum aglomerado populacional significativo. No que respeita ao urbanismo, a «nova

Maia» cresceu do zero.

E isto poderia, em termos de planeamento urbano, ter sido extremamente positivo. Não havia nenhuma malha prévia que condicionasse a construção de novos espaços. Não havia uma muralha que espartilhasse áreas de futuro desenvolvimento. Não havia centro histórico nem monumentos classificados que perturbassem o normal e desejado crescimento.

Era o mesmo que desenhar numa folha de papel em branco. A liberdade era total. As possibilidades eram infinitas. Estavam reunidas todas as condições para que tudo nascesse bem e se desenvolvesse melhor.

Em 1993, Teresa Barata Salgueiro escrevia, que "...a paisagem urbana ... é constituída por três tipos de elementos, a *planta* em que se evidenciam as ruas e a sua estrutura no sistema viário, os *edifícios* (quer nas suas características individuais, quer na forma de ocupação do lote e na relação com o conjunto do loteamento), e o *uso do solo*.", afirmando adiante que a maior parte dos autores estuda apenas as ruas e os edifícios, naquilo que Caroline Mills chamava «fachadismo».

Edward Relph, crítico feroz de um certo pseudo-urbanismo que hoje se pratica, afirmava, já em 1987, que a paisagem urbana "...inclui não apenas o conjunto edificado num determinado quadro natural, mas também as pessoas e as actividades que o ocupam, os fluxos que o percorrem, as conotações simbólicas e afectivas atribuídas aos vários sítios."

Aplicando estes conceitos à Maia verificamos que no que respeita à *planta*, há uma malha viária irregular, ilógica, em alguns casos contranatura, subdimensionada, em que os fluxos e refluxos se escoam a custo, com «cotovelos», «joelhos» e «funis» que bastem. Se nos abstrairmos da realidade, diríamos estar perante uma malha viária de um centro histórico medieval ou pelo menos de um aglomerado pré-pombalino.

No que toca aos *edifícios*, o panorama é igualmente confrangedor. Na maior parte deles não há arquitectura mas sim construção civil. Acabamentos de díspar qualidade, tanto física como estética. Nenhuma preocupação com as dimensões de portas e janelas. Sem respeito pelo peão, com arcadas que avançam nitidamente sobre o espaço público e ausência de estacionamentos correspondentes aos aglomerados populacionais.

Finalmente, o *uso do solo*. Que solo ? E uso por quem ? Parto do princípio que o grande utente do solo cidadão deve ser, tem de ser o habitante da cidade.

Ora não há, na Maia, já o escrevi, um parque digno desse nome, com árvores, relva, algum (pouco mas bom) mobiliário urbano, onde possa passear, ler, conversar, conviver, viver, ao fim e ao cabo. Não há, na Maia, uma praça digna desse nome, que seja um verdadeiro fórum, como nas cidades romanas, ou uma verdadeira ágora, como nas cidades gregas, onde a população se junte, conviva, viva afinal. Não há, na Maia, espaços que possamos usufruir, calcorrear, calcar, onde possamos pinchar, correr, gritar, espaços nossos, e não apenas com a função decorativa, inerte, morta, como os pequeninos canteiros/jardim que já várias vezes apelidei de saídos dos livros do Tio Patinhas.

Estes factores desmobilizadores do espírito de cidade, aliados à secular consciencialização de comunidade que possuem Águas Santas, Castelo da Maia, Moreira, por exemplo, fazem com que possamos dizer que a Maia é uma cidade sem espírito de cidade.

Logo à partida porque as freguesias que a formam não possuem nenhum fio condutor, nenhuma proximidade, a não ser a geográfica. Elas mesmas se encontram repartidas por vários lugares, cada um deles com individualidade própria. A única coisa que as une é (será?) a localização da administração municipal plasmada num decreto lei. E a designação. Isto é visível nos próprios habitantes («fregueses» e não «cidadãos») que se assumem como «maiatos» apenas no que toca ao concelho, já que quanto ao resto continuam a ser de Gueifães ou de Vermoim ou de Barreiros.

Factores possíveis de unidade acabam por o não ser. Pouca gente de Gueifães e de Vermoim se revê nas designadas Festas do Concelho que, como vemos, quase nem o são da Cidade. Pouca gente de Gueifães e de Vermoim se revê no Futebol Clube da Maia, que não tem uma base de apoio sólida justamente por isso. Aliás é bom de verificar que o Pedrouços, o Castelo ou o Pedras-Rubras, por exemplo, são clubes com mística, com passado, com massa associativa viva, reprodutiva, justamente porque possuem uma identidade própria. O Jardim Zoológico da Maia, é visto como um «ex-libris» desta Freguesia, mas não da cidade em si.

É que o espírito de cidade, enquanto comunidade com uma identidade própria comum, pura e simplesmente não existe.

A Maia parece ser, assim, e desde a sua criação, uma cidade com quem o cidadão não se identifica.

É, no sentido menos desejável, uma cidade virtual.

3. IDENTIDADES, IMAGINÁRIOS, MEMÓRIAS DA CIDADE DA MAIA

“Em períodos de mutações sociais e económicas é habitual depararem-nos as grandes cidades na posição de acusadas. (...) esta acusação atribuída às grandes cidades assenta provavelmente num imaginário antigo, do qual Babel constitui talvez uma das primeiras expressões: isto porque Babel é o arquétipo perfeito da grande cidade que reunia os homens num projecto de emancipação em relação a Deus e à natureza. A construção de Babel era possível porque os homens dispunham de um meio de comunicação absoluto - «a mesma língua e as mesmas palavras» - e de uma nova tecnologia: «os tijolos serviam-lhes de pedra, e o betume de cimento”,

François Archer, *Metapolis*.

1. Entre a Identidade da Cidade e a Influência do Urbano

No quadro deste trabalho acerca de *uma imagem da cidade da Maia*, não se pretende desenvolver e utilizar a dicotomia ultrapassada *cidade/campo*, ideais-tipo de todo inadequados para a explicação e compreensão do tecido urbano maia; mas antes, partir do conceito de urbanização para evidenciar as várias tendências “dos modos de territorialidade nas formas sociais de troca e de estruturação das relações de força”¹²¹ em presença.

Com efeito, e se tomarmos como fio condutor o processo de urbanização, podemos considerar a cidade da Maia como cenário de apropriações diferenciadas por parte dos diversos agentes sociais que nela foram interagindo, daí resultando uma multiplicidade de expressões simbólicas heterogéneas e, assim, diferentes formas de vivência face à cidade e quadros identitários específicos.

Aliás, e neste sentido, *será importante reflectir acerca do termo cidade*. O termo cidade acarreta uma boa dose de ambiguidade sendo, simultaneamente, um conceito descritivo, na medida em que remete para a materialidade de uma realidade concreta, e concomitantemente, um conceito interpretativo, no sentido em que as funções que nela têm lugar são diferentes das funções de outra realidade¹²².

Enquanto *conceito descritivo*, a cidade evoca o domínio do construído sobre o não construído, a densidade populacional e do *habitat*¹²³. Esse espaço construído assenta numa diversidade de oposições: cidade *versus* não cidade; centro *versus* bairros; espaços privados *versus* espaços públicos. Encerra, sobretudo, uma visão morfológica, e assume-se como lugar da plurifuncionalidade¹²⁴. No nosso caso específico, poderemos enunciar as diferenças entre as freguesias urbanas da cidade e as outras, entre o centro da cidade e o resto do espaço emergente, etc..

¹²¹ J. RÉMY e L. VOYÉ, *Cidade: rumo a uma nova definição?*, Porto, Edições Afrontamento, 1994, p. 13.

¹²² Idem, p. 13.

¹²³ Na esteira de L. WIRTH, “O urbanismo com modo de vida”, in C. FORTUNA (org.), *Cidade, Cultura e Globalização*, Oeiras, Celta Editora, 1997, pp. 44-65.

¹²⁴ J. RÉMY e L. VOYÉ, *Cidade: rumo a uma nova definição?*, p. 14.

Olhada como *conceito interpretativo*, a cidade refere-se sobretudo à existência de uma grande imbricação entre a apropriação do espaço e à emergência de uma dinâmica colectiva, isto é: a cidade é privilegiadamente o lugar onde os vários grupos, embora permanecendo distintos uns dos outros, encontram entre si possibilidades múltiplas de coexistência e de trocas mediante a partilha de um mesmo território, o que não só facilita os contactos programados, mas principalmente multiplica as hipóteses de encontros aleatórios e favorece o jogo das estimulações recíprocas.

Lugar a partir do qual se estrutura o campo das actividades sociais, a cidade também confere uma dimensão sistemática à cultura regional circundante; podendo ser também, pelo contrário, e em certos momentos, lugar de ruptura e de inovação¹²⁵ na exacta medida em que: “a construção social do espaço é marcada na cidade, pela centralidade e pela sacralidade. Trata-se de um espaço descontínuo, em correspondência com a própria visualidade do mundo simbólico. É uma representação que resulta de uma apreensão sensorial e imaginética da realidade”¹²⁶.

Na análise que estamos a empreender relativamente à cidade da Maia, parece-nos que a dimensão interpretativa do conceito de cidade a mais relevante, já que remete de forma directa para a construção de identidades. Imaginários e memórias ligadas à própria sedimentação da cidade da Maia no tempo e no espaço.

Esta dupla definição tem sobretudo a mais valia de nos servir para ver quais foram os impactos do processo de urbanização na cidade¹²⁷, e conseqüentemente servir de guia orientador para distinguirmos a cidade da urbanização ou do urbano como defende H. Lefevbre¹²⁸. Aliás, no caso concreto da cidade da Maia, esta problematização é sobremaneira importante se considerarmos a juventude do atributo cidade neste território.

Retomemos a análise. A cidade, na sua dupla definição, foi sempre um referencial incontestado nas relações que manteve ao longo dos tempos com a sociedade no seu todo, já que desde os seus primórdios se assumiu como centro da vida humana por excelência.

Evidentemente que a aceleração do processo de urbanização por via da industrialização, na transição do séc. XVIII para o XIX e durante todo este século, amplificou o processo e as mudanças na cidade, chegando mesmo a falar-se em urbanização do mundo inteiro.

Este fenómeno desencadeou representações sociais por vezes muito negativistas e radicais como atesta L. Benovolò: “Baudelaire procura uma via de saída para o *spleen* da cidade presente refugiando-se no passado, através da memória individual, ou no futuro, através do mecanismo ainda mais frágil do sonho”¹²⁹.

Para além deste entendimento, torna-se necessário recolocar a questão do ponto de vista sociológico. O que é necessário salientar é que a cidade anterior à Revolução Industrial era “fisicamente vivida, corporalmente sentida pelos seus habitantes”, assumia-se como “expressão e símbolo do sistema social”¹³⁰; configurava modos de vida onde o lugar de trabalho e de residência coincidiam, tornando os espaços de consumo e os espaços de produção uma só unidade.

Portanto, o cidadão tinha na cidade um quadro estável de integração, de segurança espacial e ontológica e o futuro não era percebido nem sentido como expressão e imagem de angústia e de catástrofe. O homem da cidade vivia intensamente num universo de filiações comunitárias muito fortes, pautado por relações de sociabilidade e de solidariedade intensas, situação completamente diferente da vivenciada

¹²⁵ Idem, *Ibidem*, pp. 14-15.

¹²⁶ A. TEIXEIRA FERNANDES, “Espaço social e suas representações”, in *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras do Porto*, I Série, Vol. II, 1993, p. 69.

¹²⁷ Esta análise é transversal à própria vocação do Estudo empreendido, por isso nas outras partes deste Estudo encontraremos por certo outras perspectivas de abordagem acerca deste fenómeno.

¹²⁸ Cfr. H. LEFEVRE, *Le Droit à la Ville*, Paris, Éd. Anthropos, 1968 e 1972; *Du Rural à l'Urbain*, Paris, Éd. Anthropos, 1970.

¹²⁹ L. BENEVOLO, *A Invenção da Cidade*, Lisboa, Editorial Presença, 1995, p. 213.

¹³⁰ B. VALADE, “Le monde urbain”, in *Encyclopedie de la Sociologie*, Paris, Librairie Larousse, 1975, p. 122.

com a crescente implantação do processo de urbanização¹³¹. Como viemos a constatar na cidade da Maia, estas manifestações são ainda relativamente omnipresentes no quadro de estruturação das relações sociais.

Aliás, J. Rémy e L. Voyé, explicitam esse modo de estar quando referem que: “se a industrialização pode (...) engendrar sentimentos de insegurança e fazer ler a rua como espaço perigoso, ela contribuiu também para multiplicar as situações de isolamento e de solidão, dissolvendo as filiações comunitárias que permitiram outrora a cada um contar com os outros”¹³². Porém, no caso concreto da Maia, dada a sua institucionalização e vivência recentes de cidade, ainda se encontram num processo de consolidação, como uma espécie de potencialidade em marcha.

É neste quadro que iremos tentar sistematizar as mudanças nas formas e nos conteúdos da cidade da Maia, legitimando a crença de que a cidade é um sistema complexo de elementos interrelacionados de tal forma que as alterações numa das suas componentes tem repercussões na cidade no seu todo, nomeadamente no tocante à afirmação de identidades, memórias e imaginários sociais.

Configura-se como um possível eixo de caracterização deste processo, ou como uma das consequências inevitáveis dele próprio, o facto de se instaurarem bairros ou zonas residenciais completamente destituídos de quaisquer tipo de equipamentos de apoio ao curso da vida familiar e cidadina, transformando-os em meros espaços de residência, limitando, e cortando mesmo pela raiz, as suas anteriores funções: local de residência, local de trabalho, local de lazer, local de aprendizagem, etc..

Exemplar desta evolução é o próprio aparecimento do conceito de zonamento urbano. Com efeito, o zonamento aparece como instrumento de intervenção urbanística na Califórnia em 1885 no sentido de regular as diferentes actividades e usos feitos das cidades pelas diferentes populações. Na sua origem, o zonamento é um instrumento ideológico, marcadamente funcional e que tem em vista objectivos de planificação social com vista a uma maior eficácia económica e a um maior controlo político¹³³.

No momento presente, a cidade da Maia encontra-se em fase de consolidação e de cristalização, em determinados locais deste processo, sendo importante considerar as consequências de aplicação de tais princípios num tecido social ainda em transitoriedade no concernente às formas de percepção e usos do espaço. A exemplo do que tem acontecido em outras jovens (e metropolitanas) cidades do país, estamos perante uma oposição entre formas de implantação da cidade no espaço e formas de vivência ou quadros de referência face a esse mesmo espaço. A conflitualidade daí resultante poderá desembocar, por parte dos habitantes, em determinados sentimentos face ao espaço habitado, tais como: busca de um referencial identitário comum, mas de certa forma “forçado” face à vivência na cidade, formas anódinas de apropriação do espaço, atitudes de desenraizamento face à memória colectiva, etc.. Estas questões serão abordadas com maior incidência analítica nos pontos finais deste capítulo.

Afigura-se como pertinente outro eixo de abordagem face à análise do processo de urbanização da cidade da Maia, que diz respeito à *emergência da mobilidade como condição de adaptação e de participação na cidade*. Como referem J. Rémy e L. Voyé, “o controlo ecológico já não pode ser a base do controlo social”¹³⁴, isto é, multiplicam-se as formas de deslocação para a realização de actividades quotidianas, como as lúdicas, as aquisitivas ou as laborais, acentua-se a mobilidade interurbana, que supõe deslocações maiores em termos de tempo e de espaço em busca de produtos ou serviços existentes noutras cidades.

Claro que a mobilidade e os seus imperativos vão-se consubstanciar em diferenças sociais, nomeadamente atingindo a capacidade económica diferenciada que os indivíduos têm face às deslocações. Assim, e como parece evidente nos resultados deste Estudo, a necessidade de deslocação para a cidade da Maia e para o seu exterior é fundamental na estruturação dos quotidianos de vida dos maiatos. Claro que existem largas franjas de população que são excluídas deste processo, e esta questão pareceu-nos no quadro desta investigação como um dos problemas mais pertinentes no que

¹³¹ J. RÉMY e L. VOYÉ, *Ville, Ordre et Violence*, Paris, PUF, 1981, pp. 47 e seguintes.

¹³² Idem, p. 47.

¹³³ Cfr. F. MANCUSO, *Las Experiencias del Zoning*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1980.

¹³⁴ J. RÉMY e L. VOYÉ, *A Cidade: rumo a uma nova definição?*, p. 70.

concerne à experiência da cidade por parte, nomeadamente, de populações idosas ou de fracos recursos económicos.

É preciso também fazer sobressair o facto de muitas populações necessitarem de pontos de referência evidentes, situação geralmente mais proeminente em grupos sociais desfavorecidos que assentam a sua segurança ontológica e entendimento teórico nas relações de conhecimento pessoal e nas relações de vizinhança. Eventualmente, será para estes maiatos que se torna mais difícil concretizar o difícil equilíbrio entre formas de vivência tradicionais num contexto de ruralidade e formas novas de relacionamento derivadas da instalação de fenómenos urbanos.

São paradigmáticas a este propósito as afirmações de que: “Quem tem uma relação abstracta com o espaço, refere-se a uma multiplicidade de lugares, como realidades homogéneas e permutáveis. A sua identidade tende a ser débil e constrói-se de outro modo. Mas se nas classes médias e sobretudo superiores se pode encontrar uma identidade forte coexistente com uma relação mais abstracta com o meio, nos bairros populares prevalece a «relação concreta ao espaço, que era típica da aldeia na sociedade tradicional»¹³⁵.

Aliás, as relações sociais são também perpassadas por imperativos de mobilidade e de transacção contínuas. Uma das abordagens mais pertinentes a este respeito é a que foi feita por G. Simmel em 1903, onde o autor salienta que “a base psicológica sobre a qual se constrói a individualidade metropolitana é a intensificação da vida emocional decorrente da mudança brusca e continuada de estímulos internos e externos”, e constata-se que “a pontualidade, a calculabilidade e a exactidão impostas pela complexidade e pela extensividade da vida metropolitana, além de estarem muito intimamente associadas ao carácter racional e capitalista, dão cor ao conteúdo da vida e conduzem à exclusão dos traços e impulsos humanos, instintivos e irracionais, que, deixados a si próprios, determinam a forma de vida de modo soberano”¹³⁶.

Assim, a diversidade social é cada vez mais complexa, flutuante e dotada de imensas capacidades de plasticidade, obrigando a uma reformulação dos modos de vida anteriores; a cidade é desta forma, local de encontro e de interacção não de indivíduos semelhantes, mas diferentes.

Também associada aos crescentes imperativos de mobilidade, anuncia-se a crescente extensão quantitativa e qualitativa dos limites da cidade, isto é, por imperativos de troca e de fluxos, a cidade transpõe fronteiras, e o entendimento teórico da interacção entre a malha e a forma construída é fundamental para a consideração tanto das cidades emergentes, como áreas urbanas em desenvolvimento¹³⁷ contínuo, tornando as suas vias ou edifícios veículos privilegiados de implantação dessa continuidade física e mesmo simbólica.

Neste contexto emergem também as periferias ou subúrbios. São espaços socio-físicos geralmente definidos pela negativa no sentido em que atestam um grande afastamento face a um centro e uma forte dependência e subalternidade face a esse mesmo. Nesta linha, o subúrbio ou a periferia são equivalentes a representações sociais estigmatizadas. Tal como refere A. Domingues, “a distância ao centro é, assim, uma distância sociológica a um centro, sendo este definido pela diversidade e pela densidade das relações sociais, pela intensidade da vida física, pelo acesso à informação, pela aglomeração de recursos culturais, políticos, económicos, etc.”¹³⁸. Será também importante no caso da cidade da Maia, equacionar esta realidade e perceber as suas implicações nas próprias representações simbólicas dos habitantes.

Em síntese, *troca, mobilidade, controlo, produtividade, eficácia económica e planificação* são as palavras que talvez expressem de forma mais clara a emergência desta *cidade amplamente urbanizada*. Por outro

¹³⁵ A. TEIXEIRA FERNANDES, *Art. Cit.*, p. 77.

¹³⁶ G. SIMMEL, *A metrópole e a vida do espírito*, in CARLOS FORTUNA (org.), *Op. Cit.*, pp. 31-34.

¹³⁷ L. MARTIN, “La trama como generator”, in L. MARTIN, L. MARCH e M. ECHENIQUE (orgs.), *La Estructura del Espacio Urbano*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1975, pp. 21-49.

¹³⁸ A. DOMINGUES, (Sub)úrbios e (sub)urbanos - o mal estar da periferia ou a massificação dos conceitos?”, in *Actas do III Congresso Português de Sociologia - Práticas e Processos de Mudança Social*, Lisboa, APS, 1996 (no prelo), documento policopiado, p. 3.

lado, se a urbanização tem na sua essência a necessidade de interação, as cidades afiguram-se dentro deste processo como uma espécie de «comutadores sociais»¹³⁹.

Numa perspectiva mais pessimista, regista-se uma corrente que radica quer na sociologia, quer na arquitectura, que defende a desconstrução da cidade e a emergência de uma realidade só e eminentemente urbana. Dentro desta óptica podemos destacar a tese de F. Choay, que advoga o reino do urbano e a morte da cidade nos seguintes termos: “A cidade já não pode ser um objecto que justapõe um estilo novo ao passado. Ela não sobreviverá senão sob a forma de fragmentos, imersos na maré urbana, com faróis e bóias por inventar”¹⁴⁰.

Outros autores reiteram este ponto de vista considerando que: “A velha metrópole está fora de moda, é difícil de governar e é onerosa, já que os ‘efeitos perversos’ ultrapassaram há muito os ‘efeitos benéficos’”¹⁴¹. Ainda dentro desta linha, importará saber se a cidade conseguirá ser um território unificado e específico ou se será somente um jogo combinado de territórios¹⁴² plurais, diferenciados e justapostos não podendo, por isso, assumir uma unidade territorial. Em determinados momentos da pesquisa que estamos a levar a cabo pareceu-nos que a realidade maiata corresponderia a estes pressupostos, tendo em linha de conta as oposições existentes entre o tecido urbano construído e as identidades sociais inerentes à vivência na cidade na Maia. Esta questão apareceu particularmente situada no quadro da aplicação das entrevistas a uma elencagem concreta de habitantes da cidade da Maia onde se destacaram as questões relativas à perda de uma ordem social integrada e à emergência de um quadro de vida urbano mais anónimo e desenraizado.

O grande desafio que se coloca hoje à cidade - e particularmente a quem a gere - é o de ter capacidade de controlar as tendências de uma cada vez maior segregação socio-espacial, fazendo emergir uma cidade recortada, onde parece cada vez mais difícil recompor uma *unidade urbana integrada*¹⁴³, conseguindo alcançar uma realidade urbana integrada e coesa do ponto de vista social.

Corroborando esta questão, a própria Comissão das Comunidades Europeias considerava que “as cidades da Europa continuam a ser a sua fonte principal de criação de riqueza e o centro do seu desenvolvimento cultural e social”, não negando todavia que, as cidades são confrontadas com “problemas crescentes, em relação com ajustamentos económicos rápidos, o desemprego, as condições ambientais e o congestionamento de trânsito, assim como a pobreza, o alojamento deficiente, a criminalidade e o consumo de droga” que é necessário resolver¹⁴⁴.

Neste sub-capítulo, tentamos explicitar algumas das questões fundamentais na estruturação do espaço urbano maiata. Seguidamente, iremos avaliar algumas das questões anteriores tendo como referência o quadro concreto dos resultados da investigação desenvolvida na cidade da Maia.

2. Os Protagonistas da Cidade

A relação necessária entre a cidade e o construído, ou entre a sociedade e o urbano, não se poderá reduzir à emergência espontânea de formas urbanas, mas sim pela existência de actores sociais portadores de perspectivas, representações e formas de actuação no quadro da cidade da Maia. Neste sub-capítulo, iremos traçar um retrato breve desses produtores da cidade tendo em vista uma maior

¹³⁹ Da forma como é entendido por P. CLAVAL, na obra *La Logique des Villes*, Paris, Éditions Litec, 1981.

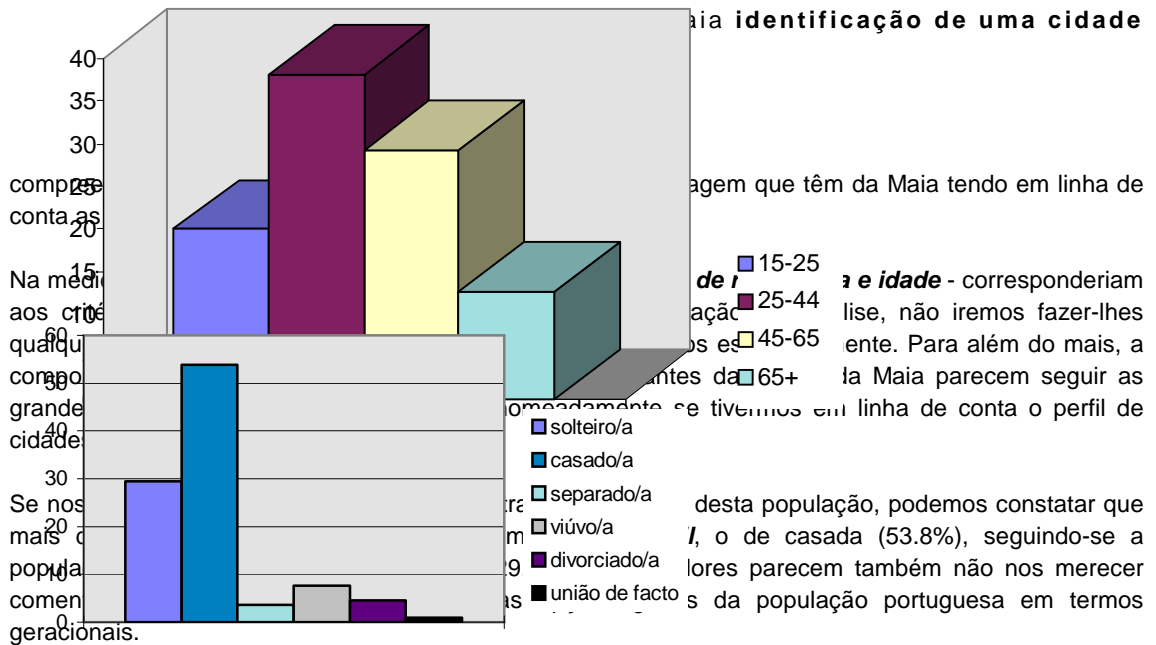
¹⁴⁰ F. CHOAY, “Le règne de l’urbain et la mort de la ville”, in *La Ville, Art et Architecture*, Paris, Centre Georges Pompidou, 1994.

¹⁴¹ E. VILAÇA e I. GUERRA, *Art. Cit.*, p. 81.

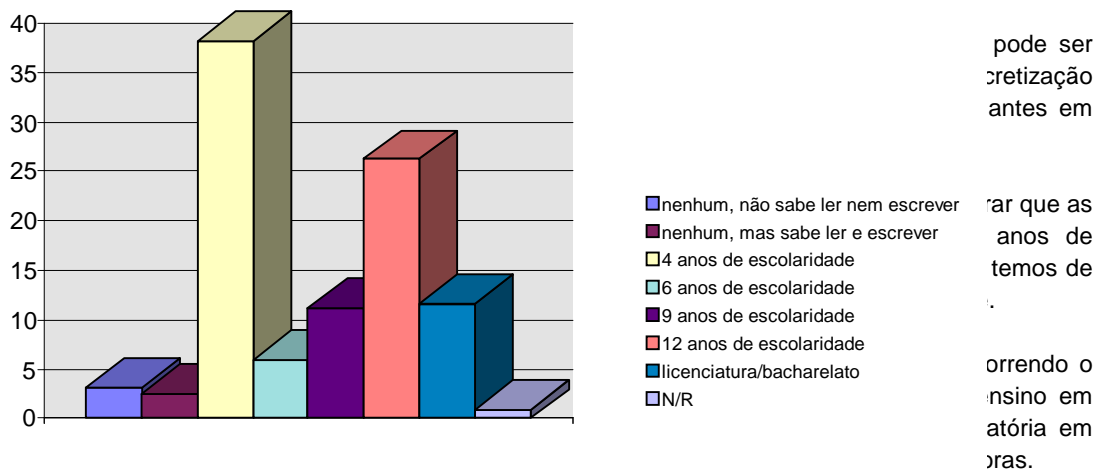
¹⁴² Este debate é aprofundado por M. RONCAYOLO, *La Ville et ses Territoires*, Paris, Gallimard, 1990.

¹⁴³ Cfr. P. GUERRA, “Recomposição espacial e social do tecido urbano portuense - o Bairro Cerco do Porto enquanto espaço de análise”, in *Actas do III Congresso Português de Sociologia - Práticas e Processos de Mudança Social*, Lisboa, APS, 1996 (no prelo).

¹⁴⁴ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, *Para uma Agenda Urbana da União Europeia*, Bruxelas, Comissão das Comunidades Europeias, 1997, p. 3. Uma das preocupações desse documento prende-se inclusivamente com o facto de em muitas cidades europeias, a exclusão social ter engendrado segregações espaciais em bairros desprovidos de equipamentos condignos; p. 4 e seguintes.



Para além destes dados de ordem geral, iremos de seguida interligar a população em análise a elementos mais específicos no que concerne à sua natureza sociográfica e também ao facto de residirem



A forma como os indivíduos se relacionam com o trabalho é determinante em termos de estruturação das trajetórias do indivíduo face à cidade, quer pela forma como se relacionam quotidianamente com esse espaço, quer pelas formas de apropriação de espaços concretos de uma cidade, o mesmo acontecendo com outras determinantes sociográficas, tais como, a profissão desempenhada e o local de trabalho do próprio indivíduo.

Uma grande parte da população inquirida tem como **condição perante o trabalho**, a de ser empregada por conta de outrem (45.8%), seguindo-se em menor grau as condições de reformado/a (17.4%) e de estudante (11.2%). Acompanhando as próprias tendências de estruturação da nossa sociedade em função do vector trabalho, a população maiata não apresenta valores relevantes no que concerne à situação de empregado por conta própria (8.6%), à condição de desempregado (5%), ou ainda face à condição de doméstico (4.8%).

Observe-se que a situação perante o trabalho dos indivíduos tende a traduzir os próprios constrangimentos inerentes aos diferentes percursos de vida dos indivíduos, mas também o seu maior ou menor grau de adaptação face aos valores dominantes presentes numa dada sociedade.

Se correlacionarmos esta variável sociográfica com o sexo e a idade dos indivíduos poderemos obter um maior grau de pormenor analítico. Desta forma, são mais os homens entre os 45 e os 65 anos que têm um trabalho por conta própria, e inversamente, as mulheres entre os 25 e os 44 anos que declaram trabalhar de forma autónoma. Esta situação poderá estar estreitamente vinculada à própria emergência

preferencial no nível baixo da estrutura social - no caso concreto das mulheres, 50% e nos homens, 24.3%.

Estes valores assumem muita importância porque podem demonstrar que os grupos juvenis têm uma dose maior de auto-estima e de auto-valorização social, podendo por isso surgirem como actores fulcrais de um processo de mobilidade social ascendente, movendo e concretizando aspirações e realizações. Por seu turno, são também os indivíduos portadores de maiores níveis de capital escolar que tendem a situar-se nos escalões mais elevados da estrutura social. Exemplificadamente em termos de autopoicionamento no nível médio alto, podemos verificar que são os indivíduos portadores de uma licenciatura que mais se incluem nesse nível.

Não obstante ser a **profissão** também um critério determinante do ponto de vista das escolhas, usos e motivações dos sujeitos face à cidade onde vivem, podemos observar que as profissões dos indivíduos são objecto de uma distribuição mais heterogénea, embora se destaquem, com uma importância relativa, algumas profissões. Neste caso, incluímos os técnicos e profissionais de nível intermédio (14.8%), o pessoal dos serviços e vendedores (11.3%), os operários, artífices e trabalhadores similares (12%) e os trabalhadores não qualificados (10.2%). Independentemente do que foi dito anteriormente, gostaríamos de salientar as baixas presenças dos quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas (1%), do pessoal administrativo e similares (6%), dos agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas (0.2%), dos operadores de instalação de máquinas (2%) e dos domésticos (2%). Caso de facto interessante prende-se com os agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas na medida em que continua a associar-se a cidade da Maia à prática regular de agricultura no tocante a determinados segmentos da sua população.

Quadro 1: Profissão principal dos indivíduos (%)

Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas	1.0
Especialistas das profissões intelectuais e científicas	9.8
Técnicos e profissionais de nível intermédio	14.8
Pessoal administrativo e similares	6.0
Pessoal dos serviços e vendedores	11.2
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pesca	0.2
Operários, artífices e trabalhadores similares	12.0
Operadores de instalação de máquinas	2.0
Trabalhadores não qualificados	10.2
Domésticos	2.0
Estudantes	7.8
N/R	23.0

Exemplificadamente, e no âmbito da **análise da profissão principal** da amostra, podemos acrescentar que os especialistas das profissões intelectuais e científicas são sobretudo indivíduos de ambos os sexos e com idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos, respectivamente 13.9% para os homens e 20.5% para as mulheres. Assumem a condição profissional de técnicos e profissionais de nível intermédio, indivíduos do sexo masculino e saídos da classe etária que medeia entre os 15 e os 24 anos (27.1%).

Será importante constatar, nomeadamente se tivermos em linha de conta que ainda nos situamos em termos do país numa óptica de relativa desqualificação do emprego feminino, que são sobretudo as mulheres entre os 15 e os 24 anos e entre os 25 e os 44 anos que detêm as maiores proporções de trabalhos e empregos não qualificados, respectivamente, 15.5% e 16.1%. O facto de 36.5% dos inquiridos estudantes serem do sexo feminino e com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos, poderá ser um indício contemporâneo de alteração deste estado de coisas, ou então, uma tentativa de fuga por parte desta população a um estatuto profissional desqualificado.

No âmbito da análise estatística dos dados, confirmamos ainda que os quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresa, assim como, os especialistas das profissões intelectuais e científicas, juntamente com os técnicos e profissionais de nível intermédio são as categorias profissionais que mais frequentemente declaram auferir de rendimentos acima dos 120 mil escudos e se autoposicionam numa condição social alta ou média alta. Outro dado relevante, prende-se com o facto de serem os técnicos e profissionais de nível intermédio os que declaram mais frequentemente que foram viver para a cidade da Maia com mais de 20 anos de idade.

Outro eixo de caracterização sociográfica dos indivíduos em análise, prende-se com a definição geográfica do seu **local de trabalho e/ou estudo**. Uma percentagem importante (27%) de respondentes declaram que trabalham ou estudam na cidade da Maia, logo seguidos de 16% que declaram trabalhar ou estudar no concelho da Maia. Isto equivale a dizer que 43% dos indivíduos desenvolvem o curso das suas vidas dentro da Maia, contrariando de certa forma as afirmações que identificam a cidade e o concelho da Maia a dormitórios da cidade do Porto. Evidentemente que não é despicienda a proporção de indivíduos que trabalha ou estuda no Porto (19.2%) ou em Matosinhos (5.2%), mas temos de ter em mente que é nestas localidades que se situa, nomeadamente na primeira, uma oferta mais diversificada de equipamentos do ensino superior. Se introduzirmos o factor idade e o factor sexo nesta análise, poderemos dizer que quem trabalha ou estuda com mais frequência na cidade da Maia são os indivíduos do sexo masculino entre os 25 e os 44 anos (32.9%) e do sexo feminino também entre os 25 e os 44 anos (36.6%). Esta situação poderá estar ligada ao incremento de uma diversidade de serviços no interior da própria cidade da Maia nos últimos anos.

Ao traçarmos o perfil sociográfico dos habitantes da cidade da Maia, não poderíamos deixar de referir as **razões que motivaram os indivíduos a optar pela escolha da cidade da Maia como local de residência**. Esta questão afigura-se muito relevante na medida em que traduz as razões que estiveram na base da apropriação deste território. No quadro das respostas, constatamos que uma parte substancial dos respondentes declararam viver na Maia pelo facto dos seus pais aí residirem (43%), o que poderá indiciar a importância das condições facilitadoras de origem familiar na pertença a este território.

Por outro lado, e se a lógica de agregação familiar funciona como eleição territorial, também as razões que se prendem com o preço das habitações (12.2%), com razões de trabalho (14.4%) e com a qualidade de vida (11.4%) assumem relevância em termos de apropriação deste território, fazendo acreditar que a Maia dispõem de algumas potencialidades agregadoras em termos de trunfos económicos e ambientais. Estas determinantes foram aliás comprovadas no contexto da aplicação das próprias entrevistas semi-directivas a alguns moradores da cidade¹⁴⁵, na medida em que a presença de familiares ou a busca de espaços verdes e mais descongestionados face à grande cidade foram as razões apontadas com mais frequência para a eleição da Maia como local de residência.

Quando complexificamos a análise e interligamos as razões da residência na cidade da Maia com as variáveis sexo e grupo etário, continuamos a verificar a importância do vínculo familiar como factor de escolha relativamente à eleição da Maia como local de residência. Esta situação é particularmente relevante para os indivíduos pertencentes ao escalão etário que vai dos 15 aos 24 anos. Esta mesma preponderância poderá ser analisada de forma inversa, isto é, poderão ser os indivíduos situados neste escalão etário os que têm menores possibilidades de escolha de outro sítio para viver, pelo facto de ainda se encontrarem dentro de percursos de transição para a vida activa e de aquisição de uma autonomia de recursos que lhes permita de facto optar ou não pela cidade da Maia como local de residência permanente.

Se segmentarmos de forma mais complexa a população, verificamos ainda que o preço da habitação na cidade da Maia esteve presente de forma mais intensa nas deslocações dos indivíduos que foram residir para a Maia com mais de 20 anos de idade (23%). Também as razões ligadas ao trabalho são mais enunciadas por indivíduos que foram para a Maia com mais de 20 anos de idade (27.7%) e que ganham mais de 120 contos e pertencem aos estratos sociais alto ou médio alto (27%). Curiosamente, a busca

¹⁴⁵ Relembre-se a este propósito que o objectivo central que presidiu à aplicação destas entrevistas foi o de aprofundarem questões relevantes já presentes no próprio guião do inquérito aplicado.

de maior qualidade de vida foi também determinante para o segmento dos indivíduos que foram residir para a Maia com mais de 20 anos (20.9%), assim como o casamento (12.6%). Inversamente, o facto de os pais residirem na Maia é preponderante para os indivíduos que declaram ter morado sempre na Maia (95.6%). A grande ilação que poderemos tirar destes dados prende-se com o facto de podermos dividir a população que reside actualmente na cidade em dois estratos específicos: os que moraram sempre na Maia e os que foram morar para a Maia com mais de 20 anos. Essa clivagem irá ocasionar também diferentes causalidades de residência e eventualmente diferentes formas de ligação face à cidade, mostrando que esta variável é determinante em termos de aferição de identidades, simbólicas e memórias face ao espaço em análise.

Por outro lado, verificamos que a **naturalidade** dos indivíduos irá oscilar entre aqueles que são naturais da Maia (32.8%), os naturais do Porto (35.6%) e os que vieram do estrangeiro (18.2%). Para além de um terço dos inquiridos terem as suas raízes no próprio concelho da Maia, verifica-se que outro terço procuraram a Maia como local residência como alternativa ao Porto ou ainda ao estrangeiro, o que poderá estar directamente relacionado com as principais razões dadas pelos indivíduos para a escolha da Maia como local de residência, isto é, parecem assumir também especial importância neste vector analítico as causalidades familiares tantas vezes referidas pelos sujeitos.

Finalmente, não podemos deixar de referir a **presença no tempo dos actores sociais** nesta cidade. Assim, 36% do conjunto dos inquiridos sempre morou na Maia e 38.2% desses mesmos reside na Maia há mais de 20 anos, o que equivale a dizer que se está perante um grupo populacional que mantém uma forte relação em termos de presença com o espaço da própria cidade, acompanhando inclusivamente os próprios valores da naturalidade e das razões pelas quais houve uma deslocação para este território. Esta forte vinculação espacial em termos de tempo, nomeadamente pelo facto de nos estarmos a reportar a uma amostra de indivíduos com 15 ou mais anos, poderá ser determinante em termos de afirmação de uma imagem e identidades específicas da Maia, na medida em que os vectores e condições de enraizamento, *a priori*, parecem importantes no que diz respeito à formulação de escolhas por parte destas pessoas.

Quando se equaciona a problemática da identificação de uma cidade por parte dos habitantes da cidade da Maia, teremos desde logo que assumir que estamos perante um conjunto diferenciado de indivíduos que recobre hipoteticamente um conjunto de representações também diversificadas da cidade. Este facto levar-nos-á a ter a consciência de que a noção da habitante da cidade da Maia para além do que poderá ter de homogeneidade simbólica integrante, evidencia uma pluralidade de opções, de trajectórias de vida, de motivações e de aspirações face ao tema em análise.

3. A Cidade da Maia e as suas Representações

Seguidamente, iremos tentar demonstrar a relevância da percepção dos habitantes na construção de representações sociais da cidade da Maia, levando a sério o pressuposto de que: “o que distancia um sujeito de um objecto é o facto do primeiro exercer uma vontade, um projecto ou acção sobre o segundo”¹⁴⁶.

Um primeiro bloco analítico centra-se nas identificações feitas pelos habitantes da cidade da Maia acerca de lugares seguros e inseguros. Esta questão parece, quanto a nós, fundamental em termos de representações urbanas na medida em que a coexistência no espaço urbano obriga, desde logo, ao próprio controlo por parte dos habitantes dos espaços e sítios onde se movem. Assim, uma condição primeira de vivência face a um local parece residir na forma como percebemos e hierarquizamos os espaços que nos rodeiam porque temos necessidade de compreender o mundo que nos rodeia, isto é, de nos ajustarmos a ele, de nos conduzirmos nele, de dominar física ou intelectualmente objectos e situações aí presentes e identificar e resolver os problemas que esse mundo coloca.

¹⁴⁶ MARÍA-ANGELES DURÁN, *La Ciudad Compartida - Conocimiento, afecto y uso*, Madrid, Consejo Superior de Arquitectos de Espana, 1998, p. 91.

Ao longo da nossa vivência quotidiana, e nesse esforço de controle e domínio do social circundante, vamos produzindo representações sociais que englobam toda uma multiplicidade de elementos informativos, cognitivos, ideológicos, normativos, crenças, valores, atitudes, opiniões, imagens, etc....; assim, a representação social pode ser definida como uma totalidade globalizante de que os actores sociais são portadores e que serve de instrumento de deslocação no espaço social. Aliás, estas representações emergem cada vez mais, se tivermos em linha de conta que o quotidiano actual é assaltado constantemente pela representação da violência: informações sangrentas persistentes e enfatizadas transmitidas em abundância pelos *media*, delinquências omnipresentes no espaço público, enfim, “imaginários alimentados por imagens inspiradas numa cidade ameaçadora” e aumento crescente dos dispositivos de segurança¹⁴⁷.

É neste contexto que podemos equacionar a emergência de espaços seguros e inseguros no quadro da vida urbana, na medida em que surgem no foro das representações sociais e funcionam como grelhas de leitura prévia face à cidade. Se nos detivermos um pouco mais nas representações acerca da segurança e insegurança urbanas, poderemos concluir rapidamente que essas apelidações servem de fios condutores para um quotidiano em movimento que necessita urgentemente de ser dominado e lido por forma a proporcionar um quadro de vida mais ou menos estável no tecido urbano.

Segurança e insegurança, locais seguros e inseguros. Dada a complexidade de atribuições que estão na base das representações sociais, poderemos pensar desde logo que as categorias em análise não têm uma definição pacífica ou consensual, mas antes estão imbuídas de elevadas doses de subjectividade e são altamente condicionadas pelo factor tempo-espaço e pela própria categoria social dos sujeitos.

No caso concreto da cidade da Maia pensamos que toda a problemática anteriormente descrita é de particular pertinência. Assim, não será de estranhar, ainda que se tratando de uma cidade de pequena ou média dimensão, que só três locais obtenham frequências relativamente significativas no que concerne à sua segurança.

A Praça do Município é considerada por 36.8% dos inquiridos como o local mais seguro da Maia, seguindo-se a Cidade Jardim com 11.2% de atribuições e finalmente, a Urbanização dos Altos com 7% de referências. Estes dados demonstram eventualmente que os critérios de local seguro para os habitantes da cidade da Maia se centram sobretudo na centralidade pública e visibilidade dos locais, no seu controlo social e institucional e ainda, no volume de mobilidade populacional que congregam. Esta representação parece ir de encontro às habituais representações de segurança espacial e social, na medida em que o lugar representado pelos maiatos como mais seguro é eventualmente o que eles melhor conhecem e em relação ao qual têm uma maior capacidade de controlo social, espacial, cognitivo e histórico.

No caso maiato, a Praça do Município assenta perfeitamente nas justificações anteriores. Iremos detalhar um pouco mais os casos da Cidade Jardim e da Urbanização dos Altos. No primeiro caso, estamos perante a implantação de um modelo urbanístico que assenta na concretização de vivendas unifamiliares e aparece conotado socialmente com a presença de classes sociais médias altas. No segundo caso, estamos perante uma zona recente de urbanização, pautada pela altura e alvo no presente de uma forte especulação imobiliária. Tal como no anterior, esta zona aparece interligada a estratos sociais médios altos da população. Em ambos os casos, estamos perante a concretização no espaço de modelos urbanísticos (e também de vivência) em relação aos quais os actores sociais tendem a fazer equiparar situações de “clareza” social, e portanto, situações de segurança. Mais uma vez, a projecção de representações sociais no espaço revela-se fundamental para a consolidação das próprias significações sociais do espaço, indo de encontro à vontade social de controlo e de rotinas asseguradas.

Todavia, e independentemente da leitura global das percepções acerca da segurança oferecida por determinados espaços da cidade, podemos elaborar uma análise mais detalhada por segmentos populacionais acerca das representações dos espaços seguros. São as pessoas que detêm quatro anos de escolaridade que percebem a Zona da Escola Secundária da Maia como mais segura (10.3%)

¹⁴⁷ SOPHIE BODY-GENDROT, *Ville et Violence - L'irruption de nouveaux acteurs*, Paris, PUF, 1993, p. 7.

face a um total de respostas de 4.4%. É também este grupo que considera o Largo da Igreja de Nossa Senhora do Bom Despacho como o local mais seguro (6,9%) face a um total de 1,8%.

Também a proximidade residencial face aos locais parece determinante na apelação do rótulo de segurança. Assim, os residentes na freguesia da Maia são os que consideram mais frequentemente a Cidade Jardim como espaço seguro (17%); são também estes mesmos residentes que consideram a Praça do Município como o local mais seguro (49,6%); são os moradores de Gueifães que consideram a Zona da Escola Secundária de Gueifães como o local mais seguro (8,1%) face a um quantitativo de respostas que não ultrapassa os 3%.

As **representações de insegurança** dos maiatos reforçam-se de forma eminentemente plausível no Bairro do Sobreiro (72.8%) e em menor grau, na Zona da Escola Secundária da Maia (5.2%). De certa forma, estas representações acerca dos lugares inseguros da cidade parecem atestar de forma acutilante a necessidade de controlar que os actores sociais têm relativamente aos espaços que percebem. Sendo o Bairro do Sobreiro um local relativamente ocultizado no todo da malha urbana da cidade, é deste local - porque eventualmente não o conhecem concretamente - que os maiatos têm mais medo.

Este valor vai de encontro às habituais representações que os habitantes das grandes cidades fazem de espaços segregados social e fisicamente. A ausência de grelhas de leitura precisas face a determinados espaços por parte dos actores sociais engendra quase sempre afastamento, relutância, medo e insegurança. Neste sentido, poder-se-á questionar até que ponto os imaginários de segurança ou de insegurança assentam em condições objectivas, ou por outro lado, têm raízes altamente subjectivas e quantas vezes imaginadas realmente.

O caso concreto da representação de que é alvo o Bairro do Sobreiro, poderá levar-nos a uma breve conceptualização acerca dos problemas urbanos. A análise dos problemas urbanos pode revestir-se de duas formas: por um lado, podemos centrar-nos em manifestações concretas e específicas da vida urbana, mais ou menos objectivadas, como, o tráfego, o ruído, a poluição, a oferta de serviços e de equipamentos, entre outros; por outro lado, podemos dirigir o nosso enfoque face a temas mais gerais, tais como, o lugar que ocupa a cidade nos processos de produção, a luta entre as diferentes classes ou estratos sociais, a globalização da cultura e da economia, as identidades locais, o espírito de comunidade, entre outros.

É importante salientar que no que diz respeito a esta segunda ordem de problemas, pelo seu carácter estrutural ou intangível, geralmente não são denominados de “problemas”; assim, verifica-se que em termos de representações sociais para que determinados fenómenos sociais sejam apelidados de problemas torna-se importante que assumam contornos precisos, sejam mensuráveis e objecto de intervenção social¹⁴⁸. Se calhar, as problemáticas em análise, de segurança e de insegurança, situam-se nesta ordem de problemas, dada a sua imprecisão mensurável e a sua precisão vivenciada.

Finalmente não podemos deixar de referir uma orientação de política recente. A política da cidade transformou-se desde o início dos anos 80 numa política de bairros/territórios concretos. A identificação de bairros prioritários, pela acumulação de dificuldades de toda a natureza, engendrou políticas e projectos com uma visão correctiva. A lógica que está presente neste contexto é uma lógica de equilíbrio entre centros e periferias. Esta leitura da realidade poderá ser questionada se considerarmos que os bairros ou zonas de desintegração social podem ser os sintomas de desfuncionamentos com escalas muito maiores¹⁴⁹. Em termos de equivalência face ao nosso objecto de análise, poderemos mesmo problematizar se uma intervenção concreta no Bairro do Sobreiro será a atitude mais adequada, na medida em que estes locais surgem muitas vezes no quadro urbano como “bodes expiatórios” de problemáticas sociais, urbanísticas e culturais mais abarcantes e por vezes inerentes à cidade como um todo.

¹⁴⁸ Cfr. MARÍA-ANGELES DURÁN, *Op. Cit.*

¹⁴⁹ Cfr. JEAN-MICHEL MONTFORT e HUGUES DE VARINE, *Ville, Culture et Développement - L'Art de la manière*, Paris, Éd. Syros, 1995.

Não deixa de ser importante, considerar, que nas representações dos habitantes da cidade da Maia não existem comportamentos desviantes de assinalável importância, tais como, toxicod dependência, prostituição ou violência. Isto poderá fazer-nos reflectir se neste quadro urbano o Bairro do Sobreiro não será de facto uma válvula de escape imaginária para todos os problemas sociais típicos, na medida em que existe em termos de imaginário colectivo uma grande necessidade de explicitar a sua ausência concreta na cidade.

Independentemente da unanimidade das representações acerca da insegurança por parte dos habitantes da Maia relativamente ao Bairro do Sobreiro, não podemos deixar de destacar alguns desvios de representação. São as pessoas com um nível de instrução correspondente a 6 anos de escolaridade que percebem de forma menos intensa o Bairro do Sobreiro como local inseguro (61,5% para um total de 72,8%) e inversamente as pessoas que detêm um grau de escolaridade de nível superior ou bacharelato que mais percebem esse local como inseguro (79,3%). Neste caso, a eventual maior distância social e simbólica face ao referido Bairro eleva as intensidades da insegurança sentida pelos habitantes.

As representações da cidade tendem também a ir de encontro a espaços e acontecimentos que radicam numa matriz de representatividade cultural e simbólica, fazendo crer que, de facto, os territórios não são somente espaços naturais, são também espaços culturais: o conjunto dos modos de vida, de pensamento, de acção, de relações que participam de forma viva nos sentimentos de pertença, face à representação que uma comunidade pode ter dela própria e face à imagem que um território projecta para o exterior.

A adesão dos públicos, a sua apropriação das iniciativas culturais e de estruturas, são elementos fundamentais para a legitimidade de uma política. Mas é preciso constatar que as expectativas dos públicos se multiplicam e implicam iniciativas diversificadas e adaptadas.

A identidade é o resultado de um confronto contínuo com os outros, com outros acontecimentos, com outras vivências. Neste sentido, o espaço aparece-nos como *produtor e produto* de práticas, representações e simbolismos humanos.

Convém salientar que a utilização do inquérito como técnica privilegiada de recolha de informação levou a que a elencagem fosse necessariamente selectiva e não exaustiva, no sentido de assegurar a sua exequibilidade. Embora não significando que possam existir outros eventos ou equipamentos na cidade também relevantes, a selecção procurou ser de alguma forma representativa da diversidade de situações existentes.

A cidade constitui-se como espaço privilegiado de manifestações de índole cultural, de oportunidades de relacionamento e de contacto com diferentes experiências, de reforço de identidades. A cidade, que representa um espaço de concentração de população e de funções, não é vivida nem percebida da mesma forma e com a mesma intensidade, dentro das suas várias facetas, pelos diferentes grupos e estratos da população que nela residem.

A diversidade e complexidade de formas de apropriação pela população da cidade, dos seus espaços públicos e semi-públicos e das instituições presentes, são determinadas por factores muito diversos, quer de ordem interna ao próprio tecido urbano, quer de ordem externa. Elas podem ser factor de coesão social e urbana ou, em contrapartida, acentuar situações de marginalidade; podem ser enriquecedoras de relacionamentos intergeracionais e intergrupais ou, em contrapartida, acentuar apenas os conflitos existentes; podem contribuir para a consolidação de identidades locais ou, em contrapartida, ser apenas repositórios de identidades mais ou menos perdidas.

No caso concreto da cidade da Maia, incidimos a nossa análise no **grau de conhecimento e de participação que os habitantes têm acerca de um conjunto de equipamentos e eventos** considerados relevantes no contexto da cidade, e em que medida é possível encontrar elementos agregadores ou elementos diferenciadores dentro do contexto urbano em que nos situamos.

Esta análise não deixa de colocar um conjunto de interrogações sobre as formas como as instituições da cidade que intervêm neste domínio se dirigem à população, nas suas diferentes situações. Por um lado, a que grupos da população se dirigem, com que hábitos culturais, motivações e características sociográficas, e por outro lado, a forma como o fazem, quer em termos da divulgação e promoção de actividades e eventos, quer da acessibilidade criada face a essas ofertas.

No vector dos **equipamentos urbanos**, podemos considerar que não deixam de ser relevantes alguns dados acerca do desconhecimento por parte da população no concernente a algumas dessas estruturas, concretamente no caso do Forum Jovem (18,8%), da Biblioteca Municipal da Maia (21,2%) e do Clube de Ténis da Maia (15,2%). Será importante neste cômputo alertar para a importância dos mecanismos de divulgação e de acessibilidade dos habitantes face às estruturas urbanas, não sendo de todo descabido perceber a importância dos recursos dos actores sociais na maior ou menor legibilidade face à cidade onde habitam.

Ainda dentro deste vector de análise, e não obstante o que foi dito no anterior parágrafo, será importante concluir que a maioria da população sabe onde se localizam no espaço a maior parte dos equipamentos urbanos, mas não participa nas suas actividades regulares e eventos. Assim, podemos adiantar que:

- 62% das pessoas sabe onde se localiza o Forum Jovem, mas não participa nas suas actividades; somente, 19,2% dos inquiridos participa regularmente nas actividades desta instituição;
- 53,6% dos inquiridos sabem onde se localiza o Forum da Maia, mas não participam de forma regular nas suas actividades; este dado é tanto mais importante se equacionarmos a sua proximidade simbólica e geográfica face ao próprio edifício da Câmara Municipal e o facto de ser a única instituição presente na cidade que oferece uma programação regular de eventos diversificados do ponto de vista cultural;
- 53,2% da população urbana maia sabe onde se localiza a Biblioteca Municipal da Maia, mas não participa nas suas actividades;
- 63,6% da população urbana sabe onde se localiza o Clube de Ténis da Maia, mas não participa regularmente; este dado poderá ser justificado pela forte publicitação mediática de que é alvo esta estrutura e ainda, pela assunção por parte dos agentes sociais de que a Maia se encontra muito vinculada a um perfil de “cidade desportiva”;
- 58,6% dos actores sociais em presença sabem onde se localiza o Maia Futebol Clube mas não participam nas suas actividades; para além da importância agregadora do futebol presente nesta tendência de resposta, registre-se ainda a importância da representação da cidade da Maia como ligada ao desporto, presente como vimos, também na resposta anterior;
- 47,4% das pessoas sabem onde se localiza o Centro Social e Paroquial, mas não participam nas suas actividades;
- 52,8% sabem localizar e conhecem a Santa Casa de Misericórdia da Maia, mas não participam nas actividades desenvolvidas por esta instituição; neste caso, saliente-se a importância da proximidade da Santa Casa face aos cidadãos maiatos por razões que se prendem com a assistência social e apoio na doença.

Por outro lado, e inversamente, existem determinados equipamentos que são alvo de um vasto conhecimento e participação por parte das pessoas, como é o caso dos seguintes:

- 77,8% da população da amostra conhece, participa e sabe localizar o Maia Shopping; esta tendência é particularmente assumida pelos indivíduos que se situam entre o escalão etário que vai dos 15 aos 24 anos (84%) podendo estar implícita nesta resposta a importância da adesão juvenil a estes equipamentos portadores de serviços lúdicos e recreativos eventualmente mais adequados às motivações e aspirações desta camada da população; este facto é tanto mais importante se tivermos em linha de conta que são as pessoas que se situam num escalão etário mais envelhecido, com mais de 65 anos, que mais se afastam em termos percentuais da tendência agregadora (60,3%);

- também 71% das pessoas conhecem, participam e localizam facilmente o Centro de Saúde da Maia; esta tendência de resposta é mais acentuada nos casos dos indivíduos com mais de 65 anos (77,8%), nos indivíduos portadores de 4 anos de escolaridade (82,2%) e nos residentes na freguesia de Vermoim (82,1%); estas determinantes poderão ter a sua origem no facto deste tipo de equipamentos oferecerem todo um conjunto de serviços de apoio com um carácter eminentemente mais prioritário e utilitário relativamente a estes segmentos da população;

- finalmente, 58.8% dos actores sociais conhecem, participam e sabem localizar o Largo da Feira Municipal e esta tendência é particularmente importante para as mulheres (63,8%), os indivíduos com mais de 65 anos (63,5%), os indivíduos portadores de 4 anos de escolaridade (71,1%) e os habitantes da freguesia de Vermoim (67%); mais uma vez, a importância deste equipamento na estruturação das redes de sociabilidade e de convivialidade dos indivíduos é determinante na sua maior apropriação por parte de determinados segmentos populacionais da cidade.

Perante este cenário, teremos de equacionar algumas questões fundamentais no que diz respeito aos diferentes graus de conhecimento e de percepção dos cidadãos da Maia. Assim, a legibilidade e receptividade face a equipamentos de natureza convivial /espaço público verde (Largo da Feira Municipal), de perfil utilitário (Centro de Saúde da Maia) ou de perfil *híbrido*¹⁵⁰ (Maia Shopping) parecem ser mais importantes para os maiatos do que face a características oferecidas por equipamentos de natureza mais cultural ou desportiva.

Esta questão poderá levantar toda uma série de problematizações em torno do aumento ou não de funcionalidades e de legibilidades desses espaços, como antevemos já, procurando um equilíbrio sempre instável entre aspirações e representações culturais das pessoas e possibilidades concretas de realização.

Situando-nos do lado dos **eventos culturais e lúdicos**, podemos tecer algumas constatações:

- por um lado, existem toda uma série de eventos relativamente aos quais a população declara não saber sequer a sua própria localização na cidade, como são os casos, do Mai' Athletics (60.6%), da Bienal de Arte Jovem da Maia (65.4%), do Festival Internacional de Teatro Cómico (52.6%), do Festival A Maia Música (55.4%) e do Festival Internacional de Coros (59.8%); todos estes acontecimentos implicam uma participação activa por parte das pessoas em termos de recursos e de vontades a disponibilizar;

- por outro lado, deparamos com alguns eventos em relação aos quais a população maiata sabe a sua localização no quadro urbano mas não participa, como são os casos do Festival Internacional de Folclore (47.2%) e do Open de Ténis da Maia (58.2%);

- finalmente, estamos perante um dado evento em relação ao qual a população localiza perfeitamente na cidade e participa regularmente na sua realização, como é o caso da Romaria em honra da Nossa Senhora do Bom Despacho (55.6%); convém salientar a centralidade desta Romaria no quadro das festividades populares maiatas: assim, é por excelência a festa do concelho e funciona como momento de consagração das próprias raízes e memórias da cidade, sendo um momento por excelência destinado à comemoração do "espírito maiato".

Também no que diz respeito ao conhecimento e participação dos cidadãos nos eventos, poderemos introduzir factores de diferenciação de natureza sociográfica. Deste modo, e relativamente ao Mai' Athletics, as mulheres são as menos representadas nesta tendência (3,9%), mas também os indivíduos com mais de 65 anos (1,6%), os indivíduos sem qualquer nível de instrução (3,4%), os indivíduos com 4 anos de escolaridade (4,7%) e os indivíduos com 6 anos de escolaridade (3,8%).

No tocante à Bienal de Arte Jovem da Maia, os indivíduos que menos participam pertencem aos estratos da população oriundos do grupo etário portador de mais de 65 anos (3,2%), aos indivíduos sem qualquer nível de instrução (3,4%), aos indivíduos com 4 anos de escolaridade (3,7%) e aos indivíduos com 6

¹⁵⁰ Porque assenta numa pluralidade e miscelânea de funções lúdicas, recreativas e hedonistas.

anos de escolaridade (3,8%). No caso da bienal, são os detentores de um nível de ensino superior que mais participam na sua realização (22,4%), afastando-se mesmo, de forma relevante, da tendência geral da população maiata (8,6%).

Contrariamente, no caso da Romaria em honra de Nossa Senhora do Bom Despacho, as opções polarizam-se entre os que menos participam situados na faixa etária que medeia entre os 15 e os 24 anos (38%) e os indivíduos com mais de 65 anos (69,8%). O Open de Ténis da Maia está particularmente afastado das mulheres (17,5%), dos indivíduos mais idosos (7,9%) e dos indivíduos que não têm qualquer grau de escolaridade (6,9%) ou têm 4 anos de escolaridade (10,5%). O Festival Internacional de Teatro Cómico é pouco participado por indivíduos com mais de 65 anos (3,2%) e portadores de 4 anos de escolaridade (2,6%). A mesma tendência é visível ainda no Festival Internacional de Coros, onde os indivíduos com mais de 65 anos e sem qualquer nível de escolaridade ou com 4 anos de escolaridade têm uma participação que ronda respectivamente, os 4,8%, os 3,4% e os 5,8%.

Perante este contexto, poderemos questionar por um lado, a existência ou não de predisposições e recursos por parte da população face à participação em eventos de cariz mais específico, ou ainda, se existem ou não, canais de divulgação específicos destes mesmos eventos relativamente à população que vive e experiencia quotidianamente nesta cidade. Esta problematização é tanto mais importante se tivermos em linha de conta um sentimento generalizado de insatisfação da população face à oferta regular de eventos urbanos¹⁵¹.

Na medida em que os posicionamentos dos maiatos face aos equipamentos e eventos existentes na cidade reflectem uma representação social pautada por alguma demissão face à oferta cultural da própria cidade, pensamos que seria importante reequacionar no momento presente algumas das questões a seguir enunciadas.

Assim, será importante atender aos seguintes vectores de intervenção:

- aumentar e qualificar a oferta de eventos e de equipamentos tendo em conta a diversidade geográfica e sociográfica da estrutura urbana presente, possibilitando dessa forma uma participação mais ancorada às ditames de participação cultural mais democratizada;
- estimular a participação e as actividades aos níveis local e regional encorajando a preservação das diferenças entre os territórios, dando sentido à expressão “o todo e a importância das partes”;
- promover a sensibilização e o interesse pelo património cultural de natureza diversa, sedimentado as diferentes memórias, imaginários e identidades culturais, cruzando de forma sistemática e paulatina as diferentes abordagens da cultura, indo da cultura popular à cultura “cultivada”, passando também pela cultura de massas.

Pensamos que estes vectores de intervenção terão de passar pelo accionar de mecanismos de divulgação culturais de recorte renovado e que assentam especificamente em duas vertentes:

- reconhecimento da importância dos *media* na medida em que são cada vez mais um veículo privilegiado de alargamento dos públicos e de penetração de novas linguagens e formas de recepção por parte das pessoas, servindo de veículos fundamentais de divulgação de formas culturais diversas, até porque têm estruturas de divulgação extremamente flexíveis;
- dar também especial relevo às relações entre divulgação cultural e estruturas formativas e educativas, na medida em que estas últimas parecem ser cada vez mais um veículo privilegiado de formação de novos públicos e de alargamento das possibilidades de inventividade no quadro da cultura; neste caso, não poderemos deixar de dar particular importância aos jovens como veículos fundamentais de agregação urbana e de alargamento das capacidades críticas de uma população.

¹⁵¹ Informação recolhida no curso da aplicação das entrevistas semi-directivas, mas que importa confrontar com os dados das últimas questões do inquérito.

Em síntese, é preciso ter em linha de conta que estamos perante a passagem de um modelo de cultura urbana centrado na dominância das elites tradicionais relativamente ao domínio das instituições culturais e pela elitização de públicos, para um modelo que integra outras orientações, tais como, o alargamento e diversificação dos públicos, a profissionalização da produção e das dinâmicas de divulgação culturais e para a diversificação das fórmulas de apoio financeiro à cultura e das próprias formas de recepção e de produção culturais¹⁵². A importância da fidelização e ancoragem dos públicos à cidade inscreve-se neste contexto como questão central para a afirmação de uma identidade urbana, não esquecendo que a cultura é um vector fundamental para a definição de uma identidade colectiva de um cidade.

A democratização cultural passará, neste sentido, por uma reflexão cujos eixos básicos se encontram sintetizados nos seguintes extractos:

“Geralmente, tende a associar-se a democratização cultural a programas e processos de conquista ou conversão de novas categorias sociais, para um conjunto de obras legítimas, constitutivas da cultura cultivada. O problema é então o de saber como angariar e fidelizar outros agentes e antes arredios consumidores de obras de arte, sejam elas compostas de livros, de filmes, de peças de teatro, de peças musicais, de objectos de exposição, etc.. Esta constituição de novos públicos tem também por finalidade assegurar (pelo menos parcialmente) a solvência económica dos produtos culturais, minorando a dependência de subsídios e apoios públicos”¹⁵³.

Finalmente, poderemos considerar que é também fundamental reflectir acerca dos possíveis modelos municipais de cultura, nomeadamente no seu *modus operandi*, que encerram fundamentalmente três tipos de conflitualidades:

- conflitualidades entre as aspirações da maioria da população e as expectativas dos produtores de cultura, estando as primeiras mais aptas a valorizar dimensões etnográficas e folclóricas pouco exigentes, enquanto que as segundas privilegiam iniciativas orientadas para uma descentralização cultural que se pretende qualificada e actualizada;
- oposições entre as aspirações de diferentes faixas da população local, nomeadamente as novas culturas juvenis, fazendo emergir uma matriz cultural onde se misturam e entrecruzam de forma mais ou menos conflitual, dimensões de cultura popular tradicional e de culturas urbanas (*cultura cultivada versus. cultura comercial*) e a restante população;
- tensões entre as próprias estratégias das políticas culturais autárquicas oscilando entre a necessidade de satisfazer as diferentes aspirações dos cidadãos, de desenvolver iniciativas de requalificação da actividade cultural e de desenvolver uma lógica político-eleitoral de actuação.

4. A Afirmação das Identidades e das Memórias

Continuando ainda no terreno das representações sociais, iremos seguidamente apresentar o jogo cruzado de identidades e de memórias que prevalecem no discurso dos maiatos. Consideramos neste âmbito que a utopia implica sempre uma análise crítica do presente vivido e o enunciar de uma realidade futura e por isso, a importância da voz dos habitantes da cidade e das suas perspectivas simbólicas face a ela própria.

As cidades representam-se incessantemente. A imagem desempenha um ponto de referência das crenças e do conhecimento, e fornece a base sobre a qual se desenvolvem os símbolos e as recordações de uma comunidade. Desta forma poderemos dizer que: “uma cidade engloba muitas cidades, cada uma com a sua própria verdade”¹⁵⁴. As cidades não são homogêneas e resta descobrir o

¹⁵² MARIA DE LOURDES LIMA DOS SANTOS (coord.), *Políticas Culturais*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais - Ministério da Cultura, 1998, p. 279.

¹⁵³ MARIA DE LOURDES LIMA DOS SANTOS (coord.), *Op. Cit.*, p. 307.

¹⁵⁴ MARÍA-ANGELES DURÁN, *Op. Cit.*, p. 54.

que se esconde por detrás das suas óbvias aparências. A cidade reconhece-se como um espaço cénico e teatralizado.

Tendo como base estes pressupostos, podemos considerar que as **imagens ou expressões mais associadas pelos maiatos à sua cidade** são as seguintes:

- “Sorria, está na Maia”, 46%;
- Jardim Zoológico, 45,2%;
- Cidade Industrial, 25,4%;
- Cidade Desportiva, 24,4%;
- Cidade de Trabalho, 21%.

Pese embora o grau de dispersão de respostas associado a esta questão, a leitura central que podemos fazer é a de que os habitantes da cidade tendem a representar a sua cidade através de expressões relevantes de um ponto de vista de afirmação face ao exterior. Esta questão é central numa lógica de representação identitária, pois as identidades mais cristalizadas definem-se por oposição a outras, na luta e no conflito com outros epítetos identitários: não existe identidade sem alteridade. Estamos perante uma busca identitária que se procura fazer da cidade face às suas “concorrentes” mais directas, nomeadamente as presentes na Área Metropolitana do Porto.

Estas imagens atestam sobretudo uma espécie de necessidade de projectar a cidade sobre o exterior, publicitando-a mesma, na tentativa de combater determinados estereótipos de suburbanização geralmente associados a cidade, tal como podemos corroborar com alguns excertos das entrevistas semi-directivas:

“Temos de conservar a nossa identidade porque os de fora já são mais do que nós”.
“Isto é um dormitório do Porto, temos que conservar a nossa identidade”.
“Temos de criar vida na Maia”.

Inscrevendo-nos ainda na lógica anterior, podemos encontrar algumas diferenciações de representação da cidade em função de determinados critérios básicos de estratificação da população em análise. Nesta linha, os mais jovens parecem ser os que associam mais frequentemente à cidade da Maia a expressão “Sorria, está na Maia” com uma pontuação na ordem dos 55%, acontecendo o inverso com os indivíduos que se situam na grupo etário mais envelhecido (28,6%). Relativamente à imagem de Cidade do Trabalho, são mais os indivíduos portadores de quatro anos de escolaridade que se posicionam face a essa mesma imagem (31,1%), ao invés do que acontece com os portadores de um diploma de ensino superior (13,8%) e os mais jovens (12%). Também no tocante à expressão Cidade Desportiva, os mais jovens aparecem mais agregados em torno dessa imagem (31%) indo contra à tendência de posicionamento dos mais idosos (20,6%).

Enfim, e tendo em mente os dados anteriores, podemos considerar que os jovens tendem de forma mais premente a consolidar imagens da cidade associadas a atributos mais modernos, ou se quisermos, mais oriundos de uma espécie de marketing urbano, que tenta fazer sobressair a cidade da Maia no quadro metropolitano.

Neste processo de afirmação identitária maiata, vão estar em causa sobretudo todo um conjunto de diferenciações e de distinções face ao exterior como vimos.

No mesmo sentido, e em busca de uma afirmação identitária *na e pela* diferença, os maiatos **mostrariam preferencialmente** o Jardim Zoológico (43%) **a um turista** de visita pela cidade da Maia, seguindo de perto a lógica social presente na problemática anterior. É preciso salientar que eventualmente o Zoológico é um dos poucos equipamentos que extravasa a noção de cidade e assume um carácter e uma abarcância metropolitana. Exemplicadamente, um dos entrevistados refere que:

“As pessoas de fora da Maia gostam de vir viver para a cidade porque tem prédios bons, acessos rápidos ao Porto, o Jardim Zoológico e os hipermercados”.

Uma pequena nota impõe-se. Paralelamente à tendência de resposta anterior, também 15% dos inquiridos mostravam a um turista o Mosteiro de Moreira. Está em causa também um processo de afirmação identitária, mas de natureza diferente do anterior, e que radica fundamentalmente nas raízes históricas da cidade, mostrando a vivacidade de uma memória através de uma matriz da tradição, do passado e das origens, na medida em que é símbolo de história e de monumentalidade. Saliente-se ainda que é uma referência exterior aos limites da cidade, mostrando como é difícil e quase impossível para os maiatos fazer uma distinção clara entre o que pertence à cidade e o que pertence ao concelho. Trata-se eventualmente ainda de uma imprecisão identitária que não consegue distinguir com clareza o que pertence à cidade e ao concelho. A este propósito não deixará de ser importante relembrar as palavras de alguns entrevistados:

“Sinto-me mais ligado à terra da Maia do que à cidade, porque a cidade é recente.”
“Ainda não consegui ver qual é a cidade; conheço a Maia-centro, mas também conheço Moreira, Vermoim e Nogueira”.
“Se realmente as pessoas continuarem com a ideia de tentar jogar entre o rural e o urbano, podiam fazer da Maia uma cidade do futuro, sem a tornar parecida com as cidades satélites onde só se fazem prédios”.

Também grande parte dos inquiridos consideram que a **via mais importante da cidade** é a Via Norte (48.4%)¹⁵⁵. Por mais paradoxal que nos parece esta escolha, ela parece radicar na defesa de uma identidade para o exterior. Evidentemente que é a via de ligação privilegiada para o Porto, mas parece-nos que a sua escolha se prende mais com razões de importância histórica e simbólica de afirmação da própria via no contexto da cidade.

De facto, os ícones da memória podem aparecer aqui como reforço identitário. O que poderemos ainda adiantar é que em cidades com maior tradição histórica, seria aparentemente impossível que uma via rápida e de ligação ao exterior tivesse uma tal preponderância relativamente a vias centrais e de carácter histórico. Numa segunda abordagem, poder-se-ia também adiantar que as vias centrais, tal como os principais eixos distribuidores, não têm nesta cidade, um carácter suficientemente unitário e qualitativo, por exemplo, do ponto de vista do uso pedonal, de forma a permitir uma identificação clara por parte dos seus utentes.

Quando passamos à análise do **local com que mais se identificam as pessoas**, verificamos que, apesar de ser um local pouco indicado como referência privilegiada a mostrar aos visitantes exteriores, a Praça do Município assume-se, embora com uma designação alargada de Centro da Maia, como escolha preferencial. Correspondendo a um quantitativo de 37% das respostas, destaca-se claramente do local mencionado em segundo lugar, Gueifães, que para além do mais conta com o peso específico das respostas dos residentes nessa mesma freguesia (34,9%)¹⁵⁶. Neste caso, a importância de um centro e de uma centralidade parece relevante em termos de representações sociais.

De facto, o centro é centro simbólico, cívico, político, cultural, social e comercial, mesmo que não esteja completamente consolidado no que diz respeito a todas essas funções. Mais uma vez, registre-se a necessidade de defesa da cidade que parece consolidar-se pela defesa do seu próprio centro, ou como antevêm as justificações dadas pelas próprias pessoas, pelo facto de se *passar muitas vezes* por esse local.

Perspectivando desta forma a defesa identitária da cidade, parece-nos igualmente importante saber **qual o local que os maiatos consideram mais bonito** no quadro da sua cidade. Assim, e quase com a mesma frequência de respostas, surgem-nos o Centro da Maia (27%) e o Monumento à Comunidade

¹⁵⁵ Destaque-se que funciona como via de ligação privilegiada ao Porto, não tendo o estatuto de via urbana.

¹⁵⁶ O que em termos absolutos corresponde à quase totalidade das respostas dos habitantes dessa freguesia maiata, isto é, dos 67 inquiridos, 65 escolhem Gueifães.

Maiata/Entrada da Maia (25.8%), seguidos da Jardim Zoológico (11.6%). Em termos de segmentação populacional, poderemos dizer que o Centro da Maia é referido com maior relevância pelos indivíduos com mais de 65 anos (31.7%) e portadores de quatro anos de escolaridade (32.2%) e com menor relevância pelos mais jovens (24%) e detentores de uma licenciatura ou bacharelato (13.8%). Contrariamente, o Monumento à Comunidade Maiata é mais referido pelos mais jovens (29%).

Poderá estar aqui em causa uma valorização ancorada em padrões estéticos ancorados a gostos diferenciados. Mas em ambos os casos, não deixa de ser importante a constatação de que a entrada da cidade e o seu respectivo centro como vimos na questão anterior deterem as maiores agregações do ponto de vista estético.

Sintetizando, e no quadro da análise destas questões, poderemos estar perante a efectivação de uma lógica de destradicionalização que decorre do “reconhecimento de que nem a tradição nem a inovação existem sob forma absoluta”¹⁵⁷, sendo sobretudo relevante dar importância à mescla de elementos feita por parte dos seus habitantes com vista à consolidação de identidades.

A defesa identitária da cidade é também reforçada pelo facto dos actores sociais em presença considerarem que a eleição de Vieira de Carvalho (41.4%) ter sido o **acontecimento mais determinante para a evolução recente da Maia**, concomitantemente à política urbanística desenvolvida pela autarquia nos últimos anos (12%) e à construção da Zona Industrial da Maia (12.8%).

A valorização destes acontecimentos por parte dos maiatos prende-se em princípio com a defesa de um território de pertença, onde as lideranças locais desempenham um papel chave na consecução desse empreendimento.

Em todas estas manifestações encontramos o que podemos designar pelo carácter omnipresente da tensão entre ordem e desordem¹⁵⁸ tendo em vista a busca de um equilíbrio. Assim, podemos considerar que a desordem urbana implica muitas manifestações, causas e intensidades: “Conjuntamente com a capacidade do exercício imaterial da recordação, existem outras formas de memória que se ajudam e reforçam perante objectos materiais”¹⁵⁹.

As pessoas vivem afectivamente a sua cidade, reconstroem um universo subjectivo de vivência, um quadro possível de interacções para viver, pautadas por uma busca ansiosa de identidade e de perpetuação de memória. Trata-se, no fundo, de uma vivência falsamente contraditória que procura sentidos de intervenção.

¹⁵⁷ CARLOS FORTUNA, “Destradicionalização e imagem da cidade - o caso de Évora”, in CARLOS FORTUNA (org.), *Op. Cit.*, p. 231.

¹⁵⁸ MARÍA-ANGELES DURÁN, *A Ciudad Compartida - Conocimiento, afecto y uso*, Madrid, Consejo Superior de Arquitectos de Espana, 1998, pp. 19-22.

¹⁵⁹ MARÍA-ANGELES DURÁN, *Op. Cit.*, p. 42.

4. UMA CIDADE FRAGMENTADA

Contextualização

“A cidade é redundante: repete-se para que haja qualquer coisa que se fixe na mente.(...). A memória é redundante: repete os sinais para que a cidade comece a existir” (Italo Calvino).¹⁶⁰

Uma cidade não é unicamente um conjunto funcional, capaz de dirigir e de administrar a sua própria expansão, é também uma estrutura simbólica, um conjunto de sinais que facilitam e permitem o estabelecimento de contactos entre sociedade e espaço.¹⁶¹ Mais que imagem da organização social, a cidade é, por conseguinte, parte integrante dessa organização social e por isso rege-se pelas leis da formação social a que pertence.

Toda a análise realizada até hoje incidiu sobre a situação da cultura arquitectónica, mas não sobre o aspecto concreto das formas em que o público recebe tal cultura. Todavia, sabemos que o modo de receber uma mensagem, os processos de descodificação utilizados, os “erros” que têm lugar nesta descodificação, são os elementos determinantes para o estabelecimento de uma relação produtiva entre comunidade e comportamento social.

A cultura arquitectónica tem preferido procurar no seu próprio seio a resposta a estes problemas, que só podem ser solucionados através de uma análise completa e isenta. São duas, as causas principais que, na opinião de Manfredo Tafuri, justificam a ausência de respostas efectivas que tentem preencher o vazio existente nesta temática: (1) Da vontade de encerrar todos os problemas dentro da disciplina arquitectónica, devido a uma espécie de medo de análises externas fundamentadas. O próprio mito da interdisciplinaridade inscreve-se numa área de problemas marginais ao problema das comunicações visuais: invoca-se a sociologia, a ecologia ou as ciências empíricas, para determinar programas de actuação territorial: mas não a psicologia ou a psicanálise, para estudar o comportamento de classes de indivíduos ou de classes sociais na sua leitura quotidiana das mensagens arquitectónicas e urbanísticas; (2) Da dificuldade das gerações mais jovens em abandonar o mito de uma vanguarda perene. Efectivamente, para as “elites” o problema do controlo dos efeitos provocados no público não tem muita importância. Por definição, uma obra de ruptura não pode insistir em recolher e catalogar continuamente os fragmentos provocados pelas suas próprias explosões.

No entanto, um número significativo de teóricos em que se destacam Lynch, Norbert-Schulz, Cullen, Christopher Alexander, Aldo Rossi, Giorgio Grassi, ou mais recentemente Solá-Morales tentaram abordar instrumentos de análise urbana.

Três motivações fundamentais justificam o aparecimento destes estudos teóricos: (1) A constatação da perda de significados públicos por parte da arquitectura; perda registada, em particular, ao nível da comunicação linguística; (2) A necessidade de controlar os significados subjacentes às transformações - projectadas ou não - do ambiente físico e antropogeográfico: de onde derivam os estudos de Lynch, de Gregotti, de Rossi, etc., sobre a forma da cidade e do território, e sobre quais os sectores da estruturação da arquitectura e do desenho urbano a escolher; (3) A exigência de substituir a unitariedade linguística como método de controlo do

¹⁶⁰ Calvino, Italo (1979) *As Cidades Invisíveis*. Editorial Teorema. Lisboa

¹⁶¹ Castells, Manuel (3ª Ed. 1984) *Problemas de Investigação em Sociologia Urbana*. Editorial Presença. Biblioteca de Textos Universitários. Lisboa

processo projectual, por um método objectivo, lógico e analítico, que presida à prática profissional.

Reconhecida a actual “crise linguística, simultaneamente efeito e causa da clivagem entre a arquitectura e a sociedade”, e denunciados os inconvenientes de ordem sociológica e linguística-semântica daí derivados (“os modelos formulados pelos arquitectos e urbanistas não correspondem às expectativas, mais ou menos legítimas, da sociedade real; a perda de significado e, conseqüentemente, de valor da produção arquitectónica corrente”¹⁶²). Torna-se cada vez mais urgente perceber como é que a arquitectura comunica e especificar os seus significados, a fim de esclarecer a natureza da relação entre as fontes emissoras e os seus utentes.

Apontaria alguns motivos para justificar o interesse do estudo da linguagem urbana: (1) Responder e sistematizar o universo de imagens em que o arquitecto se encontra mergulhado e que o solicitam constantemente; (2) A necessidade de recuperar uma estrutura de referência estável, um “horizonte” linguístico, leis de comportamento, que remetam para além de escolhas meramente estilísticas. Porque, uma abordagem morfológica permitirá ao arquitecto e ao urbanista intervir conscientemente na cidade, como refere Hillier, é a realidade espacial assim concebida que constitui a matéria prima do seu trabalho.¹⁶³

A análise morfológica neste campo constitui um instrumento privilegiado de leitura do espaço urbano, uma vez que emite “conhecimentos cuja linguagem é a própria intervenção espacial”. O fenómeno linguístico corresponde a uma busca do que escapou e escapa, ainda, à actividade de projectação, que é hoje uma realidade cada vez mais premente, o problema da comunicação directa com o público e do controlo do comportamento social relativamente às imagens e às estruturas. Linguagem que não pode ser explicada sem recorrer ao estudo do contexto, dentro do qual esses sinais, como lhes chama Italo Calvino, têm uma lógica.¹⁶⁴

Neste sentido o estudo que a seguir se apresenta pretende, ainda que de uma forma simplesmente exploratória, identificar a imagem mental da cidade da Maia segundo quatro vertentes complementares. Num primeiro capítulo analisa-se a imagem da cidade segundo os diferentes territórios sócio - espaciais determinados. Num segundo capítulo, procura-se avaliar a relação entre a identidade corporal e a identidade urbana, ou seja, encontrar caso existam, os paralelismos e as divergências entre os olhares femininos e masculinos da cidade. Em terceiro lugar, investiga-se o nível de identificação entre a população e as referências patrimoniais da cidade. Por ultimo, tecem-se algumas considerações sobre os padrões estéticos de classificação arquitectónica e urbanística.

O trabalho que é aqui apresentado resulta de análises obtidas, simultaneamente, a partir de um inquérito realizado a 500 pessoas residentes na cidade da Maia, e paralelamente, através de entrevistas qualitativas efectuadas num universo de 10 pessoas também residentes na cidade. Pelo exposto, gostaria de ressaltar que as observações aqui

¹⁶² Renato de Fusco (1967) citado por Tafuri, Manfredo. (Ed. 1979), Teoria e História da Arquitectura. Editorial Presença. Biblioteca de Textos Universitários. Lisboa

¹⁶³ Hillier, Hill e Julienne Hanson (Ed. 1992) The Social Logic Space. Cambridge University Press. Cambridge

¹⁶⁴ Delgado, Cecília (1998) Texto retirado da Tese de Dissertação “Cenário do Delito” para obtenção do grau de Mestre em Projecto e Planeamento do Ambiente Urbano.

traduzidas deverão apenas ser entendidas como avaliações qualitativas para o universo estudado.

Territórios cognitivos

O sistema territorial é o resultado da forma como os indivíduos, e grupos de indivíduos, se organizam. Portanto, ser oriundo de uma dada cidade, ou viver nela, significa relacionar-se com um conjunto de símbolos (dotados de valências, ora positivas, ora negativas) que representam termos iniludíveis para a construção da identidade ainda que, a atribuição de uma identidade relativa à cidade actue, na maioria dos casos, de uma forma vagamente reflexa e quase inconsciente. Mesmo numa sociedade extremamente móvel como é a actual, os indivíduos desenvolvem este sentimento de pertença, normalmente com a localidade de origem, constituindo na maioria dos casos um ponto de referência simbólico comparativo, determinante na leitura das novas experiências de vida desses indivíduos.

A falta de relação entre aquele que vive na cidade com ela própria impedirá que essa cidade ganhe uma "alma". A vida então não passará de um ir e vir. Não há identificação entre as pessoas, nem um desejo de ver o crescimento da cidade. As pessoas não se sentem cidadãs, não a defendem e, só se mantém nesta porque exercem uma actividade que depende do fluxo que por ela passa.

O arquitecto Kevin Lynch,¹⁶⁵ elaborou, em 1959, um estudo pioneiro onde aplicou como conceito básico o principio da imaginabilidade, propriedade que é definida como: a capacidade de um objecto físico de evocar uma imagem forte num dado observador. É a forma, cor, disposição, que facilita a produção de imagens mentais vivamente identificadas, poderosamente estruturadas e altamente úteis à vivência no espaço urbano. Os resultados obtidos, tendo em conta as diversas fontes, levaram o autor a concluir que cada indivíduo possui uma imagem própria e única do espaço, que, contudo, se aproxima da imagem pública da cidade. Esta imagem resulta, não só dos elementos físicos perceptíveis, mas também de outros factores, tais como o significado social de uma área, a sua função, a sua história ou, até, o seu nome.

Baseando-se nas entrevistas efectuadas, a equipa de investigadores liderada pelo arquitecto Kevin Lynch conclui que os edifícios vulgares, situados em pontos decisivos na orientação, são mais facilmente retidos na memória, enquanto que estruturas distintas ao longo de uma rota caem no esquecimento.. Quaisquer quebras no movimento, cruzamentos ou pontos de mudança de direcção, são locais de acentuada percepção.

Ao entendermos os mapas mentais das pessoas podemos compreender as suas decisões espaciais e, subsequentemente, entender os seus comportamentos. Cadwallader (1976) sugere que os mapas mentais influenciam, pelo menos, três tipos de decisões, que utilizamos continuamente na formulação espacial do dia à dia: (1) A decisão de ficar ou partir; (2) A decisão de onde ir; (3) A decisão do caminho a escolher.

Em 1985 Garling acrescentou a esta lista mais um tipo de decisão; (4) A decisão de como chegar até um ponto definido.

Se analisarmos exclusivamente a primeira questão da entrevista, onde se pediu aos entrevistados para desenharem esquematicamente um numero finito de referencias que caracterizassem a cidade da Maia, conclui-se que,

¹⁶⁵ Lynch, Kevin (1959) A Imagem da Cidade, Lisboa, Edições 70, 1996.

com a excepção de um entrevistado, todos os restantes iniciaram a representação cartográfica da cidade da Maia a partir da representação do centro da cidade, entendendo-se por centro, a Câmara, a Torre e a Praça do Município. De facto parece-nos que o centro constitui o único ponto de referencia físico e mental aglutinador desta cidade.

Principais referencias apontadas na representação cartográfica da cidade da Maia

1ª referência	2ª referência	3ª referência	4ª referência
Praça Do Município Centro	Igreja Velha Estádio	Jumbo Zona Desportiva Via Norte	
Câmara + Torre Câmara + Praça do Município + Torre Câmara	Venepor Maiacclub Fórum Jovem		Av. António S: Leite
Câmara + Praça do Município	Estádio		Estrada Porto/Braga
Câmara + Torre +Praça do Município+ Fórum Estádio	Estádio Jardim Zoologico	Via Norte Estrada N. 107	Av. Augusto Simões Auto-Estrada
Igreja Câmara + Estátua + Torre	Bombas de Gasolina		Via Norte

Esta convergência mental poderá de algum modo estar dependente do principal meio de transporte utilizado pela população, neste caso o carro, uma vez que o modo de apreensão do espaço é influenciado pela forma como nos movemos nesse espaço. Por exemplo, sabe-se que o viajante pedonal memoriza um espaço com maior facilidade do que o viajante de carro e que o nível de retenção de um viajante passivo de carro ou de transporte público é ainda mais reduzido.

Numero de percursos realizados segundo os diferentes meios de transporte

	Carro	A Pé	Transportes Públicos
Resid. - Trabalho	7	2	1
Resid. - Escola Dos Filhos	2		
Resid. - Compras	7	3	
Resid. - Amigos	7	2	
Resid. - Lazer	4	3	

Das hipóteses apontadas por este trabalho resulta que existe uma imagem pública da cidade, constituída por um centro: Praça do Município, Câmara Municipal, Jardim Zoológico, Parque da Nossa Senhora do Bom Despacho e Igreja, por ultimo o ponto mais importante, a Torre.

A Torre é o principal elemento de referencia visual marcante para a cidade da Maia. Parafrapear Lynch "um elemento marcante é mais forte quando é visível através de um longo período de tempo ou distância espacial, e mais útil se a direcção a partir de onde é visto seja identificável. Se esse elemento for uma constante na paisagem urbana, tornar-se-á um ponto de apoio à percepção da imagem urbana".

A assunção da Praça do Município como epicentro referencial da cidade é ainda visível através da análise da questão 2.3 do questionário em que é pedido para identificar o centro histórico da cidade da Maia. A maioria da população da cidade da Maia afirma que a Praça do Município é o centro histórico da cidade.

No decorrer da entrevista sugeriu-se aos inquiridos que indicassem referencias visuais na proximidade de alguns lugares, edifícios e monumentos da cidade da Maia.

Referências sugeridas na proximidade da Praça do Município

3	Estátua
2	Torre
	Câmara
	Barclays
	Café Turista
	Café Miramaia
	Centro de Saúde

Referencias sugeridas na proximidade do Monumento à Comunidade Maiata

	Feira
	Banco Nacional Ultramarino
2	Via Norte
	Maiacub
3	Fonte
	Viaduto

Referencias sugeridas na proximidade da Igreja da Nossa S^a do Bom Despacho

6	Zoológico
	Capela
	Quinta
	Mercado
2	Cemitério

Referências sugeridas na proximidade do Jardim Zoológico

2	Estação CP
3	Junta de Freguesia
3	Igreja
	Parque

Referências sugeridas na proximidade da Urbanização dos Maninhos

2	Largo do Catasol
	Loja dos Repteis
	Direcção do Estádio
	Ciclo Preparatório
2	Cidade Jardim
	Escolas Secundárias
	Fonte Luminosa

Referências sugeridas na proximidade da Urbanização Novo Rumo

	Pirâmides
	Gnr
	Fórum Jovem
	Polícia
	Serviços Municipalizados
	Finanças

Referências sugeridas na proximidade da zona escolar

5	Estádio Complexo Desportivo Ginodesportivo
2	Correios Estátua

Referências sugeridas na proximidade do MacDonalds

4	Igreja Nova Bomba de Gasolina Farmácia Blockbuster Escola Preparatória Romangil
---	--

Os locais como a Igreja da Nossa Senhora do Bom Despacho, o Jardim Zoológico, a zona escolar e a Praça do Município, que definem o centro da cidade da Maia são facilmente recordados. As novas áreas habitacionais carecem de referências visuais.

Estranhamente, ou talvez nem tanto assim, algumas das referências visuais citadas pelos entrevistados referem-se a cadeias internacionais como por exemplo, Blockbuster e McDonalds ou a hipermercados como o Jumbo.

Na questão 2.1 do inquérito questionámos a população da cidade da Maia sobre qual das seis imagens apresentadas associariam mais rapidamente a um aspecto positivo da cidade da Maia. A imagem que representa o Monumento à Comunidade Maiata destaca-se como o aspecto mais positivo da cidade da Maia. Num segundo plano aparece a imagem respeitante à Praça do Município.

Na avaliação por níveis etários realça-se a maior valorização do Monumento à Comunidade Maiata para os indivíduos com idade compreendida entre os 25 e os 65 anos correspondendo um percentil de 51,9%, a população com idades compreendidas entre os 14 e os 24 anos apresenta um nível menor de empatia com este monumento, ficando-se por 42,0%. Nos grupos etários dos 15 aos 24 anos e dos 25 aos 65 anos a Praça do Município é a segunda imagem classificada como positiva, no entanto, a sua hegemonia é maior no primeiro nível etário, com 25,0% e menor no segundo com apenas 15,4%.

A avaliação da imagem do Monumento à Comunidade Maiata como o aspecto mais positivo da cidade da Maia é mais óbvia para os indivíduos com o nível de escolaridade correspondente à escola primária, e preparatório com 52,1% e 53,8% respectivamente. E menos positiva para os indivíduos analfabetos, com a escolaridade secundária e com ensino superior.

A Praça do Município aparece apenas como a segunda imagem mais positiva para os analfabetos e indivíduos com o nível escolar primário. Curiosamente, constata-se que a segunda imagem mais positiva, para os indivíduos com o nível superior de escolaridade, correspondente à entrada pela via norte na cidade da Maia.

Considerando a distribuição dos inquiridos pelas três freguesias que constituem a cidade da Maia, resulta que, todas as freguesias são unânimes em considerar o Monumento à Comunidade Maiata como a imagem mais positiva da cidade. A Praça do Município destaca-se em segundo lugar com 23,7% na freguesia da Maia, contra apenas 14,0% na freguesia de Vermoim e 19,4% na freguesia de Gueifães.

A freguesia de Vermoim considera similar a valoração das imagens referentes à entrada pela via norte na cidade na Maia, e a Praça do Município, ambas com 14,0%.

Quando questionada a população Maiata sobre qual seria das seis imagens apresentadas, a que identificaria mais rapidamente como um aspecto negativo da cidade da Maia, a imagem referente à Urbanização dos Altos destaca-se como o aspecto mais negativo. Num segundo plano aparece a imagem referente à Praça do Município. Nesta avaliação, todos os níveis etários são consensuais em considerar a imagem da Urbanização dos Altos como a mais negativa da cidade da Maia.

Por níveis académicos temos que, a Urbanização dos Altos é considerada a imagem mais negativa para 51,7% da população analfabeta da cidade da Maia, no entanto apenas 34,7% da população com o nível de escolaridade primária e 37,9% da população com o ensino superior considera a Urbanização dos Altos negativa. Com uma relativa homogeneidade entre os diferentes níveis de escolaridade, aparece em segundo lugar, como aspecto negativo da cidade a Praça do Município.

Analisando extractos representativos por cada freguesia, a Urbanização dos Altos é considerada uma imagem negativa particularmente para a população da freguesia de Vermoim com 47,5% (freguesia onde está localizada a referida urbanização) e menos negativa para a população da freguesia de Gueifães com apenas 31,7%. Existe acordo entre as diferentes freguesias em considerar a Praça do Município como a segunda imagem mais negativa da cidade da Maia. No entanto, a imagem referente à Praça do Município é a que mais divide a opinião dos Maiatos. No sentido em que, não sendo em nenhuma das situações a imagem eleita como mais positiva ou mais negativa, aparece imediatamente a seguir em ambos os quadrantes, abrangendo em campos extremos 50% da população.

Na questão 2.2 do inquérito interrogámos a população sobre as freguesias que constituem a cidade da Maia. Aproximadamente 25% da população residente não identifica as freguesias da Maia, Vermoim e Gueifães como os limites da cidade. As freguesias de Moreira da Maia, Nogueira da Maia, Milheirós, e Barca, são identificadas por aproximadamente 35% da população como pertencentes à cidade. As freguesias que são menos identificadas como pertencentes à cidade da Maia são S. Pedro de Fins e a freguesia de Vila Nova da Telha. No entanto, 89,8% da população identifica a freguesia de Vermoim, 86,0% identifica a freguesia de Gueifães e por último 77,6% identifica a freguesia da Maia.

A identificação da freguesia de Vermoim como pertencente à cidade da Maia é maior nos níveis etários entre os 15 e os 24 anos e os 25 aos 65 anos com respectivamente 90,0% e 92,3% do que após os 65 anos de idade com apenas 76,2%.

Por outro lado, à medida que aumenta o nível de escolaridade, aumenta a percentagem de população que identifica a freguesia de Vermoim como fazendo parte da cidade da Maia. com 79,3%, 88,4%, 92,3%, 90,7%, e 96,6%, respectivamente para a população analfabeta, com o nível de ensino primário, preparatório, secundário e nível de ensino superior. A freguesia de Gueifães é, principalmente, identificada como pertencente à cidade da Maia pela população com nível de ensino preparatório com 92,3% e em menor percentagem pela população analfabeta com apenas 79,3%. A freguesia da Maia é, fundamentalmente, identificada como pertencente à cidade pela população com o nível de ensino primário e superior, respectivamente,

85,8% e 81,0% e menos identificada pela população analfabeta com apenas 62,1%.

Da análise por freguesias resulta que, a freguesia de Vermoim é assinalada como pertencente à cidade da Maia, basicamente, pela população das freguesias da Maia e Vermoim, com 93,3% e 92,2% e em menor numero pela população de Gueifães com apenas 84,9%. A freguesia de Gueifães é, essencialmente, identificada pelos próprios residentes nesta freguesia com 93,0%. Em menor numero pela população das freguesias de Vermoim e da Maia com 81,0% e 83,0% respectivamente. Por ultimo a freguesia da Maia é identificada como pertencente à cidade da Maia pela população das freguesias de Gueifães e de Vermoim com 80,1% e 80,4% respectivamente. Surpreendentemente, apenas 70,4% da população da freguesia da Maia identifica a sua própria freguesia como fazendo parte da cidade.

Observa-se que a freguesia de Vermoim, a mais identificada como pertencente à cidade da Maia, o que coincide com as novas áreas de construção residencial nomeadamente a Urbanização dos Altos e a Urbanização dos Maninhos. A população da freguesia da Maia, estranhamente, é a que menos se identifica com a sua própria cidade, aparentemente poderá tratar-se de um desconhecimento da existência de uma freguesia homónima à cidade, ainda mais que existe uma relativa "autonomia" sinalética das outras duas freguesias da cidade, Vermoim e Gueifães, o que não acontece para a freguesia da Maia.

Refira-se ainda que, a confusão gerada em torno da unidade territorial vs. administrativa da cidade torna-se ainda mais evidente se observarmos que não existem referencias visuais construídas, que identifiquem os limites territoriais da cidade, mas em compensação, existe claramente definido o perímetro que constitui o concelho da Maia, nomeadamente, através da identificação sinalética das diferentes freguesias do concelho.

Por ultimo questionamos a população sobre qual seria o impacto visual dos lugares e edifícios apresentados.

Quadro resumo do Impacto Visual de alguns edifícios e monumentos da cidade da Maia

Muito Impacto	Algum Impacto	Pouco Impacto	Nenhum Impacto
- Torre da câmara	- Ponte sobre a Via Norte	- Igreja Nova da Maia	- Edifício Venepor
- Estádio Vieira de Carvalho	- Edifício das Pirâmides	- Blocos da Urbanização dos Altos	- Fórum Jovem
- Câmara Municipal	- Fórum da Maia	- Torres do Bairros do Sobreiro	
	- Monumento às Bandas de Musica		
	- Estátua do Lidador		

Assim, a Torre da Câmara Municipal é o edifício com maior impacto visual, o que mais uma vez, distingue a Torre como o elemento mais marcante visualmente na cidade, imediatamente seguida pelo Monumento à Comunidade Maiata.

Num segundo nível aparece o Estádio Vieira de Carvalho e o edifício da Câmara Municipal da Maia, num terceiro nível aparece a Ponte sobre a Via Norte. Num quarto nível aparece o Edifício das Pirâmides, o Fórum da Maia, o Monumento às Bandas de Musica e a Estátua do Lidador com respectivamente, 45,2%, 40,4%, 37,4% e 34,2%. Num quinto nível aparece a

igreja Nova da Maia, os Blocos da Urbanização dos Altos, as Torres do Bairro do Sobreiro. Por ultimo o Edifício Venepor e o Fórum Jovem.

Da análise efectuada resulta que, o impacto visual da Torre da Câmara Municipal da Maia diminui á medida que aumenta a idade da população inquirida, com 82,0% para a população entre os 14 e os 24 anos, decresce até os 66,7% para a população com mais de 65 anos e aumenta em sentido directo ao aumento das habilitações académicas dos inquiridos. Em sentido *inverso*, o Monumento á Comunidade Maiata aumenta o seu impacto visual consentaneamente com o aumento do nível etário da população inquirida, com 26,0% de representatividade visual para indivíduos entre os 14 anos e os 24 anos, atinge os 42,9% de impacto visual para os indivíduos com mais de 65 anos, mas, apresenta o nível mais reduzido de impacto visual entre a população analfabeta.

No segundo, terceiro e quarto nível de impacto visual, realce-se que o impacto do Estádio Vieira de Carvalho não se altera segundo os níveis etários, e obtém o menor grau de impacto visual entre a população analfabeta. O edifício da Câmara Municipal da Maia aumenta o nível de impacto visual na relação directa ao aumento da idade da população, similarmemente ao Monumento à Comunidade Maiata, a Ponte sobre a Via Norte obtém o pico de impacto visual no escalão etário entre ao 25 e os 65 sendo o nível de impacto visual ligeiramente inferior nos restantes escalões etários, para a população com o nível de ensino primário e preparatório.

Por ultimo, o Edifício das Pirâmides, apresenta o máximo de impacto visual para a população entre os 25 e os 65 anos. O Fórum da Maia, apresenta o nível mais reduzido de impacto visual para a população entre os 14 e os 24 anos. E o Monumento `as Bandas de Musica e a Estátua do Lidador apresentam um aumenta do nível de impacto visual em sentido directo ao envelhecimento populacional.

No escalão correspondente ao quinto e ultimo nível de impacto destaca-se a igreja Nova da Maia, que aumenta de impacto visual em sentido directo ao envelhecimento populacional. Os Blocos da Urbanização dos Altos com menor impacto visual para a população entre os 14 e os 24 anos. As Torres do Bairro do Sobreiro que diminuem de impacto em sentido directo ao envelhecimento populacional. E por ultimo, o Edifício Venepor apresenta um aumento de impacto visual na população entre os 25 e os 65 anos, e o Fórum Jovem que obtém o nível de impacto visual mais reduzido para a população entre os 14 e os 24 anos.

Da analise do impacto visual por freguesias resulta que para a freguesia da Maia os edificios e monumentos com maior impacto visual são, em primeiro lugar a Torre da Câmara Municipal, seguindo-se a Câmara Municipal da Maia e o Estádio José Vieira de Carvalho em quarto lugar o Monumento à Comunidade Maiata, exactamente com o mesmo impacto visual da ponte sobre a Via Norte.

Para a freguesia de Gueifães o maior impacto visual corresponde ao Monumento à Comunidade Maiata, logo seguido por a Torre da Câmara Municipal e a um nível mais afastado o Estádio José Viera de Carvalho.

Por ultimo para a freguesia de Vermoim o edifício e monumento com maior impacto visual são, à semelhança da freguesia de Gueifães, a Torre da Câmara Municipal e o Monumento à Comunidade Maiata.

Mais uma vez constata-se que existe similitude entre o desenho dos mapas mentais da cidade e o impacto visual dos edificios e monumentos o mesmo se passando em relação à imagem mais representativa positivamente da cidade da Maia. Esta constatação vem reforçar a imagem publica que já tínhamos traçado anteriormente da cidade da Maia.

Num segundo plano surge destacada a presença do Estádio José Vieira de Carvalho, que também surgiu, com menor relevância, no desenho dos mapas mentais da cidade. Neste caso parece-nos estar perante um exemplo da correlação entre o símbolo e o uso como promotores de um maior impacto visual.

Identidade corporal vs. identidade urbana

Poucos autores se debruçaram especificamente sobre os diferentes modos de ver a realidade pelos dois sexos masculino e feminino. No entanto sabe-se (ou especula-se) se cidades desenhadas por mulheres seriam morfologicamente idênticas às desenhadas "fundamentalmente" por homens. Partimos do princípio que não. De facto muitas das características actuais das cidades, nomeadamente a divisão funcional entre áreas habitacionais de serviços e de lazer teve "necessariamente" que ser elaborada por uma mente masculina, dada a capacidade exclusivamente desse sexo, em separar em compartimentos estanques funções que, para uma mulher, se intersectam sucessivamente durante o dia à dia. Neste sentido, seria muito mais difícil partir de uma mente feminina um desenho de cidade que, dada as dificuldades de circulação impostas pelo fluxo de transportes, impossibilitam totalmente a compatibilização de funções que ainda hoje são impostas pela sociedade patriarcal ao sexo feminino. Por outro lado é exactamente esta separação funcional das cidades que facilita a propagação do medo e da insegurança urbana!¹⁶⁶

Neste pequeno capítulo interessa-nos fundamentalmente salientar que, sendo a visão um processo interpretativo, logo dependente do interlocutor em causa, a mesma realidade terá obrigatoriamente que obter aferições distintas consoante é analisada por um observador do sexo feminino ou masculino.

Sabemos, que uma das principais diferenças entre o modo de olhar do sexo masculino e feminino prende-se com o nível de atenção que cada observador dedica aos diferentes aspectos de uma cena. Num estudo realizado por Hess (1965) foram comparados os movimentos da visão de ambos os sexos quando olhavam para uma pintura, na experiência um quadro de Leon Kroll denominado "Mornig on the cape". A pintura contém um homem montado num cavalo e duas mulheres, uma num plano recuado e outra recostada junto a uma árvore. Ambos os sexos começaram por analisar a pintura partindo aproximadamente do mesmo ponto, mas, a localização, duração e sequência do olhar foram diferentes. Ambos os sexos prestaram maior atenção nas personagens correspondentes ao sexo oposto. O que reflecte os estereótipos sociais! No entanto, a observadora feminina não examinou a paisagem do fundo do quadro enquanto que, o observador masculino o fez.

Analisando a questão 2.1, onde se solicitava aos inquiridos que observassem seis fotografias e que as ordenassem tendo em conta a que representasse o aspecto mais positivo e mais negativo da cidade da Maia, observa-se que para as mulheres entre os 15 e os 24 o aspecto mais positivo da cidade é o Jardim do Monumento à Comunidade Maiata com 53,8%, enquanto que, para os homens dessa mesma idade, a Praça do Município e a sua envolvente representam o aspecto mais positivo da cidade. Surpreendentemente para os homens com idade superior a 24 anos, o Monumento à Comunidade Maiata passa a representar a imagem mais positiva da

¹⁶⁶ Uma das principais conclusões do estudo sobre insegurança urbana na cidade do Porto foi exactamente que "existe uma relação positiva entre o crime e a habitação, no período diurno, e entre o crime e os serviços no período nocturno". Em Delgado, Cecília (1998) Tese de Dissertação "Cenário do Delito" para obtenção do grau de Mestre em Projecto e Planeamento do Ambiente Urbano.

cidade da Maia similarmente com a imagem mais positiva para o sexo feminino, no entanto, não obtém a mesma hegemonia.

Para os homens com menos de 25 anos e com mais de 65 anos a Praça do Município é mais positiva do que o Monumento à Comunidade Maiata enquanto que, para as mulheres o Monumento à Comunidade Maiata é sempre considerada a imagem mais positiva da cidade.

Para os indivíduos masculinos com idade inferior a 25 anos existem 3 imagens negativas na cidade da Maia: o Largo da Nossa Senhora do Bom Despacho; a Praça do Município; e a Urbanização dos Altos. Para as mulheres com a mesma idade, o aspecto mais negativo é a Urbanização dos Altos (sensivelmente metade da população) seguindo-se-lhe a Praça do Município com valores muitíssimo inferiores. Novamente regista-se uma similitude entre homens e mulheres com idades compreendidas entre os 25 e os 65 anos e volta-se a registar uma divergência significativa entre sexos a partir dos 65 anos. Para os homens com mais de 65 anos a imagem mais negativa da cidade da Maia é a Urbanização dos Altos, para as mulheres o Monumento à Comunidade Maiata.

Aparentemente existe uma maior convergência na avaliação das situações pelo sexo feminino e uma maior dispersão de avaliação para os indivíduos do sexo masculino, especialmente, quando nos referimos a idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos e idade superior a 65 anos. Resultará este facto de entre os 25 anos e os 65 anos existir uma maior convivalidade entre sexos e daí uma maior familiaridade opinativa?

Para os homens entre os 15 e os 24 anos a Torre da Câmara Municipal e o Monumento à Comunidade Maiata são os dois locais com maior impacto visual na cidade da Maia. No entanto para as mulheres, com a mesma idade, é com amplo destaque, a Torre da Câmara Municipal o único edifício considerado com maior impacto visual da cidade. De facto consta-se que existir uma maior dispersão nas escolhas efectuadas pelo sexo masculino em contraposição a uma maior acertividade feminina.

Considerado os monumentos e edifícios com algum impacto visual destaca-se, a Estátua do Lيدador e a Igreja Nova da Maia para a população masculina e dentro da mesma escala, o Fórum da Maia para a população feminina.

No escalão correspondente ao pouco e nenhum impacto visual ambos os sexos, embora com percentis diferentes, consideram que o Edifício Venepor e o Fórum Jovem tem pouco impacto visual. Por fim, o Bairro do Sobreiro, para ambos os sexos e o Monumento às Bandas de Musica não têm impacto visual na cidade.

Quadro resumo da avaliação do impacto visual pelos diferentes sexos

	Mulheres	Homens
Muito impacto	Torre da Câmara	Torre da Câmara Monumento à Comunidade Maiata
Algum Impacto	Fórum da Maia	Estátua do Lيدador Igreja Nova da Maia
Pouco Impacto	Edifício Venepor Fórum Jovem	Edifício Venepor Fórum Jovem
Nenhum impacto	Bairro do Sobreiro Monumento às Bandas de Musica	Bairro do Sobreiro

Existe uma relação estreita entre a avaliação por sexos do impacto visual dos monumentos e os resultados da questão 4.7 do inquérito, onde era pedido para indicar o local mais bonito da cidade da Maia. Assim os homens elegeram como o local mais bonito o jardim do Monumento à Comunidade Maiata, e as mulheres o Centro da Maia. Estas observações são válidas para todas as idades com uma única excepção, os homens com mais que 65 anos concordam com as mulheres afirmando que o centro da cidade da Maia é o local mais bonito da cidade.

O local menos bonito da cidade da Maia é, para os inquiridos, o Fórum da Maia, que embora mais apreciado pelos indivíduos masculinos, apresenta valores de apreciação reduzidíssimos.

Analisada a trilogia, sexo, idade e apreciação resulta que os homens entre os 15 e os 65 anos consideram que o centro da Maia é o segundo lugar mais bonito da cidade (primeiro para homens com idade superior a 65 anos), de novo invertendo-se a situação para as mulheres que consideram o Monumento à Comunidade Maiata o segundo lugar mais bonito da cidade. Num terceiro escalão aparece o Jardim Zoológico, mais importante para as mulheres entre os 14 e os 25 anos do que para os homens. Entre os 25 e os 45 anos o Jardim Zoológico atinge a mesma importância para ambos os sexos, no entanto, a partir dos 45 anos o Jardim Zoológico é muito mais importante para os homens com um percentil médio de 12,5% contra apenas 6,7 % para as mulheres. Por outro lado a Igreja da Nossa Senhora do Bom Despacho é muito mais bonita para as mulheres do que para os homens, especialmente entre os 25 anos e os 65 anos em que os valores representam o dobro em relação ao sexo oposto.

Quando analisamos a ponderação obtida pela Zona Desportiva deparamos com uma situação heterogénea, de facto embora a zona desportiva obtenha valores superiores para os indivíduos masculinos com idade compreendida entre os 25 e os 45 anos de idade, para as mulheres com idades entre os 14 e os 25 anos e entre os 45 e os 65 de idade a zona desportiva representa em termos de apreciação o dobro em relação ao sexo oposto!

O património simbólico

A formação de uma cidade implica a produção (caso não exista) de um léxico simbólico que caracterize e identifique a imagem da cidade e que constitua, um campo de valores adoptado pela sua população.

Esse léxico simbólico exprime-se tanto nas estruturas físicas (ruas, praças e monumentos) como nos modos de vida, cerimónias, rituais da vida urbana, ou ainda nas imagens e discursos que falam da cidade. A dimensão simbólica da cidade não é um facto estranho à vida social e à experiência quotidiana dos habitantes. Pelo contrário, está-lhes ligada por uma relação intrínseca, que, constitui uma relação de duplo sentido. Por um lado o simbolismo urbano representa um ponto de referência que estrutura e condiciona de muitos modos a actividade social, entrando em profundidade nos processos que definem a identidade dos indivíduos singulares e colectivos. Por outro lado, a própria actividade social e a interacção entre indivíduos titulares de identidades heterogéneas contribuem para reproduzir e, ao mesmo tempo, modificar continuamente os símbolos da cidade.

Na cidade da Maia, aparentemente, não existe um sentimento de afectividade territorial. Infere-se por parte da população mais cosmopolita, uma negação dos valores rurais ainda prevaletentes. Parece-nos, no entanto, que a falta de identificação dos cidadãos maiatos com o património simbólico da cidade agudiza-se, dada a ausência de entidades / grupos, que fomentem a consolidação de uma identidade colectiva.

A partir da análise da questão 2.3 do inquérito onde se pedia à população para identificar o centro histórico da cidade da Maia a maioria da população identifica a Praça do Município como o centro histórico da cidade.

A população com o nível académico mais baixo apresenta valores percentuais de identificação da Praça do Município como o centro histórico mais altos, 34,5%, 37,9% e 38,5% respectivamente para os indivíduos analfabetos, como o nível de ensino primário e preparatório. Os indivíduos com o nível de ensino secundário e superior apresentam valores de identificação mais baixos, respectivamente de 28,5% e de 29,3%.

A freguesia da Maia é a que menos identifica a Praça do Município como sendo o centro histórico da cidade da Maia, com apenas 29,6%, seguindo-se-lhe a freguesia de Vermoim com 31,8%, por outro lado é a freguesia de Gueifães a que mais identifica a Praça do Município como sendo o centro histórico da cidade, com o valor percentual de 36,6%.

Curiosamente as freguesias da Maia e de Vermoim identificam num segundo plano o Mosteiro de Moreira como o centro histórico da cidade da Maia, e a freguesia de Gueifães elege a Igreja de S. Miguel.

O vazio histórico da população Maiata é ainda mais evidente através da análise das entrevistas realizadas a um número limitado da população. Nestas entrevistas foi pedido aos indivíduos que, para os diferentes monumentos e locais de interesse mencionados, referissem se conheciam o local, qual a referencia visual próxima que mencionariam a alguém que desconhecesse o local e, por ultimo, uma expressão que no seu entender caracterizasse o local. Refira-se que os monumentos e locais de interesse utilizados nesta entrevista remetem-se exclusivamente aos mencionados no Roteiro da Maia para as freguesias que constituem a cidade da Maia. Aos entrevistados não foi referida a freguesia a que pertencem os referidos monumentos e locais.

Referências patrimoniais da Freguesia de Gueifães: Ponte da Pedra; Igreja Velha; Casa do Adro e Escola Príncipe da Beira.

Ponte da Pedra¹⁶⁷

Conhece	Referencia	Caracterização
S	Feira de Santana	Antigo
S	Feira de Santana	Pedra + Sujidade
S	Feira de Santana	Antiga + Pedra
S	Feira de Santana	?
S	Feira de Santana	Bombas De Gasolina
S	Feira de Santana	Estreita + Calçada Em Paralelos
S	Esmaltal	Degradada
S	Casa decadente	Espaço Caótico
?	?	Antigo
N		

Igreja Velha Setecentista¹⁶⁸

Conhece	Referencia	Caracterização
S	Zoológico	Igual a tantas outras
S	Zoológico	Bonita
S	Zoológico	"Próprio da Cidade"
S	Zoológico	?
S	Zoológico	Velha
S	Feira	Antiga
S	Feira (Mercado)	Linda
S	Quinta	Semi-Rural
S	Capela Pequena	Bonita
N		

Casa do Adro¹⁶⁹

Conhece	Referencia
8	N
2	N/S

Escola Príncipe da Beira¹⁷⁰

Conhece	Referencia
9	N
1	N/S

Referencias patrimoniais da Freguesia da Maia: Igreja de S. Miguel; Parque de Nossa Senhora do Bom Despacho e Zoológico; Praça do Município e Quinta de S. Francisco de Paula.

¹⁶⁷ Ponte da Pedra de base romana, sofreu reconstruções posteriores. Arco de volta inteira com aduelas estreitas e compridas. Guardas em silhares robustos. Pavimento em corcova. Servia para transposição do rio Leça integrada na Via Romana (séc. II?) Olissipo - Cale -Bracara. Em Roteiro da Maia. 1999

¹⁶⁸ Igreja velha setecentista, com belíssima imaginária no interior. Em Roteiro da Maia. 1999

¹⁶⁹ Casa do Adro, típica quinta dos fins de setecentos, principio de oitocentos, centro de grande área agrícola. Em Roteiro da Maia. 1999

¹⁷⁰ Escola Príncipe da Beira, inaugurada pelo Rei D. Carlos e pela Rainha D. Amélia. Em Roteiro da Maia. 1999

Igreja de S. Miguel¹⁷¹

Conhece	Referencia
9	N
1	N/S

Parque da Nossa Senhora do Bom Despacho¹⁷²

Conhece	Referencia	Caracterização
S	Zoológico	Aberto
S	Igreja	Grande
S	Igreja	?
S	Igreja + Junta De Freguesia	Arvoredo
S	Igreja	Arvoredo + Relvado
?	Maia Club	Agradável
S	Maia Club	Abandonado
N		
N		
N		

Praça do Município¹⁷³

Conhece	Referencia	Caracterização
S	Câmara	Espaço Aberto
S	Câmara	Av. Pequena
S	Câmara	Caos
S	Câmara	Confusão
S	Câmara	Não É Lindo
S	Cavalo + Isqueiro	Confusão
S	Torre	Feia
S	Torre	Nó Viário
S	Torre	Vazio + Amplo
S	Registo + Cafés + Câmara	Linda

Quinta de S. Francisco de Paula¹⁷⁴

Conhece	Referencia
10	n

Casa da Botica¹⁷⁵

Conhece	Referencia
9	N
1	N/S

¹⁷¹ Igreja de São Miguel, datada de 1738, onde se celebra a romaria de Nossa Senhora do Bom Despacho desde tempos imemoriais (...). Excelente talha dourada. Boa imaginária. Fachada de azulejos oitocentista. Em Roteiro da Maia. 1999

¹⁷² Parque da Nossa Senhora do Bom Despacho e Jardim Zoológico, zona aprazível, anexa à junta de Freguesia onde funciona um parque de merendas e um jardim zoológico, com um notável reptilário, visitado por mais de 1 milhão de pessoas por ano. Em Roteiro da Maia. 1999

¹⁷³ Praça do Município, sobressai o edifício da Câmara Municipal (...) e estátua do Lidador. Em Roteiro da Maia. 1999

¹⁷⁴ Quinta de S. Francisco de Paula, em Brandinhães, notável edifício rural de 1770. Em Roteiro da Maia. 1999

¹⁷⁵ Casa da Botica, (...) trata-se de uma casa "urbana" onde funcionou a Farmácia Gramaxo, e onde se reuniam, "conspirando" os defensores da mudança da sede do concelho do Cástelo para o Barreiro. Em Roteiro da Maia. 1999

Fórum da Maia¹⁷⁶

Conhece	Referencia	Caracterização
S	Câmara	Moderno
S	Câmara	Edifício em Pedra
S	Câmara	Não se vê
S	Câmara	Simples + Vulgar
S	Câmara	Escondido
S	Câmara	Edifício de linhas direitas
S	Câmara	Edifício em granito polido
S	Câmara + Cafés + Registo	Bonito
S	Suzuki	Que não é bonito
S	Venepor	Moderno

Referencias Patrimoniais da Freguesia de Vermoim: Lugar do Outeiro

Outeiro¹⁷⁷

Conhece	Referencia	Caracterização
s	casa antigas	ajardinado
s	prédios antigos	bonito
s	jumbo	igual a tantos outros

Os resultados obtidos nas entrevistas reflectem de uma forma inequívoca a ausência de uma imagem simbólica afectiva. No entanto, mais uma vez, constata-se que a Praça do Município, e o Fórum da Maia, que definem o centro da cidade, são as únicas referencias que obtêm conformidade de reconhecimento. Não existindo total unanimidade na caracterização da Praça do Município esta é na maioria dos casos caracterizada como caótica e confusa. Esta opinião foi ainda confirmada na descrição verbal da "imagem visual e fonética" da chegada ao centro. Interrogados os entrevistados de como reconheceria um visitante que estaria a chegar às imediações do centro, afirmaram que compreenderia "através do barulho, da confusão de transito e é claro, da visualização da Torre".

O Parque da Nossa Senhora do Bom Despacho é um dos poucos elementos que não sendo recente foi facilmente identificado, mas note-se, este reconhecimento resultou fundamentalmente da proximidade ao Jardim Zoológico, um elemento indiscutivelmente pertencente à cidade e, à Igreja de S. Miguel, classificada por um dos entrevistados como "próprio da cidade".

A Igreja de S. Miguel, um templo marcadamente de romagem, onde se celebra a romaria popular da Nossa Senhora do Bom Despacho, foi totalmente confundida com a denominada Igreja Velha da freguesia de Gueifães (aos entrevistados não era mencionada a freguesia onde se situava a igreja mas apenas a denominação citada a partir do roteiro da Maia). Quando questionados sobre a Igreja de S. Miguel todos os entrevistados afirmaram desconhecer a sua existência.

Por ultimo a Ponte da Pedra é reconhecida por um numero significativo de entrevistados. Este facto deve-se inequivocamente à proximidade à Feira de Santana, um local de trocas comerciais e culturais o que constitui, uma das formas mais eficientes de perpetuação do imaginário colectivo de um local.

¹⁷⁶ Fórum da Maia, (...) Trata-se de um imponente complexo cultural, albergando auditórios, galerias de exposição e bibliotecas. Em Roteiro da Maia. 1999.

¹⁷⁷ Outeiro, lugar com construções típicas da Maia do século XIX nomeadamente antiga Quinta das Oliveiras. Em Roteiro da Maia. 1999

Paradoxalmente o local onde se realiza a Feira de Santana já não pertence à cidade da Maia mas como se assegura no Roteiro da Maia, foi culturalmente assimilada pela população Maiata. No que diz respeito à imagem que os entrevistados percebem da Ponte da Pedra, de que chegam a duvidar que pertença à cidade, não é seguramente muito positiva. Os entrevistados classificam-na pejorativamente como caótica, suja e degradada.

A Casa da Botica, a Casa do Adro, a Quinta de S. Francisco de Paula, a Escola Príncipe da Beira e, em menor graduação o Lugar do Outeiro, são completamente estranhos à população residente na cidade da Maia.

Na questão 3.2 do inquérito pede-se aos inquiridos que apontem um local ou monumento que indicassem a um turista. O jardim Zoológico da Maia congrega uma unanimidade elevada de respostas com um percentil de 43%, contra os 15% de indicações para o Mosteiro de Moreira, que, não só se situa fora dos limites da Cidade da Maia, como é também um dos dois únicos elementos de carácter histórico mencionado. O outro é a Igreja do Bom Despacho que só reúne 9% das respostas, situado abaixo do Monumento à Comunidade Maiata que ocupa o terceiro lugar com 9.4%.

O Shopping da Maia, apesar de não pertencer também à Cidade, representa outro dos elementos recentes que se assumem como referencia turística, e embora surja com apenas 4.6% das respostas totais, esse número mais que duplica (10,3%) ou quase duplica (8,1%) quando consideramos os segmentos da população analfabeta e residente em Gueifães, respectivamente. Para a população com menos instrução, o Maia Shopping não é o segundo local que indicariam a um turista unicamente antecedido pelo Jardim Zoológico com 55.2%.

Quanto ao Jardim Zoológico, é notória a redução de expressão de preferência quer entre a população mais jovem (35%), quer entre a mais instruída. Neste último caso os 34.5% expressos andam próximos do valor atingido pelo Mosteiro da Maia, que, com 31.0%, mais do que duplica a média geral, enquanto que entre os mais jovens o valor atribuído a este monumento anda muito mais próximo da média (16%).

Os jovens distribuem mais as suas respostas, destacando-se em relação à média a indicação do Fórum da Maia (que surge em terceiro lugar com 11.0%, contra os 3.8% expressos pela média) e a Zona Desportiva (imediatamente a seguir com 10,0%, contra os 4.6% expressos pela média).

Constata-se que a indicação do Fórum da Maia está correlacionada com o grau de instrução, com 0% e 1% nos segmentos mais baixos de instrução passa para 7.3% e 5.2% respectivamente no secundário e superior.

Com o resultado mais negativo em todos os segmentos aparece o Monumento ao Lidador da Maia, mais destacado por homens do que por mulheres (2.1% contra 0.8%).

Analisada a questão anterior, constata-se que todas as referencias históricas indicadas no roteiro da Maia estão ausentes dos mapas mentais da população Maiata.

Na questão 3.3 do inquérito onde se pedia que indicassem o local com que se identificam mais, verifica-se que as respostas são muito mais dispares que as respostas à questão anterior. O Centro da Maia, surge claramente destacado entre as escolhas dos inquiridos, correspondendo a uma

percentagem de 37% do total. Em segundo lugar aparece Gueifães com 34.9% de indicações o que corresponde a quase 100% das respostas totais.

Para a população Maiata a via mais importante da cidade é a Via Norte com 48.4% do total das respostas, no entanto, esta via utilizada como principal acesso à cidade não faz parte da cidade servindo apenas de fronteira entre a Maia e o concelho de Matosinhos. Em segundo lugar aparecem a Avenida Visconde Barreiros e a Avenida D. Manuel II, com 14.8% e 14.0% respectivamente. Note-se que estas vias definem, a primeira o centro da Maia, e a segunda o grande eixo distribuidor em relação à freguesia de Vermoim

A via que historicamente corresponde ao caminho de fundação do Concelho da Maia, a Rua Augusto Simões, aparece com apenas 4.2%, ainda abaixo dos 4.8% da Av. Santos Leite, outro dos eixos distribuidores fundamentais que conduzem à freguesia de Gueifães.

O facto de outras vias de ligação ao exterior serem raramente indicadas (tanto a IC24 como a EN13 são mencionadas em 1.2% das respostas) podem permitir concluir que a Via Norte é assumida como a principal porta de entrada na cidade. Destacando-se nomeadamente para o grupo com o nível de escolaridade superior

A estética da cidade

Estudos recentes sobre a avaliação dos padrões estéticos de grupos populacionais têm demonstrado que as pessoas classificam como agradável a "paisagem" que possua semelhanças estruturais com padrões que os indivíduos reconhecem, possibilitando estabelecer um sentimento de segurança e conforto visual vs. mental.

Através da análise da questão 2.5 do inquérito, onde se pedia à população, tendo em consideração o factor qualidade de vida, uma área onde preferencialmente viveria, concluímos que não existe um local que se destaque claramente como o local onde os Maiatos prefeririam viver.

Assim são três os locais eleitos num primeiro plano de preferência: a "Cidade Jardim"; a Urbanização dos Altos e a Praça do Município. Os indivíduos do sexo masculino preferem viver na cidade jardim e na Urbanização dos Altos, com respectivamente um rácio de 19,3%/16,3% (homens/mulheres) e de 16,9%/14,0% (homens/mulheres) O número de mulheres que prefere viver na Praça do Município é superior á dos homens 16,3% de mulheres contra apenas 12,3% dos homens.

Viver na cidade Jardim é essencialmente atraente para os indivíduos a partir dos 25 anos com um valor médio de 22,7% contra apenas 6,0% para a população entre os 14 e os 24 anos.

Por outro lado a atracção pela Urbanização dos Altos diminui claramente com a idade. Enquanto que a atractividade da Praça do Município aumenta paralelamente ao sentido crescente do nível etário.

Entre os 15 e os 24 anos a localização que regista o maior numero de preferências é a Urbanização dos Altos. Entre os 25 e os 65 anos regista-se uma distribuição de preferências mais dispersa entre a Cidade Jardim, a Praça do Município e a Urbanização dos Altos. A população com mais de 65 anos prefere claramente viver na Cidade Jardim e na Praça do Município.

Os analfabetos, a população com o nível de escolaridade primária e com o ensino superior possuem a mesma apetência em relação a morar na Cidade Jardim, a população com o nível de ensino secundário e principalmente com o nível preparatório mostram uma menor preferência por esta localização.

À medida que aumenta o nível académico da população diminui a preferéncia habitacional da Praça do Município.

A preferência por viver na Urbanização dos Altos aumenta paralelamente com o aumento do nível de escolaridade até ao nível do secundário. A população com o nível de ensino superior apresenta o nível mais baixo de preferência por este espaço.

A população analfabeta prefere viver na Praça do Município e na Cidade Jardim.

A população com o nível de ensino primário distribui as suas preferências pela Cidade Jardim, Praça do Município e Urbanização dos Altos.

A população com o nível preparatório mostra maior preferência por viver na Cooperativa do Chantre, na Urbanização dos Altos, e no Parque Municipal / Frente Centro Comercial Venepor.

Ao nível do secundário a população mostra maior apetência por viver na Urbanização dos Altos, seguindo-se-lhe a Cidade Jardim.

A população com o nível de ensino superior prefere viver na Cidade Jardim, seguindo-se-lhe a Urbanização dos Maninhos.

A freguesia que demonstra maior apetência por viver na cidade Jardim é a população da freguesia da Maia, a freguesia com menor preferência pela Cidade Jardim é Gueifães.

A Praça do Município apresenta a mesma curva de preferência da Cidade Jardim.

Já a Urbanização dos Altos é claramente preferida pela população de Vermoim e reduzidamente pela população de Gueifães.

Por último a população de Gueifães prefere essencialmente continuar a viver na sua freguesia.

A população de Vermoim prefere viver na Urbanização dos Altos e a população da freguesia da Maia optaria por viver na cidade Jardim.

Em seguimento da questão anterior pediu-se à população que nos dissesse onde dificilmente viveria. A população da cidade da Maia demonstra claramente que dificilmente viveria no Bairro do Sobreiro. Sendo que o sexo feminino com maior destaque do que o masculino.

Por idades, a dificuldade em viver no Bairro do Sobreiro diminui gradualmente à medida que aumenta o nível etário da população.

A população com o nível de ensino equivalente ao preparatório é a que objecta mais claramente habitar no Bairro do Sobreiro.

A população da freguesia da Maia é a que rejeita mais claramente habitar no Bairro do Sobreiro. A população de Gueifães e de Vermoim apresenta valores menores e idênticos de rejeição.

Com a finalidade de distinguir os elementos físicos que conduziram a que a população inquirida elege-se determinadas tipologias residências em detrimento de outras, foi pedido aos entrevistados que dentro de um leque de imagens que lhes eram apresentadas, representativas das diferentes tipologias e enquadramentos arquitectónicos presentes na cidade da Maia, as classificasse tendo em conta a seguinte escala de valoração: Muito agradável; agradável; tolerável; desagradável; e muito desagradável. E que sucintamente justificasse cada uma das suas opções.

Esta questão foi repetida para três situações distintas: Habitação Unifamiliar; Edifício Plurifamiliar; e Espaço público. Pretendeu-se com isto obter um critério uniforme de classificação do espaço arquitectónico e envolvente urbana da cidade.

Habitação unifamiliar (Muito agradável)

Imagem	Factor de Apreciação
A8	Jardim Isolada Térrea Soalheira Murada
A5	grande varandas isolada tem espaço cor suave jardim irregularidade

Habitação unifamiliar (agradável)

Imagem	Factor de Apreciação
A11	Simplicidade Pequeno Jardim Casa Prática Zona Calma Varandas Sobriedade

Habitação unifamiliar (tolerável)

	Factor Positivo	Factor Negativo
A4	Valor Simbólico Utilização Do Granito	Perto da Rua Sistema de Construção Antigo Demasiada Proximidade à Vizinhança Antiga
A12	Pequena Calma	Pouco Espaço Poucas Aberturas Pouca Cor
A10	Simplicidade Grande	Demasiado Simples

Habitação unifamiliar (desagradável)

Imagem	Factor de Apreciação
A14	Demasiados Volumes Muitas Cores Diferentes Cansativa Exuberante Pretensiosa
A3	Pouco Espaço Demasiado Pequena Simplória Sem Condições de Habitabilidade

repete A4

Habitação unifamiliar (muito desagradável)

Imagem	Factor de Apreciação
A14	Demasiados Volumes Muitas Cores Diferentes Cansativa Exuberante Pretensiosa

Resumo das características espaciais das habitações unifamiliares que aumentam vs. diminuem o nível de atractividade

Positivamente	Negativamente
- Espaço Circundante Ajardinado	- Não ter Espaço Circundante
- Varandas	- Cores Fortes nas Fachadas
- Dimensão Das Aberturas	- Complexidade Volumétrica

Habitação plurifamiliar (muito agradável)

Imagem	Factor de Apreciação
B6	Jardim Varandas Janelas Cor Formas

Habitação plurifamiliar (agradável)

Imagem	Factor de Apreciação
B10	Cor Janelas Grandes Simplicidade Ter Comercio No Rés-Do-Chão Edifício Isolado

Habitação plurifamiliar (tolerável)

	Factor Positivo	Factor Negativo
B11	Jardim Isolado	Monótono
B5	Jardim Arvoredo Nas Proximidades Local Bem Iluminado	

Habitação plurifamiliar (desagradável)

Imagem	Factor de Apreciação
B2	Demasiada Repetição Janelas Pequenas E Estreitas Não tem Jardim Cor
B6	Demasiado Irregular Descontinuidade de Empenas
B13	Muito Alto Muito Regular Janelas Minúsculas Monótono

Habitação plurifamiliar (muito desagradável)

Imagem	Factor de Apreciação
B12	Não tem Jardim Janelas Pequenas e Estreitas Monótono Densidade Ausência de Varandas

repete B2

Resumo das características espaciais das habitações plurifamiliar que aumentam vs. diminuem o nível de atractividade

Positivamente	Negativamente
– Espaço Circundante Ajardinado	– Repetição
– Varandas	– Reduzida Dimensão Das Aberturas

Espaço Público (muito agradável)

Imagem	Factor de Apreciação
C1	Amplo Verde Monumento Valor Simbólico Bem Cuidado Grande

Espaço Público (agradável)

Imagem	Factor de Apreciação
C14	Antigo Arvores Bancos Sombra Valor Simbólico Aprazível

Espaço Público (tolerável)

	Factor Positivo	Factor Negativo
C1	Muito Verde	Pirâmides
C5	Jardim	

repete C14

Espaço Público (desagradável)

Imagem	Factor de Apreciação
C11	Falta um Espaço Social Triste Não Serve para Nada Abandono

Espaço Público (muito desagradável)

Imagem	Factor de Apreciação
C2	Abandono Lixeira Baldio Desagradável Desorganização Caos

Resumo das características espaciais dos espaços públicos que aumentam vs. diminuem o nível de atractividade

Positivamente	Negativamente
- Existência de um Símbolo Afectivo	- Ausência de Tratamento Paisagístico
- Existência de uma Função Definida	- Ausência de Mobiliário Urbano
- Presença de Mobiliário Urbano	-

Das 10 pessoas inquiridas apenas uma prefere viver numa habitação plurifamiliar, invocando o factor comodidade como a razão principal para a sua opção. Os restantes inquiridos optariam todos por habitar numa habitação unifamiliar invocando uma maior independência e a possibilidade de usufruir do espaço circundante. Surpreendentemente, encontramos uma repetição dos modelos da habitação unifamiliar na imagem do edifício com varandas e pequeno jardim na entrada.

Os resultados confirmam que as pessoas, regra geral, rejeitam a denominada arquitectura de produção de escola em favor da produção de "arquitectura" popular. Embora as entrevistas não sejam, pelo reduzido numero de entrevistados significativas, de facto a grande convergência de opiniões registadas leva-nos a concluir que existirá alguma legitimidade na extrapolação destes resultados. Por outro lado, o facto de se ter tentado representar diferentes idades e diferentes níveis socio económicos e culturais vem reforçar.

Quais são os atributos de uma casa eleita?

As pessoas procuram imagens que se aproximem de uma protótipo familiar de habitação. A ausência das referencias visuais padronizadas origina uma distabilidade cenográfica não desejável. Uma casa sem telhado ou volumetricamente diferente, não é interpretada como casa e por isso, automaticamente rejeitada. O que, um dos entrevistados descreveu como "-Será uma capoeira?". Uma chaminé que não esteja enclausurada por quatro paredes em alvenaria é excluída por não possuir os requisitos mínimos em conformidade com os padrões ditos normais. Por outro lado elegem-se como expoentes arquitectónicos casas igualmente complexas mas, identificáveis. Ou seja, em que uma varanda pode ser chamada de varanda, em que uma porta é visualmente idêntica a tantas outras portas, em que uma janela é só uma janela...De preferencia que por associação remeta para a varanda, porta e janela do modelo social que se quer imitar.

Quando se lhes pede para extrapolar estes territórios familiares entra-se no universo da angustia, e do medo. Sabemos que o medo é uma manifestação de salvaguarda em relação ao objecto desconhecido, compreensivelmente, existe um outro medo, o das imagens visuais

desconhecidas, alimentado, à semelhança de todos os outros medos, pelo analfabetismo, aqui visual e contundente.

Fundamentalmente, parece-nos existir um aparente distanciamento "intransponível" entre os modelos familiarizados pelo público em geral e os modelos assumidos pelos profissionais de arquitectura. E digo isto com uma confiança quase despota no futuro, porque, ao entender os mecanismos que regulam os modelos arquitectónicos do público, seremos capazes de lhes transmitir e familiarizar com outros modelos. Neste sentido, um maior intercâmbio cultural entre os profissionais de arquitectura e o público poderá ter um enorme impacto no entendimento de novas imagens pela população e vice-versa. Cada vez mais é urgente, que os profissionais de arquitectura dominem a percepção da imagem, e por conseguinte, saibam como "manipular" a percepção dos seus interlocutores. Só assim será viável demonstrar que, através da arquitectura, é possível aumentar a qualidade visual do espaço que nos rodeia, e paralelamente a nossa própria qualidade de vida.

Da análise dos atributos dos espaços públicos seleccionados resulta a importância do simbolismo afectivo na apropriação do espaço, de resto com excepção do Jardim do Monumento à Comunidade Maiata, espaço este com características ímpares no contexto da cidade, é evidente a quase inexistência de espaços públicos, nomeadamente, espaços de pequena dimensão especialmente ricos para a criação de uma imagem de bairro.

A quase inexistência de espaços públicos ou de utilização colectiva, agudiza a falta de comunicabilidade, o chamado passa palavra, que constitui um dos meios de perpetuação de uma identidade colectiva de cidade. Paradoxalmente é também essa mesma falta de espaços públicos que incentiva à leitura da Maia como uma cidade anónima e de dormitório (predominância de espaços privados em detrimento de espaços públicos) em contraposição a uma cidade onde se quer pertencer. Neste sentido parece-nos um ponto essencial a criação, consolidação e dinamização dos espaços de uso público, como um recurso essencial na criação de uma imagem social de cidade colectiva.

Que futuro?

Para Marc Augé um lugar tem "pelo menos três características. Identidade, relações e história.

Um lugar é histórico a partir do momento em que, conjugando identidade e relação, esse lugar assume uma estabilidade mínima. No sentido em que, aqueles que aí vivem podem reconhecer os seus marcos simbólicos. Ainda sobre o conceito de lugar, Marc Augé afirma que "o estatuto do lugar antropológico é ambíguo". Representa a ideia, parcialmente materializada, que tem aqueles que habitam um espaço, da relação do indivíduo com o território, e com os outros habitantes. Em continuidade, "Se um lugar é definido por identidades, relações e história, um espaço que não possua essa três componentes definirá um não lugar".

Capel (1973) defende que a imagem que o cidadão tem da cidade é mais ou menos ampla segundo o seu nível cultural, o seu lugar de residência e o seu estatuto socio - económico. Baseia-se em estudos desenvolvidos pelo Departamento de Planeamento Urbano de Los Angeles (1971), que revelaram que a extensão da imagem de cidade que os habitantes dos bairros de rendimentos altos têm é muito maior, além de mais complexa, do que a dos habitantes de menores rendimentos. Estes estudos concluíram que a mobilidade física e social dos habitantes, determinada, em parte, pelos

seus rendimentos, é um dos factores que mais influencia o conhecimento e a compreensão da cidade.

Lynch, um acérrimo convicto de que a análise da forma existente e os seus efeitos no cidadão é um dos fundamentos do projecto urbano, advoga que o domínio do efeito das formas físicas deverá ser utilizado como um instrumento no planeamento. As cidades são o habitat de muitos grupos e só através da compreensão das imagens de grupo e das individuais, bem como das suas inter-relações, pode construir-se um ambiente satisfatório para todos. O controlo da qualidade visual do ambiente urbano permitirá a existência de uma identificação entre o indivíduo e o seu meio, contribuindo para a melhoria do nível de qualidade de vida e grau de satisfação desse indivíduo. Numa época como a que vivemos, de constantes transformações, a organização simbólica da paisagem pode ajudar a reduzir o medo de estabelecer uma relação emocionalmente segura entre o homem e o meio ambiente.

Em continuidade com os pressupostos definidos por Lynch, Cullen¹⁷⁸ advoga que “a visão tem o poder de invocar as nossas reminiscências e experiências”. O autor defende que o ambiente provoca uma reacção emocional no homem por três vias: a visão, o lugar e o conteúdo, e aponta uma das finalidades da urbanística: o de «manipular os elementos de uma cidade, de modo a que provoquem impactos positivos nas nossas emoções».

No livro Paisagem Urbana, Cullen refere que o único ponto de partida possível para o urbanista será, seguramente, traçar os caminhos pelos quais o ser humano se relaciona com o que o envolve. O problema não é novo, mas parece começar a pesar demasiado sobre a actual geração. E porquê? Na opinião de Cullen, a rapidez com que hoje se operam as mudanças veio perturbar o equilíbrio normal entre quem projecta e aquilo que é projectado. As razões são conhecidas: há cada vez mais pessoas, mais habitações, mais equipamentos, sistemas de comunicações cada vez mais rápidos, maior produção de informação que já não conseguimos dominar. Tudo isto porque o ritmo da mudança inibe os urbanistas de assentar e aprender empiricamente a dominar os novos processos e matérias primas que constantemente se lhes deparam. Posto isto a identidade relativa de um espaço, cada vez mais uma matéria interdisciplinar, deverá funcionar como um modelo operativo, obrigatório para quem, como nós arquitectos e urbanistas, molda continuamente as estruturas de referência que compõem as cidades.¹⁷⁹

A leitura que obtivemos da cidade da Maia apresenta-nos uma realidade fragmentada por núcleos de apropriação territorial, ou seja, existe uma imagem de cidade segmentada por freguesias, que de uma forma individualizada, desenvolvem uma ideia concordante de cidade tendo-se a si próprios como modelo. De uma imagem de cidade colectiva resta - nos apenas o extraordinário protagonismo da Praça do Município, único sitio onde coabitam as três vertentes identitárias da cidade: A estátua do Lidador como símbolo patrimonial da cidade, a Câmara Municipal como centro de decisão, e portanto símbolo da elevação de um território a cidade, e por ultimo, a Torre como símbolo de uma nova cidade que não se pretende anónima e que por isso, ousa construir a sua própria identidade.

É legítimo afirmar que se está perante uma imagem de cidade difusa, na medida em que, com excepção do centro, o restante território da cidade aparece completamente despovoado de pontos de referência simbólicos.

¹⁷⁸ Cullen, Gordon (1971), Paisagem Urbana, Edições 70, Arquitectura & Urbanismo, Lisboa.

¹⁷⁹ Delgado, Cecília (1998) Texto retirado da Tese de Dissertação "Cenário do Delito" para obtenção do grau de Mestre em Projecto e Planeamento do Ambiente Urbano.

Como afirma Jameson citado por Alfredo Mela, "Cada um vive uma experiência urbana individualizada, cada vez mais pobre de pontos de referência colectivos, por isso tem dificuldade em reconhecer a cidade como uma totalidade e portanto, não logra, senão com fadiga, traçar o seu mapa mental¹⁸⁰". Uma paisagem percebida como vimos, quase exclusivamente através de deslocações rápidas corre o risco de que, a realidade observada não deixe referências na memória, provocando uma perda de pontos de referência visuais. Esta parece ser uma condição das novas cidades que merece, a tudo o custo, ser investigada.

Apenas no domínio da percepção foram encontradas características assumidamente diferenciadas entre sexos, o que vem mais uma vez reforçar que, a paisagem não pode ser lida fora do seu contexto socio cultural. A interpretação destes diferentes modos de ver, tão intrinsecamente relacionados com as diferentes expectativas, nomeadamente, em termos de uso pelos diferentes sexos, permitirá colmatar insuficiências no contexto urbano da cidade.

Parece-nos que, apesar de a apropriação da identidade simbólica da cidade ser fundamentalmente um processo inconsciente, existem formas de actuar sobre o imaginário colectivo de uma cidade, nomeadamente, através do reforço da divulgação dos símbolos do passado que possam contribuir para a construção no presente e no futuro de uma imagem de cidade como um todo colectivo.

Sobre a imagem futurológica da cidade da Maia, fundamentalmente, a imagem arquitectónica eleita como padrão de preferência habitacional, parece-nos estar perante uma das consequências da modernidade no sentido em que, graças á "excessiva" rapidez de circulação dos meios de comunicação, é hoje possível ao cidadão comum apoderar-se e fundamentalmente familiarizar-se vs. apropriar-se de imagens culturais que de outro modo lhe seriam estranhas.

De um ponto de vista meramente operativo, só a continuidade destes estudos, permitirá com alguma acuidade, alcançar um instrumento que possibilite mensurar os efeitos colaterais de uma intervenção no contexto do desenvolvimento de uma identidade espacial coesa.

Um outro ponto não pode ser esquecido. É indiscutível que a identidade espacial é o resultado de um processo de construção social, mas não deve ser negligenciado que as circunstâncias físico - espaciais afectam o conteúdo e as circunstâncias dessa mesma construção social. "Do ponto de vista psicológico poderemos concluir que o ambiente físico tem um papel extremamente importante na consolidação da identidade desse indivíduo num determinado contexto¹⁸¹".

Pondo de parte a natureza preliminar e por vezes até, meramente ilustrativa de alguns dos factos aqui analisados, espera-se que este ensaio possa servir de referência para futuros desenvolvimentos nesta matéria.

Finalmente uma resposta a uma pergunta.

Que futuro? Olhar a paisagem como um fenómeno cultural.

¹⁸⁰ Mela, Alfredo (1999) A Sociologia das Cidades. Editorial Estampa. Lisboa

¹⁸¹ Lalli, Marco (1992) Urban - Related Identity: Theory, Measurement, and Empirical Findings. Journal of Environmental Psychology. Academic Press

5. ASPIRAÇÕES SENTIDAS E EXPECTATIVAS DE EVOLUÇÃO

Novas perspectivas de abordagem para sustentar a intervenção

Planear, ordenar ou orientar processos de desenvolvimento urbano, são tarefas que cada vez menos estão associadas ao seguimento de figuras de planeamento pautadas por princípios racionalistas de previsão e regulação, de índole eminentemente normativa.

A crítica à capacidade de previsão e às consequências da aplicação de regras gerais e de normas pré-definidas (apresentadas com o objectivo de estar na retaguarda de todas as tomadas de decisão) deve-se à crescente desacreditação face à possibilidade de, no domínio das dinâmicas territoriais, se estar perante processos de evolução antevistos e perfeitamente controlados e tipificados, o que tem motivado a discussão e a inovação no campo das orientações metodológicas que devem conduzir uma política de intervenção urbana.

É neste contexto, em que uma das tarefas prioritárias da actividade de planeamento passa pela reconstrução das suas perspectivas de abordagem teóricas e a forma como estas se expressam em orientações para procedimentos práticos, que surge o debate em torno do **planeamento participativo**. A legitimidade deste deve-se em parte ao facto de se viver actualmente uma época em que se procura potenciar um maior envolvimento do cidadão na esfera social e política, podendo assim começar a assistir-se a um abandono da sua postura passiva na actividade de planeamento, valorizando-se progressivamente a “capacidade cívica” de uma comunidade, ou seja a **capacidade de mobilização crescente da participação do cidadão na discussão de um sentido de evolução colectiva socialmente legitimado para um território**, capaz de alimentar e sustentar opções de intervenção.

Esta nova atitude na actividade de planeamento ganha legitimidade por terem sido anteriormente ignorados os enormes custos sociais de algumas propostas de intervenção, do que decorreu a intensa contestação ideológica à actividade de planeamento (ocorrida sobretudo durante a década de setenta), sendo esta acusada de por vezes impor à sociedade uma visão parcial dos interesses colectivos, definida por um grupo sócio-profissional restrito e portanto, de legitimidade controversa.

Todavia e na nossa perspectiva, importa esclarecer que é impossível continuar a alimentar o mito do *interesse público* enquanto ideia absoluta, **actualmente importa cada vez mais, dada a reconhecida heterogeneidade social, procurar encontrar uma visão esclarecida dos diferentes interesses em presença e das perspectivas e lógicas de valorização respectivas.**

O **reforço das capacidades cívicas com o desafio da cidadania**, constitui assim o quadro de referência que guia esta componente da investigação da imagem da cidade da Maia junto da população que a habita. Consciencializar-mo-nos da necessidade premente de avaliar as vontades individuais subjacentes a interpretações diferentes da realidade, é um passo decisivo para que a estratégia de enquadramento global das intervenções a ocorrer na cidade da Maia num cenário de curto-médio prazo, possa ser algo em que os vários agentes se revejam.

Comungar do traçado que conduzirá o sentido de evolução futura da cidade por parte da população que habita e usufrui deste território é assim determinante não só para níveis mais elevados de satisfação, como inclusivamente para a possibilidade de expressão de iniciativas individuais que possam ganhar coesão e gerar sinergias locais em termos de desenvolvimento. Para isso, devem obviamente ser consideradas demasiado simplistas e redutoras as estratégias de intervenção urbana concebidas exclusivamente à luz de objectivos prioritários de maximização do desempenho de uma cidade num cenário néo-liberal de competitividade acrescida.

De facto, tendências gerais como a perda de importância dos sectores económicos em que se apoiara o crescimento do pós-guerra, a liberalização das trocas comerciais ou a profusão contínua de novas tecnologias capazes de fazer alterar o leque dos factores de localização do investimento, obriga cada vez mais qualquer cidade a reforçar a sua competitividade e atractividade como forma de robustecer a sua base económica. Neste cenário, em que os objectivos explícitos de promoção económica inserem-se decisivamente nas opções de reformulação e intervenção urbana, um dos traços mais marcantes da actualidade está precisamente associado à inovação constante e expansão crescente de formas de valorizar argumentos locativos. O objectivo de intervir no território, é por isso cada vez mais o de fazer crescer a sua visibilidade e notoriedade externa, como forma de captar a atenção e promover a atracção de iniciativas empresariais, pólos de ensino superior, centros culturais, congressos, residentes mais qualificados,...

Obviamente que nos encontramos de acordo com o facto dos objectivos que devem mobilizar o desenvolvimento da cidade da Maia nos próximos anos, se deverem encontrar subjugados aos imperativos que decorrem desta nova ordem global, onde as diferentes cidades competem, por vezes de forma demasiado agressiva, por aquele tipo de recursos (recursos que escasseiam, sobretudo porque se diversificam as oportunidades de localização num espaço onde é crescente a facilidade de circulação de capitais, informações, tecnologias, pessoas,...). Todavia, importa ter cada vez mais presente **que esse esforço em reforçar a atractividade local**, que passa pela constante inovação e criatividade para o convencimento dos decisores (desde aqueles que usam uma cidade para passear e fazer uma refeição ou assistir a um evento cultural até aos que são responsáveis por decidir o local de instalação do pólo de uma empresa multinacional ou a cidade onde se realizará a próxima exposição mundial), **só terá efectivamente fundamento se se for conseguindo, de igual modo, reflexos evidentes na inversão dos principais estrangulamentos que se colocam ao acréscimo da qualidade de vida e do bem estar geral da população residente.**

Defendemos então que a visão prospectiva para o desenvolvimento da Maia deverá ser moldada segundo uma dimensão integrativa, capaz de estabelecer compromissos entre as políticas de promoção da competitividade territorial e as políticas de combate a estrangulamentos mais primários mas essenciais para a qualidade de vida dos seus residentes (espaço público desqualificado ou ausente, excesso da carga de estacionamento e circulação automóvel na área central da cidade, sentimento de insegurança, tecido comercial com índices reduzidos de especialização,...).

Com esta orientação e nesta fase de uma investigação que pretende a identificação da imagem de uma cidade, temos como preocupação explícita a de procurar compreender os graus de satisfação actuais dos habitantes desta cidade e as aspirações e expectativas que estes demonstram para uma maior apropriação e um vivência mais satisfatória nesta. Ora, se se reconhece que os habitantes da Maia, pelo seu desempenho, iniciativa e capacidade de empreender, têm conseguido afirmar alguma centralidade a esta cidade no contexto metropolitano, **importa compreender que o «capital humano» constitui por isso o recurso local que congrega o maior potencial de desenvolvimento para o futuro.**

Por mais actores externos que se consigam mobilizar para a participação no desenvolvimento de um território, **é sobretudo na sua população residente que reside a capacidade de estimular a diversificação de novas actividades, o potencial de criatividade e inovação social, a vitalidade do relacionamento inter-institucional capaz de gerar maior valor acrescentado às diferentes actividades,...** Assim sendo, a sua fidelização a este território deve constituir um objectivo permanente, como forma de se continuar a expressar localmente os reflexos positivos do seu trabalho e da sua capacidade de acção, bem como de congregar neste território a massa crítica indispensável para a sustentação e viabilização de algumas apostas de intervenção mais arrojadas mas determinantes para evitar eventuais situações de declínio, desvitalização e perda de protagonismo, num cenário de nítida competição inter-territorial.

Deste modo, conseguir avaliar qual a imagem que os maiatos possuem relativamente à cidade onde vivem e propor domínios de intervenção capazes de se conseguir o reposicionamento dessa imagem no sentido de alcançar padrões mais elevados de satisfação e o reconhecimento da qualidade de vida de que beneficiam na Maia, é o objectivo deste quarto capítulo.

O quadro de referências: os atributos relevantes na definição da imagem da Maia

De que forma os habitantes na cidade da Maia avaliam na actualidade os diferentes atributos e atractivos desta cidade?

Uma imagem é sempre uma percepção, um conjunto de ideias que se assimila ao longo do tempo sobre algo e com base nas quais se forma na consciência de cada pessoa um entendimento particular sobre um objecto, uma pessoa, uma instituição, um território,... Desta forma, procurar descortinar qual a imagem de uma cidade, implica um esforço inicial para o entendimento do **quadro de referências a que o residente nesse território recorre num processo subconsciente de avaliação e que vão justificar os graus de satisfação/interesse/simpatia ou descontentamento.**

A análise da cidade da Área Metropolitana do Porto onde os residentes na Maia preferencialmente viveriam, permite-nos obter indícios de tendências relativamente aos principais atributos que para esta população são determinantes na resposta às suas exigências em termos de qualidade de vida.

A cidade do Porto destaca-se como o local ideal para viver para quase 40% dos inquiridos. Esta forte apetência encontra níveis mais elevados junto da população jovem, da população de nível sócio-económico mais elevado e dos residentes com movimentos pendulares diários para o exterior da Maia.

Deve referenciar-se que a população de idade mais avançada, relativamente à hipótese de alterar o local de residência, revela um comportamento distinto da norma geral da população residente, nomeadamente por se apresentar como o segmento da população residente menos atraída pela cidade do Porto (embora continue a ser este o local ideal para viver no contexto metropolitano) e por se ter demonstrado mais sensível à qualidade de vida da cidade da Póvoa de Varzim.

Em segundo lugar em termos de preferências do local de residência, surgem as cidades de Vila do Conde e Matosinhos para quase 15% dos inquiridos.

A imagem que Matosinhos revela na população da Maia é distinta consoante o local onde ela actualmente reside, a idade e o nível sócio-económico. Se para quase 20% dos residentes em Gueifães, Matosinhos é o local da Área Metropolitana do Porto que mais responde às suas expectativas em termos dos padrões de qualidade de vida que mais valorizam, verifica-se que em oposição, a população jovem, a população residente na cidade da Maia e aqueles que apresentam um nível sócio-económico mais elevado, apresentam-se claramente como segmentos da população residente muito pouco aliciados pelos atractivos que Matosinhos lhes apresenta.

Gaia, Valongo e Gondomar, são as cidades que os habitantes da Maia menos ponderam enquanto possíveis locais de residência.

Se avaliarmos os principais vectores de referência que moldam a imagem que os habitantes da Maia desenvolvem relativamente às outras cidades da Área Metropolitana do Porto, sobretudo daquelas onde preferencialmente viveriam, teremos na nossa posse indícios dos atributos que na sua perspectiva consideram mais determinantes para uma maior identificação e apropriação do território que habitam, tornando assim importante a avaliação dos seus níveis de satisfação na cidade da Maia.

A cidade do Porto é aquela sobre a qual a população da Maia possui uma imagem mais esclarecida. Essa percepção criada junto dos maiatos distingue no Porto como principais vectores de referência os aspectos relacionados com a identidade local (uma **cidade com história**), a visibilidade, notoriedade e conhecimento externo (uma **cidade de turismo**) e o lazer, animação cultural e ocupação dos tempos livres (uma **cidade cultural**).

A presença de **espaços verdes** destaca-se como a característica mais valorizada na cidade de Vila do Conde, enquanto que a **dinâmica industrial e de oferta de emprego** é o atributo mais preponderante na cidade de Matosinhos. Póvoa de Varzim tem como principais vectores de referência **o turismo e os seus espaços verdes e de lazer.**

Procurando aprofundar o quadro de referências que orientam a formação de uma imagem para a cidade onde se vive, procura-se agora desenvolver uma exploração sectorial dos aspectos mais valorizados pelos maiatos, ao nível dos principais vectores que conformam a sua vivência urbana.

Na **habitação** aprecia-se sobretudo a sua localização num espaço pouco densificado em termos construtivos (ter luz natural e não ver as janelas do vizinho), por via da articulação do edificado com

espaços públicos de enquadramento e paisagisticamente bem cuidados. Foram ainda consideradas características relevantes nas entrevistas realizadas, os bons índices de acessibilidade, o preço, a qualidade construtiva e os serviços locais de apoio (recolha de lixo, transportes públicos, comércio de proximidade,...).

No que concerne aos **espaços de uso público**, são sobretudo valorizados pela população da Maia os espaços verdes e amplos (à imagem do Parque da Cidade do Porto), afastados do trânsito (o principal defeito apontado para o espaço das Pirâmides), como forma de potenciar localmente o passeio e a descontração. Ao nível do espaço público mais urbano (praças e ruas) valoriza-se sobretudo a capacidade de lhes ser reconhecida alguma identidade (de modo a que se distinga facilmente que se está, por exemplo, numa via preferencialmente de circulação automóvel ou numa rua de acesso local mais reservada, onde o tipo de materiais e de passeios tornam a estadia do peão mais confortável).

Na **ocupação dos tempos livres** privilegia-se sobretudo a facilidade de aceder a eventos culturais diversificados (e não apenas o cinema), bem como a possibilidade de frequentar esplanadas, bares e discotecas sobretudo pela população jovem e adulta.

Nas **zonas de comércio tradicional** tem grande importância a relação de confiança mútua comerciante-consumidor (a simpatia e o aconselhamento individual próprio do atendimento personalizado é um forte trunfo deste tipo de comércio face à automatização da venda nas grandes superfícies) e uma oferta diversificada e especializada que disponibilize uma multiplicidade de produtos à população residente.

A imagem percebida: uma reflexão sobre o cenário da vivência quotidiana na Maia

Procurar a satisfação e a fidelização local da população residente na cidade da Maia, implica desenvolverem-se esforços dirigidos a um conhecimento detalhado das principais necessidades que se sentem localmente, para potenciar níveis mais elevados de identificação e apropriação do território que habitam.

Ao entender que a imagem de uma cidade é a resultante da percepção que os seus residentes constroem face aos atributos que caracterizam os seus principais anseios, importa avaliar essa imagem, procurando conhecer-se quais são os atributos valorizados de uma forma mais depreciativa e que devem por isso estruturar as vertentes de actuação a privilegiar em futuras intervenções. Uma tarefa subjugada a um objectivo desta natureza deve ser empreendida segundo uma lógica de segmentação do público residente, uma vez que são muito distintos os valores de referência que caracterizam os moradores com alguma uniformidade atitudinal. Decidiu-se por isso estudar a amostra dos residentes inquiridos segundo seis diferentes critérios de segmentação:

- o sexo (masculino e feminino);
- a idade (jovens dos 15 aos 24, adultos dos 25 ao 64 e população de idade avançada, com mais de 65 anos);
- níveis de escolaridade (inferiores que correspondem à população analfabeta, com o ensino primário e preparatório, superiores que correspondem à população com ensino secundário ou superior);
- freguesia de residência na cidade da Maia (Gueifães, Vermoim ou Maia);
- mobilidade quotidiana (população com e sem movimentos pendulares diários para o exterior da cidade);
- estatuto sócio económico (população com um rendimento mensal líquido aproximadamente inferior a 120 contos e que se integra num nível social médio-baixo ou baixo, e população com um rendimento mensal líquido aproximadamente superior a 120 contos e que se integra num nível social médio-alto ou alto).

Numa conjuntura incontornável de forte internacionalização, turbulência e imprivisibilidade económica, esclarecer em que sentido se deverá dirigir o desenvolvimento de uma cidade (qual a meta a atingir) é essencial que ocorra, pois não é só o passado que ajuda a explicar o futuro mas também a imagem do futuro que se imprime no presente. Dependente dessa “meta de longo alcance”, está o tipo de residentes que para a Maia interessa manter e motivar, com a finalidade de estimular o desempenho, a iniciativa e a capacidade de empreender que mais contribuam para os objectivos que guiarão o seu futuro

desenvolvimento.

Seleccionar o “capital humano” que deverá encontrar as expectativas mais particulares satisfeitas nesta cidade (por exemplo, a população jovem) é de facto uma necessidade, contudo segundo uma atitude prospectiva e não apenas de extrapolação de tendências de evolução, conceber uma missão directiva para um território (positiva, clara e convincente), só terá efectiva viabilização se conseguir implicar, num quadro de reconhecida heterogeneidade social, consensos alargados e opções que reflectam um entendimento socialmente construído do que constitui o bem estar geral nesta cidade. Existe por isso um limiar básico de aspirações, que é geral e transversal aos diferentes tipos de públicos residentes na Maia e que por isso importa dar a conhecer, para procurar satisfazer.

Esses aspectos que mais prejudicam o alcance de níveis mais profundos de bem-estar, reconhecimento e identificação com a cidade da Maia, são aqueles que se encontram directamente associados à forma de expansão urbanística que caracterizou a evolução desta cidade no decorrer dos últimos anos. A confirmá-lo verifica-se que o excesso de construção, a falta de estacionamento e de espaços verdes e a confusão de trânsito, são dos aspectos considerados mais negativos na vivência da cidade da Maia, assinalando-se um consenso relativamente a esta opinião por mais de 30% da população inquirida.

Uma análise por tipologia de residentes demonstra que este tipo de insatisfação é sobretudo sentida pela população residente com níveis sócio-económicos mais elevados, especialmente no que se refere à ausência de estacionamento e ao excesso de construção. Atributos relativamente aos quais uma opinião pouco abonatória é partilhada por mais de 45% dos elementos deste segmento.

Procurando territorializar os espaços da cidade, que na perspectiva dos residentes registaram um crescimento urbanístico mais descontrolado, sobressai, para mais de 30% dos respondentes, a ausência de ordenamento que caracterizou o processo de ocupação ou re-ocupação do solo, junto à área de maior centralidade, a Praça do Município e a sua envolvência. Um processo de urbanização repentino e de grande intensidade construtiva que desvaloriza a componente do espaço público de enquadramento, é também responsável pelo descontrolo urbanístico que mentalmente associa à Urbanização dos Altos.

Estes exemplos de forte densidade construtiva, estão na opinião dos inquiridos a transformar progressivamente a Maia numa “selva de betão”, com empreendimentos imobiliários de grandes dimensões e demasiado próximos entre si, o que na opinião dos residentes se assume localmente como o aspecto que mais reduz os padrões locais de qualidade de vida (“os prédios ensombram-se uns aos outros, a intimidade familiar é prejudicada e os espaços públicos ou não existem ou não estão tratados”). Conclui-se portanto que a Maia não consegue satisfazer um dos atributos que a sua população mais valoriza quando reflecte sobre o local ideal para viver. Frente à esmagadora explosão de intervenções singulares o espaço público é o sobranter, e enquanto assim for entendido encontrar-se-á obviamente impedido de assumir o seu fundamental papel de tecido estruturante e conectivo das diferentes iniciativas individuais.

Se na generalidade a qualidade urbanística é de insatisfatória qualidade na cidade da Maia, todavia parece começar a reconhecer-se que a qualidade construtiva em termos dos materiais utilizados é um aspecto que favorece alguns dos empreendimentos mais recentes, começando a reconhecer-se no exterior como um concelho onde é possível encontrar promoções imobiliárias de alta qualidade (numa das entrevistas realizadas foi mesmo considerada uma área nobre do Grande Porto na componente habitacional, apenas equiparada à Foz, Campo Alegre ou Antas).

A projecção desta imagem no contexto metropolitano é um dos factores que promove efeitos negativos no que respeita à aquisição da casa. Os preços praticados são por vezes considerados “escandalosos”, o que leva a que pessoas naturais da cidade, de menor poder de compra ou integradas em gerações mais novas em início de carreira, se vejam obrigadas a cortar os seus laços de relacionamento com a cidade da Maia, adquirindo a sua residência noutra concelho (na Área Metropolitana do Porto, Gaia é o município onde a habitação se assume como o principal vector de referência junto da população inquirida).

Segundo opiniões que nos foram transmitidas nas entrevistas pessoais, a identidade maiata está a sofrer com este processo, sobretudo pelo progressivo enfraquecimento da rede de relações de conhecimento e vizinhança que até à pouco tempo caracterizava esta comunidade e que actualmente se desvanece com a continua introdução de novos residentes oriundos de outros concelhos, entendendo muitas vezes esta cidade apenas como o local onde está localizada a sua residência (um espaço dormitório).

Um dos outros aspectos mais valorizados na reflexão sobre o local onde preferencialmente viveriam é a presença de espaços públicos de enquadramento. Se localmente a falta destes é menos sentida pela população que dispense menos tempo na Maia, dado os seus movimentos pendulares diários para o exterior (por motivos de estudo ou trabalho), ela causa sobretudo insatisfação junto da população de idade mais avançada. A insatisfação a este nível é sentida sobretudo pela ausência de espaços verdes e abertos, longe do frenesim do trânsito e paisagisticamente bem cuidados, de modo a tornarem-se propícios ao passeio, ao descanso e ao convívio e divertimento.

A proliferação local de fenómenos de marginalização e exclusão social decorrentes da difusão de situações problemáticas de dependência de estupefacientes, é igualmente reconhecido como um dos problemas actuais mais graves nesta cidade (sendo mais preocupante junto da população mais idosa e menos relevante na opinião dos residentes com níveis sócio-económicos superiores).

Um centro de saúde que não responde às solicitações de uma cidade que vê continuamente crescer a população que nela reside, tornando-a demasiado dependente da cidade do Porto e de Matosinhos, leva a que o serviço de saúde local seja uma carência evidente que causa insatisfação a todo o tipo de residentes, independentemente do critério de segmentação da amostra considerado.

Existem outros atributos considerados negativos na avaliação da cidade, contudo apenas na opinião defendida por alguns tipos de residentes:

A Maia em termos de lazer nocturno, bares e discotecas, não tem oferta relevante capaz de satisfazer localmente as apetências dos seus residentes, vendo-se assim obrigados a deslocarem-se ao Porto ou a Matosinhos. Habitar numa cidade não é só ter nela o seu local de residência, mas encontrar localmente resposta em termos de equipamentos e serviços de apoio à vida quotidiana.

Sobretudo a falta de bares de qualidade demarcada, na estética do espaço e no serviço prestado, importantes enquanto locais de encontro e convívio junto da população mais jovem, é, na perspectiva destes residentes, dos aspectos considerados que mais os descontentam na sua vivência da cidade da Maia, .

Relativamente à oferta de iniciativas culturais o panorama é mais vantajoso, reconhece-se que à uma progressão nesta matéria, que em muito se deve ao papel positivo que tem sido desempenhado pelo Fórum e à reconhecida qualidade de alguns eventos culturais, sobretudo na vertente teatral, que apresentam boa adesão por parte da população local, demonstrando atractividade mesmo junto da população residente nos concelhos envolventes.

Existem contudo debilidades nesta matéria, sobretudo ao nível de uma programação pouco sistemática. Os acontecimentos culturais mais chamativos são pontuais ao longo do ano, o que juntamente ao facto de não existir um cinema de qualidade na cidade, torna-a ainda demasiado dependente do Porto no que concerne a manifestações de animação socio-cultural. Esta opinião encontra-se sobretudo vinculada em termos de idade, à população jovem ou adulta, nos níveis de escolaridade, à população que mais progrediu no percurso educacional, no local de residência, àqueles que habitam na freguesia de Gueifães ou Vermoim e relativamente ao local de trabalho ou estudo, para a população que apresenta diariamente movimentos pendulares para o exterior.

O ensino e a formação na Maia apenas não responde satisfatoriamente à população residente com níveis sócio-económicos superiores. Na generalidade, prevalece a opinião de que a Maia, tendo como referência a situação vivida nos concelhos próximos, não apresenta deficiências assinaláveis no que respeita à qualidade do ensino obrigatório e secundário. Relativamente ao pólo de ensino superior existente no concelho, reconhece-se a sua importância enquanto elemento de atractividade de uma gama de residentes muito importantes para a vitalidade e dinamismo de uma cidade, falta todavia reconhecer-se que a sua fidelização à Maia (se se pretende futuramente beneficiar da sua capacidade de empreendimento e de iniciativa) obriga a atender às solicitações que os caracterizam.

O tecido comercial pouco diversificado e especializado da cidade da Maia não consegue responder às exigências sobretudo da população jovem e da que por ter um contacto mais intenso com outras cidades, por motivos de estudo ou trabalho, tem-se tornado progressivamente mais exigente nos seus comportamentos aquisitivos.

A insatisfação sentida neste campo passa sobretudo pela reduzida densidade comercial (não se sente estar numa cidade com um “centro comercial ao ar livre”), pela fraca variedade e especialização da oferta (é necessário recorrer ao Porto ou aos Centros Comerciais se se pretende um produto de determinada marca, ou diferente, por exemplo no design), pela dificuldade de estacionamento e pelo reduzido conforto no uso do espaço público (a imagem das principais artérias urbanas está conotada com expressões como: “obras” ou “inacabado”).

A imagem desejada: as aspirações e expectativas de evolução da Maia

A possibilidade de alterar o imaginário simbólico que se constrói sobre um lugar torna possível desenvolver-se, com sucesso, um persistente trabalho de reposicionamento e melhoria da sua imagem, para que se atinjam localmente níveis mais elevados de apropriação e identificação da população que nele reside.

Aceitando uma visão pluralista da sociedade e dos seus interesses, importa ter consciência que o desejado acréscimo dos padrões de qualidade de vida na cidade da Maia, passa por **ter conhecimento das principais expectativas de evolução por parte daqueles que nela habitam, devendo estas estar presentes e assumir um carácter orientador da tarefa de reposicionamento e afinação da sua imagem.**

O inquérito realizado permite referir que a dinamização do sector industrial como alargar o mercado de emprego e a aposta numa oferta de equipamentos e eventos desportivos de qualidade e com notoriedade externa afirmada, têm sido os domínios de actuação privilegiados na cidade da Maia (esta é uma opinião consensual, partilhada por 55% dos inquiridos da nossa amostra). Uma menor atenção tem sido dedicada ao conjunto de intervenções dirigidas à qualificação do espaço urbano e à ocupação dos tempos livres, que se poderiam ter expressado por exemplo, na criação de espaços verdes, na dinamização da oferta de formas de lazer/convívio ou numa aposta mais determinante em equipamentos e iniciativas culturais.

As conclusões a que se foi chegando ao longo da investigação e análise dos domínios da intervenção que, junto dos seus residentes, pareceram ter merecido especial atenção na cidade da Maia no decorrer dos últimos anos, permite-nos agora melhor compreender quais deverão ser os vectores específicos de actuação que os maiatos apontam para comandar futuras estratégias de intervenção.

A forte dependência da população da Maia ao Hospital Pedro Hispano em Matosinhos e ao de São João no Porto, justifica que a qualificação dos serviços de saúde na Maia seja a principal vertente a privilegiar se se pretende o acréscimo da qualidade de vida para a população que nela reside.

O carácter prioritário que se deve conceder a esta matéria prende-se com o facto de se tratar de uma componente essencial para a satisfação do limiar básico das necessidades humanas, sobretudo para a população que está mais fidelizada ao território em que vive, apresentando relações menos constantes num espaço urbano mais alargado, nomeadamente a população de idade mais avançada (segmento de residentes onde quase 70% dos inquiridos revelou ser pertinente a resolução deste problema, causador de grandes incómodos).

Solucionar os constrangimentos sentidos ao nível do estacionamento e do trânsito urbano recolhe o consenso de mais de 40% dos inquiridos, sendo um problema local especialmente perturbante para a população integrada em níveis sócio-económicos mais elevados.

O investimento necessário para a sua resolução é considerado fundamental não só numa perspectiva de melhorar o conforto e o bem estar da população residente, mas também, sobretudo segundo a opinião dos residentes na freguesia da Maia, quando se tem como objectivos a melhoria da imagem exterior da cidade da Maia. Para este último fim, reconhece-se que para além de aumentar a oferta hoteleira e apostar numa melhor promoção exterior dos atractivos locais (nomeadamente os festivais de teatro), a criação de condições que potenciem níveis mais elevados de mobilidade da população é uma necessidade, devendo por isso merecer especial atenção, para além do trânsito urbano, o metro ligeiro e a qualificação do serviço prestado localmente pelas empresas de transporte público rodoviário (sobretudo ao nível da comodidade).

O aumento e a qualificação dos espaços públicos é a terceira prioridade da intervenção urbana a ocorrer

na Maia num cenário de curto prazo, pelos reflexos positivos que dela decorrerão quer na melhoria da qualidade de vida na cidade quer ao nível da beneficiação da imagem externa a que esta está conotada.

Esta opinião, embora preferencialmente associada aos de idade mais avançada, encontra-se generalizada por todo o tipo de residentes.

Neste campo, dever-se-á, especialmente na opinião dos jovens, dos residentes em Vermoim e daqueles que apresentam movimentos pendulares diários para o exterior da Maia, reconhecer a necessidade premente dos programas de intervenção urbanística atenderem à qualificação das áreas mais afastadas da principal centralidade da Maia (Praça do Município e envolvente).

A qualificação urbanística da Maia, no entendimento dos seus residentes, passa por diminuir a densidade construtiva, apostando fortemente num espaço público qualificante da vivência urbana e elemento determinante para a articulação e coerência de um espaço urbano, que até aqui tem resultado de um somatório sequencial de intervenções arquitectónicas singulares e desconexas.

Segundo as entrevistas realizadas, a população que reside na Maia considera que esta é ainda uma recomendação pertinente, por se tratar de uma cidade que está ainda numa fase de forte ocupação do solo e que tem, quer nas suas frentes de expansão quer nas suas áreas de colmatação, possibilidade de vir ainda a estar conotado com níveis aceitáveis de coerência formal e unidade urbana.

Nesse esforço de estruturação do processo de expansão urbanística era pertinente que nos compromissos assumidos se procurasse salvaguardar uma área para o tão desejado Parque Urbano de grandes dimensões. Um dos principais anseios da população que reside nesta cidade é um grande espaço verde, à imagem do Parque da Cidade do Porto, que favoreça o passeio, o convívio e o desporto ao ar livre.

Correspondências metropolitanas

Junto dos residentes da Maia prevalece claramente a consciência de que esta é uma cidade autónoma no contexto da Área Metropolitana do Porto, com identidade própria, reconhecendo-se capacidade de decisão nas orientações que têm vindo a comandar as dinâmicas de intervenção em curso.

Nas informações recolhidas junto das entrevistas realizadas, a lógica de concertação metropolitana tem assumido sobretudo um estatuto de informalidade. Por exemplo, não se reconhece existirem decisões tomadas a nível metropolitano com reflexos na Maia, com excepção parcial da configuração do projecto do metropolitano de superfície, não é identificável pelos habitantes da Maia o contexto territorial que conforma a Área Metropolitana do Porto, nem tão pouco existe a facilidade de referenciar o Presidente da Junta Metropolitana, apesar de ser o próprio Presidente do Município da Maia.

Se é evidente que a população da Maia não se revê na Área Metropolitana do Porto, entendida na configuração institucional a nove municípios, parece contudo reconhecer-se indícios que permitem apontar para lógicas de cooperação e dependência inter-municipal, valorizadas num cenário territorial menos vasto e de forte dinamismo demográfico, económico e imobiliário. A este respeito refira-se, por exemplo, que junto da nossa amostra de população residente, a Via Norte (o principal eixo de ligação da Maia ao Porto) destaca-se como a via mais importante da cidade da Maia, sendo esta opinião partilhada por mais de 48% dos inquiridos.

A população da Maia parece assim rever-se num aglomerado urbano de maiores dimensões com relações cruzadas de dependência funcional inter-municipal. Se a Maia, tem na sua opinião conseguido conquistar, neste cenário de interdependências, um espaço de referência nas dinâmicas habitacionais e também de oferta de emprego¹⁸², esta cidade encontra-se contudo sobre os efeitos de polarização da cidade do Porto, no que se refere a oferta de animação socio-cultural, no que respeita à oferta de serviços de apoio à qualificação e internacionalização do seu tecido empresarial e também no que respeita à oferta de emprego. Matosinhos exerce atractividade junto da população residente, como um espaço de referência para a ocupação dos seus tempos de ócio, quer pela oferta de animação nocturna (bares e discotecas), restauração ou enquanto simples espaço de passeio e descontração à beira-mar. Gaia, por exemplo, apresenta um vector de forte atractividade, no que respeita à oferta de habitação,

¹⁸² Em relação ao total de emprego no concelho da Maia em 1991, apenas 40% correspondia a pessoas que residiam na Maia. No emprego local, era por isso mais importante o peso dos não residentes que para aí se dirigiam a trabalhar. "A atractividade relativa da Maia, medida pelo peso que os não residentes têm no conjunto dos postos de trabalho localizados no concelho, ultrapassa o próprio índice portuense -60% na Maia e 58% no Porto-..." (DOMINGUES, Álvaro, 1992).

sobretudo pelo sentido de forte acréscimo dos preços da habitação no concelho da Maia.

O processo de extensão de toda esta mancha urbana não deve por isso ser lido à luz de um modelo de subalternidade e dependência face à cidade do Porto, mas cada vez mais através de dinâmicas próprias implícitas nos diferentes fragmentos deste mosaico urbano, que deverão procurar tendencialmente evoluir numa lógica concertada de interdependências funcionais.

A Maia encontra-se assim inserida numa cidade-aglomeração de forte dinamismo demográfico, económico e imobiliário (Porto, Gaia, Matosinhos e Maia), que tem vindo progressivamente a estruturar um espaço de contiguidade, embora em algumas situações este tenha vindo a evoluir num quadro de desqualificação, marcado por situações de suburbanização fortemente desqualificadora (como por exemplo Gondomar e Valongo).

Esse estatuto de espaço urbano de referência, para a consolidação do qual é vital uma estratégia inter-municipal onde a Maia se envolva, é cada vez mais exigido:

- na prestação de serviços de qualificação de um tecido industrial, de pequenas e médias empresas, também ele difuso;
- na organização de eventos e iniciativas culturais de cariz transnacional, que reforcem o seu papel de espaço porta de internacionalização para as actividades de maior inovação e valor acrescentado, potenciadoras de competitividade;
- e na integração/participação em redes internacionais de cidades, que facilitem o acesso à transferência de *Know-how* e de inovação;

Adquirir prestígio, reforçar vectores de internacionalização, conquistar um reconhecimento na produção cultural e de ideias, são domínios que devem guisar o projecto político de toda esta cidade cidade-aglomeração, e não apenas da cidade histórica central, de modo a que possa assim constituir-se como um espaço de referência, indutor de dinâmicas de mudança, de progresso e de coesão territorial, não só no espaço institucionalmente configurado como Área Metropolitana do Porto, mas também no território mais abrangente, estruturado fundamentalmente por processos de urbanização difusa, que se expande por todo o noroeste atlântico português.

6. DA INSUFICIÊNCIA DAS NARRATIVAS

“E assim a arte passou para o campo expandido da cultura que é suposto a antropologia examinar.”

Hal Foster

Da insuficiência das narrativas.

A transladação da palavra narrativa do domínio do literário para o académico, em particular para disciplinas como a antropologia ou a sociologia, mas também para as novas versões da geografia cultural, acontece, nesta era pós-moderna, como consequência e como justificativa da consciência da contingência discursiva que lhes é própria. Similarmente, a apropriação das metodologias próprias das ciências humanas para o domínio da produção artística, efectua uma espécie de operação inversa em que não é a aspiração ao rigor científico que importa, mas, a um nível, as consequências metodológicas, e a um outro, a expressão de um resultado que simultaneamente questione o objecto artístico, o lugar do autor e a estrutura e a história da cultura em que estes se localizam.¹⁸³ (Foster 1996)

Por via destas operações, portanto, questionam-se as premissas do objectivismo científico e revogam-se as prerrogativas do subjectivismo artístico.

Estas transposições, expressão da permeabilidade das fronteiras disciplinares, não acontecem, no entanto, sem que se efectue um incisivo balanço do valor de uma outra palavra-chave cujas implicações têm sido também, drasticamente e em várias frentes, postas em causa na contemporaneidade.

A palavra em questão é 'verdade', e de Foucault poderíamos inferir que é a própria ideia de verdade que esconde a sua existência¹⁸⁴, de certa forma reforçando o peso linguístico, deveria dizer, retórico do conceito.

O reconhecimento do rigor, então, torna-se um exercício redundante, não só ao nível deontológico como metodológico, sendo a ocorrência do processual e a consciência do confinamento temporal tanto da investigação como do seu objecto, os modos tónicos preferidos.

De facto, os movimentos do literário para o científico e depois para o artístico justificam muitos dos exercícios interdisciplinares do passado recente, seja pela exaustão terminológica da palavra 'texto' na análise literária, seja pela exaustão da palavra 'cultura' na antropologia e ciências sociais,¹⁸⁵ seja pela aspiração "de críticos e artistas ao 'trabalho de campo' em que teoria e prática parecem reconciliar-se" (Foster, p.181).

O primeiro movimento é traduzido por Finnegan (1998) em termos da apropriação pelas ciências humanas da palavra narrativa, tornando-se estas - 'novas ficções' e tornando-se a cultura -'texto'; e o segundo a que Foster chamou a "viragem etnográfica" na prática artística¹⁸⁶.

Foster pergunta: "O que é que a provoca (a viragem etnográfica na arte e crítica contemporânea)?" (p.181). E apresenta algumas possíveis respostas, que a passagem dos velhos modelos da "viragem linguística" dos anos 60, que entre outras coisas propuseram "a dissolução do homem" e "a morte do autor", para recentes preocupações com contexto e identidade, apenas corrobora.

Das questões representacionais da arte do pós-guerra (a imagem enquanto referencial e simulacro); ao uso da reprodutibilidade fotográfica pela 'appropriation art', em que o valor da verdade documental é questionado; ao trauma na arte das vertentes que incorporam o corpo dilacerado ou vítima num

¹⁸³ Tal como Hal Foster diz a familiaridade com "a estrutura de cada cultura, suficientemente para a mapear, mas também com a sua história, suficientemente para a narrar" é exigida a artistas e críticos na contemporaneidade (p.202).

¹⁸⁴ Para Foucault a vontade de verdade e a verdade ela mesma parecem desenrolar-se em sentidos diferentes p.219.

¹⁸⁵ Perigos da dissolução do "social num estatuto da função do cultural" e inversamente, como Aram Veesser aponta, "do cultural num estatuto de texto", acabam sendo incorporados criticamente na prática artística a que Foster se refere.

¹⁸⁶ Em nota à página 172 Foster propõe uma definição para o termo "ethnographic turn": "Vestígios de produtivismo que permaneceram na arte e teoria do pós-guerra (Serra/Baudrillard) (...) levaram a uma viragem situacionista na intervenção cultural (...), hoje seguida, quero sugerir aqui, por uma viragem etnográfica."

panorama político-social de hostilidade à diferença; passando pela arte pública embrenhada, ou em activismo político, ou em regeneração urbana; a mapeação do social parece encontrar, de uma forma ou de outra, lugar de expressão.¹⁸⁷

Mas Foster alerta para alguns perigos, ele diz: “tal como a ‘appropriation art’ nos anos 80 se tornou um género estético, mesmo espectáculo de media, também este novo trabalho ‘site-specific’ muitas vezes parece evento de museu através do qual a instituição *importa* crítica” ou ainda “com o objectivo de remapear o museu (as instituições) ou reconfigurar a sua audiência, (este tipo de trabalho) tem de operar por dentro dele”. No entanto, a museificação, como forma de retorno da obra ao terreno que a originou não é, como veremos, a única operação possível para este retorno.

Interessa também mencionar como a tradução destes objectos em “evidência histórica e/ou espécimes culturais” oferece o perigo de hermetismo que, em primeira instância, aquela procurou contornar.

Os objectivos, na origem, de procurar “colaborar com as comunidades de uma forma inovadora, recuperar histórias suprimidas (...), reocupar espaços culturais perdidos e propor memórias contra-históricas” (Foster, p.197) podem de alguma forma deixar por testar o seu verdadeiro potencial crítico se se esgotarem na museificação. Formatos devedores à visibilidade de que a arte pública beneficia, ao modelo documental que a arte conceptual resgatou ou, mais recentemente, aos jogos de reinscrição da mensagem publicitária (Richard Prince, Victor Burgin, p.ex.), são formatos que a obra contexto-específica pode redireccionar.

A fotografia e o fotografado

Tudo isto para dizer que, se os artistas apropriam a metodologia científica para o seu próprio registo da ocorrência de significado, e que se a prática a que chamei contexto-específica se volta para o legado da reinvenção dos anos 80 de mediums como por exemplo a fotografia; então a análise desta tecnologia, no que toca à desconstrução da questão da ‘verdade’ e à discussão da sua utilidade enquanto medium no contexto daquela apropriação, parece oportuna.

Como diz Roland Barthes (1984, p.28), a fotografia “imediatamente entrega esses ‘detalhes’ que constituem o material bruto do conhecimento etnológico”.

Da longa relação, ainda que incerta e atribulada, entre a fotografia e o real há pelo menos três perspectivas por que podemos considerá-la.

Há as suas implicações semióticas, para que Barthes, de novo, fornece elegantes definições tais como a “teimosia do Referente”, sendo que, é através desta permanente dependência, que as fotografias tomam parte “da vasta desordem dos objectos - de todos os objectos do mundo” (p.6), em dois níveis essenciais: por via do retratado e por via da sua existência física disseminada enquanto objectos.

Há também a questão da disseminação mediática das imagens finamente expressa nos relatos de Walter Benjamin sobre o destino da sua ‘aura’ pela reprodutibilidade. Esta fórmula permaneceria ainda válida, não fosse a revogação da noção de original tal como as vanguardas modernistas ferozmente defenderam, e não fosse também a própria definição de ‘aura’ ter sido tornada redundante pela necessidade de reposicionar a noção da imagem como representação, com as subsequentes reconstruções políticas de figuras como a identidade e o mundo (Burgin 1996).

Terceiro, o nível “contar-histórias-de-vida” das fotografias que abarca e atinge tanto o sociológico como o familiar, numa fértil influência mútua.

Esta perspectiva difere da anterior, entre outros aspectos, pelo facto de as fotografias do banal, embora existindo no planeta em números impressionantes, não serem produzidas para serem reproduzidas, senão nos números manuseáveis que a satisfação da sua função estritamente social, requer. (Bourdieu 1965 e Stallabrass 1996)

Em todos estes aspectos encontramos a mesma problemática, a mesma aderência ou recusa, a mesma permeabilidade ou resistência, entre a fotografia e o real.¹⁸⁸

Mas ao mesmo tempo, é precisamente esta “ligação durável da fotografia ao seu assunto” (Stallabrass, p.21) o que a firmou afincadamente no imaginário popular.

¹⁸⁷ De facto, Foster refere mesmo que a “mapeação do sociológico está já implícita em alguma arte conceptual, às vezes de um modo paródico” e fornece alguns exemplos, entre os quais: Dan Graham, Hans Haacke, Martha Rosler, Allan Sekula.

¹⁸⁸ Práticas artísticas contemporâneas de fotografia abriram imensos buracos nesta subjugação e testaram no seu seio mesmo, abordagens críticas que são tanto desafiadoras como propulsoras. Jeff Wall, Andreas Gursky, Cindy Sherman são alguns dos exemplos possíveis.

A fotografia, o quotidiano e a cidade

Tal como antes Barthes em relação ao conhecimento etnográfico, Bourdieu pergunta: "Será possível e necessário que a prática da fotografia e o significado da imagem fotográfica possam fornecer material para a sociologia?" (Bourdieu 1965, p.1). Bourdieu parece pensar que existe uma tendência geral para banir "do estudo científico certos objectos tidos por insignificantes", porém, mais recentemente, o discurso pós-moderno recuperou consistentemente o banal, e definiu esse novo espaço fragmentado da vida quotidiana (Lefebvre 1991), criando um terreno de envolvimento que se estende muito para além do território sociológico e informa variadas correntes da teoria crítica e das práticas artísticas, arquitectónicas e urbanas.

Neste ponto, a importância de uma prática como a fotografia, que já referi quanto a algumas das suas específicas problemáticas, será avaliada por relação com o quotidiano, e por extensão, o espaço urbano. Stallabrass no texto que temos vindo a utilizar, distribui a prática fotográfica por quatro grupos principais: o profissional, o fotógrafo casual, a que chamaremos "snapper", o amador e o artista (p.13-39). Sobre as distinções entre cada uma destas práticas, muito foi já dito particularmente no que diz respeito a estabelecer as premissas estéticas fundamentais da fotografia como belas-artes, perpetuamente medida contra a prática amadora.

Se estou interessada em tocar aqui esta problemática não será tanto para acrescentar mais um argumento sobre esta velha dependência, mas para afirmar a importância do registo do quotidiano para a prática artística, assim como das operações críticas que esta transposição implica.

Por isso, no que diz respeito à nossa discussão, o profissional ou o amador importam menos que o artista ou o "snapper". Em resumo, as diferenças podem ser descritas como segue: enquanto o "snapper" se submete a restrições da ordem do social, o amador se submete a regras técnicas ou de grupo; o profissional segue ambas, e o artista aspira apenas a um percurso crítico e estético.

Tal como vimos antes, a cicatriz entre a fotografia e o real não pode ser completamente disfarçada, tanto em termos simbólicos, metonímicos ou representacionais, como em termos das suas consequências ontológicas. O que é aqui importante, é que a própria existência da fotografia, na contemporaneidade ameaçada por muitos flancos, não é no entanto, jamais, questionada ao nível primordial do registo do banal. E esta condição um tanto abrupta é, num certo sentido, extremamente provocativa.

Coloquemos agora uma outra pergunta, desta vez de Michel de Certeau: "o que é constitui a implantação de memória de um lugar que, em si, forma já um todo?"

Como atrás mencionei, tendo em conta a perspectiva processual que o discurso contemporâneo desenvolveu, a expressão destas relações entre indivíduo e lugar deixa de ter o sentido de uma dialéctica de opostos, passando a apontar para uma dinâmica de inscrições mútuas.

Sabemos como muitas das nossas memórias se originam em fotografias, possivelmente mesmo mais do que em referências factuais, eventos ou mesmo lugares, o que diz do poder narrativo das imagens e do poder das imagens para construir narrativas. Então, se é das narrativas apostas à imagem fotográfica que construímos a infância, uma história de família, o mesmo se poderá dizer da história (estórias) da cidade.

Stallabrass denota como é a capacidade para reconhecer o assunto fotografado o que torna os instantâneos de família valorosos. Podemos dizer, portanto, que reconhecer lugares é um exercício, em tudo, a isto semelhante.

E embora a fenomenologia nos tenha demonstrado como o domínio do visual é apenas um segmento das condições em que este reconhecimento se efectua, a sua parcial condição de dependência na visão, intrinsecamente ligada à fotografia, é inegável. (Slater 1995)

As perguntas seguintes parecem pertinentes: como se traduz a pressão/vivência do familiar (por oposição a estranheza) no registo visual do quotidiano urbano? como, nesse registo, se traduz a cidade, invólucro menos que ente em perpétua reconfiguração? Tais perguntas parecerão pertinentes em particular se postas em relação com o facto de, como diz Certeau "a memória (se) mediar em transformações espaciais" (p.85).

Por isso a questão da (não) coincidência do referente com o fotografado, do visto com o fotografado, é resolvida clarificando a confusão em torno da coincidência entre "o espaço real e o espaço psíquico" (Burgin) embora a exploração das diferenças entre ambos, para além da estrita (e também mais óbvia) filiação freudiana seja necessário fazer-se.

Se Cancel ¹⁸⁹ diz "fazer sentido em público torna-se fazer o mundo", então captar a cidade em termos visuais torna-se na construção do seu significado. Fotografar é assim um acto *performativo* - o indivíduo no e através do espaço, e contextual - a alternância de influências entre as histórias da cidade e a linha de vida do indivíduo.

¹⁸⁹ "Sense-making in public becomes world making", (Cancel 1989) citado em Ruth Finnegan, "Tales of the City", p.172.

ANEXOS

Procedimentos Técnicos e Metodológicos

1. Estratégia Metodológica Adoptada perante um *objecto de estudo complexo*

Tendo em perspectiva que a cidade é cada vez mais o cenário da civilização actual e que, em última instância, os seus habitantes são os seus *grandes produtores*, consideramos que seria de extrema importância focalizar o nosso olhar sob a forma como esses mesmos sujeitos identificam a cidade onde vivem.

Assim, considerando os objectivos que presidiram ao trabalho de identificação de uma cidade, no caso concreto, a cidade da Maia, consideramos que seria importante ter em linha de conta a *extensividade* de representações, de identidades e de trajectórias sociais da população urbana em causa, daí a opção por uma metodologia de carácter extensivo numa fase inicial do desenvolvimento das dinâmicas e dos processos de investigação.

Nesta linha, pareceu-nos igualmente que este tipo de metodologia seria a mais adequada tendo em vista os objectivos de quantificação pretendidos face à análise dos vectores em causa, no programa de identificação de uma cidade¹⁹⁰.

Numa fase posterior de desenvolvimento do trabalho, consideramos que se tornaria imperioso a introdução de uma metodologia de alargamento e de aprofundamento da anterior¹⁹¹, isto é, introduzimos a operacionalização de técnicas diferentes tendo em vista o necessário aprofundamento dos dados e a sua maior adequação do ponto de vista analítico e compreensivo para o Estudo.

Sendo ambas as metodologias uma forma de organização de um trabalho de recolha de informação, não se acantonando a instrumentos (técnicas) de recolha de informação, iremos de seguida especificar os diferentes procedimentos técnicos que lhe estiveram na base.

2. O Universo em Estudo

Uma primeira delimitação do objecto de estudo, de carácter operacional, prende-se com a dimensão territorial de demarcação dos limites da área urbana e, conseqüentemente, da população residente na cidade da Maia. Evidentemente que, a delimitação da população urbana ou residente na cidade da Maia, afigurou-se como um procedimento técnico bastante complexo, na impossibilidade de termos dados disponíveis de caracterização da população cujos contornos geográficos fossem exactamente os mesmos da cidade.

A definição do universo do estudo e da amostra da população a inquirir, assim como, das suas características sociográficas, dependem primeiramente desta delimitação. É esta delimitação que permite aceder à informação estatística capaz de alimentar a definição de uma amostra representativa e dos seus critérios de estratificação.

¹⁹⁰ Ver em anexo, o Guião do Inquérito por Questionário adoptado.

¹⁹¹ Ver em anexo, os Guiões de Entrevista Semi-directiva adoptados.

No sentido de contornarmos as dificuldades, consultamos a informação estatística oficial existente, nomeadamente, a que está patente nos Censos de 1991 e no Anuário Estatístico da Região Norte de 1997, com dados referentes ao ano de 1996¹⁹².

Desta forma, procedemos primeiramente à identificação da população urbana com 15 e mais anos residente na em zonas consideradas urbanas no concelho da Maia. Interessava-nos a população com 15 e mais anos dada a natureza do trabalho a desenvolver e o tipo de abordagem que iríamos fazer às populações. Tendo em conta a importância da convivência dos grupos de amigos durante a adolescência, a tendência para a autonomia nas deslocações para os estabelecimentos de ensino, entre outros factores de desenvolvimento, definiu-se como idade de referência os 15 anos, como idade a partir da qual, regra geral, os jovens iniciam uma prática autónoma, por vontade e iniciativa própria, de actividades culturais e de lazer.

Esta informação permitiu-nos uma **quantificação do universo em análise** como podemos ver no quadro seguinte.

Quadro 1: Quantificação do universo em análise em 1996

População total do concelho da Maia	100 640
População com 15 ou mais anos das freguesias urbanas da Maia	27 966

Fonte: *Anuário Estatístico da Região Norte*, INE, 1997.

Uma segunda delimitação do universo em análise impunha-se. Para além do quantitativo de população urbana com 15 ou mais anos residente no concelho da Maia, teríamos que recortar esse quantitativo numa espécie de zonamento geográfico que nos permitisse obter a diversidade sócio-territorial presente na cidade. Cumprindo os objectivos de não menosprezar a diversidade do nosso universo subdividimos a cidade da Maia em três zonas distintas:

- a freguesia da Maia;
- a freguesia de Gueifães;
- e a freguesia de Vermoim.

Este zonamento permitiu-nos a constituição do seguinte universo de análise.

Quadro 2: Proporção de População Presente em cada uma das Zonas consideradas no Universo de Análise

População urbana residente na freguesia da Maia	26.4%
População urbana residente na freguesia de Gueifães	37.4%
População urbana residente na freguesia de Vermoim	35.7%

3. O Processo de Amostragem

Foi com base no peso relativo da população com 15 ou mais anos residente na cidade da Maia que partimos para a construção de uma amostra representativa, isto é, que garanta a possibilidade probabilística de todos os componentes do universo estarem contemplados nesse agrupamento.

Tendo em linha de conta os valores assumidos para amostras representativas equivalentes em termos numéricos à amostra em causa, a dimensão da amostra correspondeu a 5% do universo anteriormente

¹⁹² INE.

definido, dentro de um intervalo de confiança de 95.5% e com uma margem de erro de 5%. Assim a dimensão da amostra adoptada abrangeu a realização de um total de 500 inquéritos.

Assim, conseguimos concretizar uma amostra estratificada alicerçada nos seguintes valores.

Quadro 3: Dimensão da Amostra para cada uma das Zonas consideradas no Universo de Análise

Freguesia da Maia	135 inquéritos
Freguesia de Vermoim	178 inquéritos
Freguesia de Gueifães	187 inquéritos

Podemos concluir em primeira mão, que a amostra é representativa do universo da população a estudar, tendo sido utilizada na sua selecção uma amostragem aleatória, polietápica e estratificada em função de três zonas diferenciadas da cidade da Maia.

Concomitantemente, e em segunda linha, tentando conjugar os objectivos da nossa pesquisa com os intuitos de uma amostra cada vez mais representativa do universo-alvo, procedemos ainda, à estratificação da amostra tendo em linha de conta a ponderação de duas variáveis determinantes: **a composição sexual da população; a sua distribuição por sexos; os níveis de escolaridade.**

Relativamente a estas três variáveis, foi aplicada para efeitos de amostragem, as médias do concelho correspondentes à composição sexual e aos grupos etários.

E assim, retomando os dados de 1996, foi-nos possível alcançar esta meta, e eventualmente conseguirmos uma aproximação o mais fidedigna possível às características do universo em análise.

Quadro 4: Quadro - Síntese da Amostra (por número de inquéritos a realizar)

		Gueifães ▼	Maia ▼	Vermoim ▼	TOTAL
sexo	masculino	91	66	87	244 inquéritos
	feminino	96	69	91	256 inquéritos
grupo etário	15 aos 24 anos	37	27	36	100 inquéritos
	25 aos 65 anos	126	91	120	337 inquéritos
	mais de 65 anos	24	17	22	63 inquéritos
nível de escolaridade	analfabeto	10	8	10	28 inquéritos
	primário	78	56	74	207 inquéritos
	preparatório	26	19	25	70 inquéritos
	secundário	50	36	48	135 inquéritos
	superior	23	16	21	60 inquéritos

Tratou-se de um inquérito de administração indirecta, isto é, pressupôs a presença do inquiridor como elemento activo e de interface entre o guião do inquérito e o inquirido.

Para o tratamento dos dados foi utilizado o *package* estatístico, *STATISTICA*. Este tratamento para além de permitir a análise circunstancial para efeitos de apresentação temporal deste Estudo, permitiu constituir uma base de dados actualizável acerca das práticas culturais e de lazer da população da cidade de Espinho.

GUIÃO DE ENTREVISTA I

Nome do entrevistador

Referência do entrevistado

Data da entrevista

Duração da entrevista

TESTE GRÁFICO

Dada uma folha de papel contendo a direcção Norte - Sul.

1.1. Gostaria que indicasse esquematicamente um numero finito de elementos que caracterizem/ ou são referencias para a cidade da Maia.

1.2. E, de seguida que desenhe, também, a localização da sua residência, do local de trabalho, escola dos filhos, local das suas compras (diárias, semanais) da casa dos amigos ou parentes próximos, locais que frequenta mais habitualmente e outros que ache importantes.

(Deve observar-se a maneira como o entrevistado desenvolve o seu desenho)

1.3. Quais desses percursos costuma fazer a pé? De carro ou de transporte publico?

	CARRO	PÉ	TRANSP. PÚBLICO
Residência - local de trabalho			
Residência - escola dos filhos			
Residência - compras			
Residência - parentes/amigos			
Residência - lazer			
Outro. Qual?			

1.4. Alguma vez observou um mapa da cidade da Maia?

TESTES VERBAIS

2.1. Gostaria que descrevesse verbalmente, de uma forma resumida, o percurso que realiza se vier da sua casa em relação ao centro.

2.2. Costuma fazer esse percurso a pé, de carro, ou de transporte público?

Em relação a uma lista de locais que passarei a referir, diga se:

3.1. Conhece o local.

3.2. Refira uma outra localização que, por se situar nas imediações do local, possa ser utilizada como guia para quem não conhece a área.

3.3. Por ultimo, descreva ou caracterize de uma forma sucinta o local.

| CONHECI/TO

| LOCALIZAÇÃO

| CARACTERIZAÇÃO

1. Ponte da Pedra			
2. Igreja Velha (Gueifães)			
3. Casa do Adro			
4. Escola Príncipe da Beira			
5. Igreja de São Miguel			
6. Parque da Nossa Senhora do Bom Despacho e Jardim Zoológico			
7. Praça do Município			
8. Quinta de São Francisco de Paula			
9. Casa da Botica			
10. Fórum da Maia			
11. Outeiro (Quinta das Oliveiras)			

4.1. Imagine que alguém na rua se lhe dirige a perguntar uma orientação para chegar a determinado local. Qual seria o (s) ponto de referencia que indicaria para cada uma das seguintes situações

	REFERÊNCIAS
1. Próximo da Praça do Município encontra o	
2. Próximo do monumento à Comunidade Maiata encontra o	
3. Próximo da Igreja da Nossa Senhora do Despacho encontra o	
4. Próximo Jardim Zoológico encontra o	
5. Próximo da urbanização dos Maninhos encontra o	
6. Próximo da urbanização Novo Rumo encontra o	
7. Próximo da zona escolar encontra o	
8. Próximo do MacDonalds encontra o	

TESTES VISUAIS

5.1. Imagine que lhe dão a possibilidade de habitar numa destas casas (mostrar folha com fotografias). Gostaria que classificasse a que para si é muito agradável, agradável, tolerável, desagradável, e muito desagradável e justificasse sucintamente cada um das opções.

VALORIZAÇÃO | FOTOGRAFIA | JUSTIFICAÇÃO (IMAGEM FÍSICA E SOCIAL)

muito agradável		
agradável		
tolerável		
desagradável		
muito desagradável		

5.2. Imagine que lhe dão a possibilidade de habitar num destes prédios (mostrar folha com fotografias). Gostaria que classificasse o que para si é muito agradável, agradável, tolerável, desagradável, e muito desagradável e justificasse sucintamente cada um das opções.

VALORIZAÇÃO	FOTOGRAFIA	JUSTIFICAÇÃO (IMAGEM FÍSICA E SOCIAL)
muito agradável		
agradável		
tolerável		
desagradável		
muito desagradável		

5.3. Imagine que lhe dão a possibilidade de habitar ou nestas casas ou nestes prédios (mostrar folha com fotografias). Gostaria que classificasse o que para si é muito agradável, agradável, tolerável, desagradável, e muito desagradável e justificasse sucintamente cada um das opções.

VALORIZAÇÃO	FOTOGRAFIA	JUSTIFICAÇÃO (IMAGEM FÍSICA E SOCIAL)
muito agradável		
agradável		
tolerável		
desagradável		
muito desagradável		

5.4. Imagine agora que nos seus tempos livres vai passear pelos espaços públicos existentes na cidade da Maia (mostrar folha com fotografias). Gostaria que classificasse o que para si é muito agradável, agradável, tolerável, desagradável, e muito desagradável e justificasse sucintamente cada um das opções.

VALORIZAÇÃO	FOTOGRAFIA	JUSTIFICAÇÃO (IMAGEM FÍSICA E SOCIAL)
muito agradável		
agradável		
tolerável		
desagradável		
muito desagradável		

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

1. Sexo

2. Idade

3. Estado civil

4. Naturalidade

5. Freguesia de residência

6. Profissão principal e complementar

7. Profissão anterior

8. Local de trabalho

9. Habilitações escolares

10. Há quantos anos reside na Maia?

11. Locais anteriores de residência

12. Morada

GUIÃO DE ENTREVISTA II

1. Identificação de uma cidade. Percursos, vivências e formas de adaptação urbanas.

- 1.1. Quais foram as principais razões que o levaram a morar nesta cidade?
- 1.2. De que forma se sente vinculado à cidade (afectivamente, socialmente, culturalmente, economicamente)?
- 1.3. Sente que faz parte da cidade da Maia (*enraizamento versus desenraizamento*)?
- 1.4. Como é que ocupa normalmente os seus tempos livres quando está na cidade?
 - Redes de sociabilidade e de amizade: composição, extensão, intensidade e origens geográficas.
 - Relações com familiares, colegas de trabalho, vizinhos e amigos...
- 1.5. Quais são no seu entender os locais mais importantes da Maia? Especificar e justificar.
- 1.6. Quais são os principais marcos de evolução da cidade (a nível físico, social e cronológico)?
- 1.7. O que é acha que as pessoas de fora pensam da cidade da Maia? Como é que a percebem? Porquê?
- 1.8. Considera que os meios de comunicação (televisão, jornais) projectam uma imagem positiva ou negativa da cidade? Acha que essa imagem corresponde à realidade?
- 1.9. De que é que depende o futuro da Maia?

II. Enquadramento da cidade num tecido urbano mais amplo, nomeadamente no contexto da Área Metropolitana do Porto.

- 2.1. Sente que a cidade está inserida num universo mais amplo que é o da Área Metropolitana do Porto (AMP), ou acha que essa questão é meramente política?
- 2.2. Sabe quais são os municípios que constituem a AMP?
- 2.3. Sabe quem é o actual presidente da Junta Metropolitana?
- 2.4. Vê a cidade da Maia como cidade satélite do Porto, ou, pelo contrário, uma cidade autónoma e com uma identidade própria? Justifique os seus argumentos do ponto de vista histórico, cultural e económico.
- 2.5. O crescimento da cidade da Maia sentido nos últimos anos, deve-se, no seu entender, ao facto de fazer parte da periferia da cidade do Porto, ou, à implementação de políticas municipais?
- 2.6. Até que ponto considera que tudo o que se passa na cidade do Porto o afecta directa e indirectamente e também à cidade da Maia? Considera que a eventual relação de dependência da Maia face ao Porto é benéfica para o desenvolvimento da cidade?
- 2.7. Considera que, para além da gestão viária, dos transportes e da gestão dos lixos, também se deveriam concretizar estratégias de desenvolvimento urbanístico de carácter metropolitano? Ou considera que cada município da AMP deveria gerir por si só os seus sectores de desenvolvimento e de actividades?
- 2.8. Poderia referir uma medida ou decisão tomada pela AMP que seja determinante e afecte directamente a cidade da Maia?

III. Aspirações, motivações e expectativas da população face à cidade.

3.1. Quais são para si os atributos ou características que dá mais importância quando perspectiva a possibilidade de aquisição de uma nova habitação?

- dimensão/área
- tipologia
- proximidade de serviços e de comércio
- preço
- áreas verdes/parques infantis
- qualidade de construção
- implantação territorial

3.1.1. Como é que avalia a situação actual da cidade da Maia relativamente a esses atributos, que na sua perspectiva são os mais relevantes quando procura um novo espaço para habitar?

3.1.2. Se fosse Presidente da Câmara, quais as alterações que procuraria proceder no mercado habitacional da Maia nos próximos 5 anos?

3.2. Quais são para si os atributos ou características a que confere mais importância quando pensa em realizar compras em centros de comércio tradicionais?

- variedade de produtos
- relação preço/qualidade
- ruas peatonais
- estacionamento
- decoração da loja/ambiência interna
- relação de confiança entre comerciante e consumidor
- facilidades de pagamento
- concentração e diversidade de estabelecimentos

3.2.1. Como é que avalia a situação actual da cidade da Maia relativamente a esses atributos, que na sua perspectiva são os mais importantes quando pensa em consumir em centros de comércio tradicional?

3.2.2. Se fosse Presidente da Câmara, quais as alterações que procuraria fazer no panorama comercial da cidade nos próximos 5 anos?

3.3. Quais são para si os atributos ou características a que dá mais importância na sua apropriação do espaço público?

- ruas peatonais
- mobiliário urbano
- iluminação
- qualidade e largura dos passeios
- limpeza
- espaços amplos

3.3.1. Como é que avalia a situação actual da cidade da Maia relativamente a esses atributos, que na sua perspectiva são os mais importantes na apropriação dos espaços públicos?

3.3.2. Se fosse Presidente da Câmara, quais as alterações que procuraria proceder no espaço público da cidade nos próximos 5 anos?

3.4. Quais são para si, os atributos a que dá mais importância na ocupação dos seus tempos livres?

- zonas não congestionadas em termos de pessoas
- oferta diversificada (teatro, cinema, dança, concertos, ...)
- oferta muito diversificada de horários
- restauração e esplanadas

- praias
- festas tradicionais

3.4.1. Como é que avalia a situação actual da cidade da Maia relativamente a esses atributos, que na sua perspectiva são os mais relevantes quando tem disponibilidade para a prática de tempos livres e de actividades de lazer?

3.4.2. Se fosse Presidente da Câmara, quais as alterações que procuraria encetar na dinâmica cultural da cidade nos próximos 5 anos?

3.5. Quais são para si os atributos ou características a que dá mais importância quando recorre ao uso de transportes públicos?

- frequência (horários)
- pontualidade
- proximidade de paragens
- diversidade de meios de transporte

3.5.1. Como é que avalia a actual situação da cidade da Maia relativamente a esses atributos, que na sua perspectiva são os mais relevantes no domínio dos transportes e deslocações entre as freguesias urbanas?

3.5.2. Se fosse Presidente da Câmara, quais as alterações que procuraria proceder no âmbito dos transportes públicos da Maia nos próximos 5 anos?

3.6. Como avalia a situação actual da cidade da Maia face à oferta de emprego, educação e formação da sua população?

3.6.1. Se fosse Presidente da Câmara, quais as alterações que procuraria proceder no âmbito da dinâmica económica e educacional da cidade.

identificação da entrevista

1. nome do entrevistador
2. referência do entrevistado (nome e posição)
3. data
4. duração da entrevista
5. local da entrevista

identificação do entrevistado

1. sexo
2. idade
3. estado civil
4. naturalidade
5. residência
6. profissão principal e complementar
7. profissão anterior
8. habilitações escolares
9. há quanto tempo mora na Maia?
10. anteriores locais de residência
11. morada

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AAVV, *A Cidade – Jornadas inter e pluridisciplinares*. Lisboa, Universidade Aberta, 1993.
- AAVV, *A Cidade em Portugal: como se vive*, Povos e Culturas, 3, 1988
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de. *Romanização da Terra da Maia*. Maia, Câmara Municipal da Maia, 1969.
- ASCHER, FRANÇOIS, *Metapolis, Acerca do Futuro das Cidades*, Celta, Oeiras, 1998
- ATTOÉ, WAYNE E LOGAN, TONN, *American Urban Architecture: Catalysts in the Design of Cities*, U. of California Press, Berkeley, 1989
- AZEVEDO, Padre Agostinho de. *A Terra da Maia – subsídios para a sua monografia*. Maia, Câmara Municipal da Maia, 1939.
- BARBER, STEPHEN, *Fragments of the European City*, Reaktion Books, London, 1995
- BARTHES, ROLAND, *Camera Lucida: Reflections on Photography*, Flamingo, London 1984
- BÉHAR, D., “Banlieues ghettos, quartiers populaires ou ville éclatée”, in *Les Annales de la Recherche Urbaine*, nº 68-69, 1995.
- BENEVOLO, LEONARDO, *A Invenção da Cidade*, Lisboa, Editorial Presença, 1995.
- BENJAMIN, WALTER, “The work of art in the age of its mechanical reproduction” in *Illuminations*, London: Fontana 1973
- BERNSTEIN, J. M., *The fate of Art: aesthetic alienation from Kant to Derrida and Adorno*, Polity Press, Cambridge, 1992
- BIRD, JON; Curtis, Barry; Putnam, Tim; Robertson, George and Tickner, Lisa (eds.), *Mapping the Futures: Local Cultures, Global Change*, London and New York: Routledge 1993
- BODY-GENDROT, SOPHIE, *Ville et Violence - L'irruption de nouveaux acteurs*, Paris, PUF, 1993.
- BOURDIEU, PIERRE, *Photography: a Middle-Brow Art*, Stanford, California: Stanford University Press, 1998 (first published in France: Les Éditions de Minuit 1965)
- BURGIN, VICTOR, *In/Different Spaces - Place and Memory in Visual Culture*, University of California Press 1996
- CALVINO, ITALO *As Cidades Invisíveis*. Lisboa Editorial Teorema. (1979)
- CARVALHO, José Vieira de Carvalho; MARQUES, José Augusto Maia. “A Comarca da Maia – uma questão com séculos” in *Domus Ivstítiae – Acto Inaugural*. Maia, Câmara Municipal, 1997.
- CARVALHO, José Vieira de. *O mosteiro de São Salvador de Moreira*. Maia, Câmara Municipal da Maia, 1969.
- CASTELLS, MANUEL. *Problemas de Investigação em Sociologia Urbana*. Lisboa. Editorial Presença. Biblioteca de Textos Universitários. 1984
- CERTAU, MICHEL de, *The Practice of Everyday Life*, University of California Press, Berkeley, London, 1984
- CHOAY, F., “Le règne de l'urbain et la mort de la ville”, in *La Ville, Art et Architecture*, Paris, Centre Georges Pompidou, 1994.
- CLAVAL, P., *La Logique des Villes*, Paris, Éditions Litec, 1981.
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, *Para uma Agenda Urbana da União Europeia*, Bruxelas, Comissão das Comunidades Europeias, 1997.

- CULLEN, GORDON *Paisagem Urbana*, Lisboa. Edições 70, Arquitectura & Urbanismo, 1971
- DAVIS, MIKE, *City of Quartz, Excavating the Future in Los Angeles*, Vintage, London, 1992
- DE CERTEAU, MICHEL, *The practice of everyday life*, Berkeley: University of California Press 1984
- DOMINGUES, ÁLVARO, (Sub)úrbios e (sub)urbanos - o mal estar da periferia ou a massificação dos conceitos?", in *Actas do III Congresso Português de Sociologia - Práticas e Processos de Mudança Social*, Lisboa, APS, 1999.
- DOMINGUES, ÁLVARO, *Área Metropolitana do Porto: Processo de Metropolitanização* in "Livro Guia da Visita de Estudo do VI Colóquio Ibérico de Geografia", Porto, Instituto de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1992.
- DURÁN, MARÍA-ANGELES, *La Ciudad Compartida, Conocimiento, Afecto y Uso*, Consejo Superior de los Colegios de Arquitectos de España, Madrid, 1998
- FERNANDES, A. TEIXEIRA, "Espaço social e suas representações", in *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras do Porto*, Vol. II, Série I, 1993.
- FINNEGAN, RUTH, *Tales of the City, a study of narrative and urban life*, Cambridge, New York, Melbourne: Cambridge University Press 1998
- FORTUNA, CARLOS, "Destradicionalização e imagem da cidade", in *Cidade, Cultura e Globalização*, Celta, Oeiras 1997
- FOSTER, HAL, *The Return of the Real, the Avant-Garde at the End of the Century*, London and Cambridge, Mass.: The MIT Press 1996
- FOUCAULT, MICHEL; "The Discourse on Language" in *The Archaeology of Knowledge*; trans. A.M.Sheridan Smith, New York: Pantheon Books, 1972
- GENS, Manuel. *Antologia – usos e costumes do Douro Litoral*. Maia, Tipografia Maiata, 1997.
- GUERRA, PAULA, "Recomposição espacial e social do tecido urbano portuense - o Bairro Cerco do Porto enquanto espaço de análise", in *Actas do III Congresso Português de Sociologia - Práticas e Processos de Mudança Social*, Lisboa, APS, 1999.
- HANNERZ, U., *Exploring the city: Inquiries towards an urban anthropology*, Columbia University Press, 1980
- HARRIS, PAUL E BARBARA BROWN. "The Home and Identity Display: Interpreting Resident Territoriality from Home Exteriors" in *Journal of Environmental Psychology*. Academic Press. 1996
- HARVEY, DAVID, *The Urban Experience*, Oxford: Blackwell 1988
- HILLIER, BILL, *Space is the machine*, Cambridge University Press, Cambridge, 1996
- HILLIER, HILL E JULIENNE HANSON *The Social Logic Space*. Cambridge University Press. 1992
- JACOBS, JANE, *Muerte y Vida de las Grandes Ciudades*, Península, Barcelona, 1967
- KENT, SUSAN, *Domestic Architecture and the Use of Space, An Interdisciplinary Cross-cultural Study*, University Press, Cambridge, 1990
- KITCHIN, ROBERT. "Methodological Convergence in Cognitive Mapping: Investigating Configurational Knowledge" in *Journal of Environmental Psychology*. Academic Press. 1996
- KOSTOFF SPIRO, *The City Shaped, Urban Patterns and Meanings through History*, Thames and Hudson, London, 1991
- LALLI, MARCO Urban - "Related Identity: Theory, Measurement, and Empirical Findings".in *Journal of Environmental Psychology*. Academic Press. 1992
- LE GATES, R. e Stout, F., *The City Reader*, Routledge, Londres, Nova Iorque, 1996

- LEFEBVRE, HENRI (1974) - *The Production of Space*, Trans. Donald Smith-
- LEFEBVRE, HENRI (1991) *Critique of the Everyday Life*, London: Verso, (Vol1)
- LEFEBVRE, HENRI, *Du Rural à l'Urbain*, Paris, Éd. Anthropos, 1970.
- LEFEBVRE, HENRI, *Le Droit à la Ville*, Paris, Éd. Anthropos, 1968 e 1972.
- LILLYMAN, W, et al., *Critical Architecture and Contemporary Culture*, Oxford University Press, Oxford, 1994
- LISÓN ARCAL, José C. (ed.) *Espacio y Cultura*. Madrid, Editorial Coloquio, 1993.
- LYNCH, KEVIN, *A Imagem da Cidade*, Lisboa, Edições 70, 1982/1996.
- MAIA, Manuel Joaquim da Costa. *Achegas de Monografia da Vila da Maia*. Maia, Câmara Municipal, 1986.
- MANCUSO, F., *Las Experiencias del Zoning*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1980.
- MARÇAL, Horácio. *Vilar do Pinheiro – subsídios para a sua monografia*. Porto, Junta de Província do Douro Litoral, 1950.
- MARQUES, José Augusto Maia. *Moreira da Maia no Séc. XIX segundo os manuscritos do Padre Joaquim Antunes de Azevedo*. Maia, Câmara Municipal da Maia, 1998.
- MARTIN, L., “La trama como generator”, in L. MARTIN, L. MARCH e M. ECHENIQUE (orgs.), *La Estructura del Espacio Urbano*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1975.
- MELA, ALFREDO A *Sociologia das Cidades*. Lisboa. Editorial Estampa. 1999
- MENDES, JOSÉ, *Onde Viver em Portugal*, Ordem dos Engenheiros, Coimbra, 1999
- MONTFORT, JEAN-MICHEL e VARINE, HUGUES DE, *Ville, Culture et Développement - L'Art de la manière*, Paris, Éd. Syros, 1995.
- MOREIRA, Domingos Augusto. *Paisagem Toponímica da Maia*. Maia, Câmara Municipal da Maia, 1969.
- Nickerson, Oxford: Basil Blackwell, 1991
- OLIVEIRA, Álvaro Aurélio do Céu. *A Terra da Maia e as Lutas Liberais*. Maia, Câmara Municipal da Maia, 1982.
- OLIVEIRA, Álvaro Aurélio do Céu. *A Transferência da Sede de Concelho*. Maia, Câmara Municipal da Maia, 1980.
- OLIVEIRA, Álvaro Aurélio do Céu. *Desmembramento do Concelho*. Maia, Câmara Municipal da Maia, 1985.
- OLIVEIRA, Álvaro Aurélio do Céu. *Terreiro de Antiguidades*. Maia, Câmara Municipal da Maia, 1981.
- OSTROWETSKI, S:, *Sociologues en ville*, Paris, L'Harmattan, 1996
- RÉMY, J. e VOYÉ, L., *Cidade: rumo a uma nova definição?*, Porto, Edições Afrontamento, 1994.
- RÉMY, J. e VOYÉ, L., *Ville, Ordre et Violence*, Paris, PUF, 1981.
- RODWIN, LL. E HALLESTER, R., *Cities of the Mind, Images and Themes of the City in the Social Sciences*, Plenum Press, New York, 1984
- RONCAYOLO, M., *La Ville et ses Territoires*, Paris, Gallimard, 1990.
- ROWE AND KOETTER, *Collage City*, MIT Press, Cambridge, London, 1978
- SANTOS, MARIA DE LOURDES LIMA DOS (coord.), *Políticas Culturais*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais - Ministério da Cultura, 1998.
- SENNET, R., *Les Tyrannies de l'Intimité*, Paris, Éditions le Seuil, 1979.
- SICCA, PAOLO, *L'immagine della città da Sparta a Las Vegas*, Laterza&Figli, Bari, 1970 (GG, Barcelona, 1977)
- SIMMEL, G., “A metrópole e a vida do espírito”, in CARLOS FORTUNA (org.), .), *Cidade, Cultura e Globalização*, Oeiras, Celta Editora, 1997.

- SLATER, DON, "Photography and Modern Vision: The Spectacle of 'Natural Magic'" in Jenks, Chris (ed.), *Visual Culture*, Routledge, London, 1995
- STALLABRASS, JULIAN, *Gargantua: Manufactured Mass Culture*, London and New York: Verso 1996
- STAMPS, ARTUR E JACK NASAR. "Design Review and Public Preferences: Effects of geographical location, public consensus, sensation seeking, and architectural styles". in *Journal of Environmental Psychology*. Academic Press. 1997
- TAFURI, MANFREDO. *Teoria e História da Arquitectura*. Lisboa. Editorial Presença. Biblioteca de Textos Universitários. 1979
- VALADE, B., "Le monde urbain", in *Encyclopedie de la Sociologie*, Paris, Librairie Larousse, 1975.
- VERRET, M., *L'Espace Ouvrier*, Paris, Éd. Armand Colin, 1973.
- WESTWOOD, S. E WILLIAMS, J., *Imagining Cities: Scripts, Signs, Memory*, Londres, Routledge, 1997
- WIRTH, L., "O urbanismo com modo de vida", in C. FORTUNA (org.), *Cidade, Cultura e Globalização*, Oeiras, Celta Editora, 1997.
- ZUKIN, S., *The Cultures of Cities*, Oxford, Blackwell, 1995

CONTRIBUIÇÕES

Carlos Maia. Nasceu em 1966. Licenciado pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto 1996.

Desde 1998, é Assistente da Cadeira de Design Industrial I no Curso de Design Industrial do Departamento de Arquitectura da Universidade Lusíada do Porto. Curso de mestrado 'La Gran Escala' organizado pelo Departament de Arquitectura de la Universitat Politecnica da Catalunya. Barcelona 1998. Curso de mestrado 'Intervencions arquitectoniques en medi rural cambiant' organizado pela Unisersitat de Girona, Girona 1998. Prémio de Arquitectura efemera do Collegi d'arquitectes de Girona, pelo trabalho ' Sombres xineses'. Girona 1998. Entre 1994 e 1998 colabora, entre outros com os arquitectos Tonet Sunyer e Francesc Labastida em Barcelona, Manuel Botelho, João Paulo Rapagão e Rui Pinto, no Porto.

Desde 1998 exerce profissão liberal.

Cecília Delgado. Nasceu em 1970. É licenciada em arquitectura pela F.A.U.P. em 1995. e Mestre em Planeamento e Projecto do Ambiente Urbano. Em 1995 ingressou no curso de Mestrado em Planeamento e Projecto do Ambiente Urbano da F.E.U.P. E F.A.U.P., tendo efectuado a defesa de tese em Dez. de 1998 com a classificação final de Muito bom.

Nos anos de 1997 e 1998 foi investigadora no programa Observatório Permanente de Segurança Urbana, promovido pelo Ministério da Administração Interna, em colaboração com a Câmara Municipal do Porto e as Faculdades de Arquitectura e de Psicologia e Ciências da Educação. tendo realizado um estudo de análise da correlação entre o desenho urbano e a maior ou menor probabilidade de ocorrência de crime na cidade do Porto. O estudo resultante da investigação efectuada foi apresentado no Fórum Insegurança Urbana, realizado na fundação Cupertino de Miranda em Out. 97, e na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Foi bolsista da Fundação para a Ciência e Tecnologia durante os anos de 1997 e 1998.

Como arquitecta exerce actividade profissional em colaboração com gabinetes desde 1990 e actividade profissional em regime liberal com gabinete próprio desde 1994, tendo realizado vários projectos de remodelação em habitações, escritórios, desenho de interiores e desenho de mobiliário, entre outros.

Flávio Nunes. Licenciado em Geografia pela F.L.U.P., em 1996.

Em 1996 iniciou o curso de Mestrado em Planeamento e Projecto do Ambiente Urbano, organizado pela Faculdade de Arquitectura e de Engenharia da Universidade do Porto, encontrando-se a ultimar a dissertação: «Processo de Planeamento de Marketing Territorial Estratégico. Um instrumento para a operacionalização de estratégias de política para a Área Metropolitana do Porto. Actualmente exerce funções como docente do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, sendo responsável pela componente teórica da disciplina de Geografia na licenciatura de Arquitectura e pela componente prática da disciplina de Teledeteção e Cartografia Automática na licenciatura de Geografia.

Desde o início de 1997 é consultor convidado pela Quaternaire Portugal – Recursos Humanos, assumindo trabalhos técnicos e de coordenação na vertente dos Projectos Especiais de Urbanismo Comercial e dos Programas de Reabilitação Urbana.

Desde a conclusão da licenciatura é consultor convidado permanente da Tecnopor – Grupo DHV, com trabalhos desenvolvidos no domínio da elaboração de análises demográficas, estudos sócio-económicos, avaliações estratégicas, programas de execução e planos de financiamento, enquadrados em diversos Planos de Urbanização e Planos Directores Municipais da Região do Norte.

Publicou na Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto o artigo «A influência dos transportes (vias e meios) na expansão da mancha urbanística do Porto».

Gabriela Vaz-Pinheiro. Licenciada em Escultura pela E.S.B.A.P.

Realizou Master of Arts em European Scenography pelos Central Saint Martin's College e Utrecht School of the Arts e em Theory and Practice of Public Art & Design pelo Chelsea College of Art & Design. Encontra-se actualmente a realizar Doutoramento por Projecto com o Chelsea College e a Open University, sendo o título provisório da Tese: "Arte em contexto: memória cultural, urbanidade e contexto-especificidade". Foram-lhe atribuídos várias bolsas e subsídios, entre outros, pela Fundação Calouste Gulbenkian, Secretaria de Estado da Cultura e Erasmus Institute.

Expõe colectiva e individualmente desde 1985, em Portugal e no estrangeiro, tendo recebido vários Prémios e Menções.

Colaborou com o Institute of Contemporary Arts em Londres durante cerca de dois anos, nomeadamente na organização da Conferência Spaced Out em torno da ideia de interdisciplinaridade entre Arte e Arquitectura. Realizou também vários Seminários de natureza interdisciplinar em Portugal e Inglaterra. Tem trabalho cenográfico realizado, na dança e ópera contemporâneas, com o Balletteatro e com Drama per Musica, bem como obras em Vídeo desde 1995.

José Augusto Maia Marques. Licenciado em História. É o Director do Forum da Maia.

Paula Guerra. Nasceu em 1970. Licenciada em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 1991.

Após terminar a licenciatura ingressou no corpo docente do Curso de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, onde tem leccionado as disciplinas de: Análise e Teorias Demográficas, Estrutura Urbana e Conflitualidade Social, Correntes Actuais da Sociologia, Sociologia do Desenvolvimento e Sociologia da Informação.

Encontra-se em fase de finalização das Provas de Aptidão Académica e Capacidade Científica sob a designação geral de "Recomposição Social e Espacial do Tecido Urbano Portuense - o Bairro Cerco do Porto enquanto Espaço de Análise".

Paralelamente tem desenvolvido trabalhos nas áreas da Sociologia do Desenvolvimento e Sociologia da Cultura.

Tem publicado alguns artigos dentre os quais se destacam: "Tecido Urbano Actual: Continuidade ou Descontinuidade?", in *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. II, I Série, 1993, "Recomposição Social e Espacial do Tecido Urbano Portuense: o Bairro Cerco do Porto enquanto Espaço de Análise", in *Actas do III Congresso Português de Sociologia*, Lisboa, APS, 1999.

Recebeu no ano de 1994 o Prémio da Fundação Eng. António de Almeida.

Pedro Gadanho. Nasceu em 1968. Licenciado em Arquitectura pela F.A.U.P. em 1992.

Foi bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian para realização do Mestrado 'MA in Art & Architecture' no Kent Institute of Art and Design, no Reino Unido, em 1995. Prepara actualmente proposta para Tese de Doutoramento tendo por tema preliminar "Arquitectura e Intervenção Urbana como Produção Cultural."

Desde 1999, é Assistente da Cadeira de Projecto I na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Desde 1995, é Assistente da Cadeira de Projecto III no Curso de Arquitectura do Departamento de Arquitectura da Universidade Lusíada do Porto onde, desde 1997, é também Assistente Regente da Cadeira de Design I no Curso de Design Industrial.

Foi co-organizador do debate 'A Cidade em Estado-de-Sítio', realizado na Reitoria da Universidade do Porto, em 1993, e do encontro de jovens arquitectos 'Encontro de Serpa', realizado em 1997.

É colaborador do jornal *Independente* em regime free-lance e publicou artigos de opinião no jornal *Público*, para além de outros textos e projectos premiados em publicações como *Confidências para o Exílio*, *Metro*, *Unidade*, *Cadernos ESAP*, *Catálogo da Exposição Anatomias Contemporâneas*, *Architectural Review* e *Jornal de Arquitectos*. Desenvolveu também colaborações on-line para os projectos *Virose* e *Index3*.

Entre 1989 e 1992, colaborou, entre outros, com os arquitectos Eduard Bru em Barcelona, Raffaello Cecchi em Milão, e João Luís Carrilho da Graça em Lisboa.

CUC centro cultura urbana contemporânea
e.mail:argos@ip.pt

r. da vitória, 158 4000 porto tel/fax: 02.8317587